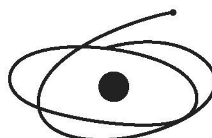
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXIV nº 93-96 1981



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XXIV nº 93-96 1981

Especial: “Brasil-Argentina”
Apresentação: O Encontro de Buenos Aires: fato político de conteúdo acadêmico

ARTIGOS

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL



instituto brasileiro de relações internacionais

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

A *Revista Brasileira de Política Internacional*, editada trimestralmente pelo *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretária:

ENEIDA NOGUEIRA RIGUEIRA

Supervisão Gráfica e Revisão:

DANIEL LEITE

Direção e Administração:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 – Grupo B - 213 – TEL.: 551 - 0598
22250 – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 1.800,00 – Para o exterior: US$ 20,00

Número avulso: Cr$ 900,00 – Para o exterior: US$ 10,00

Composto e Impresso nas oficinas gráficas da ESCOPO EDITORA
SIG Q. 4 n.º 217 – Brasília – DF

IBRI instituto brasileiro de relações internacionais

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXIV **1981** 93-96

Brasil - Argentina

SUMÁRIO

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXIV **1981** 93-96

SUMMARY

BRAZIL-ARGENTINA *IN THE EIGHTIES*

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Buenos Aires: um fato político de conteúdo acadêmico.

Este número da Revista contém os trabalhos apresentados no Encontro sobre as *"Relações entre Argentina e Brasil na década de 80"*, realizado em Buenos Aires nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1981.

A Reunião foi organizada pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais, com a cooperação da Fundação Getúlio Vargas, e com o patrocínio do Banco de la Nación Argentina e do Banco do Brasil, com a colaboração do Conselho Empresarial Argentino-Brasileiro.

Antes de tudo, o Encontro foi um "fato político" significativo com profundo conteúdo acadêmico. Isso pode ser afirmado se se levar em conta a escassez de antecedentes similares entre os dois países e na América Latina em geral. Cabe assinalar também que o encontro significa notável inovação nas modalidades de diálogo entre os dois países, que se insere, ampliando-o, no clima de entendimento e cooperação desenvolvido entre a Argentina e o Brasil, reconhecido pelo Acordo Tripartite, (do qual também faz parte o Paraguai) sobre compatibilização técnica dos *projetos hidrelétricos do Rio Paraná, e nas visitas presidenciais dos anos de* 1980 *e* 1981.

A presença dos Ministros das Relações Exteriores de ambos os países na sessão de encerramento e, em particular, na exposição apresentada pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, contribuíram para realçar o significado político de uma reunião que, em seu conteúdo e desenvolvimento, se distinguiu pelo nível acadêmico que alcançou, pela franqueza e pelo clima de cordialidade que a caracterizaram. Em Buenos Aires, argentinos e brasileiros falaram com rigor técnico e sem rodeios a respeito dos principais problemas existentes nas relações entre os dois países no contexto de suas respectivas posições no mundo e na região.

A agenda de debates foi elaborada levando-se em conta os seguintes tópicos:

- aplicar uma metodologia no trato das relações recíprocas, o que pressupõe inserí-las em um contexto global mais amplo, a partir de um diagnóstico da situação internacional e dos desafios e possibilidades por ela apresentados a ambos os países;
- enfocar as relações recíprocas tanto sob a perspectiva da situação internacional, como *da situação regional, esta última pelo fato de a América* Latina *constituir área prioritária* nas relações externas dos dois países;

- vincular o exame dos aspectos e fatores políticos aos econômicos e a todo momento ter presente a sua interação;
- integrar o exame dos temas mais técnicos no contexto político e econômico no qual eles se apresentam na prática e, ao mesmo tempo não limitar a análise das relações recíprocas aos exames de tipo contextual ou genérico;
- ter presente a dimensão do conflito nas relações entre os dois países e as perspectivas distintas com relação ao quadro político e econômico global e regional, mas acentuar da melhor maneira possível a dimensão da cooperação, procurando detectar perspectivas, valores e interesses comuns ou compartilhados;
- para cada tema buscar uma perspectiva argentina e uma perspectiva brasileira, sem fixar previamente termos de referência quanto à maneira de encarar cada tema, deixando assim que se manifestem as perspectivas nacionais, inclusive nos temas e subtemas e nos pontos de realce escolhidos por cada relator;
- quando assim exigir a natureza do tema, a necessidade de mais de um ponto de vista por país, para que reflitam diferentes perspectivas em cada país;
- enfatizar a visão a longo prazo para o trato de cada uma das áreas de cooperação escolhidas;
- selecionar áreas de cooperação à luz dos entendimentos obtidos a nível presidencial (nas entrevistas de 1980) e das considerações que possam surgir por se terem inserido as relações recíprocas em uma perspectiva global e regional e a longo prazo;
- acentuar o papel dos valores compartilhados na elaboração de um entendimento sólido e duradouro entre os dois países (dimensão cultural).

Em Buenos Aires, homens provenientes de diferentes setores de atividades e pertencentes a diferentes correntes de pensamento dos dois países, portadores de experiências diversas, participaram de uma mesma esperança no sentido de contribuir de forma efetiva para o entendimento entre dois povos, que, por suas trajetórias e suas realidades, têm muito com que cooperar e muito para oferecer ao mundo e à região. Trouxeram-se à baila valores compartilhados quanto à democracia e à liberdade, à participação internacional efetiva, à racionalidade como instrumento da condição humana e do comportamento internacional. Ficou patente a convicção de que somente com uma atitude de otimismo, baseada em projetos nacionais de países grandes, poderão enfrentar-se os desafios e as possibilidades de um mundo e uma região em processo de mudança.

Por proposta apresentada pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, Dr. Luiz Simões Lopes, diante do êxito do Encontro de Buenos Aires, os participantes concordaram em dar-lhe um caráter permanente e compor um Comitê Organizador para que se implementasse a preparação de um Segundo Encontro.

O Comitê Organizador dos Encontros é integrado pelo Presidente do Conselho Argentino para as Relações Internacionais, pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, pelo Presidente do Banco do Brasil, pelo Presidente do Banco de la Nación Argentina, pelos Presidentes das seções argentino-brasileiras do Conselho Empresarial Argentino-Brasileiro e pelos Doutores Félix Peña e Celso Lafer na qualidade de coordenadores técnicos e relatores.

ABERTURA

A ARGENTINA E O BRASIL: SUAS RELAÇÕES NA DÉCADA DE 80

Palavras pronunciadas pelo Embaixador Carlos Manuel Muñiz no ato de abertura do Encontro.

Muito me apraz, em nome do Conselho Argentino para as Relações Internacionais, dar as boas-vindas aos distintos hóspedes brasileiros, representantes das mais importantes atividades de seu país, que se congregam para participar, com seus colegas argentinos, do Encontro destinado a estudar as relações entre Brasil e Argentina na década de 80.

Esta Reunião, cuja transcendência se manifesta, de modo eloqüente, com a simples menção dos nomes de alguns participantes, foi organizada, conjuntamente com a Fundação Getúlio Vargas, graças ao entusiasmo de seu eminente Presidente, Doutor Luiz Simões Lopes, e ao apoio inestimável do Banco de la Nación Argentina, presidido pelo Doutor Juan Ocampo, e do Banco do Brasil, presidido pelo Doutor Osvaldo Colin. A isso acrescenta-se a contribuição de um grupo de empresas da Seção Argentina do Conselho Empresarial Argentino-Brasileiro.

A intenção que nos reúne é analisar, durante os três dias do Encontro, o atual estado de nossas relações e procurar sugerir linhas de ação que permitam pôr em prática, com resultados efetivos e duradouros, a cooperação entre os dois países.

Os diferentes temas que serão submetidos a debate estarão a cargo de relatores brasileiros e argentinos e as respectivas sessões serão presididas por outras destacadas personalidades que participam desta Reunião. Ao serem convidados os relatores, não se levou em conta, necessariamente, o fato de serem especialistas, dirigentes de empresas ou de organismos similares do outro país.

A intenção foi, isso sim, examinar os assuntos com base na experiência e pontos de vista diferentes e depois recolher as idéias dos demais participantes.

Em cada sessão far-se-á um resumo das principais conclusões, do que se encarregarão, alternativamente, os Doutores Celso Lafer e Félix Peña, e na reunião final procurar-se-á fazer uma consolidação das sugestões que possam eventualmente ser de utilidade para atingir os objetivos que motivaram este Encontro.

A iniciativa privada, neste caso, se une ao que foi realizado em nível governamental, com a confiança de que, dessa forma, os acordos alcançados venham a constituir etapas fundamentais para tudo aquilo que ainda resta por fazer.

Ficamos satisfeitos por comprovar que, pela primeira vez, se leva a cabo, pela iniciativa privada, uma reunião desta natureza. Isso prova o grau de maturidade a que chegaram nossas relações e a nítida consciência de seus setores mais representativos quanto ao papel que corresponde a ambos os países no âmbito continental e mundial.

A amizade entre o Brasil e a Argentina não tem apenas implicações bilaterais. Com ela, além disso, fortalece-se a paz, contribui-se para o desenvolvimento da América e constitui-se uma força poderosa que lhe permite ter voz e capacidade de negociação diante das grandes potências.

Os interesses nacionais de cada um, nessas condições, saem favorecidos. Para isso é preciso estabelecer procedimentos eqüitativos que levem em conta as verdadeiras aspirações e necessidades de ambos os povos.

A possibilidade de trocar idéias e de analisar com franqueza e responsabilidade os problemas que possam existir pensando em comum nas soluções apropriadas será, portanto, o meio mais idôneo para que se passe do plano da retórica para o plano das realizações.

Não tenho dúvida de que este é o espírito que anima a todos os participantes.

Com esse mesmo espírito, aspiramos a que, no futuro, estas Reuniões venham a constituir fatos habituais entre representantes do pensamento, da ciência, da economia e da empresa de ambos os países, e que possamos estendê-los ainda mais às outras nações da América.

Desejo, com esses votos, deixar inauguradas as sessões do Encontro para as Relações entre a Argentina e o Brasil na década de 80.

1. A ARGENTINA E O BRASIL NO MUNDO E NA REGIÃO NA DÉCADA DE 80 (visão política)

Palavras de introdução pronunciadas pelo Doutor Miguel Angel Ortiz.

Com emocionada honra deixei-me trazer a esta tribuna erguida pelo Conselho Argentino de Relações Internacionais, rodeado por preclaros cidadãos do Brasil e da Argentina, reunidos para examinar, com serena profundidade, o futuro das relações entre nossos dois países.

Asseguro que minhas palavras não serão uma incursão na futurologia. Serão simplesmente uma observação do presente, um atestado de testemunhos do passado, que nos dão uma nítida experiência, e de um futuro já iniciado entre os dois países.

O relacionamento entre os Estados, sobretudo entre os Estados próximos, costuma ser absorvido por três atitudes principais: *a rivalidade, a indiferença, a complementação.* A vaidade nacional costuma levar-nos intempestivamente à rivalidade, a uma pretensão de superioridade, a uma tentativa de vantagem individual. A verdade é que as distantes rivalidades de nossas respectivas metrópoles cavaram sulcos para separar-nos; por outro lado, impediram a realização da unidade continental. Criaram, assim, supostos e obstinados "destinos manifestos" que chegam a constituir pretensas doutrinas de interpretação do passado e de previsão do futuro.

Uma incontestável e constante realidade territorial, cultural, religiosa, geográfica e política oferece uma invencível resistência às concepções sulfúreas que são formuladas.

Permito-me confessar que, apesar da confusão de dados que se mencionam, de números que se somam, de médias que se obtêm para tirar conclusões sempre tendentes a formular políticas de poder, as quais inegavelmente têm sua razão de ser, continuo acreditando *que o relacionamento entre Argentina e Brasil é um relacionamento substancialmente moral, que se baseia em profundas essências espirituais e que sobrevive tanto para inspirar realizações concretas, como para evitar ocasionais inconformismos ou desinteligências. Um século de paz nos mostra, felizmente, o triunfo da amizade.*

Creio que se poderiam reordenar ou incluir os temas acertadamente selecionados pelo Conselho em *três grandes capítulos.*

1. *Um teria que ser aquele referente ao presente e futuro do homem e da mulher de nossos países,* sua ideologia, seu sistema político, sua segurança social. É indispensável que pensemos nesse ser humano com urgência e com eficiência. É necessário que pensemos concretamente em

nossa democracia. Inexplicavelmente, estamos nos atrasando e as dificuldades continuarão a ser maiores enquanto não levarmos a cabo aquela ordem de François Perroux: é preciso desenvolver plenamente e integrar o homem na sociedade. Será necessário que se confirmem ou se instalem democracias sólidas, que admitam devidamente suas condições indispensáveis de liberdade e de igualdade, provê-las de crenças sólidas, que as tirem de suas anomias e desorientações. Além disso, que lhes proporcionem defesas espirituais contra as chamadas "agressões pacíficas".

2. *Será necessário reconhecer que o desenvolvimento agora é integração.* Isso significa que só se pode atingi-lo complementando e unificando nossos esforços, em vez de encarecer as iniciativas gastando ou malbaratando os recursos sempre escassos destinados a levá-las a cabo.

Não há dúvida de que podemos organizar um imenso centro de poder econômico, comercial, industrial e de serviços sem prejudicar a capacidade própria de cada um no fortalecimento de seu poder econômico próprio.

Não há por que ater-nos à idéia de que somos países complementares, porque em grande medida não o somos. Somos e queremos ser exportadores, somos e queremos ser importadores. Não há por que aceitar nenhum déficit atávico ou crônico. Temos que manter o equilíbrio, a curto ou a médio prazo, de nossas balanças de pagamentos.

Não creio tampouco que se faça necessária uma nova distribuição do trabalho internacional, e menos ainda orientada de fora de nossa área. A Argentina não deseja ser o agricultor. Nem o Brasil quer ser o industrial. Cada um quer ser tudo aquilo o que puder ser, com o pleno aproveitamento de suas próprias possibilidades e sem renunciar a nenhuma delas.

Ambos os países se encontram em um estágio de *decisiva ampliação de seus recursos e tecnologia nuclear.* A despeito das pressões de uma verdadeira oligarquia internacional, o Brasil e a Argentina têm prosseguido com seus programas, de cuja realização emergirão grandes mudanças em nossa evolução industrial e energética.

Quando, entre os anos de 1965 e 1966, convidei os Chanceleres dos países da *Bacia do Prata* a constituir um organismo permanente para o estudo e aproveitamento comum dos recursos da Bacia, fui levado a isso por dois *conceitos* igualmente unificadores: um, de que se trata de um sistema hídrico inseparavelmente unido e interdependente do ponto de vista da hidrografia. Quer dizer, imposto pela lei da natureza. O outro, o bem-estar de cada um dos nossos povos, o desenvolvimento de cada uma de nossas regiões, haveria de encontrar no sistema racional, integral e ótimo da Bacia inestimáveis contribuições ao progresso de cada uma das nações irmãs. Era a lei da solidariedade regional e da fraternidade.

Evidentemente tão imponente realização, considerada como uma das maiores do mundo, tinha que esbarrar em dificuldades ou diferenças de interpretação, sempre atendendo cada qual aos mais lógicos interesses de cada um. Evidente que estamos atrasados, mas não estamos retidos. Prosseguimos marchando cada vez com mais firmeza e mais entusiasmo quando começamos a vislumbrar que não eram simples ilusões ou fantasias ou utopias as grandes obras anunciadas.

A Bacia do Prata concretizada e a Amazônica para concretizar certamente mudarão a fisionomia da América Latina, levando a cabo uma profundíssima revolução de paz e de desenvolvimento.

Não podemos deixar de pensar no *problema da segurança.* Ninguém pode estar tão-só, nem o maior de todos, que precise esquecer sua política de isolamento.

Temos que buscar uma segurança coligada, não uma segurança submetida. Queremos unir-nos, mas não satelizar-nos. Também não estamos dispostos a intervir em nenhuma política que procure a hegemonia ou a subserviência ou o imperialismo de um determinado país, qualquer que seja ele.

Sem dúvida alguma a segurança coletiva entre nós, americanos, não conseguiu chegar a um sistema virtuoso nem eficiente. *Seu principal defeito talvez seja seu estado de dependência. Seu segundo defeito é que decidimos confiar em nossas próprias forças.* A zona conflitiva rompeu todas as fronteiras e ainda se agregaram os grandes espaços internacionais, como o ultraterrestre ou os fundos marinhos, dos quais temos de cuidar para que não continuem a servir unicamente

à causa das grandes potências, que são as únicas atualmente a dispor de condições econômicas e tecnológicas para fazê-lo. Mas não podemos hipotecar o futuro.

Muito se tem dito sobre o Terceiro Mundo e não faltam expressões de preocupação porque nos incluem nele. É fora de dúvida que, se estamos aí, é porque, sobretudo em razão de nosso desenvolvimento econômico, estamos muito distantes dos países adiantados. Não é uma situação nem definitiva nem desonrosa. As distâncias terão de ser encurtadas, conforme ocorre com o Brasil e a Argentina, já marcados positivamente para serem grandes potências a um prazo bem curto. Nessas condições, estamos no Terceiro Mundo, mas não somos "terceiro-mundistas". Somos ecumênicos.

Poderíamos afirmar que temos um *status* duplo: o de países desenvolvidos e o de países em vias de desenvolvimento.

Mas também não é o caso de abandonar as melhores relações com os países do Terceiro Mundo. Assim como encontramos sólidas coincidências com o mundo ocidental tradicional, temos que encontrar coincidências históricas com os ex-grupos coloniais e, com eles, impelir a todos para uma humanidade mais justa, mais livre, mais pacífica.

Deus ilumine as deliberações dos senhores delegados.

O BRASIL NO MUNDO E NA REGIÃO, NA DÉCADA DE 80

Embaixador Mário Gibson Barboza

Preliminarmente desejo registrar que as reflexões e os conceitos que vos oferecerei são de minha responsabilidade pessoal única e exclusiva.

Antes de entrar especificamente na matéria da presente intervenção, sob o título que me foi atribuído pelos organizadores deste encontro, julgo necessário submeter-vos algumas reflexões sobre métodos e processos de formulação de política externa, que nos possam orientar no exercício de futurologia a que, de certo modo, aqui nos entregaremos. A dificuldade maior que se apresenta aos responsáveis por esse tipo de atividade humana — a formulação da política externa — é que, nela, as escolhas e as dicisões se desenrolam e desenvolvem em dois planos diversos e nem sempre coincidentes: o interno e o externo. Ora, eleger, em determinado momento histórico, a predominância de um desses planos sobre o outro, não constitui, certamente, tarefa fácil, até mesmo porque os tempos e os espaços das duas realidades, a interna e a externa, raramente coincidem.

Contudo, é essa a *última ratio* de um serviço diplomático: a tarefa de formular e, uma vez aprovada, executar uma linha de ação extremamente cambiante, flexível, sujeita a frequentes correções de rumo e que, simultaneamente, tome como referência e ponto de amarração, por um lado, a evolução dos acontecimentos internacionais e, por outro lado, a forma político-econômico-social pela qual se constitui e se exerce o poder nacional.

Para isso, para essa complexa, delicada e arriscada tarefa é que existe o serviço diplomático de um país. Não fosse assim, dada a vertiginosa evolução dos instrumentos de comunicação mundiais, os Ministérios das Relações Exteriores já teriam sido substituídos, na prática, pelos órgãos internos de governo dos Estados, entendendo-se diretamente, entre si, os Ministérios de Comércio, de Economia, de Agricultura, de Justiça, de Educação, etc. A própria função de representação do agente diplomático poderia vir a tornar-se dispensável. De fato, assim já ocorre em grande parte, em termos de pompa e circunstância, se considerarmos que, no passado, era indispensável que o Chefe da Missão diplomática mantivesse um "salon" social, em que, ininterruptamente, recebia, cultivava e banqueteava a sociedade, os homens de governo e os de negócios do país em que se achava acreditado, justificando a mordaz definição que já se deu de um diplomata: aquele que dá de comer a quem não tem fome.

A política externa de um país há de estar intimamente vinculada aos centros de poder interno do Estado em benefício do qual é exercida, entendendo-se este, o Estado, como o governo que o representa ou, simplesmente, que o empolga, que lhe detém o poder. Pois que a política externa de um país não é uma abstração, uma criação ideal, movendo-se em órbita própria, sem tomar em consideração os elementos da vida política interna do país, as pressões de grupos, as formas políticas, econômicas e sociais, enfim, pelas quais nele se exerce o poder.

Estabeleço estas premissas para ir além e contestar a clássica definição segundo a qual a função do diplomata é *representar, negociar e informar.* É, sem dúvida. Mas não é só. A definição estaria completa (como o deve ser uma definição) se a política externa de um país se limitasse a ser o reflexo fiel de suas condições internas.

Ocorre que a diplomacia de um país se vê confrontada hoje – e o estará sempre mais – pelo dever de não se limitar a espelhar externamente sua realidade interna, cabendo-lhe, precipuamente, abrir-lhe fronteiras para ajudá-lo a modernizar-se, alertando-o para a necessidade de absorver novas formas de convivência internacional, proporcionando-lhe instrumentos para complexas decisões face ao desenvolvimento tecnológico. Tudo isso com o objetivo de evitar-lhe, até mesmo no caso de países ricos e altamente desenvolvidos – e, por via de conseqüência, muito mais nos pobres e subdesenvolvidos – uma fatal parada no tempo, a qual significaria, na verdade, irrecuperável retrocesso, dado o ritmo em que tudo hoje ocorre.

Em outras palavras: o *poder nacional* não é hoje constituído somente pelo somatório dos elementos internos de um país, e sim, também, pela capacidade desse mesmo país de *subsistir* adequadamente na comunidade internacional, entendendo-se por "subsistir" a sua permanente adaptação à realidade mundial, em todos os planos: no político, no econômico, no social, no tecnológico.

Desnecessário dizer que, se estas considerações são válidas para todos os países, então, no caso dos países chamados "em desenvolvimento", não apenas serão válidas, mas assumem matizes dramáticos, pois, para estes, se trata, simultaneamente, de *abrir espaço e recuperar tempo.* Abrir espaço político e econômico, num mundo em que os detentores desse mesmo espaço provam, abundantemente, cada dia mais, não serem suscetíveis de se convencerem de que, no próprio interesse, devem negociar suas riquezas com os que não as possuem; tal como ocorre, aliás, no plano interno de cada país. Recuperar tempo, ou antes, não perder, mais uma vez, a corrida do tempo, ficando do lado de fora da revolução tecnológica, como ficaram do lado de fora da revolução industrial.

Reflitamos, agora, sobre alguns aspectos do exercício, propriamente, da política externa. Aqui, como na sua formulação, se apresentam necessidades, freqüentemente contraditórias, nos dois planos, no *interno* e no *internacional,* pois que, muitas vezes, para formar-se uma base de sustentação perante as estruturas de poder nacional, dizem-se e fazem-se coisas pelas quais se pode terminar por pagar um alto preço internacional. São muitas as seduções nesse terreno, mas identificarei apenas quatro principais, que citarei sem preocupação de gradação: 1) a tentação retórica; 2) a tentação triunfalista; 3) a tentação do julgamento anacrônico; 4) a tentação da supersimplificação.

A Tentação Retórica

Ocorre com freqüência, a cada passo do discurso perante o auditório interno. Somente a duras penas se resiste à tentação de fazer da política externa um exercício retórico, intitulando-a, com fácil êxito, para a opinião pública nacional, que nem sempre se encontra suficientemente alertada para as conseqüências que esse mesmo exercício retórico pode ocasionar para a presença internacional do país.

Uma coisa é expor e explicar internamente a política externa que se está praticando. É isso dever moral e obrigação irrecusável, numa sociedade que se quer aberta e democrática; dever e obrigação que apenas podem ser adiados, se a atuação diplomática assim o exigir, para o seu próprio êxito ou para salvaguardar, eticamente, interesses de terceiros países. Foi o caso, por exemplo, de quando, nos anos de 1970 a fins de 1973, o Brasil exerceu intensa, delicada e exaustiva atuação diplomática de convencimento junto ao Governo português de então e de mediação entre este e os Governos africanos mais empenhados no problema, no sentido de se obter, com o apoio e o incentivo destes, uma solução, pacífica e negociada, de completa autonomia e independência das colônias portuguesas na África. O esforço desenvolvido nesse perío-

do por nossa diplomacia foi incansável e esteve quase, mesmo, por ser bem-sucedido. Trata-se de episódio ainda não suficientemente divulgado e que hoje, obviamente, deixou de ser de caráter sigiloso. Mas, na ocasião em que se desenvolvia aquela difícil atuação, divulgá-la, se por um lado nos deixaria em posição confortavelmente popular perante a opinião pública nacional brasileira, cujos sentimentos anti colonialistas, por motivos até mesmo históricos, são e sempre foram um traço fundamental da nossa própria formação, por outro lado eliminaria, *ipso facto*, qualquer possibilidade de êxito da tentativa.

Dizia: uma coisa é explicar internamente, quando se pode, a política externa que se está praticando. Outra é valer-se dela para o emprego de fórmulas retóricas, de êxito fácil inicialmente, mas freqüentemente de conseqüências, senão daninhas, pelo menos fastidiosas, pela necessidade de se vir repetidamente a público para um interminável debate no resvaladiço terreno da semântica política. É o que ocorre, por exemplo, quando se dá um título, uma designação à política externa do país. Melhor, certamente, é deixá-la pagã, não a batizar. Até mesmo porque é assim que procede a vasta maioria da comunidade internacional, que não dá nome à sua política externa, entre outras fortes razões, em virtude do caráter velozmente cambiante da realidade internacional, que obriga, freqüentemente, a correções de rumo. Em vez de intitular a política externa, mais serve planejá-la e executá-la, sem a obrigação de uma permanente e fatigante necessidade de fazer coincidir o título com a atuação — ou a atuação com o título, o que é ainda mais penoso.

Se me permitirem, neste passo, abandonar por um instante o terreno das generalizações, para pisar o solo arriscado das confissões pessoais, dir-vos-ei, brevemente, que em certa ocasião, quando me incumbia a honrosa responsabilidade de chefiar a diplomacia de meu país, entreguei-me ao pecado da retórica, com resultados pelos quais até hoje estou penando. Conscientemente, só me recordo dessa ocasião, mas provavelmente terei pecado em outras.

O caso é que me encontrando em Nairobi, durante a visita oficial que fiz ao Quênia, em fevereiro de 1973, resolvi dizer, em discurso público, que o Brasil se recusava a reconhecer a existência de um terceiro mundo, por considerar que a denominação, extraída do farto laboratório de fórmulas dos países ricos, era discriminatória contra nós, países em desenvolvimento, pois tendia a confinar-nos num submundo, condenando-nos, assim, a nunca romper os grilhões da pobreza. E acrescentava, mais ou menos, o seguinte: ignoramos a existência de um terceiro mundo, até mesmo porque não sabemos quais são os dois primeiros, nem se existem um quarto ou um quinto.

Como vêdes, tratava-se de uma formulação retórica, ainda que com razoáveis fundamentos éticos. Pareceu-me também óbvio, na ocasião e na oportunidade (recordo-vos que me encontrava em Nairobi), que se tornava clara a minha intenção de demonstrar a solidariedade do Brasil para com aspirações, que eram e são nossas, a um tratamento justo, equânime, esclarecido, inteligente, por parte da comunidade dos ricos para conosco, os pobres, sem nos deixarmos aprisionar em divisões arbitrárias do mundo. Tratava-se, contudo, de uma formulação retórica, concedo. Por ela paguei caro, pois que, ainda recentemente, me vi acusado de haver querido, então, maliciosamente, ignorar a existência do terceiro mundo, por obediência... pasmem! ao Departamento de Estado, por subserviência a Washington!... Ah!, como me arrependo de haver cedido àquela tentação retórica! Consenti-me aproveitar a presente oportunidade para prometer aceitar a existência do "terceiro mundo"; e sendo assim, é óbvio, que o Brasil faz parte dele...

A Tentação Triunfalista

A História nada mais é do que um continuado relato de insucessos, de iniciativas que falharam ou não se consolidaram, de impérios que passaram e se reconhecem hoje apenas pelas suas ruínas, de realidades que pareciam eternas e se tornaram, com o tempo, meras lembranças do passado. Este é um dado que me parece necessário terem presente os que fazem política externa, pois estão *fazendo* História, estão lidando com matéria extremamente fugídia, com um tecido cuja trama precisa muitas vezes ser pacientemente refeita, tal como o fazia Penélope para escapar do assédio dos pretendentes.

Mas o homem necessita de equilíbrio e, sobretudo, de estabilidade. Assim, por um compreensível mecanismo de compensações, quem lida com política externa tende a apresentar aquela que está pondo em prática como sólida, permanente e bem-sucedida. É a tentação do

triunfalismo. Trata-se, contudo, de um exercício em vão, pois não conseguimos convencer ninguém de coisa alguma, principalmente daquilo que nos é favorável.

A *tentação triunfalista* acha-se intimamente ligada àquilo que chamei a *terceira tentação*, ou seja, a do *julgamento anacrônico*. Esta consiste em analisar, com elementos do presente, a atuação diplomática de um passado em que os fatores em presença eram diversos, senão opostos: Por exemplo: quando o Barão do Rio-Branco proclamou a sua famosa tese do "destino manifesto", pela qual se via uma profunda identificação dos interesses do Brasil com os dos Estados Unidos, fazia ele uma corajosa profissão de fé nacionalista, pois com isso marcava o inserimento da política externa brasileira no Continente, num verdadeiro grito de independência em relação ao imperialismo de turno, que era o inglês. Julgado pelos padrões e pelos valores de hoje, o Barão seria um "entreguista"....

A ligação íntima e natural entre a *tentação triunfalista* e a do *julgamento anacrônico* consiste em que uma propicia a outra, pois que, em se fazendo *tabula rasa* do passado, torna-se menos difícil proclamar as virtudes do presente. E os homens gostam de se investir no papel de Jeová, criando o mundo à sua imagem e semelhança...

A Tentação da Supersimplificação

É, talvez, a mais perigosa de todas, pois enquanto a primeira, a da *retórica*, é de caráter intelectual e a segunda e a terceira, isto é, as tentações do *triunfalismo* e do *julgamento anacrônico*, são de natureza ética, a *supersimplificação* pode levar — e freqüentemente leva — a erros de avaliação capazes de causar efeitos prejudiciais ao próprio poder nacional.

O mundo não é simples, mas o homem procura, por natureza, em obediência à sua própria essência íntima, simplificar o universo, começando pela tentativa de reduzir os seres a coisas. Muito já se conseguiu nesse sentido, reconheça-se, sem que com isso haja melhorado a qualidade da vida no planeta.

Postas assim, esquematicamente, essas premissas que, em grau maior ou menor, sob modalidades e circunstâncias diversas no tempo e no espaço, se podem aplicar indistintamente à formulação da política externa de qualquer país, cabe perguntar agora: como se insere a presença do Brasil no mundo e na região, na década de 80?

Trata-se, a rigor, de uma análise em termos de futuro e não de uma verificação do passado e do presente. Embora, uma vez que não há cortes arbitrários no tempo, as três medidas se interpenetrem para formar um tecido só.

Recorrerei, neste passo, a uma figura matemática para dizer que na projeção da atuação externa de um país devemos considerar os fatores *permanentes* e os *variáveis*. Para tornar tudo ainda mais complexo, estes, os variáveis, ocorrem com maior freqüência do que os permanentes. E se dividem em estabilizadores e desestabilizadores.

Fator *permanente* nosso são as dimensões físicas do Brasil, sua complexa geografia, sua multiforme composição étnica, distribuída em áreas demográficas relativamente densas, ao lado de verdadeiros "desertos" populacionais. Esse nosso fator permanente impõe-nos a consciência de que, antes de tudo, se nos apresenta a necessidade de preservarmos a unidade nacional que mantivemos através de nossa história. *Poder nacional*, portanto, representa, para o Brasil, antes de tudo, um permanente encontro com a sua individualidade como Nação. Jamais ponto de partida para pretensiosas afirmações hegemônicas em relação a outros países, atitude essa, aliás, que de modo algum interpretaria a maneira de ser da gente brasileira. Até mesmo porque bem sabemos do gigantesco esforço que necessitamos e necessitaremos cada vez mais empreender para o nosso desenvolvimento, lutando contra o atraso tecnológico, contra a ausência de capitais próprios para investimento e, sobretudo, desde a crise do petróleo, contra a carência desse bem de consumo de importância capital para nossa própria subsistência.

Em suma, o Brasil é — e o sabe muito bem — um país sub-desenvolvido ou, se o quiserem, para adotar terminologia menos contudente, "em desenvolvimento". Seja qual for o número do mundo em que nos coloquemos — e já prometi aceitar o terceiro — nossos problemas são, em grau maior ou menor, os que afligem nações como a nossa, que procuram abrir caminho num mundo onde a generosidade, ainda mesmo aquela que constitui uma simples equação de bene-

fícios mútuos, encontra bem pouca acolhida. Impõe-se-nos, assim, solidariedade com os países que, como o nosso, se recusam a crer que a História se desenrola necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros, que sustentam que a verdadeira paz não pode ser identificada com a manutenção do *status quo* mundial, que é dramaticamente urgente inverter a tendência de ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres, que urge a mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico, que não há paz sem desenvolvimento, que a segurança política não pode estar dissociada da segurança econômica.

Em termos de cooperação internacional, os sinais, neste início da década de 80, são mais negativos do que positivos. A crise mundial – crise econômica, crise política, crise social – não está exercendo um esforço centrípeto, mas sim, ao contrário, centrífugo, em relação à meta da organização coletiva. Se há uma insistência teórica na busca coletiva de soluções globais, o que se está verificando, na prática, é o oposto. Na prática, o que se vê é a proliferação de reuniões em circuito cada vez mais fechado: reuniões de sete, de cinco, de quatro, de três, de dois – como se o mundo pudesse ser assim simplificado. São as chamadas reuniões de cúpula, em que se ignoram, praticamente, os problemas e as necessidades da vasta comunidade dos países subdesenvolvidos, que constituem, afinal, a maioria do nosso planeta.

A alta abrupta e progressiva dos preços do petróleo desorganizou as estruturas do poder mundial, atuando como uma *variante desestabilizadora*. Mas esse fato, a "revolução do petróleo", não pode ser considerado isoladamente, e sim como parte de uma cadeia de acontecimentos sucessivos, cujo elo primeiro vamos encontrar na derrota dos Estados Unidos no Vietnam, a qual expôs a vulnerabilidade de uma superpotência, cujo poder se pensava, até então, incontrastável. Assim como a valorização avassaladora da área que produz a maior parte do petróleo consumido pelo Ocidente permitiu a explosão iraniana, que ousou desafiar impunemente a maior potência mundial, mantendo como reféns os funcionários da sua Embaixada em Teerã.

Seja como for, a alta contínua de preços do petróleo é a causa direta e principal, hoje, da maioria das dificuldades com que se defronta a economia mundial. Ora, se o problema é mundial, obviamente a sua solução não pode ser parcial, nem, muito menos, minoritária. Até mesmo porque temos, todos, de aprender a viver com essa crescente dificuldade, adaptando-nos a uma realidade que não é suscetível de modificação a curto prazo – e muito provavelmente, mesmo, a médio prazo. Nem constitui, por outro lado, um bom caminho o de nos queixarmos dos periódicos aumentos dos preços do petróleo, uma vez que esses aumentos ocorrerão inflexivelmente e independentemente de nossa vontade, a tal ponto que já vamos tendo, e continuaremos a ter sempre mais, a nostalgia dos preços "de antes".

Eticamente, muito se pode construir ao redor do assunto. Mas a ética, como se sabe, nunca é absoluta, havendo sempre a possibilidade de se apresentar de sinais trocados, como, por exemplo, quando os países produtores de petróleo argumentam que não estão gastando um produto e sim um capital insubstituível.

De qualquer modo, temos de ser realistas. O Brasil, pelo menos, não se pode permitir a imprevidência de não o ser, dada a grande carência que sofre em matéria de combustível. Por isso mesmo é que nos lançamos, com determinação, em programas substitutivos de fontes de energia, entre os quais avulta, em termos imediatos, o da utilização do álcool.

E temos de tentar montar uma equação política, tanto os países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos, tanto os produtores quanto os consumidores de petróleo, que nos permita negociar uma solução racional para um problema que tanto nos afeta, e nos afetará muitíssimo mais ainda, a todos e não apenas a alguns. Pois uma recessão verdadeiramente mundial, que já desponta ameaçadora no horizonte, afeta e afetará, fatalmente, a comunidade internacional, sem exceção alguma.

Prioridades em nossa atuação externa, o Brasil as tem, certamente, como as tem, de resto, todo e qualquer país. Salta aos olhos que a primeira é a nossa própria região latino-americana, a cuja sorte nos achamos indissoluvelmente ligados, pela geografia e pela vontade.

Torna-se impróprio, contudo, falar em *prioridades*, sem estabelecer, desde logo, que não podem ser elas excludentes de uma atuação globalista, dentro dos limites de nossas possibilidades, em íntima cooperação com os países em desenvolvimento e, simultaneamente, em intenso diálogo com os países altamente desenvolvidos. Com o progresso tecnológico a que se chegou no mundo, sobretudo nos meios de comunicação, a História não se processa mais em compartimentos estanques, por maiores que sejam as afinidades regionais; mas, sim, como uma realização global. E a cooperação mundial, para ser totalmente frutífera, não se pode realizar em termos excludentes, no sentido apenas dos paralelos ou dos meridianos.

Assim é que decidimos abrir-nos para os países africanos e vamos levando decididamente avante esse processo de abertura, incentivados pela identidade, com gradações diferentes, entre nossos problemas e os dos nossos vizinhos do leste, além de afinidades naturais, tais como a influência africana em nossa composição étnica e a nossa comum e visceral repulsa a qualquer forma de racismo e de colonialismo. Descobrimos, outrossim, em termos práticos e reais, que a cooperação entre países em desenvolvimento pode ser altamente proveitosa, que a própria carência de técnicas e capitais pode proporcionar formas de desenvolvimento adequadas aos nossos meios.

Voltando à nossa região específica, ao nosso espaço continental e, mais particularmente, à área latino-americana, gostaria de advertir, antes de tudo, mais uma vez, contra o perigo da supersimplificação. Pois não devemos cometer, nós mesmos, o erro que outros, freqüentemente, cometem para conosco, ao nos tratarem, comodamente, como se fôssemos um só, uma unidade. Tal como não se pode falar, a rigor, numa realidade genérica africana, ou européia, ou asiática.

É certo, contudo, que, apesar de nossas diversidades e de nossas características próprias e individuais, existe uma *gente latino-americana*, há algo, um tanto indefinível, que nos identifica. Não pretendo alongar-me, neste passo, sobre as causas de natureza sociológica, política, econômica, geográfica que informam essa identidade latino-americana. Limito-me a registrá-la. O que não é fácil, reconheçamos, é fazê-la operar a nosso favor, pois somos todos individualistas e, felizmente, avessos à formação de blocos de poder. Mas é indispensável fazer com que essa identidade passe a operar em nosso favor, transformando-se em solidariedade efetiva, em benefício mesmo de nossa luta comum por um mundo equânime, justo e pacífico.

Penso que assistiremos a profundas modificações políticas, sociais e econômicas no subcontinente latino-americano, nesta década que se inicia. De resto, os ventos das reformas já começaram a soprar. Nem pode ser de outro modo, numa região do mundo que herdou valores de países superdesenvolvidos e ainda não os absorveu completamente, para transformá-los numa realidade cultural (no sentido mais amplo da palavra) própria e autêntica.

E já que fomos chamados a um arriscado execício de futurologia, permiti-me dizer que, se nos entregarmos à tentação de dividir o mundo em grandes áreas geográficas, para adivinharmos como se desenrolará, daqui em diante, o processo histórico, teremos de reconhecer, objetivamente, que a área latino-americana apresenta características que a distinguem como de importância prioritária. Pois, mais cedo ou mais tarde, as nossas potencialidades se encontrarão com as nossas realizações. Não vejo outra região do mundo que reúna, simultaneamente, base cultural mais ampla, espaço mais vasto, recursos mais extensos, população mais rica em termos de composição étnica. E sem que tudo isso tenha ainda sido objeto de um processo de real interação, sem que se ache verdadeiramente modernizada a nossa sociedade, sem que tenhamos absorvido, em todas as suas possibilidades, a revolução tecnológica que é a marca da nossa época.

Quando começará isso a ocorrer? Quando se dará essa interação? Nesta década de 80?

OS DOIS PAÍSES NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Embaixador Nicanor Costa Mendez

El tiempo, tiránicamente limitado, obliga a hablar con un estilo o si se quiere, con un procedimiento casi taquigráfico. Más que una disertación o siquiera una esposición, será esta apenas una expresión de consideraciones que a guisa de premisas o supuestos sirvan para el debate.

El orden que me he propuesto es el siguiente: en primer término definir los principios y orientaciones que gobiernan el sistema internacional hoy; enseguida, en mérito a consideraciones que son obvias y que en todo caso en su oportunidad serán repetidas, procurar descubrir cuales serán las orientaciones y la política de los Estados Unidos tanto en la perspectiva internacional como en relación con América Latina. Desde luego creo indispensable prestar consideración y tiempo a su análisis del gobierno del presidente Reagan en el período que se iniciará en la segunda mitad de enero próximo; en tercer término examinar y pasar revista a la situación actual de América Latina; por último me referiré concretamente a Brasil y Argentina.

Fiel a las reglas establecidas por el Consejo y por los organizadores de este debate me he impuesto dos limitaciones: por una parte, procurar excluir, en la medida que ello sea posible (y la dificultad es grande), las consideraciones y las perspectivas económicas; por otra parte omitir toda observación o reflexión vinculada a la relación bilateral que une Argentina a Brasil tanto en su perspectiva actual como en su futuro.

La situación Internacional: La bipolaridad política, esto es, el claro dominio de la situación internacional por parte de USA y de la URSS tiende a desaparecer. Ninguna de las dos grandes potencias controlan la situación internacional; más aún, no la controlarían tampoco aunque quisieran actuar en forma conjunta. No es necesario probar este aserto; la acción independiente de China, las pretensiones de la Comunidad Europea, la incapacidad de los Estados Unidos para prevenir, orientar o poner fin a la crisis de Irán, la condenación del enfrentamiento entre Irán e Irak, las reacciones frente a las invasiones a Afganistán, la crisis política o la rebelión de los países productores de petróleo, son ejemplos que abonan esta aseveración.

Si la bipolaridad política ha concluído en cambio el duopolio nuclear mantiene todo su vigor. Los Estados Unidos y la Unión Soviética ejercen en el campo de la fisión atómica un claro dominio que nadie cuestiona, ni las novedades que Francia esgrime, ni las aventuras chinas en este campo ni menos, por cieto, el desarrollo británico ponen en peligro ese duopolio. La multipolaridad no ha eliminado ni atenuado, sin embargo, el conflicto este-oeste. La plena vigencia y el vigor de este conflicto constituyen la tercera nota definitoria del mundo. El conflicto este-oeste se mantiene en sus tres dimensiones: la rivalidad ideológica, el enfrentamiento político y la competencia militar.

La ideología marxista leninista tiene una esencial vocación expansionista y la enérgica voluntad que la URSS pone a su servicio no se detendrá mientras sus fronteras no sean las del universo o ella no sea condenada o derrotada en la confrontación bélica.

La competencia militar se da en dos terrenos, el nuclear y el convencional. Conviene examinar separadamente uno y otro. Mucho se ha hablado sobre la relación de capacidad nuclear entre la URSS y USA. No corresponde aquí cumplir el análisis ténico detallado de una y otra situación pero sí cabe formular estas afirmaciones: 1º) Que al 31 de Diciembre de 1979 para tomar una fecha convencional, la situación objetiva, juzgada en función de los vehículos capaces de actuar, es confusa y la ausencia de homogeneidad hace difícil medir la capacidad relativa de una y otra de las dos potencias. 2º) Que en megatones y bocas de fuego la superioridad de la URSS es clara. 3º) Que no todas las asimetrías en las fuerzas opuestas conducen necesariamente a una fractura de la disuación ó a la posibilidad de explotar esa asimetría para obtener ventajas políticas. La vulnerabilidad del sistema americano actual (minute man ICBM) frente a un primer ataque soviético es relativa. No es fácil pensar que los líderes soviéticos pueden tener la seguridad de que lanzado el primer ataque nuclear contra USA, los gobernantes americanos, antes que este llegue, no pongan a su vez en movimiento los dispositivos y ataquen a la URSS por una parte y se defiendan del ataque de ésta, por la otra. La muy reciente modificación de la estrategia nuclear norteamericana dispuesta por el Presidente de USA en la llamada Resolución Nº 59 es prueda de ello.

Por lo demás, la decisión de la NATO de introducir en Europa los misiles Pershing 2 y el Misil Crucero con la vulnerabilidad que interfiltran en el sistema soviético — el missil lanzado desde Europa llega a Moscú bastante antes de lo que el misil lanzado en Moscú llega a Washington — tienden a reducir el presunto desequilibrio.

La situación nuclear lleva a dos conclusiones: una, que el peligro de un enfrentamiento nuclear total no es inmediato y otra que no existe una ventaja soviética suficientemente clara como para que las autoridades moscovitas quieran utilizarla salvo para imponer su voluntad en la solución de problemas absolutamente esenciales y fundamentales, cuya importancia justifique correr el enorme, terrible y terrorífico riesgo.

La ventaja militar convencional de la URSS y del Pacto de Varsovia en Europa es clara: nadie la discute. Sí se cuestiona, en cambio, la posibilidad real del uso de esa ventaja no es tan seguro en cambio que la URSS esté dispuesta a utilizar esta ventaja en forma indiscriminada y contínua y sin pesar debidamente y ponderar riesgos y beneficios.

El enfrentamiento ideológico y la competencia militar van acompañadas de una rivalidad política entre este y oeste. Es decir, de una lucha por prestigio, predominio internacional e imposición de voluntad de gobierno. En tal sentido el Tercer Mundo aparece como el terreno más propicio y más probable para que los enfrentamientos tengan lugar, sean ellos directos ó indirectos.

Las naciones industrializadas están cada día más afectadas en sus intereses, por lo que ocurre en el Tercer Mundo; dependen del petróleo, de los minerales y de otras materias primas que producen y exportan las llamadas naciones marginales. Ellas son por los demás mercados ideales y cada vez más amplios para las manufacturas producidas en el Primer Mundo. La lucha entre EEUU y Europa por estos mercados es tanto mayor cuanto más grande es la recesión del mundo industrializado. El abastecimiento de petróleo ha dado al Golfo Pérsico una relevancia estratégica extraordinaria; la seguridad en la región es ahora esencial para la seguridad de todo

el orden internacional. El tercer mundo se ha convertido en personaje primario en el teatro internacional.

No es seguro, en modo alguno, que la URSS tenga mayores virtudes que Occidente para conquistar ese Tercer Mundo. No tiene ventajas sobre Occidente. Hoy en día la URSS sólo puede descartar en su superioridad militar para dominar las naciones agrupadas bajo aquella imprecisa pero útil denominación y la superioridad militar no basta. Occidente en cambio, que inicia la competencia con la desventaja que significa el pasado colonial y los resentimientos que él trae consigo, equilibra sin embargo esa situación debido a su mayor capacidad comercial, a su incuestionable superioridad tecnológica, su talento financiero y en definitiva y a la larga, a una ideología de libertad, de independencia y de valoración del hombre que, si bien lentamente es cierto, no podrá dejar de otorgarle superioridad. El factor económico incide también en el panorama internacional. Las naciones del mundo industrializado y las de desarrollo intermedio que van en pos de aquellas, deberán acostumbrarse a un mundo distinto del que dió a tantos un exagerado optimismo y una fe en un progreso y un crecimiento que se consideraban indefinidos. El desempleo, la lentitud en el crecimiento ó aún el estancamiento, el surplus de algunoos productos y la dificultad en la distribución internacional ó en el comercio de otros, crearán dificultades y tensiones de toda índole. Nada indica que en este escenario la URSS pueda prevalecer sobre Occidente.

En suma, el escenario internacional es complejo, difícil y hasta anárquico. Coexisten el duopolio nuclear y el multipolarismo político. La versión actual la decimonónica doctrina del equilibrio de fuerzas no obligará a pensar en un equilibrio forzado y logrado merced a que la URSS quedaría cercada por USA, China, Japón y Europa. Esta solución, que si bien no tiene vigor suficiente frente al hecho nuclear, tampoco debe ser descartada como una forma de convivencia internacional precaria, inestable e insuficiente pero de hecho, real y no el peor sustituto de la paz. En suma, para los próximos cinco años es posible prever un equilibrio entre la URSS y USA en todos los frentes y una pérdida del poder relativo de las dos superpotencias sobre el resto del mundo que adquirirá progresivamente mayor independencia y que lentamente escapará al control de una y otra. La política y el desarrollo de las naciones del Tercer Mundo es esencial para evitar que el oportunismo soviético aproveche situaciones críticas allí. Es en el Tercer Mundo sin duda donde tendrán lugar los enfrentamientos, y dentro de él es el Medio Oriente, el verdadero polvorín porque allí se dan conflictos religiosos, raciales y políticos, a la vez que geográficos. En estos próximos años se hará el enfrentamiento entre quienes desean y pretenden mantener "Velis nolis" en orden económico y restringir las decisiones políticas a un número reducido de naciones y quienes por otra parte buscan romper ese cerro.

USA no controla hoy el mundo en la misma medida y con el mismo vigor con que lo hiciera desde el fin de la guerra hasta la terminación del conflicto vietnamés. El mundo ha escapado ó escapa al dominio de Washington. El poder militar americano convencional declina y el poder nuclear, antes absoluto ó claramente superior es hoy en el mejor de los casos, equivalente al de la URSS.

La situación económica de USA ha desmejorado claramente. Los signos son evidentes: inflación, estancamiento, recesión, incapacidad para sostener la competencia de otras regiones del mundo, creciente proteccionismo.

El cuadro militar, la pérdida del poder político y la declinación económica van acompañados por actitudes de auto cuestionamiento que llegan incluso a disminuir la clara y precisa identidad nacional que caracterizaba a la superpotencia. USA parece avergonzada, por momentos, de su poder militar. Los aliados se alejan y los neutrales parecen convertirse en enemigos. Las fuerzas externas, abandonadas, tienden a radicalizarse; los desafíos que no tienen respuesta suscitan desafíos y cuestionamientos mayores. La pérdida de la capacidad para influir en los hechos internacionales ó para explotar situaciones favorables es incuestionable.

El 4 de Noviembre ese cuadro parece haber cambiado sustancialmente. Bien sabemos que una elección es a la vez expresión de circunstancias episódicas y efímeras y de transformaciones

sociales esenciales que tienen antecedentes hondos y no siempre cercanos al hecho electoral en que se expresa.

La sociedad americana votó ciertamente contra Carter, condenó su política económica ó la falta de ella; censuró su incapacidad para administrar al país y, sobre todo, castigó su torpeza y la medida en que comprometió el liderazgo americano y la misión internacional de su pueblo. Carter fracasó y el votante no perdonó el fracaso.

Pero la elección es además, y quizás por sobre todo, una afirmación de la inclinación del pueblo americano hacia la derecha frente a los liberales y a los radicales.

Más esa derecha no es una derecha simplemente tradicional y conservadora. Es una derecha compleja en la cual conviven los no conservatives, los viejos conservadores liberales. Las coincidencias pueden expresarse así: una afirmación de la necesidad de contener los excesos en el presupuesto federal y buscar equilibrarlo; una afirmación de la necesidad de reducir impuestos, acelerar la descentralización y limitar la actividad del gobierno central y de los servicios de esta. Una condena del distribucionismo y una tarificación de los valores de la libertad, la actividad individual y la empresa libre. Para muchos la continuación de la acción conservadora que comenzó con Nixon bajo la divisa ley y orden y que Watergate interrumpió contra la naturaleza de las cosas.

Reagan conquistó el triunfo debido a que en buena medida en los últimos meses giró hacia el centro derecha y pasó de la derecha tremendista a la derecha reflexiva equilibrada. No debe, diríamos no puede, olvidar este hecho y su pretensión de realizar un gobierno fuertemente nacional y gobernar para todos los Estados Unidos, podrá lograrse en la medida en que afirme esta dirección. Es obvio que para ello deberá enfrentar en no pocos casos a un Senado ó a algunos senadores cuya posición quedará claramente más a la derecha que él mismo. La habilidad suya y de su gente para gobernar recibirá en este campo la primera sino la más importante prueba. Debe corregir el legado de una presidencial excesivamente debil y un congreso excesivamente fuerte, debe afirmar los principios pero tener flexibilidad en las tácticas.

Carter se rodeó de mediocres sin calidad intelectual, sin condiciones morales y con una visión pequeña y provinciana de la política.

Reagan parece rodeado de hombres capaces, destacados, con conocimiento de la política y de la economía y de la técnica de la administración y del gobierno; con gente que mira lejos y que tiene horizonte amplio. No es fácil definir en pocas líneas la política del Presidente Reagan y tampoco es fácil prever con precisión la orientación de su política exterior. No es imposible, sin embargo, percibir ciertas líneas.

I) En primer lugar los Estados Unidos procurará afirmar rapidamente su fuerza militar, nuclear y convencional para negociar con la Unión Soviética desde una posición de poder.

II) En segundo lugar parece posible percibir una sutil inclinación hacia el aislacionismo. No tanto para desentenderse de los negocios internacionales ó para encerrarse en sus problemas internos y abandonar a aliados ó amigos cuando para definir con mayor precisión el interés nacional estadounidense y hacerlo valer en todas las naciones y obligar a los aliados a percibir ese interés y a someterse a él.

III) En tercer lugar y como consecuencia de la premisa ya señalada parecería también posible adivinar, que para el gobierno de Reagan la existencia de alianzas, sobre todo la existencia de la alianza en el mundo occidental o si se quiere para mayor precisión, la alianza del Atlántico norte a la que quedó ya incorporado cuestiones geográficas aparte el Japón, no excluye una fuerte competencia con los aliados tanto en las materias políticas que no comprometen la alianza como casi sin límites en materia comercial, financiera ó industrial. La alianza no impide la competencia, podrá ser la divisa.

IV) El libre cambismo internacional sufrirá claros cercenamientos y el proteccionismo aduanero se levantará para satisfacer en buena medida a los hombres de negocios y a los obreros, unidos en esta ocasión, como ya lo adivinara Galbraight por intereses comunes.

V) Las consideraciones geográficas estratégicas, esto es, lo que se ha dado en llamar con palabra desmonetizada y que lleva consigo connotaciones no simpre positivas, geopolíticas será

hecho de mayor consideración. Las cuestiones concretas podrán reemplazar a las cuestiones globales; las situaciones precisas e intereses definidos sustituirán a temas abstractos como el de los derechos humanos. La política, parecería, tender más a las relaciones bilaterales que a las multilaterales. Los posibles acuerdos con la URSS deben tener en cuenta que ella es más fuerte en el orden del armamento convencional y por lo menos igual en el nuclear y también que es necesario armarse pero a la vez no arruinar la posibilidad de un acuerdo de limitación de armamentos. También deberá considerar el Sr. Reagan las partes vulnerables que tiene la URSS y la conveniencia de no llevarla a la paranoia del encierro. Buscar el armamentismo en suma y a la vez el control de armamentos.

La diplomacia antes que la intervención militar pero para ello tener los ojos y el oído bien afinados para percibir las zonas de posibles conflictos. La necesidad de respetar de hecho el Salt actual y a la vez negociar el futuro, recordar que las armas convencionales son indispensables en toda la región que vá desde el estrecho de Malaca hasta el canal de Suez.

No son pocos quienes han afirmado, tanto en los EU como en América Latina, que la actitud del gobierno del Presidente Reagan con relación a las naciones ubicadas al sur del Rio Grande, será radicalmente distinta de la que observó el Presidente Carter. No cabe duda que tendrá lugar un cambio importante. Más es preciso no exagerar, y es posible convenir que bien puede ocurrir que el cambio tenga lugar más en cuanto a la imágen que en cuanto a la última realidad.

La política del Presidente Carter con relación a América Latina, se fundó en el informe producido por la comisión presidida por el Embajador Sol Linowitz. Ese informe sirvió de programa. Los puntos fundamentales fueron los siguientes: 1º) Los problemas de la relación de Latinoamérica con los EU deberán resolverse en un contexto global; 2º) La cooperación latino-americana es indispensable para tratar los problemas internacionales; 3º) Latinoamérica interesa no por los peligros que ella conlleva cuanto por las oportunidades que ofrece; 4º) Los EU deben comprometerse a respetar sin cortapisa alguna la soberanía de las naciones americanas; 5º) La política de derechos humanos debe tener prioridad; 6º) Las relaciones con Cuba deben ser reanudadas; 7º) La limitación de armamentos debe ser impuesta y en especial toda transferencia de tecnología nuclear debe ser hecha con las debidas salvaguardas.

No hace más de dos meses la Sra. Kirpatrick, muy destacada asesora del Presidente Reagan durante su campaña, dijo en Buenos Aires, en este consejo, que el Presidente Reagan comenzaría por dejar de lado el informe Linowitz y por hacer practicamente todo lo contrario de lo que en el se indicaba. La plataforma aprobada por el Partido Republicano en la convención que eligió al Presidente Reagan dice, con respecto a America Latina, entre otras cosas lo siguiente: La administración Carter ha estimulado una precipitada declinación en las relaciones entre los EU y virtualmente cada uno de los paises de la región, las naciones de América Central y de América del Sur han sido castigadas por la Administración Cárter mediante sanciones económicas y diplomáticas en virtud de cargos indiferenciados por violaciones de los derechos humanos.

La administración Carter no ha percibido acabadamente el peligro que se han opuesto a la expansión de Cuba y del poder soviético. Deplora la ocupación de Nicaragua por el sandinismo marxista así como los intentos del marxismo por desestabilizar El Salvador, Guatemala y Honduras; y afirma que no sostendrá el gobierno republicano ningún gobierno marxista. Volveremos al principio fundamental de tratar a los amigos como amigos y a los que se proclaman enemigos como enemigos, sin ningún atenuante y estaremos al lado de los paises que buscan desarrollar sus sociedades combatiendo a la subversión y a la violencia exportada por Cuba y por Moscú.

Estos son los principios y las proclamas, bien sabemos que las realidades suelen ser otras, y que los partidos políticos una vez en el gobierno no siempre, son fieles a sus manifestaciones preelectorales.

No obstante, dado que los asesores de Reagan qada vez que han hablado han confirmado aquellas líneas, pueden ser tenida provisoriamente por válidas.

A lo dicho podría agregarse como síntesis lo siguiente: Que el partido republicano procurará acentuar las relaciones bilaterales y utilizar menos los organismos multinacionales y que dará importancia a su vinculación con la Argentina, Brasil, Méjico y Venezuela. Puede esperarse también un diferente enfoque del tema nuclear y una menor preocupación por el desarrollo nuclear en Argentina y Brasil y acaso la búsqueda de una cooperación en ese campo que en definitiva puede resultar más atractiva que la oposición y que a la vez evitaría enagenar la buena *voluntad política y nacional de estas repúblicas.*

La política de derechos humanos será piedra de toque. Preciso es recordar que ella no comenzó con Carter y que en alguna medida los principios que la forman constituyen una constante de la política interna y exterior de los EU. El Presidente Reagan condenará la forma inmedida en que esa política fue utilizada por Carter y es posible pensar que Reagan no la utilizará para condenar a los amigos; que entodos los casos evitará antagonizar con ellos en este tema, y que en cuanto a derechos humanos y democracia se refiere el gobierno republicano tomará buena nota de la orientación que tanto Brasil y Argentina han demostrado y de los avances hacia la democracia verdadera, estable y fuerte, que hace y desea hacer la Argentina. En este sentido es posible que se distinga entre Brasil y Argentina por una parte, y digamos Chile y Bolivia por la otra.

Mucho se puede especular sobre el regreso de EU a la relación especial con el Brasil que signó la política de la administración de Nixon y su Secretario de Estado: Kissinger, no me cabe a mí formular consideraciones sobre este tema y fuera insolencia mía penetrar en él, ante este distinguido auditorio brasilero. Sin embargo no puedo dejar de decir que no creo que haya razón alguna para pensar que Reagan jugará a Brasil frente a Argentina ó Argentina frente a Brasil, ó que buscará la alianza de Brasil para presionar a la Argentina. Bien por el contrario no hay ninguna razón objetiva para pensar que en la situación actual política y económica de ambas naciones no convenga a los Estados Unidos, buscar relaciones bilaterales igualmente importantes com cada una de ellas, sin dar preeminencia a ninguna y, en cambio, auspiciar y favoreces en cuanto esté en su posibilidad y no importe avanzar en exceso. La cooperación, la buena voluntar y la solidaridad entre nuestras dos republicas, bien lo saben los Estados Unidos, no sólo beneficia a ambas naciones sino que da estabilidad a toda la región y ayuda al mejor diálogo de los Estados Unidos con ella.

América Central será el gran tema de la política latinoamericana de Reagan. Hay quienes em Washington piensan que será este el primer problema internacional que obligará a Reagan a tomar una decisión verdaderamente importante.

Los hechos pasados marcan el camino a seguir en Irán y no dan demasiada libertad; la guerra iraquí-iranesa tampoco obligará en el corto plazo a decisiones definitivamente libres. El problema árabe-israelí no exige hoy pronunciamientos dramáticos. La situación de El Salvador y Nicaragua si, y es posible que Reagan se vea obligado a intervenir politicamente y a negociar esa intervención política que puede convertirse en militar con sus socios americanos en el sur y en el resto da América Central. La extrema derecha instará a Reagan a la intervención. Si fuera necesario intervendremos, dice una parte de sus asesores, y si no nos acompañan lo haremos solos. No parece sin, embargo que, pudiera ocurrir.

La nación podría a esta altura definirse así:

1º) El gobierno republicano tendrá ciertamente una actitud más clara y firme frente al terrorismo la violencia y la subverción. Sabrá definir con más claridad a sus amigos y a sus enemigos.

2º) En lo que hace a la Argentina la relación mejorará y nuestra república tendrá en Washington interlocutores que, presumiblemente comprenderán sus problemas.

3º) No resulta tan claro en cambio que el gobierno republicano esté mejor dispuesto a comprender y respetar el sistema interamericano, la honra con claridad los principio que lo informan cuando ellos en circunstancias concretas puedan oponerse a sus objetivos políticos globales.

4º) No hay motivo tampoco para suponer que las condicones generales en el comercio en el hemisferio, y la restriccines que lo ubican puedan sufrir modificaciones positivas sustanciales.

5º) Si bien es cierto que determinadas relaciones bilaterales mejorarán no es fácil saber aún si en cambio podrá modificarse la actitud general en América Latina que ve en el desborde de los EU sobre la región el peligro mayor y en su contención el objetivo primario de la política continental.

Junto con los EU otras tres regiones geopolíticas inciden necesariamente en la vida de América y de nuestras dos naciones. Son ellas la URRS, Europa y el Tercer Mundo. Hoy en términos formales oficiales y de política abierta la incidencia de la URRS en América Latina, es limitada. No constituye ella factor decisivo. Tras la irrupción en Cuba y contenida y limitada esta por los acuerdos del 62, el 70 y el 79 tampoco la presencia limitada del imperio Ruso es significativa y esta verdad es aún mayor despues del fracaso de su acción en el Perú. La URSS dentro de su política global valora particularmente, en su búsqueda de prestigio y reconocimiento estas relaciones formales y oficiales, y se cuida muy bien de perturbarlas ó disminuirlas. Nada parece indicar que en corto plazo vaya a actuar frontal y abiertamente en la región. Tampoco el armamento soviético tiene importancia decisiva. El problema es otro: el suscitado por la penetración secreta sólida y encubierta. Esto es el ataque ideológico y el aliento polótico, militar y económico a la subverción. Nadie puede negar la pretención de la Unión Sovíetica de expandir el marxismo leninismo y de hacerlo por cualquier vía. En este orden es preciso saber con claridad quienes son nuestros amigos y quienes nuestros enemigos. Nada de ello ha perturbado hasta ahora las relaciones económicas.

1º) Brasil y Argentina pueden pensar que el enfrentamiento directo ó indirecto entre los EU y la Unión Soviética mientras no sea global y definido no las obligará a tomar partido necesariamente; 2º) Que la posibilidad de un ataque soviético a la América Latina sobre todo a América del Sur es lejana; 3º) Que en caso que el se produjera los EU acudirán en defensa y protección de la región atacada; 4º) Que la tecnificación de la actividad bélica moderna es tal que no puede decirse que las repúblicas de América del Sur están en condiciones de hacer frente a ese ataque, con las armas que hoy posen que no son en modo alguno modernas y sofisticadas, y que, por tanto, será necesario que se le provea en un momento oportuno, si este llega, del armamento necesario; 5º) Que los requerimientos de armas para mantener la seguridad externa son hoy mayores que los requerimientos de armas para mantener la seguridad interna, son hoy mayores que los requerimientos que plantea la guerra internacional; 6º) que los EU no son los únicos proveedores de armamentos y que hoy la diversificación en las compras es la característica vigente en Armérica del Sur; 7º) Que los verdaderos problemas que afectan la seguridad en América del Sur no son los que pueden provenir de un ataque exterior ni aún de problemas internacionales de las naciones que la componen, sino de los que plantea la violencia, la subversión y la guerra de guerrillas. Junto con el tema de la política nuclear, de la política de los derechos humanos y de las relaciones políticas bilaterales, subrayémoslo, de las diferentes naciones, está ubicado el viejo tema, siempre actual y siempre decisivo de la seguridad. Respecto de él podríamos decir así.

La necesidad de otorgar el mayor tiempo posible al exámen de la relación con los EU lleva necesariamente a disminuir el tiempo que podemos otorgar a la situación europea. La ubicación de Europa en el panorama internacional es hoy equívoca y confusa y la relación de la comunicad europea con los EU, polémica por decir lo menos.

Al nacionalismo de cada una de las naciones europeas ha un nacional europeo ó si se quiere de la comunidad europea.

Los líderes europeos se han apresurado a señalar sus coincidencias con el Presidente Reagan y a aplaudir y celebrar la elección y el triunfo del candidato republicano. Tales exteriorizaciones no pueden sin embargo ocultar una realidad, que es ésta:

1º) Europa pretende actuar con autonomía e independencia frente a los EU; 2º) La competencia comercial es creciente entre los EU y Europa, y puede llevar a enfrentamientos duros en diversos terrenos: el acero, los textiles, la petroquímica, entre otras. 3º) La visión que los EU por una parte y Europa, por la otra tienen de la alianza atlántica y de las relaciones con la Unión Soviética no son coincidentes; 4º) Europa no quiere aumentar el presupuesto bélico;

5º) Europa no quiere enfrentar lisa y llanamente ni a la Unión Soviética, ni, en otro plano a las naciones árabes; 6º) Europa quiere mantener con Moscú y con las repúblicas de Europa del este una relación fluida que le permita hacer negocios, transferir tecnología, financiar proyectos y mantener las fronteras abiertas para las migraciones internacionales. La detente es para Europa divisible; *para los EU es indivisible.* Esta Europa que *así emerge* de América Latina como un mercado en el sentido más amplio, y como un proveedor de materia prima. La relación cultural se mantiene, pero la influencia política de ella disminuye, y en todo caso la relación política de las naciones que integran la comunidad europea con las naciones latinoamericanas, tienden a disminuir. América Latina sabe que ya no es Europa. Que no es parte de Europa ni ex-colonia Europea, y que tampoco está unida a ella por relaciones especiales. La relación de Europa con América Latina, es cada vez más fragil y se limita cada vez más al ámbito ecónomico comercial y financiero que al político. No es fácil determinar y definir el contenido político, de esa relación. Todo lo dicho es válido aún para España, y desde luego también para Italia.

Más como tal análisis demandaría excesivo tiempo nos concretaremos a formular el análisis sobre todo desde la perspectiva argentino-brasilera.

Que perspectivas tienen Brasil y Argentina?

Ni Brasil y Argentina, pertenecen al mundo plenamente desarrollado, si bien es cierto que nadie podría negar que la zona que vá desde Rio de Janeiro hasta los alrededores de la Ciudad de la Plata en Argentina tiene todas las características de una región industrial y desarrollada no lo es menos que los indicadores objetivos y otras expresiones no pontificables colocan a una y otra nación fuera de aquella clasificación. Ni Brasil ni Argentina, pertenecen a la OECD ni es presumible que ingresen a ella en un plazo corto. Nó forman parte tampoco de ninguna de las otras agrupaciones que en orden internacional reunen a los paises plenamente desarrollados.

En el otro extremo del espectro están las naciones del Tercer Mundo. Sería comenzar un largo debate intentar la definición de este concepto tan impreciso, más es posible arribar que ni el Brasil ni la Argentina, llenan las exigencias esenciales que demanda la afiliación a este grupo, ni son ex-colonias europeas recientemente independizadas ó "liberadas", ni participan de los problemas étnicos, religiosos ó culturales que tienen la mayoría de aquellas naciones, más aún los indicadores económicos, por imprecisos y cuestionables que ellos sean colocan a una y otra nación por arriba de los límites demandados por esta clasificación. Mucho se ha insistido en la posibilidad de definir a la Argentina y al Brasil como paises intermedios. Intermedios politicamente e intermedios economicamente, no encuentro argumentos irrebatibles para negar esta definición. Si es cierto tanto el Brasil como la Argentina, pueden ser clasificados como naciones intermedias en cuanto a desarrollo económico y poder político internacional. Cuando se quiere desarrollar el concepto y buscar afinidades surgen las complicaciones. La Argentina puede considerarse *unida a Australia, Nueva Zelandia y Canadá y aún Sudáfrica, por indicador econô*mico pero está separada de ellas por razones geográficas, políticas y etnicas. España y Portugal parecen más inclinadas a dar solución y definición a su vinculación com Europa que a ocuparse de Iberoamérica. Yugoeslavia, y alguna otra nación del este tienen una diferencia ideológica que limita en gran medida. En esas condiciones es dificil vertebrar con aquellas naciones, política, integral y permanentes, y es dificil avanzar mucho más allá de meras coincidencias sectoriales, reducidas ó circunstanciales.

La verdad entonces es esta: la nación con la cual Argentina, se encuentra en el orden internacional mayores coincidencias es el Brasil.

La política exterior Argentina tiene como nota definitoria la de ser aislacionista. No es este un capricho de sus dirigentes, ni extravagancia de la consecuencia de su aptipicidade características propias que razones de clima, de geografía y de historia le otorgan una singularidad.

Las notas que pueden definir la situación de América Latina como región hoy son éstas:

1º) La clara división en diferentes regiones: Méjico, por una parte y su zona de influencia en América Central; el Caribe, con sus carácterísticas propias; América Central y por último América del Sur.

2º) La segunda nota característica está dada por la seriedad y gravedad de los acontecimientos políticos que tienen lugar hoy en América Central y en el Caribe y por la desintegración que tiene lugar en algunos estados en éstas áreas.

3º) Los problemas de la enegía, petróleo, hidroelectricidad y poder nuclear son también decisivos y actúan como factores a la vez económicos y políticos, junto a ellos deben subrayarse los problemas vinculados al desarrollo tecnológico y al progreso y materia de infraestructura y de comunicaciones en particular.

4º) La peligrosa división que tiene lugar hoy en América del Sur en razón de situaciónes políticas circunstanciales y pasajeras.

5º) El hecho claro y cierto, no obstante lo señalado en el párrafo anterior de una conciencia de la unidad latinoamericana ó al menos sudamericana cada vez mayor y más importante. Esto es de una concientización de esa unidad.

6º) La tendencia a pesar de dificultades y retrocesos hacia una mayor integración e intensificación del comercio intrazonal.

Qual es el perfil de la región? No es facil determinarlo en este mundo dinámico. Podemos decir como primera precisión que cabe distinguir quatro áreas geográfico-políticas con características propias: Méjico; El Caribe; América Central y América del Sur.

América del Sur aparece hoy dividida profundamente por cuestiones políticas y aún económicas.

Las naciones que integran el grupo andino han querido dar a este acuerdo una dimensión que originariamente no tuvo y se han lanzado a una acción política en favor de la democracia cuyas virtudes son innegables y dignas del mejor y más sostenido aplauso pero cuya incidencia en la convivencia y el diálogo es hoy negativa. Las Republicas que hoy levantan la bandera y la visa de la democracia en América vivieron hasta ayer nomás y por períodos no cortos bajo regímenes nada democráticos. Por el otro lado, las naciones que hoy viven circunstancialmente bajo regímenes autoritarios, se condujeron durante muchos años con fidelidad ejemplar a las normas republicanas y democráticas y han proclamado y demonstrado su firme decisión de volver a ellas. La división no es aceptable y a su agitación no favorece a nadie y menos por cierto a la región en su conjunto. Nada obliga a pensar que en un futuro cercano las luchas ideológicas que tienen lugar en el mundo puedan trasladarse ostensiblemente a América del Sur. No queda excluído por cierto la subversión y en algunos casos, Venezuela por ejemplo, la influencia de algunas variantes de la democracia cristiana ó de la democracia social europea, más no es esto lo decisivo.

Lo decisivo es en cambio lo que se refiere a los problemas económicos y del desarrollo y a los problemas de la ubicación política en el cuadro internacional y a la independencia para conducir su destino. En el plano económico el petroleo tiene y tendrá parte importantísima y condicionará a favor como en el caso de Venezuela y Mejico y aún de la Argentina ó Guatemala ó en contra como en el caso de Brasil en buena medida el futuro de esa nación. Más hoy en verdad interesa por sobre todo determinar el futuro de estas naciones, en cuanto a su desarrollo económico y en cuanto a la posibilidad de lograr organizaciones políticas internas, que les dé estabilidad. Interesa las relaciones reciprocas en el orden político y en el orden económico; interessa el tema de la seguridad, la interna y la regional; e interesa por sobre todas las cosas determinar el papel que jugarán y la ubicación que tendrán cada una de elas individualmente y la región en su conjunto en el orden internacional.

La primera coincidencia es ésta. No hay ninguna razón para afirmar que el estado-nación constituya una forma de vida política colectiva superada o en decadencia. La sociedade y el sistema de estados tiene hoy plena vigência.

2º) La existencia de un consenso sobre intereses comunes y valores.

El regionalismo no sustituye el sistema de estados nacionales.

El crecimiento y desarrollo de los sistemas regionales.

Lá coexistencia entre los sistemas nacionales y los sistemas regionales.

La admisión de las organizaciones internacionales.

La declaración conjunta dada a conocer con motivo de la visita del Presidente Figueiredo.

Las políticas internas.

El bienestar de los pueblos.

El desarrollo armónico.

La política indenpendente, para lograrlo.

El ejercicio de una política internacional soberana.

La solidaridad con América Latina.

La actitud independiente y la política exterior autónoma y libre tiene, claro está, ciertos condicionamientos.

El primero está dado con la militancia argentina en los organismos internacionales.

El segundo por la solidaridad con América Latina.

El tercero por la relación especial con los EU que a su vez impone dos notas precisas y concretas. La participación decidida, incuestionable y sin corta pisas en la defensa del mundo occidental y la colaboración no menos decidida y no menos ilimitala de la preservación de la *paz, en el sentido más amplio, en el continente.*

A la inversa estas consideraciónes no pueden ni deben limitar la acción de la Argentina y Brasil en el mundo contemporáneo y sobre todo en su relación con el Tercer Mundo ó el mundo en desarrollo en general. En buena medida el prestigio internacional y las fuerzas políticas de nuestras dos naciones dependerá en gran medida de su capacidad para usar de sus condiciones especiales para ponerse a la cabeza del sur en su diálogo con el norte y actuar en ese diálogo como mediador e interlocutor válido de ambos sectores.

La categoría del nacionalismo como una categoría fundamental para el análisis de la política internacional.

Para continuar la política de Rio Branco debería seguirse el espíritu que nutrió sus acciones políticas, y no a ellas mismas.

Salvaguardar la autonomía del Brasil.

La posición nacionalista expresada por De Gaulle y ejemplificada por él tenía estas dos premisas básicas:

*1º) que la ideología de cooperación entre aliados es un tenue disfraz que procura escon*der los impulsos del aliado ó de los aliados más fuertes. La segunda premisa que sustenta la subordinación a los aliados equivale a una servidumbre impuesta por el enemigo.

Las premisas llevan a esa conclusión: la lucha con el adversario no puede oscurecer el deber de auto afirmación dentro de la alianza.

Las condiciones del Tercer Mundo son enteramente distintas a las de Europa, sin clase media, sin managers.

Sin tradición, sin estructuras; el marxismo como respuesta a los problemas de la autoridad política revolucionaria más que a los problemas económicos; fórmula para la mobilización social, para encauzar los resentimientos contra Europa y su dominio cultural y político y un método para atraer y desarrollar la unidad. La democracia es expresión de Europa y además no estaba dispuesta a haber corrido todos los riesgos de la revolución para perder el poder en una elección.

La paradoja del materialismo dialectico ofreciendo una doctrina espiritual. Los problemas *étnicos, religiosos y políticos; los resentimientos.*

2. A ARGENTINA E O BRASIL NO MUNDO E NA REGIÃO NA DÉCADA DE 80 (visão econômica)

DESAFIOS DA DÉCADA DE 1980 — O BRASIL E A ARGENTINA NO MUNDO

Mario Henrique Simonsen

Futurologia é arte que a década de 1970 se encarregou de desprestigiar. Consciente ou inconscientemente o futurólogo, que alguém já definiu como uma espécie de cartomante recheado de álgebra, tende a extrapolar para os séculos o segmento da História em que vive. Isso ocorreu com Malthus, com Ricardo, com Marx e, de um modo geral, com todos os grandes construtores de sistemas deterministas. Com menos grandiosidade, alguns dos mais reputados futurólogos da década de 1960 projetaram para o ano 2000 toda a sorte de problemas, exceto um: o da energia. No início da década de 1970, alguns analistas mais precavidos começaram a temer que, em 1980, o petróleo chegasse a 6 dólares o barril. Outros, tidos na época como mais afoitos, arriscavam uma previsão de 10 dólares. Ainda que se inflem as projeções da época pela perda do poder aquisitivo do dólar, não me consta que alguém que merecesse crédito suspeitasse de que, em 1980, a OPEP fixaria o preço do petróleo em 32 dólares o barril. Alguns admitiam que as taxas mundiais de inflação reascendessem, depois da calmaria dos preços da década de 1960. Mas ninguém parecia cogitar de que os saldos de balanço de pagamentos em conta corrente viessem a apresentar brutais desequilíbrios, como os que se tornaram mais ou menos sistemáticos a partir de 1974, com um novo round de agravamento a partir de 1979. É verdade que, a certa altura, numa angustiada preocupação com a conservação dos recursos naturais, o Clube de Roma levantou a famosa proposta do crescimento zero. Mas, pouco tempo depois, o próprio Clube de Roma tratou de amenizar as suas propostas, incômodas para todos os países em geral, e para os países em desenvolvimento em particular.

Melhor pois do que perscrutar o que será o ano 1990, por uma bola de cristal ou por um *modelo econométrico, é relacionar os desafios que a humanidade terá que enfrentar na década* que se inicia. Inclusive por que 1990 será um retrato das respostas que a humanidade encontrar para esses desafios. É importante sublinhar que Brasil e Argentina têm importante papel nas respostas a esses desafios.

A lista é excessivamente extensa para ser integralmente dissecada neste debate. Limitar-me-ei, por isso, a abordar quatro pontos: a) o problema energético; b) o ajuste dos balanços de pagamentos; c) a inflação; d) as novas tendências do comércio internacional e intrazonal.

Nos últimos cinqüenta anos, o mundo ocidental assentou seu desenvolvimento sobre um postulado: que, por pelo menos um século, se disporia de petróleo abundante e barato. Essa a origem da civilização da rodovia e do automóvel. Países, como os Estados Unidos, que haviam sido o berço da civilização do petróleo, tornaram-se enormes importadores de óleo cru. A Europa Ocidental e o Japão foram atrás, com o agravante de altíssima dependência de suprimentos externos. Países de desenvolvimento intermediário, como o Brasil, o México, a Argentina, foram no mesmo caminho. Diga-se de passagem, há quem atribua a atual dependência brasileira em relação ao petróleo ao descaso a que os Governos relegaram a cabotagem e as ferrovias. Não se pode realmente afirmar que os Governos se tenham esmerado na administração desses dois meios de transporte, mas um fato estrutural precisa ser lembrado: o grande impulso do desenvolvimento brasileiro iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, justamente quando toda a humanidade avançava na civilização do petróleo. A rodovia era a solução natural para todos, sobretudo para aqueles, como nós, que sempre apresentaram projetos de investimento em valor superior à capacidade interna de os financiar.

Seja como for, em outubro de 1973 a OPEP se encarregou de desmentir esse postulado no qual se assentara o desenvolvimento do mundo ocidental. Até que ponto os preços do petróleo refletem as distorções de um cartel econômico-político-religioso, até que ponto eles simplesmente retratam a escassez progressiva de uma fonte não renovável de energia diante de uma demanda renitente, eis uma questão que merece cuidadosa análise. Os saltos abruptos no preço, a quadruplicação na crise com Israel de 1973, e a nova escalada desde a queda do Xá do Irã em fins de 1978, identificam claramente o ingrediente político-religioso dos preços do petróleo. Num mundo unipolar, como o do século passado, a esquadra britânica se encarregaria de solucionar o problema. No mundo bipolar de hoje, em que paira sobre a humanidade a ameaça potencial de um extermínio coletivo, as soluções são bem menos simples. Em qualquer hipótese, se os preços em ascensão ainda não conseguiram deter o consumo, há uma força econômica natural sancionando todas as decisões do cartel. Uma corrente de economistas, que postula que nenhum cartel se sustenta por muito tempo à custa da elevação artificial de preços, admite até que a OPEP nada mais faça do que, esporadicamente fixar o preço do petróleo em torno do que seria o seu ponto de equilíbrio competitivo. Creio que esses economistas, que parecem ignorar que na vida há algo mais do que a lei da oferta e da procura, estão errados. Mas não totalmente errados.

Em qualquer hipótese a conservação e a substituição energética figuram como o primeiro grande desafio para a civilização ocidental na década de 1980. A verdade é que, em matéria de conservação, pouco se tem feito até agora, sobretudo nos Estados Unidos, que são os maiores importadores mundiais. O efeito inibidor dos aumentos de preços tem sido bastante dissolvido pela sua imersão no agravamento geral da inflação, um problema que voltaremos a discutir mais adiante.

Em matéria de substituição, cada país tem que seguir seus caminhos próprios de acordo com sua dotação de recursos naturais. O problema, evidentemente, é bem mais dramático para o Brasil que para a Argentina. Até agora, o sucedâneo mais econômico do petróleo importado da OPEP tem sido o petróleo produzido fora da OPEP. Descobertas recentes, como as do Mar do Norte, do Alaska e do Golfo do México representam um alívio para muitos países. Isso sem falar no fato de que os recentes aumentos de preços viabilizaram a recuperação de muitos poços até então abandonados como anti econômicos. Os volumes físicos, todavia, estão longe de ser suficientes para imaginar que o problema possa ser resolvido pela simples diversificação geográfica das fontes de suprimento do petróleo. Parte da solução realmente aí está, mas outra parte há que ser encontrada em outros sucedâneos para o petróleo natural.

Não se deve esperar, na busca desses sucedâneos, um denominador comum para os diferentes países. Em países como o Brasil, pelo menos o problema da geração elétrica pode ser solucionado, numa primeira fase, pelo aproveitamento do potencial hídrico, e numa segunda pela geração nuclear. O álcool hidratado, embora esteja longe de constituir uma panacéia, poderá dentro de alguns anos substituir de 10% a 15% do nosso consumo de petróleo, embora

dependa da disponibilidade de execedentes de terras férteis. A liquefação do carvão pelo processo SASOL está conseguindo resultados surpreendentes na África do Sul, que dentro de poucos anos terá solucionado por uma nova tecnologia a totalidade do seu problema de abastecimento de petróleo. Alguma solução semelhante parece ser a solução natural para a Alemanha Ocidental. O xisto poderá vir a ter seu lugar ao sol nos programas energéticos do Brasil e dos Estados Unidos desde que se solucionem alguns problemas técnicos de localização dos rejeitos e desde que se amenizem os custos de capital.

Que o aumento dos preços de petróleo significou uma formidável redistribuição internacional de riqueza, é um fenômeno tão óbvio que dispensa explicações. Menos óbvio é o fato de que poucas sociedades se acomodaram a essa redistribuição, nem as ganhadoras aumentando adequadamente seu consumo nem as perdedoras comprimindo ao necessário os seus estilos de vida. O que se operou, na realidade, foi um agravamento sem precedentes das disparidades dos saldos internacionais em conta corrente. Num primeiro impacto, os países da OPEP acumularam enormes superávits em conta corrente, que se distribuíram em déficits de quase todos os importadores de petróleo em 1974. Num segundo impacto, os países industrializados, com a recessão de 1974/75, recuperaram seus superávits tradicionais em conta corrente, deixando a maior parte do déficit nos ombros dos países em desenvolvimento. Em 1978 o mundo parecia retornar ao equilíbrio, com a quase extinção do saldo da OPEP, embora persistissem fortes dispersões dentro do bloco dos industrializados: grandes saldos do Japão e da Alemanha Ocidental versus fortes déficits nos Estados Unidos. Mas, com o novo "round" de aumentos em 1979, reiniciou-se a ciranda de 1974.

A configuração normal dos balanços de pagamentos que nos era ensinada antes de 1973 obedecia a um esquema muito lógico: os países desenvolvidos, na sua condição natural de exportadores de capitais, deveriam exibir superávits em conta-corrente, que financiariam o déficit das nações em desenvolvimento, naturalmente receptoras de capitais. Tudo dentro de cifras adequadamente discretas, e que moldaram os julgamentos tradicionais sobre o que é e o que não é tolerável em matéria de endividamento externo ou de relações dívida/exportações.

Os enormes superávits da OPEP de1974, 1979 e 19780 simplesmente tornam impossível raciocinarmos com essa configuração normal, pois a todo superávit necessariamente corresponde um déficit. Assim, em matéria de balanço de pagamentos, duas avenidas se abrem para a década de 1980.

A primeira, e que apelidaremos "modelo 1974", consiste na repetição de vastíssimos *superávits em conta corrente dos principais exportadores de petróleo. Nada resta a fazer, nessa* hipótese, do que buscar uma adequada partilha internacional do déficit coletivo dos importadores de petróleo. Será necessário reformular os conceitos do que é razoável ou não em matéria de déficit em conta corrente e endividamento externo à luz do superávit da OPEP. E vigiar a eficácia dos mecanismos de reciclagem que, pelo menos até agora, têm sido conduzidos muitos satisfatoriamente pelos bancos comerciais.

A segunda, que denominaremos "modelo 1978", consiste na substancial redução dos superávits da OPEP pelo aumento de suas importações. O sistema financeiro mundial viverá dias mais tranqüilos, sem tantos petrodólares a reciclar, mas os países importadores de petróleo terão que se acomodar a menores disponibilidades de bens e serviços, isto é, a viver mais pobremente.

Nenhuma dessas avenidas aponta para taxas vibrantes de expansão do consumo interno dos países importadores de petróleo, e os brasileiros que, a esta altura, defendem a solução dos *nossos problemas pela expansão à outrance do mercado interno, deveriam ingressar rapidamen*te num curso de contabilidade. Na hipótese de a OPEP continuar fortemente superavitária, não há como escapar do déficit coletivo dos importadores de petróleo. O difícil aí é estabelecer um critério internacional suficientemente cooperativo para a partilha desse déficit. Mas ainda, todo país importador de petróleo terá que se voltar para duas preocupações: a) evitar que o seu déficit em conta corrente se desalinhe com o dos demais países; b) implantar programas de substituição energética, de alta densidade de capital, e que só podem ser adequadamente finan-

ciados com o reforço da poupança interna. Na segunda hipótese, a da OPEP aumentar significativamente suas importações, no modelo 1978, os importadores de petróleo terão que compreender que implicitamente o combustível estará sendo pago com mercadorias e não via endividamento, o que só se pode conseguir pela desaceleração do crescimento do consumo interno. Tudo isso pode parecer melancólico para as economias emergentes, ávidas de desfrutar dos padrões de consumo das nações industrializadas. Infelizmente o consumo interno não aumenta, a médio prazo, do que se quer, mas do que se pode.

Passemos ao problema da inflação. Quase todos os países do mundo ocidental tiveram que se debater, na década de 1970, com problemas de instabilidade monetária que não se sentiam desde a Segunda Guerra Mundial. Não é de se crer que todos os administradores de política econômica tenham decaído no seu grau de competência: em alguns países isso pode ter ocorrido, mas em todos seria coincidência demais. Também não estamos diante de algum problema novo que a teoria econômica não saiba explicar. A estagflação, que era um mistério para os que interromperam seus estudos na Teoria Geral de Keynes, é hoje perfeitamente explicada nos cursos de graduação pela teoria aceleracionista da curva de Phillips, e outros ingredientes do moderno economês. Ao contrário do que ocorreu na década de 1930, quando a recessão prolongada desafiava toda a ortodoxia econômica do equilíbrio a pleno emprego, as dificuldades atuais de combate à inflação encontram até várias explicações concorrentes.

Limitar-me-ei a assinalar uns poucos pontos. Primeiro, é sempre ingrato combater a inflação numa quadra de persistentes choques desfavoráveis de oferta. Não há política monetária ou fiscal que impeça que os preços subam alguma coisa quando a OPEP reajusta violenta e bruscamente o petróleo. Segundo, em maior ou menor grau, as sociedades têm revelado pouca capacidade de cortar a transmissão desses choques aos salários e demais custos de fatores. Para citar um exemplo concreto, um aumento dos preços de petróleo deve ter, no mercado interno, dois reflexos. Primeiro o de gerar os recursos para pagar essa espécie de imposto que nos é lançado pela OPEP. Segundo, o de inibir o consumo via aumento de preços. Mas, se logo a seguir os salários, lucros, aluguéis, etc. são todos reajustados por um índice de preços ao consumidor que permite que todos comprem, aos novos preços, as mesmas quantidades iniciais de derivados de petróleo, simplesmente desaparecem esses dois reflexos, ficando só a inflação. Em suma, se uma sociedade resiste a qualquer forte mudança de preços relativos, choques de oferta desfavoráveis põem em marcha uma inflação crônica.

É claro que essa propagação dos choques de oferta não se materializa sem uma boa dose de leniência monetária e fiscal. A política monetária não pode impedir que as ações da OPEP provoquem alguma inflação. Mas pode impedir que essas ações degenerem numa inflação descontrolada. Países, como a Alemanha Ocidental, a Suíça e, de certo modo o Japão, desde 1974 vêm cortando os impulsos de aceleração inflacionária no seu nascedouro. Outros, como os Estados Unidos, oscilaram entre o rigor e a tolerância, vivendo no momento uma fase de austeridade. O problema é muito mais o de determinação política do que o de habilidade técnica. Primeiro porque é necessário renunciar às causas: embora todos detestem a inflação quase todos adoram tudo aquilo que a provoca: déficits públicos, crédito abundante e barato, reajustes salariais pródigos, etc.. Segundo porque ainda ninguém descobriu uma terapia indolor para a inflação: o preço a pagar é uma recessão temporária, ou pelo menos um desaquecimento das taxas de expansão econômica.

Por certo o mal não está na inflação em si, mas nas distorções que provoca. Essas distorções, na totalidade dos casos, provêm não das altas de preços, mas dos aumentos de preços fora das previsões. No final da década de 1960 e no início da de 1970 o Brasil viveu muito tranqüilamente com correção monetária e taxas de inflação na faixa dos 20% anuais, não porque essas taxas fossem baixas, mas porque estávamos habituados a conviver com elas. É provável que todo o mundo se tenha acomodado, na década de 1970 a taxas mais elevadas de inflação, mas aí ficam dois problemas. O primeiro, é que os sacrifícios necessários para manter uma inflação constante e esperada por todos os agentes econômicos são quase os mesmos que se exigem para obter preços virtualmente estáveis. (O quase vai por conta do período de transição

que se exigiria para estabilizar os preços.) O segundo é que uma inflação constante e previsível facilmente escapa ao controle, degenerando numa alta acelerada e imprevisível de preços.

Conseguir uma trégua com a inflação é dos grandes desafios que o mundo ocidental terá que enfrentar na década de 1980. Esse é um problema premente para nossos dois países, Argentina e Brasil. Não estamos numa fase áurea, como a da segunda metade da década de 1960, em que brilhantes resultados se possam conseguir com pouco esforço. Numa época de vacas magras, pedem-se sacrifícios bem maiores para alcançar resultados muito mais modestos.

Os desafios da década que se inicia exigem novos modelos de diálogo e de cooperação. Nesse quadro parece evidente que as duas maiores economias da América do Sul, Argentina e Brasil, têm muito a lucrar trabalhando a quatro mãos. Temos suficiente complementariedade econômica para continuar expandindo o comércio e os investimentos recíprocos, que sempre serão o espelho do maior ou menor sucesso da ALALC (atual ALADI). Temos alguns problemas em comum, a inflação renitente, é um exemplo, e problemas nos quais nos podemos ajudar mutuamente. A maior ajuda que podemos prestar uns aos outros consiste em assumirmos uma posição monolítica perante o Resto do Mundo. Argentina e Brasil não mais se classificam como simples nações em desenvolvimento, já entramos no rol das jovens nações industriais. Cada um de nós já possui razoável peso específico nos debates internacionais. Estou certo de que a união de nossos esforços transformará de razoável em substantivo o nosso peso no cenário mundial.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

RELAÇÕES BILATERAIS

Guido Di Tella

Entrever el futuro es, sin duda, una tarea ingrata y dificil. Para ello no queda más remedio que hacer cierto uso del análisis histórico reciente, teniendo particular cuidado en evitar las proyecciones lincales. No todo lo que ocurrió en el passado es extrapolable de manera directa y simple. Algunos de los acontecimentos principales que han cambiado más el mundo econômico y social nan sido totalmente imprevistos. No hay duda que a principios de la década del 70, nadie hubiera podido predecir la crísis del petróleo y los fenómenos posteriores.

Ahora bien, para acercarnos al problema, podríamos comenzar com una visión rápida de la situación internacional, tratando de analizar dentro de ella, los problemas de nuestra área o de nuestro país, y preguntarnos si América Latina tiene sentido como unidad de análisis.

En seguida deberíamos también passar a un análisis de las peculiaridades de ambos países, ya que aunque puede resultar poco simpático cabe también preguntarse si no se trata de dos países que están uno al lado del otro, pero que no tienen tantas cosas en común. Ciertamente, tendríamos que indagar sobre los respectivos estadios de desarrollo, sobre los distintos tamaños poblacionales, sobre el grado de dualismo econômico y social, sobre los tipos de distribuición de ingresos y sobre los muy distintos éxitos econômicos del pasado inmediato y sobre los niveles de participación política y militar esencialmente distintos.

No voy a negar los puntos comunes, son obvios y los conocemos; pero tenemos que ver tanto lo que nos hace parecidos como lo que nos hace distintos.

Lo primero que impresiona al analizar la situación internacional es la comparación de los alegres, casi podríamos llamar, los locos años 60, con los pesimistas y críticos años 80. Hay una clara diferencia entre la historia pasada y la historia presente. Los años 60, por suerte, duraron casi veinte años, desde comienzos de los anõs 50 hasta 1973/74. Por su parte los años 80, — la "mauvaise epoque" de Kahn — parecen continuar la tendencia iníciada con la crísis del petróleo, y no parece que hayan aparecido hechos nuevos como para se pueda suponer que la situación llegue a mejorar en los próximos años; hay más bien, hechos que dan la impresión de que las cosas van a empeorar.

Todos estos problemas recientes tienen como orígen el problema del petróleo. Había problemas previos, pero menores con relación a los que se desencadenaron después. Han habido otras edades en el mundo conocidas por el nombre de los minerales relevantes para cada época: la edad de piedra, la edad de bronce, la edad de hierro; la nuestra ciertamente es la edad del petróleo.

Si en cada una de esas edades a partir de un cierto momento esos elementos hubieran empezado a escasear, algo trágico hubiera pasado; en la nuestra está pasando un fenómeno algo análogo.

Si bien hemos hablado de la escasez del petróleo para analizar sus consecuencias, quizás deberíamos hablar más simplemente del alza de su precio, que es lo que finalmente cuenta. Pero no queremos inferir por ello que antes del 73 el precio era el *normal* y después, en cambio, ha alcanzado niveles anormales.

Corresponde aquí una reflexión con respecto a cuál es el precio razonable del petróleo, no digamos el precio justo, sino el precio económico de equilibrio. Se puede pensar que el mundo occidental está siendo víctima de un "cartel" oligopólico de los países productores. Pero aunque esto fuera así, no es tan claro que el previo fuera el resultado de la competencia perfecta. Hay economistas — Samuelson entre ellos — que piensam que no sólamente el precio antiguo no era un precio de competencia, sino que ni siquiera el precio presente está reflejando la verdadera escasez del recurso natural y que el precio económico de equilibrio es aún mayor que el presente. Pero ésto no es más que un caso, quizás más obvio, donde se puede ver cómo los productos primarios y sus precios se han manejado y se manejan de manera oligopólica. Lo que resulta relevante para el análisis de nuestros dos países, es que la década se ha iniciado coloreada por éste problema. La crísis del petróleo, ha permitido un "golpe oligopólico" que ha implicado una enorme transferencia de riqueza de unos países a otros.

Esta transferencia de riqueza no ha sido aceptada de manera competitiva en los países maduros. La reacción competitiva hubiera sido resignarse a perder una parte de los ingresos extraídos por los países petroleros. Ha habido en cambio una reacción , claramente oligopólica, para tratar de anular el incremento de los precios reales del petróleo, a travéns del incremento del precio de los productos vendidos a los países petroleros. Es algo muy similar a lo que se puede ver dentro de nuestros países en las competencias de precios intersectoriales. Es característico el caso en el que primero aumentan los precios de los salarios; luego, el precio de los productos, digamos, el de los textiles; posteriormente, el de los productos metalúrgicos y luego el de las tarifas del Estado, para terminar de nuevo con un aumento de los salarios. Se termina con una situación en nada distinta a la del comienzo, pero con un proceso inflacionario de por medio. En el mundo no estamos viendo nada distinto. Hay un intento de transferir, de "pasar el problema" de un sector del mundo al otro, produciéndose la consigueinte reacción. Los países occidentales se han ingeniado para contrarrestar el alza nominal de precios del petróleo a través de una lucha no competitiva; a veces ha habido algunos pequenos progresos poco después de la debacle de 1973, pero en definitiva, han estado perdiendo la batalla por lo menos hasta hace muy poco. Occidente ha comenzado a reaccionar, incrementando la producción y comenzando, muy tímidamente a ahorrar energía. Este es crucial, sobre todo políticamente, pero el esfuerzo incrementa los costos, por lo que aún continuando, puede terminar por tener una débil influencia sobre el alza de precios.

Estamos viviendo solo el comienzo de las consecuencias de esta lucha entre países, lo que sin duda es la característica distintiva de nuestro tiempo y que ya está teniendo consecuencias serias en la economía mundial.

La primera consecuencia ha sido el recrudecimiento del problema inflacionario que ha alcanzado un nuevo nivel y que no parece tener muchas posibilidades de amainar. Este proceso está provocando um conjunto de medidas de controle que están llevando a las economías maduras a una situación de recesión. No quiero implicar que estos mecanismos de control hubieran sido evitables. Digo que ante el impacto, la manera de reaccionar ha sido la de provocar alguna suerte de crisis. No hay salida: o bien el mundo occidental y oligopólico derrota a los países

que detentan el oligopolio petroleros o reducen el nivel de sus ingresos. No son reducciones enormes, pero la reasignación de pequeñas fracciones del ingreso tanto entre países, como entre sectores dentro de los países, generan conflictos económicos y sociales muy grandes y consecuentemente, inflaciones muy intensas.

La segunda consecuencia del alza del precio del petróleo, e que se ha producido un fenômeno muy insólito y también imprevisto como es el de la generación de enormes superávits y grandes déficits financieros en los distintos países del mundo. En la década del 60 estos superávits fueron pequeños, mientras existían grandes dificultades para obtener financiación internacional, realizada bajo el control y la supervisión internacional del Fondo Monetario.

La novedad de los 70 y del 80 es gran abundancia de fondos deseosos de ser colocados, que ha permitido nuevas estrategías de desarrollo y estabilización, posibles en ésta década y que no lo habían sido en la pasada.

Hoy, los países deficitarios pueden seguir gastando sin reducir sus ingresos, postergando el día en el que habrán inevitablemente que "sentar cabeza".Esto se aplica sobre todo a nuestros países, fundamentalmente Argentina y Brasil que han seguido alegres políticas de endeudamiento, el primero para mantener el consumo y el segundo, para mantener la inversión. Las decisiones desagradables que antes había que tomar por falta de fondos externos, se pueden ahora postegar ya que se pueden acumular deudas internacionales por montos jamás conocidas en la historia financiera del mundo, aún expresados en términos reales y per cápita.

Esto está ocurriendo además con un menor rol del Fondo Monetario y, por consiguiente, con una menor ortodoxia económica, en parte debida a la menor capacidad de poder imponerla.

Uno puede pensar que habia mejores "ortodoxias" que las del Fondo, pero la praxis del mundo contemporáneo se aleja aún más de cualquier criterio de razonabilidad monetaria. No hay duda que como consecuencia de todo ésto, ha aparecido una mucha mayor indisciplina monetaria y financiera en el mundo.

Todo esto ocurre contemporáneamente con una disminución en el ritmo del crecimiento del comercio. La década del 60 ha visto crecer al comercio internacional a tasas insólitas. Esto no es lo que ha ocurrido en la década del 70 ni lo que vá a ocurrír en la del 80. Hemos vuelto a una época de restricciones al comercio y de tratos diferenciales; de alguna manera hemos vuelto a una época con un cierto sabor proteccionista, aunque todavia no demasiado fuerte.

Por otra parte ésto está ocurriendo en un momento político del mundo sumamente delicado. El mundo ordenado con tanta dificultad en la post-guerra ha terminado por desordenarse. Ha habido una clara declinación del liderazgo norteamericano y una mayor independencia dentro de su área de influencia.

Alemania y Francia no siguen al compás de los Estados Unidos como en la década del 60. Existen además nuevos países que cuentan en el escenario mundial, entre ellos los países petroleros, que tienen políticas autónomas que entorpecen muchas veces la política norteamericana, y no son los únicos.

Pero si el liderazgo norteamericano es cuestionado en occidente, algo análogo está ocurriendo del otro lado. La Unión Soviética tiene problemas similares o peores en su área, ha perdido hace años a Yugoslavia; ha perdido el control sobre Rumania y está teniendo una situación gravísima em Polonia, ya sea que la invada o que la respete, ya que en cualquiera de los dos casos las repercusiones le serán gravísimas. Se ha producido la independencia de algunos de los principales partidos eurocomunistas y no solamente la separación sino la oposición nada menos que de China, Cuba, Angola, Eritrea y Afganistán son pobres compensaciones ante tantos pasos atrás. Y como si esto fuera poco, su ideología, otrora atrativa para los jóvenes de los países atrasados, es hoy motivo de risa y desprecio. Su grotesco aparato político autoritario, burocrático y represivo, no despierta hoy el entusiasmo ni el respeto de nadie.

El énfasis de la Unión Soviética en su estrategia militar y en su equipamiento, es en buena parte consecuencia de su desesperación y frustación ante una situación que se le está escapando de las manos.

Pero un mundo desordenado, en uno y otro lado, es un mundo particularmente peligroso donde el órden político, económico y financiero puede ser gravemente resentido. Es de preveer una continuación de éstas tendencias e inclusive — diría — una agravación de las m)ismas.

Incluso puede haber un agravamiento político en los países de occidente. Si bien hasta ahora movimientos de derecha han ganado en varios países de Occídente las políticas que no solamente estos partidos van a imponer, sino que, cualquier gobierno tendría que imponer, agravarán la situación recesiva de Estados Unidos, Inglaterra y la Europa continental. Es posible incluso que los movimientos de protesta vayan a recrudecer en la década, aunque puedan ser muy distintos a los de las décadas precedentes. Si algo se puede preveer desde el punto de vista político es un empeoramiento del nivel del órden y disciplina en los países de occidente. No quiero que se sospeche que tengo una visión pesimista de la situación; quiero que el lector esté seguro de que es aí.

Podemos ahora pasar al análisis de nuestra área, que responde al muy simpático nombre de América Latina. Pero encarna una realidad, tan dispar y diversa, tan no homogénea, que desgraciadamente no permite describir los problemas de ese grupo de países de manera general, ya que nuestros países no tienen problemas en general. Incluso, la crisis del petróleo ha creado una mayor diferencia dentro de los países en desarrollo y dentro de los países de nuestra área en particular. Hoy, el Banco Mundial ha creado una nueva categoría distinguiendo entre países en *vías de desarrollo con petróleo y países en vías de desarrollo sin petróleo.* Se empieza a dividir a los antiguos presuntos hermanos. Antes, no se sabía si éramos hermanos; pero, ahora se está seguro de que no lo somos. Por eso es preferible particularizar el análisis y abocarnos directamente al análisis de Brasil y Argentina.

Su comparación depende um poco de cuál de las dos visiones se tome, a una la llamaría *visión "externalista", que enfatiza la importancia y repercusión de la economia mundial en* nuestras economías; la otra, que podríamos llamar internalista, enfatiza los fenômenos y los problemas internos, y la reacción local, las variables más cruciales. No se pueden pensar como visiones excluyenees y que hay que mezclar evidentemente ambas corrientes. Pero hay autores significativas, como Alejandro Dias que señalan que la historia de las repercusiones mundiales sobre nuestra región es *la clave explicatoria de los processos económicos de América* Latina, tomada ésta como um conjunto.

Esta tesis se inserta claramente dentro de la corriente más ortodoxa, que usa la teoría de las ventajas comparativas y enfatiza el rol del comercio internacional, otorgándole un papel positivo en la promoción del desarrollo.

Curiosamente, desde un campo aparentemente opuesto, la posición dependista, al sostener que todos los problemas de América Latina provienen de la explotación internacional a la cual ha sido sometida, coincide en señalar que el factor externo es el determinante de nuestros procesos.

La interpretación más internalista no puede ignorar los fenómenos internacionales, pero puede enfatizar y dar prioridad a fenómenos propios y a las peculiaridades locales que permiten explicar tan distintos comportamientos como lo de Brasil y Argentina, frente a similares estímulos externos.

Es muy claro que la interpretación más externalista de los problemas de América Latina, proyectado hacia el futuro, crea un escenario particularmente grave para Brasil y particularmente bueno para la Argentina. No creo ser un invitado mal educado al decir esto; los hechos son asi y hay que describirlos tal cual son. Si en cambio se hace una interpretación más internalista enfatizando los factores internos, las perspectivas son muy distintas y entonces sí se puede ser cortés con nuestros invitados.

Antes de avanzar en esta línea, quisiera comentar dos o tres aspectos que constituyen diferencia centrales entre la situación Brasileña y la situación Argentina. Antes de ello debo excusarme por estar hablando sobre Brasil, ya que evidentemente aquí se encuentran presentes los expertos y no me cuento entre ellos; pero sí quiero señalar — y creo que eso fué lo que se me pidió — que trate de analizar el problema como lo podría ver alguien desde afuera del Brasil.

En ésta comparación, uno de los primeros hechos que surgen es lo poco comparable que son estos dos países.

La primera impresión que produce Brasil es su tamaño poblacional, que le otorga una característica especial. Las proyecciones de los dos países para el año máximo de su población — cuando se llegue al estado estacionario — son de 40 millones para la Argentina y de 350 millones para Brasil (ó de 33 y 200 millones respectivamente para el año 2000). Esto nos pone en escalas distintas. Otro hecho que impacta en el caso Brasileño, es la existencia de una economía dual.

A Brasil no se lo puede llamar un país subdesarrollado, pero sí se lo puede llamar un país dual, con un sector desarrollado, más desarrolado que la Argentina, y un sector subdesarrollado, tan subdesarrollado como los más subdesarrollados de éste o de cualquier continente.

Esta situación, para el desarrollo económico total, es absolutamente ideal. Una gran masa de población, pero toda a nivel subdesarrollado, no constituye ninguna ventaja. Esa puede ser la situación de Pakistán o de Bangladesh. Pero una situación en la que existe un sector moderno y dinámico con capacidad de expansión y al lado una población que sería — si se me permite la cita — lo que Marx llamaría "el ejército industrial de reserva" — y que entorpece la elevación de los salarios crea una fuente de acumulación excepcional, que Brasil está aprovechando de manera notable. Es tremenda desde el punto de vista de la justicia y la equidad, es tremenda también por su potencialidad explosiva social, pero mientras dure, as ideal para la acumulación. Argentina no tiene esta situación dual, por lo menos en esa intensidad, la tiene solo de muy pequeña manera.

En Brasil hay pues un potencial de acumulación de capital que no existe en la Argentina y un potencial de mercado interno muy considerable, que la Argentina no tiene en igual medida. Las relaciones de los productos brutos totales — si bien no constituyen el único índice — entre Brasil y Argentina, que es más o menos de 4 a 1, evidencia esta diferencia de escala.

Estes son algunos aspectos de tipo estructural, de fondo, que nos ponen en categorías distintas; no somos parecidos, somos hermanos, pero nos parecemos muy poco. Si pasamos a los aspectos más recientes, llama la atención cómo Brasil se ha insertado mucho antes que la Argentina en el mercado mundial, tanto desde el punto de vista del comercio no tradicional como desde el punto de vista de los capitales. Lleva más de una década de delantera en esa inserción internacional. En la Argentina, en la década del 60, mucha gente creía que no había posibilidades de comercio, que había un deterioro de los términos del intercambio y que no se podía exportar productos nuevos y que sólo con gran esfuerzo se podría mantener las exportaciones tradicionales. Mientras se decía esto, en el mundo, el comercio se expandió más que nunca. Pocas veces ha habido una disonancia tan grande entre el diapológico y la realidad.

Brasil se aprovachó de esa excepcional circunstancia internacional, no solamente en términos del comercio sino también en términos de su inserción en el mercado internacional de los capitales.

Algunos describen el desarrollo brasileño no tanto como "export led" sino como "debt led". Esta descripción es interesante, ya que señala el hecho que Brasil ha aprovechado no solamente los ingresos emergentes de las exportaciones sino los ingresos emergentes de los préstamos. Esto se nota en particular desde la crisis del petróleo. Antes, había usado el endeudamiento internacional para financiar el desarrollo económico; luego lo usó para financiar el ajuste. En realidad lo usó básicamente para postergar el ajuste, lo que ha permitido tasas de crecimiento muy notables aún después del '75. Si es notable es el desarrollo brasileño en el período previo, más notable aún es el modo en el cual pudo sobrellevar la situación después del '73.

Pero no se puede menos que tener la sensación de que hay algo de artificial en esta postergación y que se está acumulando un endeudamiento imposible, que no puede seguir creciendo indefinidamente, y aquí llegamos a uno de los puntos cruciales. La deuda externa Brasilena alcanzada es no solo enorme, sino que ha llegado a una situación en el que el 50 por ciento de las exportaciones es gastado en el pago de los servicios de la deuda y el otro 50% en el

pago del petróleo, teniendo que financiarse con endeudamiento el pago de todos los otros tipos de importaciones.

El otro problema crucial, el inflacionario, ha recrudecido de manera alarmante luego de 1974, constituyendo una indicación de que el modelo brasileño no terminó de cerrar. Básicamente existe una intención de llevar más allá de lo posible el proceso de desarrollo. Señala sin duda de que hay todo un conjunto de medidas que no se están tomando. Pero el problema inflacionario, tiene mucho parecido con el problema mundial, pero trasladado al sector interno. Una lucha entre sectores, por mantener una participación en el producto, imposible de realizarse al mismo tiempo para todos los sectores, y una imposibilidad de imponer una mínima disciplina social.

Las perspectivas brasileñas, desde un punto de vista de su situación internacional son sumamente alarmantes. Es muy probable que esta situación vaya a llevar a medidas de estabilización inevitables, que van a provocar una cierta retracción, o absoluta o, por lo menos una disminución de la tasa de crescimiento.

Pero es muy distinta la conclusión si se analiza el grado de dinamismo que Brasil ha tenido en el pasado para reaccionar, ante estímulos y problemas externos.

La reacción, con respecto a las exportaciones, que Brasil ha tenido en los últimos años ha sido, realmente, excepcional, saltando en este año último de 12 a 20 billones de dólares, y donde las exportaciones industriales y manufactureras abarcan casi el 44 por ciento del total. Estas cifras son sumamente impactantes, evidenciando una capacidad de reacción de esa economía y de esa sociedad, absolutamente notable. Otro aspecto igualmente expectante es el nuevo plan energético — al cual se ha referido Simonsen — que implica un intento excepcional de sobreponerse al problema de la escasez del petróleo.

Una visión particularmente optimista, consistiría en suponer que estas adversidades pueden hacer surgir nuevas energías, similares a las que se han visto en el pasado.

"Challenges" muy fuertes pueden trabar a economías muy débiles, pero Brasil no es una economía débil y, puede ser que pueda soportar un "challenge" de esta envergadura e incluso salir fortalecido, aunque no dudo que los responsables brasileños preferirían un "challenge" menos intenso.

En el caso de la Argentina, creo que hay dos o tres aspectos que sobresalen sobre otros. Uno, es un historial de crescimiento pobre pero, no pésimo, con ciclos stop-go; incluso hay un período desde 1964 a 1974 — elijo a estos años de manera particular — donde la tasa de crecimiento ha sido del 5,6 por ciento anual comparada con un ocho y medio por ciento anual de Brasil. Claro que al elegir las bases de comparación, uno a veces elige las conclusiones. Pero el punto central, es el carácter stop-go, más que del nivel de actividade, el de la inflación, que no son completos *sinônimos. En la Argentina, se han hecho* controles de la inflación — creo que estamos viviendo uno (27-10-80) de ellos — durante los cuales se distorsiona alguno de los precios relativos en aras de controlar el nivel de precios. Esta política tiene éxito por un tiempo, pero un éxito de naturaleza temporaria que no puede continuar indefinidamente.

La Argentina no tiene el problema externo que tiene Brasil, pero tiene un problema de sobrevaluación de la moneda, que tampoco es continuable, que va a provocar un reajuste y una aceleración en el futuro del proceso inflacionario.

Pero se trata, a diferencia de los de Brasil, de un problema coyuntural al que no hay que atribuirle una excesiva gravedad. La Argentina no tiene el problema del petróleo y no tiene el problema de los alimentos. Podría decirse que casi no tenemos problemas de fondo y que los que tenemos no son realmente graves. Pero el problema que compromete una proyección optimista es el accidentado, diria casi melancólico, desarollo que hemos tenido a lo largo de los últimos quinze años; desgraciadamente no se vé donde está la causa que pueda producir un cambio en el futuro.

Desde hace ya unos años, por lo menos desde mediados de los años 60, se está aciendo un intento de abrir la economia, intento que también ha sido accidentado, pero que me parece extremadamente positivo e interesante.

La apertura económica reciente, desgraciadamente ha sido más aparente que real. Se bajaron los arancelés, lo que fué un paso a el buen destino, pero se lo acompanó con una sobrevaluación que invalidó, sobretodo de lado de las exportaciones la inicial acción aperturista. En realidad toda baja de aranceles, requiere un fuerte nivel de devaluación.

El pasaje de una economía cerrada, a una abierto, tiene inevitablemente un costo en términos de producto. Por lo menos mientras dura la transición transformaciones de esta envergadura tienen un costo grande, que se compensarån pero solo en el largo plazo. Pero en la Argentina, la falta de crecimiento está más ligada a la sobrevaluación que a la apertura.

Una política realmente aperturista, acompañado por un nivel fuertemente devaluado de la moneda, un reingreso a las exportaciones no tradicionales y un cambio en el nivel de eficiencia y (de remuneraciones) de la economía, y en el nivel de ahorro e inversión productiva, constituyen hoy los "challenges" fundamentales para la Argentina. Brasil se encuentra enfrentado a um "challenge" muy distinto, el del petróleo y el de los alimentos. Pero no parece todavia dispuesto a enfrentarlo.

Pero si bien el escenario mundial favorece hoy, y quizás a lo largo de toda la década a la Argentina y nó al Brasil, esta perspectiva debe ser alterada, no sabemos hasta qué punto, por esta diferencia histórica en la performance y vitalidad económica. Es en estas fuentes internas, y nó en las externas, donde el futuro del Brasil puede apoyarse. Y es en esas fuentes, o en esa falta de fuentes, donde las perspectivas Argentinas pueden peligrar.

Pero como dijimos al principio, estes son razonamientos lógicos, basados en hechos conocidos; y quizás, los fenômenos principales de la década no nos son conocidos todavia ni podemos preveerlos.

3. OS INTERESSES CONVERGENTES DA ARGENTINA E DO BRASIL

BRASIL E ARGENTINA: LA CONSTRUCIÓN DE UN MUNDO LIBRE

M. Pio Correia

Escribió Napoleón que "la politique des États, c'est leur géographie". La geografie hace convergir nuestros destinos respectivos en una extensa línea de fronteras, y es más: mientras que en muchas partes de Sudamérica, y en largos sectores de la configuracion física del mismo Brasil, las fronteras quedaram durante siglos "muertas", despobladas o escasamente pobladas, regiones desiertas que mas bien separaban que unian los países limitrofes, y a su vez se hallaban distantes de la inmediata sensibilidad de los centros vitales de cada país, la frontera entre Argentina y Brasil es, al revés de eso, y desde siglos, una "frontera viva", una frontera habitada, disputada, amada, codiciada, defendida de ambas partes con celoso cuidado, línea invisible pero agudamente sensible, línea a través la cual se cruzaron lanzas, se estrecharon manos. Una frontera viva es la epiderme sensible de la Nacion; línea de contacto diario a lo largo de los siglos, de rozamientos a veces; pero, una vez que cada una de las Naciones fronterizas encontró el cauce defiñitivo de su destino y de su fortuna la frontera se convierte en una línea de intercomunicación y de interpenetración económica, cultural, humana. Dos pueblos que tienen tal frontera comun no pueden ignorarse; que lo quieran o no, tienen a la fuerza que conocerse, convivir estrechamente, crear intereses reciprocos y comunes, descubrir tarde o temprano que su proximidad les impone lógicamente una ley de solidaridad. La Historia de los pueblos es un proceso lógico, mucho más que ideológico; en el caso de los pueblos que nacieron a la soberania geográficamente contiguos esa lógica es, por asi decir, biológica; Brasil y Argentina son hoy, y desde largo tiempo, Estados plenamente madurecidos, capaces de sacar todas las conclusiones políticas correctas de las condiciones geograficas y económicas que la Naturaleza les dicta.

No solo la frontera comun nos impone la ley de una inteligente, dinámica y cordial solidaridad; ambos pueblos somos ribereños del Atlantico Sur, y de él en cierta forma nacidos, ya que a sus orillas plantaron nuestros primeros antepasados, portugueses y españoles, sus peñones y sus marcos de piedra con las armas de sus Reyes, cuya herencia es hoy nuestra; de esse Atlántico Sur de tan vital importancia estratégica mundial, que de su dominio puede en parte depender el dominio del mundo. Frente a Argentina está el Cabo de Buena Esperanza, ruta de paso obligatorio del petróleo del que depende gran parte del Mundo Occidental, —

nuestro mundo; Brasil ocupa la cabecera de puente occidental de la angostura estratégica entre Recife y Dakar, la que es vigilada además por la base oceanica de Fernando de Noronha. Nuestros intereses son indisolubles, y nos sugieren la más estrecha coordenación en el órden de la politica naval y de la cooperación estratégica.

Mirando ya no hacia el Oceano, sino tierras adentro, vemos desde Buenos Aires abrirse el magnifico abanico de la Cuenca del Plata, que abarca un veinticinco por ciento de la superficie del Continente Sudamericano.

Los grandes sistemas potamográficos fueron, son y seran en todos los tiempos las vias naturales de propagación del poblamiento y del progreso; y luego del transporte de las mercancias no solo por agua, sino por tierra, ya que los perfiles topográficos de los valles señalan las lineas de más facil circulación terrestre. Ese fué, y es, el papel histórico-económico del Mississipi, del Saint Lawrence, del Danubio, del Rin. El Rin es hoy mismo un magnifico ejemplo de integración multinacional de estructuras e infra-estructuras económicas. Impresionante es el espectaculo de sus aguas, surcadas cada dia por miles de barcos de seis banderas: suiza, francesa, alemana, luxemburguesa, belga, holandeza. En ambas orillas se extiende un doble sistema de rutas y ferrocarriles; en las partes donde el rio es frontera entre dos paises, la energia, los insumos industriales, la mano de obra, cruzan libremente de uno a otro, buscando la equación económica más rentable.

En la Cuenca del Plata hay todavia un mundo de realizaciones en el porvenir, y es natural que falte mucho. Pero los trabajos de la Comission de la Cuenca del Plata, las reuniones de Cancilleres de los paises de la misma, han señalado objetivos comunes de un alto interés, que será imposible alcanzar en su plenitud sin el total acuerdo de Argentina y de Brasil. En el campo energético en buena hora se ha logrado una harmonía que permitirá, no solo a ambos paises, sino a los otros ribereños de la Cuenca, sacar el máximo y más pronto partido de la fuerza de las aguas, integrando sus respectivos sistemas eléctricos. Lo mismo se podrá realizar en el campo de la irrigación, de la política agro-industrial regional, de los transportes fluviales y terrestres, de la utilización de los puertos. Aqui no está demás recordar que en la Conferencia de Cancilleres de Santa Cruz de la Sierra, en 1969, fué reconocida la importancia para la Cuenca del Plata del puerto de Rio Grande, ubicado físicamente fuera de esa cuenca, pero de obvio y transcendente interés para ella por su posición directamente sobre el Oceano y por la posibilidad de recibir en él buques de gran calado. Un enlace ferroviario desde el puente de Paso de los Libres abriría por allí una puerta sobre el Atlántico de considerable importancia para le "hienterland" platino.

Hay sin duda mucho que esperar de una cooperación multilateral en la Cuenca del Plata, y es a mi juicio un deber tanto para Argentina como para Brasil emplear sus mejores esfuerzos para adelantar los intereses comunes de los paises hermanos del Continente; pero no hay que olvidar que las buenas relaciones multilaterales son la consecuencia de buenas relaciones bilaterales que se puedan útilmente sumar. Durante muchos años, a lo largo de toda mi carrera de diplomático, creí, y viví mi creancia, y la traté de inculcar a mis colaboradores, que en la constelación en constante gravitación de nuestras relaciones internacionales hay una estrella de inmutable posición y de primera grandeza, un punto cardinal necesáriamente orientados, que es la amistad entre el Brasil y la Republica Argentina. Durante muchos años, busqué hacer de esa amistad una realidad concreta, forjando lazos de estrechos y sistemáticos contactos entre Itamaraty y el Palacio San Martin, donde seguramente así lo recuerdan muchos distinguidos colegas argentinos que compartian mis convicciones, y conmigo trabajaron para buscar la convergencia de las posiciones de ambas Cancillerias, en el pensamiento de que una total comprensión mutua debería de reflejarse en una posición comun en las negociaciones multilaterales y en los organismos multinacionales. Enorme fué, en tal sentido, la dinámica e inteligente acción desarrollada por grandes diplomáticos argentinos como Carlos Muñiz, Mario Amadeo, Oscar Camilion, Luis de Pablo Pardo, Luiz Maria Sanz, siempre recordados con admiración y cariño, y sería asimismo imposible no recordar la actitud siempre constructvia y cordial, al frente de la Cancilleria argentina, de Nicanor Costa Mendez, mi interlocutor directo mientras ocupé la Embajada del Brasil en Buenos Aires.

También en el dominio económico, que es parte de la esfera de acción de la diplomacia, las relaciones bilaterales argentino-brasileñas ofrecen perspectivas obvias y brillantes. Un relacionamiento sistemático entre ambas, permitiría maximizar sus posibilidades respectivas; además de eso, conduciría a mejorar substancialmente las posiciones de negociación de ambos paises en el comercio y en la competencia internacional. Estamos ambos en una fase de nuestro desarrollo en la cual para ascender al rango, ya muy cercano, de paises plenamente desarrollados, necesitamos esencialmente tres cosas, que otros paises nos puedan suministrar: el aporte de capitales, ya sean de inversión directa o de préstamo, la asimilación de nuevas tecnologias, y el acceso a los mercados internacionales para nuestros productos. Para obtener lo que deseamos, nuestro mejor factor de negociación consiste en nuestros proprios mercados, cuya dimensión y rápida expansión resulta un poderoso atractivo para los interesses del comercio internacional y de las instituciones financieras. Las economías nacionales de muchos paises altamente desarrollados están ya vecinas a su punto de saturación: tanto es asi, que algunas de las más importantes empresas de tales paises ya dependen de los mercados externos para la mayor parte de su facturación. En el caso de Suecia, por ejemplo, es claro que su mercado interno no puede ser la única base, ni la principal, de la actividad de sus vastas y admirables industrias, dueñas y creadoras de modernisimas tecnologias. Pero el caso ocurre tambien en paises de población mucho más numerosa que la Suecia; son como planetas de cuentos de ciencia-ficción, que por falta de condiciones de sobrevivencia son llevados a hacer emigrar parte de su publación para otras galaxias. Asi, para los capitales, las tecnologías y los bienes, que buscan ubicarse en la geografia económica del mundo, nuestros paises ofrecen el atractivo poderoso de sus mercados *en dinámica expansión; y asimismo la possibilidad de satisfacer necesidades vitales de otros* mercados. El Brasil, en el reciente análisis de un gran Banco Norteamericano, es ya hoy la 10ª mayor economía nacional en el mundo; suponiendo que siga creciendo al ritmo correspondiente al promedio de 6% al año (tasa que sería ligeramente inferior al promedio de los últimos 50 años), en el año 1990 seria la 7ª mayor economía nacional en el mundo, sobrepasando a Italia, Canada y Gran Bretaña, y la 5ª en el mundo libre. Si pudieramos imaginar por un instante esa economía como estratégicamente sumada a la fuerte y fecunda estructura socio-económica de la *Republica Argentina, entonces imaginariamos una expresión igual a la de las principales poten*cias del globo, excluidas naturalmente las dos super-potencias. Dejo por imaginar el poder de negociación y de influencia, en el plan internacional, que resultaría de semejante hipótesis.

Claro es que el relacionamiento entre Argentina y Brasil tendría que inserirse en el contexto global de las relaciones internacionales de cada uno. Sería, con sus caracteristicas especiales de permanencia y de "convergencia", el primero de los "circulos concentricos" definidos, en el caso del Brasil, por el gran Presidente Castello Branco. En lo que refiere a los *demás "circulos concentricos", o sean, sucesivamente*, America Latina, el Continente Americano en su total, el Mundo Atlantico y el Ocidente en general, y finalmente el resto del mundo con sus divisiones específicas, es siempre y cada vez más necesaria la elaboración consciente de líneas maestras bien definidas, al más alto nivel de los Objetivos Nacionales Permanentes; líneas flexibles sin duda en su aplicación según la situación de cada día, pero inmutables en su dirección general. La fuerza de un país no reside solamente en su potencial económico o militar, sino em la coherencia, la pertinacia y la inteligente concepción de su politica externa como *instrumento al servicio de sus interéses permanentes*. Vease el caso de la Union Sovietica, que desde 1945 a esta parte ha alcanzado todos sus objetivos geopolíticos sin recurrir a la fuerza militar (excepto por la invasion de Afganistan), gracias únicamente al empleo de una politica exterior de implacable tenacidad y total coherencia.

En el elaboración de directivas básicas para la politica exterior, antes que nada, hay que reconocer claramente la correcta ubicación del país en la problematica internacional, discriminando entre objetivos de corto plazo y circunstancias permanentes, involucrando no solo intereses sino tambien principios jurídicos y morales que son parte integrante de la consciencia de la Nación. Así se evitará el desperdicio de esfuerzos diplomáticos en acciones que se aparten de la línea natural de la vocación histórica del país.

Es perfectamente obvio, por ejemplo, que ni Brasil ni Argentina pertencen al "Tercer Mundo". Nuestro modelo económico y social, fundado en la libre economía de mercado, corresponde al de los paises del Primer Mundo; nuestro grado de desarrollo industrial, nuestra capacidad de asimilación tecnológica, la importancia y la complexidad de nuestras estructuras e infra-estructuras económicas, nos confieren desde ya un rango más que honorable y justifican para nosotros la calificación de "potencias emergentes". No somos, tampoco, neófitos en el colegio de los Estados Soberanos: muchos Estados de Europa son mas jovenes que nosotros en tal sentido. Por otra parte, nuestra independencia política no se procesó contra una dominacion extranjera, sino en forma de emancipación de metrópoles cuya formacion étnica y cultural eran las nuestras.

Tampoco es dudosa nuestra herencia espiritual, ni la afinidad que nos une entre nosotros y a los demás pueblos con los cuales compartimos esa herencia. Nacimos a la vida independiente bajo la inspiración, nunca desde entonces desechada, de un ideario fundado en los principios del imperio de la Ley, de la igualdad de los hombres ante la ley, de la libertad y de la justicia dentro de un órden humano y humanístico; de un poder público capaz de asegurar a todos los ciudadanos la tranquilidad dentro del orden y de la ley. Esos conceptos, a la vez idealistas y jurídicos, sedimentados en siglo y medio de existencia soberana, los compartimos con todos los pueblos de las Americas, donde encontramos nuestra familia espiritual más cercana. Es claro que no en todas partes se han interpretado en igual forma los altos principios que profesamos, ni fué, ni pudo ser, el desarrollo de las instituciones, uniforme en su estructura, o simultaneo en el tiempo. Hay que recordar que si desde el año 1787 la Constitucion de los Estados Unidos de America postulaba como verdad axiomática que todos los hombres nacen libres e iguales en derechos, fué necesario después de eso casi un siglo, una guerra terrible, y el sacrificio de 600.000 vidas — entre ellas da del noble apóstol de la libertad que fue el Presidente Lincoln, para que la esclavitud dejara de existir en las leyes del país. No es menos verdad que, através de las ocasionales vicisitudes de los tiempos en la corriente de la História, hemos mantenido siempre viva la llama de un sincero ideal libertario, democrático y humanitário, y buscado tenazmente trasladar, con distintos matices pero con autentica resolución, esos ideales a nuestra vida institucional. No nos hacen falta para eso lecciones de quien quiera que sea, y menos de ciertos paises a los que el simple pudor aconsejaria mayor discreción.

Esas hondas afinidades que nos unen, ineludiblemente nos ubican en el campo de las Naciones democráticas occidentales. En un mundo donde, como lo dijo Churchill, solo las estrellas son neutrales, nuestra posición en la primera línea de los pueblos amantes de la Libertad, es indudable y indeclinable. Unidos en sus convicciones, concertados en sus acciones, Brasil y Argentina podrán cada vez más desempeñar un papel de primordial importância al contribuir para la elaboración de la estratégia común del Mundo Libre.

Este siglo avanza hacia su termino en medio de angustias y temores, nacidos en gran parte de vacilaciones y omisiones de los paises lideres de ese Mundo aun libre — de *nuestro* mundo. Creo firmemente que la aurora del nuevo siglo nos encontrará, si sabemos unirnos, en el centro mismo del poder de deliberación y de decisión de las Democracias Ocidentales. Espero y deseo que nuestros pueblos sean poderosamente instrumentales en la construccion del Mundo con el que todos soñamos: un Mundo en el que los hombres puedan vivir en paz con honor, libres de amenazas, gozando de los beneficios del progreso para su prosperidad y su bien estar. No tengo, ni cabe, duda de que el Destino reserva a ambas nuestras Patrias un gran porvenir: ojalá ese porvenir las encuentre siempre fraternalmente unidas, para su bien, y para el bien de todo el Mundo Libre.

ARGENTINA Y BRASIL: PERSPECTIVAS BI-LATERALES Y REGIONALES

Carlos Manuel Muñiz

I — Un análisis de los puntos de convergencia entre Brasil y Argentina, nos lleva a considerar, en primer lugar, su situación geográfica en el continente americano y en relación con los demás países del mundo, y las posibles ventajas que emergen de esas circunstancias.

La situación peculiar del Brasil determina que tenga límites territoriales con todos — menos uno — los países sudamericanos y, además, que se encuentre vinculado a la zona del Caribe y, por su extremo nordeste, al continente africano. En este caso, la cercanía geográfica es uno de los aspectos — importante, principalmente desde el punto de vista estratégico — que se une a otras consideraciones económicas, políticas, culturales y hasta raciales.

La Argentina, a su vez, está ubicada en el extremo Sur del continente. Es punto terminal de ruta de todas las comunicaciones. Limita con cinco países y tiene intereses, cada vez mayores, en la amplia zona marítima del Atlántico Sur y en el continente antártico.

En un caso, como en otro, estas determinantes geográficas que, por sí solas, podrían caracterizar posibilidades contrapuestas, contribuyen a robustecer la posición de ambos países en un ámbito físico que les es común: el denominado Cono Sur. Se encuentran dentro del mismo, además, Chile, Uruguay, Paraguay, Bolivia y Perú. Este último, no obstante haberse incorporado al denominado "bloque andino" tiene, sin embargo, intereses más afines y una situación que lo vincula, en mayor grado, a los países del Sur que a los de la zona del Caribe.

El aspecto fundamental de la relación entre Brasil y Argentina, desde el punto de vista geográfico es, pues, su ubicación en una de las áreas que, cada vez más, vá aumentando su valor estratégico, político y económico para el resto del mundo.

El alejamiento relativo de las zonas del poder mundial que, por otra parte, pudo constituir en otros momentos, una desventaja, particularmente para la Argentina, se convierte, hoy día, en una ventaja obvia, en la medida en que ambos países constituyen — por diversos motivos — magnitudes relevantes en el plano internacional y no se encuentran afectados de manera directa por los conflictos de las superpotencias o, al menos, no ocupam una posición de prioridad en esos conflictos.

Todo esto nos permite comprender la gravitación propia de esta región y la importancia que reviste el hecho de que Brasil y Argentina adviertan el rol que les imponen , entre múltiples causas, sus determinantes geográficas.

II — En segundo lugar, Brasil y Argentina pertenecen, por su tradición política y cultural, al mundo occidental, tal como se enfatizó, por ambas partes, en la Conferencia de Uruguayana de 1961.

Al hacer esta afirmación es necesario tener en cuenta que los conceptos culturales Occidente y Oriente han cambiado mucho en sí y en su relación recíproca. Como se ha sostenido, en la actualidad "dejan de ser dos hemisferios culturales poco menos que antagónicos para irse fundiendo en la primera cultura planetaria, por no hablar todavía de cosmocentrismo".

No obstante ello, sigue teniendo vigencia una concepción política y cultural que, aunque con un sentido más lato, nos permite calificar a nuestros países — por sus características e intereses nacionales — como pertencientes al mundo occidental.

Esta pertenencia condiciona las líneas centrales de su polírica exterior, en un mundo donde las alternativas se hacen cada día más difíciles.

No debe entenderse, sin embargo, que ello importe la necesaria adhesión al bloque del Tratado de la Alianza del Atlántico Norte, el cual, a pesar de estar impedido jurídicamente para actuar fuera de América del Norte y de Europa, ha hecho una interpretación más amplia del convenio y considera incluídos, dentro de los mecanismos defensivos occidentales, a otros países no miembros.

Ni Brasil ni Argentina, como es sabido, son parte de ninguno de los dos bloques militares principales. Por otra parte, ambos países han descartado en sus líneas de acción diplomática cualquier tipo de alineamiento automático con los Estados Unidos de América.

La independencia, respecto a los grandes poderes, en la adopción de las medidas más convenientes a los intereses nacionales respectivos, no importá — como surge de lo expuesto — que dejen de considerarse parte activa de la civilización occidental.

III — En tercer lugar, ambos países comparten la condición de estar en vías de desarrollo.

A pesar de los grandes logros alcanzados por Brasil en los últimos años, que lo ha colocado en una posición relativa de mayor desarrollo dentro del continente, es indudable que aún no puede ser incluído entre las primeras potencias mundiales.

Una situación similar atraviesa la Argentina, agravada por problemas políticos internos que frustraron un proceso que se había iniciado con grandes perspectivas hace apenas dos décadas.

No obstante los rasgos comunes que, en algunos aspectos, nos colocan dentro del llamado "primer mundo", necesitamos aún substanciales aportes de capital externo y modernizar nuestra tecnología, para que podamos aspirar a alcanzar esa posición.

Debe tenerse en cuenta, además, que el dato esencial para medir la condición de un país en el mundo industrializado es su capacidad para convertirse — de modo significativo — en exportador de capital o de tecnología De ahí que la cooperación mutua, aunque, por sí sola, no sea suficiente para obtener este resultado se convierta en un elemento de acción insoslayable para ambas partes.

Sin perjuicio de las diferencias actuales, en el desarrollo industrial, es evidente que los dos países pueden marchar a ritmos relativamente parecidos y contar, en poco tiempo, con bases substancialmente similares. Esta semejanza, al menos cualitativa, permite el avance de programas de cooperación que solo Brasil y Argentina pueden montar en América Latina. Buen ejemplo de ello es el plan de cooperación nuclear. Además queda abierto el camino en otras áreas como las telecomunicaciones, la informática, la industria aeronáutica, etc. El campo científico y tecnológico es lo suficientemente vasto y omnicomprensivo para que se creen sucesivas redes de intereses comunes, consolidados por el trabajo y la colaboración entre ambas partes.

IV — Los intereses del Brasil y Argentina hacia América Latina, constityen, hoy dia, un aspecto prioritario de su gestión internacional.

En este sentido puede afirmarse que es posible llevar a cabo una acción coordinada, que rendirá resultados positivos para todos los pueblos del continente. Ha terminado definitivamente la época en que algunos pudieron llegar a creer que el desarrollo de un país podía hacerse a expensas del estancamiento de otro u otros países. La interdependencia juega hoy un rol determinante que hace, por el contrario, necesarios el bienestar, el desarrollo y la paz de los demás para poder lograr esos mismos objetivos internamente.

La acción solidaria de Brasil y Argentina, en beneficio de otros países de menor desarrollo relativo dentro del área, probó ya, en la práctica, sus inmensas posibilidades.

Es comprensible que la rivalidad que, en algunos períodos, caracterizó nuestras relaciones, contribuyó, por el contrario, a crear un clima de inestabilidad en la región y movió a los países pequeños a practicar políticas que podemos calificar como "compensatorias", con cada una de las partes, para tratar de proteger, de algún modo sus economías precarias y hasta la vida misma de sus gobiernos.

Nuestra actitud debe ser, necesariamente, de cooperación y nó de rivalidad. Aunque a primera vista pueda parecer contradictorio, servirá, sin embargo, para favorecer, aún más, nuestros intereses nacionales.

Por otra parte, solo es posible realizar una acción concreta y sostenida en América Latina, si los dos países han logrado un entendimiento amplio y satisfactorio en sus relaciones bilaterales. El marco regional es, precisamente, aquel en el cual la cooperación entre nuestros países puede tener mayor dinamismo y relevancia.

Sin perjuicio de la subsistencia de situaciones todavía no resueltas, como el diferendo austral entre la Argentina y Chile, no cabe duda que la Argentina ha puesto enfasis especial en sus relaciones con los países limítrofes, los de América del Sur y, en general, los de América Latina. Brasil, igualmente, ha demonstrado, en los hechos, que sus primeras preocupaciones se proyectan sobre los países de América del Sur.

Además de las consideraciones pragmáticas que, en algunos casos, pueden determinar estas acciones el criterio con que se encaran las relaciones con nuestros vecinos está vinculado, también, en buena medida, con la amenaza al propio Estado, representada por el terrorismo.

V — La relación con Estados Unidos, no sólo por su condición de primera potencia mundial sino por su situación predominante dentro del continente, reviste especial importancia para Brasil y Argentina.

La historia de nuestros países reveló situaciones diferentes/respecto a Estados Unidos, particularmente desde que este último emergió como poder determinante en el plano internacional, después de la última guerra.

Brasil mantuvo una vinculación estrecha y recibió los beneficios de su participación en ambos conflictos, mientras que la Argentina, continuando una tradición ya iniciada en la primera Conferencia Panamericana de 1889, insistió en su relación especial con Gran Bretaña y se enfrentó, casi constantemente, con los Estados Unidos.

No corresponde hacer ahora un análisis de estos hechos. Sólo puede decirse que, en el momento actual, estas diferencias en la vinculación con el gran país del Norte, se han visto atenuadas en gran parte.

La relación de "país llave", que constituyó para Brasil la base del gran aporte norteamericano de los últimos años, ha dejado de existir. Estados Unidos ha pasado de ser un asociado dominante a ser un asociado relevante en la economía brasileña.

La Argentina, por su parte, a pesar de las dificultades motivadas por problemas circunstanciales, fundados en una obstinada incomprensión de ciertos sectores del gobierno norteamericano, ha logrado, en otros campos, las bases para un mayor acercamiento con ese país. No obstante, es preciso señalar, que las dificultades que aún subsisten se han apoyado, más bien, en una base objetiva: la relativa independencia comercial y financiera de la Argentina con respecto a los Estados Unidos.

La vinculación entre Brasil y Argentina constituye para los Estados Unidos, no sólo un elemento de seguridad dentro del continente sino, además, una posibilidad de tener interlocutores válidos, representativos de un área geográfica de enorme importancia.

Sin embargo, no en todos los casos se ha entendido con este sentido positivo. Resulta curioso, según se ha señalado recientemente, que en ciertos sectores de Washington, se ha visto con recelo y preocupación el estrechamiento de nuestra amistad. Lo mismo ha acontecido con algunos gobernantes europeos que han tratado de indagar, al tomar contacto con altas personalidades del gobierno argentino, cuales eran las causas de nuestra mayor vinculación, fuera de las que se habían manifestado públicamente.

Estas reacciones demuestran la verdadera importancia de las buenas relaciones entre Brasil y Argentina y el valor que adquiere, en la afirmación de nuestra independencia y capacidad de negociación, frente a otros poderes.

VI – Con referencia a los organismos y procesos regionales las actitudes de Brasil y Argentina son bastante aproximadas. Respecto a la O.E.A. mantienen posiciones un tanto distantes y críticas.

Aunque ninguno de ambos países se desentiende formalmente del proceso de integración latinoamericana, ambos orientan lo básico de su estrategia en función de la integración nacional, situación impuesta, en buena medida, por su vasta dimensión geográfica y la abundancia de recursos no explotados.

Todo esto no quiere decir que se haya dejado de lado la aspiración a un esquema de integración y complementación en el continente. Pero, teniendo en cuenta las circunstancias actuales, sus posibilidades efectivas de concreción sólo pueden preverse para un plazo no inmediato.

En la relación bilateral un análisis racional de intereses multiplica las posibilidades de cooperación, sin que parezca existir, en el corto plazo, ningún programa de interés nacional relevante que afecte los de la otra parte.

VII – El intercambio comercial bilateral ha ido creciendo, de modo persistente, y constituye un elemento de gran importancia en nuestras relaciones. Sin embargo la posibilidad de que se convierta en un factor sostenido y convergente de intereses está vinculado a que pueda mantener un grado conveniente de diversificación para ambas partes.

Al margen de las políticas económicas y cambiarias respectivas y del peso propio de las corrientes del mercado, en todo lo que, por si solas, puedan influir, es indudable que el comercio necesita ser estimulado por vías adecuadas para que sea un efectivo instrumento para el desarrollo de ambos países.

VIII – El campo de la acción cultural ofrece enormes perspectivas, no solo por su propio contenido sino, también por las posibilidades de recepción, en cada parte, de las expresiones intelectuales y artísticas de la otra.

No obstante la diversidad de idiomas, estos no llegan a constituír elementos infranqueables para la comunicación recíproca. La vencindad geográfica y el mayor conocimiento relativo que cada país tiene del otro, en comparación con algunos países del Continente, contribuye a facilitar este intercambio.

Aún cuando esto pueda ser cierto, subsiste un gran desconocimiento recíproco, y la divulgación cultural se encuentra, pese a todo lo realizado, en una etapa que no puede satisfacer a ninguna de las partes.

Es necesario actuar con intensidad y no relegar esta área fundamental a un lugar secundario. La gestión cultural debe ser prioritaria.

Debemos compreender que la índole desinteresada de sus móviles ajenos, por su misma naturaleza, a cualquier clase de especulaciones o suspicacias, abre un inmenso campo para la gestión en todas las otras áreas.

La cultura no es un entretenimiento, no es un adorno, no es una frivolidad. Es un instrumento concreto y práctico que da permanencia y hondura a la vinculación entre los pueblos.

IX — Finalmente es necesario señalar el hecho, quizás, más relevante, que surge del conjunto de convergencias en la política exterior de ambos países.

La vinculación efectiva y armónica de Brasil y Argentina tiene alcances que van más allá de los que pueden corresponder a una mera relación bilateral.

Por el mayor desarrollo relativo dentro del continente, por sus inconmensurables recursos potenciales, por su adelanto científico y técnico, por su indudable valor estratégico y de seguridad, trasciende el area americana para constituir una fuerza positiva que ningún poder mundial está en condiciones de desdeñar.

En una época en que el signo de la vinculación entre los Estados es un elemento que no puede dejar de considerarse en cualquier análisis de política internacional, nuestros países han reconocido esa necesidad y demostrado, con hechos concretos, la conveniencia de llevar adelante un esfuerzo sostenido para impulsar su desarrollo y, al mismo tiempo, fortalecer su capacidad negociadora.

Los acuerdos logrados por ambos gobiernos son un paso, apenas, de todos los que corresponde dar en el futuro y de los que, más aún, deben llevarse a cabo en el ámbito privado.

Como quedó demostrado en el escaso tiempo de vigencia de los convenios de Uruguayana, de la amistad entre nuestros países no pueden esperarse más que beneficios para las dos partes y para los demás países del continente.

El signo de esos convenios históricos quedó reflejado, entre otros documentos, en la declaración conjunta de ambos presidentes, formulada en Buenos Aires el 17 de mayo de 1980 que resume un espíritu felizmente retomado.

En tal sentido se destacó el fin primordial de promover el desarrollo armónico de las economías nacionales, en el marco de una política independiente; el propósito de fortalecer los lazos de solidaridad política y económica entre los países de América Latina como condición necesaria para que la región pueda alcanzar más rapidamente mejores niveles de bienestar y aumentar su capacidad de negociación ante los demás grupos de países, especialmente los desarrollados, y la conveniencia de mantener un mecanismo de consulta sobre asuntos de interés común.

Los pasos están dados, las relaciones entre Brasil y Argentina reposan, actualmente, en una convergencia objetiva de intereses. Es de desear que la misma prevalezca como un signo de madurez y de inteligencia puesto al servicio del bienestar y del desarrollo de ambos pueblos.

4. A COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA COMO BASE DE UM ENTENDIMENTO A LONGO PRAZO ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL

COLABORAÇÃO ARGENTINA/BRASIL NO CAMPO TECNOLÓGICO

Mário da Silva Pinto

A intensificação da colaboração argentino/brasileira no campo tecnológico será um aspecto da decisão política dos dois países procurarem complementar diversos aspectos das vidas de seus povos; técnicos dos dois lados, com competência e grande sensibilidade, vêm sendo admiráveis precursores dessa cooperação que agora chamou a atenção dos dirigentes dos dois países.

Essa complementação é natural, pois países vizinhos com grande identidade de hábitos e modos de ser, pois ambos são de troncos ibéricos, seus interesses são coincidentes e deles se pode repetir o velho conceito de Saẽnz Peña: "tudo nos une a nada nos separa".

Vantagens de toda ordem podem surgir dessa complementação e o ideal para os países da América Latina, especialmente Brasil/Argentina, é que eles se conheçam bem e se ajudem melhor.

Existe um acordo de cooperação científico-tecnológica com a Argentina desde 1968. A operação do acordo, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e do Consejo Nacional de Investigación Cientifica y Tecnica — CONICET, começou efetivamente em 1970, tendo se desenvolvido mais a partir de 1975. Hoje apresenta uma permuta de 10 a 12 pesquisadores de cada lado por ano.

Após a visita do Presidente Videla ao Brasil, o programa tem sido ativado. No mês corrente, novembro, o Presidente do CNPq visitou a Argentina. Também toma parte atualmente, para implementação do acordo pelo lado argentino, a Secretaria de Estado de Ciencia y Tecnologia.

No caso já existem, pois, muitos pontos de contato; uma pequena ação catalítica (financiamento de viagens para cientistas das duas partes para estágios ou comparecimento a reuniões científico-tecnológicas de custo não muito elevado) poderia ampliar substancialmente o intercâmbio.

Na área básica, já há no Brasil alguns centros credenciados a nível de doutorado (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências) para onde tem acorrido estudantes de diversos países. Os contatos Brasil/Argentina podem ser desenvolvidos através do convênio mencionado de 1968.

Imagina-se que o intercâmbio de pessoas poderá crescer substancialmente em tempo relativamente curto (para 30 a 40 em 2 a 3 anos).

Atualmente já existem muitos argentinos fazendo pós-graduação no Brasil e só no Instituto de Matemática Pura e Aplicada — IMPA, passaram cerca de 8 nos últimos três anos (uns 5 ainda se encontram no IMPA e as referências a alguns são extremamente elogiosas).

Assim, já há um intercâmbio Brasil/Argentina intenso no campo técnico-científico; tratar-se-á apenas de ampliá-lo e dar-lhe novas dimensões nos setores da tecnologia.

Vou falar em meu nome estritamente pessoal, sem envolver qualquer organismo oficial de meu País. Penso que no campo tecnológico essa colaboração pode se desenvolver ou se intensificar em cinco níveis: nível universitário, nível de institutos tecnológicos, nível de energia nuclear, nível de empresas estatais e nível de empresas privadas.

Apreciemos cada um desses *strata*.

Nível Universitário

Cada um dos dois países tem campos específicos em que seu ensino tecnológico é forte e seria extremamente útil para a formação de elites conhecedoras do país vizinho, que o Brasil mandasse um certo número de universitários brasileiros terminar seus cursos na Argentina e quantidades semelhantes de estudantes argentinos terminassem seus cursos de formação profissional no Brasil.

Dever-se-ia estabelecer um acordo entre os dois países com o reconhecimento automático do diploma profissional que fosse emitido pelas universidades para imediata capacitação profissional no País de origem.

Imagina-se que regime desse tipo deveria contar com um número de 100 estudantes de cada nação. Os cursos de caráter tecnológico a serem escolhidos seriam os de engenharia (em todas as suas especialidades), os de química, os de engenharia de minas, os de metalurgia, os de engenharia nuclear, os de física, os de geologia, os de controle ambiental e outros que a prática fosse indicando como convenientes; estudantes de matemática pura e aplicada poderiam ser intercambiados conforme seu campo de interesse. O regime de bolsas seria estipendiado pelo País de origem em quantidades financeiras semelhantes.

Já há um esboço dessa colaboração e diversos estudantes argentinos estão nos dando a honra e prazer de seguir cursos no Brasil e alguns estão mesmo recebendo bolsas de organizações brasileiras.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro estabeleceu-se desde 1963 um valioso centro de aperfeiçoamento de engenharia com auxílio, no início, de professores estrangeiros da área ocidental e da área socialista e onde se estão formando mestres, doutores e lecionando-se cursos avançados; engenheiros argentinos que tivessem interesse por essa instituição, a COPPE (Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia), seriam certamente muito bem-vindos.

De conversações mantidas, sei que na área de engenharia química, os professores brasileiros teriam, por exemplo, grande interesse num intercâmbio acadêmico-científico com a Universidade de Salta para estudos de problemas de transferência de massa, a cargo do Prof. Juan Carlo Gottifredi e com a Universidade Nacional de Santa Fé, para estudos de reatores químicos, já se tendo estabelecido contatos com o Prof. Parera.

Outra área de interesse imediato seria a do estudo de transferência de calor e mecânica dos fluidos, a cargo do Prof. Ferreri no vosso Instituto Nacional de Tecnologia.

Não se pode esquecer que um programa de colaboração tecnológica deve ser complementado por um estreito intercâmbio nas ciências básicas, a exemplo das matemáticas, da física, das químicas e da biologia, como se disse.

Imagina-se que um regime dessa ordem constituiria em poucos anos elites nos dois países conhecendo-se perfeitamente, com recordações de mocidade, amizades duradouras como costumam ser as dos bancos escolares, de forma que o entrelaçamento das relações Brasil/Argentina se faria cada vez mais forte. Sistema semelhante deveria ser estabelecido para cursos de pós-gra-

duação de mestres e doutores. Em ambos os países há alguns cursos de pós-graduação capazes de se ombrear com boas universidades européias e americanas. O número desses bolsistas de pós-graduação deveria ser estabelecido a partir de um início de 20 profissionais tecnológicos em cada lado.

Nível de Institutos Tecnológicos

Há grandes instituições de pesquisas tecnológicas nos dois países cheias de serviços à indústria, seja na descoberta de novos processos, na modificação de cadernos de encargos, seja no controle de qualidade, seja na orientação à indústria.

No Brasil citam-se, entre outros, os exemplos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e o Instituto Nacional de Tecnologia e da Argentina, é respeitado em todo a América Latina o Instituto Nacional de Tecnologia; no campo agrícola, há que citar o respeitadíssimo Instituto Agronômico de Campinas (SP), que dará admirável apoio no caso de haver uma colaboração nos campos da ciência e técnica agronômicas. Essas instituições poderiam a cada momento completar certos campos em que cada uma das nações vizinhas estivesse transitoriamente mais avançada. Certamente o Brasil se aproveitaria dos estudos tecnológicos de couros em que a Argentina é mestra, como o é em certos aspectos da física e da termodinâmica. O *Brasil poderia contribuir com estágios relativos à metalurgia, ao começo de aproveitamento de* energia solar, ao aproveitamento energético da madeira e a processos de pesquisa e beneficiamento de minérios.

Na Fundação de Tecnologia Industrial e no Instituto Nacional de Tecnologia vislumbraram-se desde logo os seguintes campos de cooperação com instituições similares da Argentina:

1) Área de Materiais

- Soldagem;
- Corrosão em altas temperaturas;
- *Aplicações Metalúrgicas do Nióbio;*
- Supercondutores.

A respeito do nióbio, de que o Brasil é o maior produtor mundial, repete-se que já há uma estreita colaboração tecnológica com a Rússia; acredita-se que adição de pequenas quantidades de nióbio melhoraria a qualidade e resistência dos aços comuns e poderia dar novo caráter à siderurgia mundial.

Já houve contatos entre essas instituições brasileiras e a Comission Nacional de Tecnologia da Argentina; há, apenas, que oficializar essas negociações.

2) Área de Química Ambiental

Na área de defesa ambiental, a existência de megalópolis nos dois Países justificaria muito estudo conjunto, a saber:

- Poluição da água;
- Poluição do ar;
- Poluição do solo.

3) Área de Energia

Na área de energia, muito bom resultado adviria de estudos sobre os seguintes assuntos:

- Combustíveis e fontes não convencionais energéticas, especialmente as biomassas;
- Microbiologia genética;
- Fermentação.

No Brasil, em face da crise energética, estão se desenvolvendo esforços, alguns já bem-sucedidos, para economizar energia e substituir o petróleo e seus derivados por combustíveis

que detentan el oligopolio petroleros o reducen el nivel de sus ingresos. No son reducciones enormes, pero la reasignación de pequeñas fracciones del ingreso tanto entre países, como entre sectores dentro de los países, generan conflictos económicos y sociales muy grandes y consecuentemente, inflaciones muy intensas.

La segunda consecuencia del alza del precio del petróleo, e que se ha producido un fenômeno muy insólito y también imprevisto como es el de la generación de enormes superávits y grandes déficits financieros en los distintos países del mundo. En la década del 60 estos superávits fueron pequeños, mientras existían grandes dificultades para obtener financiación internacional, realizada bajo el control y la supervisión internacional del Fondo Monetario.

La novedad de los 70 y del 80 es gran abundancia de fondos deseosos de ser colocados, que ha permitido nuevas estrategias de desarrollo y estabilización, posibles en ésta década y que no lo habían sido en la pasada.

Hoy, los países deficitarios pueden seguir gastando sin reducir sus ingresos, postergando el día en el que habrán inevitablemente que "sentar cabeza".Esto se aplica sobre todo a nuestros países, fundamentalmente Argentina y Brasil que han seguido alegres políticas de endeudamiento, el primero para mantener el consumo y el segundo, para mantener la inversión. Las decisiones desagradables que antes había que tomar por falta de fondos externos, se pueden ahora postegar ya que se pueden acumular deudas internacionales por montos jamás conocidas en la historia financiera del mundo, aún expresados en términos reales y per cápita.

Esto está ocurriendo además con un menor rol del Fondo Monetario y, por consiguiente, con una menor ortodoxia económica, en parte debida a la menor capacidad de poder imponerla.

Uno puede pensar que habia mejores "ortodoxias" que las del Fondo, pero la praxis del mundo contemporáneo se aleja aún más de cualquier criterio de razonabilidad monetaria. No hay duda que como consecuencia de todo ésto, ha aparecido una mucha mayor indisciplina monetaria y financiera en el mundo.

Todo esto ocurre contemporáneamente con una disminución en el ritmo del crecimiento del comercio. La década del 60 ha visto crecer al comercio internacional a tasas insólitas. Esto no es lo que ha ocurrido en la década del 70 ni lo que vá a ocurrir en la del 80. Hemos vuelto a una época de restricciones al comercio y de tratos diferenciales; de alguna manera hemos vuelto a una época con un cierto sabor proteccionista, aunque todavia no demasiado fuerte.

Por otra parte ésto está ocurriendo en un momento político del mundo sumamente delicado. El mundo ordenado con tanta dificultad en la post-guerra ha terminado por desordenarse. Ha habido una clara declinación del liderazgo norteamericano y una mayor independencia dentro de su área de influencia.

Alemania y Francia no siguen al compás de los Estados Unidos como en la década del 60. Existen además nuevos países que cuentan en el escenario mundial, entre ellos los países petroleros, que tienen políticas autònomas que entorpecen muchas veces la política norteamericana, y no son los únicos.

Pero sí el liderazgo norteamericano es cuestionado en occidente, algo análogo está ocurriendo del otro lado. La Unión Soviética tiene problemas similares o peores en su área, ha perdido hace años a Yugoslavia; ha perdido el control sobre Rumania y está teniendo una situación gravísima em Polonia, ya sea que la invada o que la respete, ya que en cualquiera de los dos casos las repercusiones le serán gravísimas. Se ha producido la independencia de algunos de los principales partidos eurocomunistas y no solamente la separación sino la oposición nada menos que de China, Cuba, Angola, Eritrea y Afganistán son pobres compensaciones ante tantos pasos atrás. Y como si esto fuera poco, su ideología, otrora atrativa para los jóvenes de los países atrasados, es hoy motivo de risa y desprecio. Su grotesco aparato político autoritario, burocrático y represivo, no despierta hoy el entusiasmo ni el respeto de nadie.

El énfasis de la Unión Soviética en su estrategia militar y en su equipamiento, es en buena parte consecuencia de su desesperación y frustación ante una situación que se le está escapando de las manos.

autóctones e rejeitos energéticos; são dignas de nota as economias da indústria siderúrgica. Cooperação nesses campos poderia, pois, ser bastante útil aos dois países.

Um outro campo para colaboração seria o das chuvas artificiais, pois grandes áreas dos dois países, talvez mais na Argentina que no Brasil, estão sujeitas a pequenas precipitações pluviais, menos que 500 mm por ano.

As três forças militares do Brasil dispõem de três excelentes institutos de pesquisa tecnológica e de ensino universitário: o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos (São Paulo), pertencente ao Ministério da Aeronáutica; o Instituto de Pesquisas da Marinha, no Rio de Janeiro e o Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro.

No CTA vem se fazendo pesquisas de muito bom nível sobre metalurgia extrativa de metais leves e sobre aerodinâmica, chegando-se a projetos e construção de aviões que vão tendo aceitação internacional; também se fazem ali estudos aeroespaciais.

No Instituto de Pesquisas da Marinha estão se realizando estudos sobre ressurgência, fertilização do mar e aproveitamento energético da diferença de temperatura entre águas superficiais e águas profundas frias.

No Instituto Militar de Engenharia, do Exército, ao par do ensino normal e severo de várias modalidades de engenharia para uso geral, cursos abertos ao meio civil, há investigações tecnológicas contínuas sobre comunicações.

Essas escolas recebem alunos estrangeiros e imagino que seria grande honra e prazer para elas contar sistematicamente com alunos e pesquisadores argentinos incluídos num grande programa de cooperação estabelecido entre nossos dois países.

O Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico do Brasil, órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, além de coordenar e fomentar a pesquisa técnico-científica do Brasil, tem em sua estrutura diversos institutos, contando com centenas de profissionais e investigadores, inclusive um instituto de pesquisas aeroespaciais. Tal Conselho já cuida de um acordo com a Argentina e certamente teria grande honra e prazer em tomar parte num regime mais amplo de colaboração tecnológica entre as duas Nações.

No Brasil, convém relatar, para consideração pelo lado argentino e eventual constatação de interesse no intercâmbio, o sério trabalho que se desenvolve em nosso País para realização de uma Missão Espacial Completa, missão a cargo do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica e do Instituto de Pesquisas Espaciais, do Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq); o primeiro se incumbirá de desenvolver mísseis e o segundo, já com prática de recepção de imagens espaciais, preparará o satélite. Pensa-se poder pôr em órbita um satélite de pequeno ou médio peso por volta de 1985. Uma cooperação entre os dois países, poderia apressar resultados e, quem sabe, diminuir custos.

Do lado brasileiro, haveria grande interesse em contactar a Fundación Bariloche para estudos de planejamento energético, para o que já se conversou com o Prof. Vitor Bravo, segundo informações transmitidas; em contrapartida, técnicos argentinos veriam na Comissão Nacional de Energia os esforços que o Brasil está fazendo para fomentar a produção de álcool etílico e outros combustíveis de substituição.

Estabelecido um caminho de colaboração, os Institutos Tecnológicos de cada país buscariam torná-la cada vez mais fecunda, pelo estabelecimento de "joint ventures" intelectuais e de pesquisas; o que estou falando é mera aproximação e iniciação no problema. Julga-se que deva existir permanentemente um mínimo de 20 técnicos de cada país trabalhando em instituições do outro. É evidente que se alguma descoberta levar ao estabelecimento de patentes, as mesmas deveriam ser aproveitadas em conjunto pelos institutos respectivos, ou então serem doadas por ambos os lados para uso e gozo de seus povos.

Nível de Energia Nuclear

Em 1957, por solicitação do Embaixador brasileiro João Carlos Muniz, com quem eu tinha trabalhado no ano anterior nas Nações Unidas como membro da Delegação Brasileira que

autóctones e rejeitos energéticos; são dignas de nota as economias da indústria siderúrgica. Cooperação nesses campos poderia, pois, ser bastante útil aos dois países.

Um outro campo para colaboração seria o das chuvas artificiais, pois grandes áreas dos dois países, talvez mais na Argentina que no Brasil, estão sujeitas a pequenas precipitações pluviais, menos que 500 mm por ano.

As três forças militares do Brasil dispõem de três excelentes institutos de pesquisa tecnológica e de ensino universitário: o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos (São Paulo), pertencente ao Ministério da Aeronáutica; o Instituto de Pesquisas da Marinha, no Rio de Janeiro e o Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro.

No CTA vem se fazendo pesquisas de muito bom nível sobre metalurgia extrativa de metais leves e sobre aerodinâmica, chegando-se a projetos e construção de aviões que vão tendo aceitação internacional; também se fazem ali estudos aeroespaciais.

No Instituto de Pesquisas da Marinha estão se realizando estudos sobre ressurgência, fertilização do mar e aproveitamento energético da diferença de temperatura entre águas superficiais e águas profundas frias.

No Instituto Militar de Engenharia, do Exército, ao par do ensino normal e severo de várias modalidades de engenharia para uso geral, cursos abertos ao meio civil, há investigações tecnológicas contínuas sobre comunicações.

Essas escolas recebem alunos estrangeiros e imagino que seria grande honra e prazer para elas contar sistematicamente com alunos e pesquisadores argentinos incluídos num grande programa de cooperação estabelecido entre nossos dois países.

O Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico do Brasil, órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, além de coordenar e fomentar a pesquisa técnico-científica do Brasil, tem em sua estrutura diversos institutos, contando com centenas de profissionais e investigadores, inclusive um instituto de pesquisas aeroespaciais. Tal Conselho já cuida de um acordo com a Argentina e certamente teria grande honra e prazer em tomar parte num regime mais amplo de colaboração tecnológica entre as duas Nações.

No Brasil, convém relatar, para consideração pelo lado argentino e eventual constatação de interesse no intercâmbio, o sério trabalho que se desenvolve em nosso País para realização de uma Missão Espacial Completa, missão a cargo do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica e do Instituto de Pesquisas Espaciais, do Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq); o primeiro se incumbirá de desenvolver mísseis e o segundo, já com prática de recepção de imagens espaciais, preparará o satélite. Pensa-se poder pôr em órbita um satélite de pequeno ou médio peso por volta de 1985. Uma cooperação entre os dois países, poderia apressar resultados e, quem sabe, diminuir custos.

Do lado brasileiro, haveria grande interesse em contactar a Fundación Bariloche para estudos de planejamento energético, para o que já se conversou com o Prof. Vitor Bravo, segundo informações transmitidas; em contrapartida, técnicos argentinos veriam na Comissão Nacional de Energia os esforços que o Brasil está fazendo para fomentar a produção de álcool etílico e outros combustíveis de substituição.

Estabelecido um caminho de colaboração, os Institutos Tecnológicos de cada país buscariam torná-la cada vez mais fecunda, pelo estabelecimento de "joint ventures" intelectuais e de pesquisas; o que estou falando é mera aproximação e iniciação no problema. Julga-se que deva existir permanentemente um mínimo de 20 técnicos de cada país trabalhando em instituições do outro. É evidente que se alguma descoberta levar ao estabelecimento de patentes, as mesmas deveriam ser aproveitadas em conjunto pelos institutos respectivos, ou então serem doadas por ambos os lados para uso e gozo de seus povos.

Nível de Energia Nuclear

Em 1957, por solicitação do Embaixador brasileiro João Carlos Muniz, com quem eu tinha trabalhado no ano anterior nas Nações Unidas como membro da Delegação Brasileira que

tomou parte nos estudos que levaram à criação da Agência Internacional de Energia Atômica, de Viena, recebi convite dos colegas argentinos para visitar as instalações de física nuclear e a Usina de Eseisa. Fiquei maravilhado e grato pela fidalguia com que fui recebido e pela franqueza com que me falaram. Vi as operações pré-metalúrgicas de purificação do "yellow cake", a redução com cálcio para obter o urânio nuclearmente puro e tive em mãos os elementos cilíndricos que iam ser colocados nos reatores de urânio natural. Impressionou-me a alta qualidade técnica dos numerosos mestres e doutores argentinos na especialidade e os recursos uraníferos com que contava o País.

De tudo dei conhecimento ao meu Governo, como avisara previamente que o faria aos colegas do Prata.

Naquela ocasião, 1957, a Argentina seguramente poderia ter ajudado o Brasil a apressar seu desenvolvimento nuclear se um acordo tecnológico já existisse.

Hoje em dia, corre que a Argentina vai nos dar a honra de encomendar a uma subsidiária da NUCLEBRÁS no ramo mecânico, a NUCLEP, através da fornecedora alemã KWU, o vaso de pressão da segunda unidade da usina atômica de Atucha; esse vaso, para reator a água pesada, vai ser um dos maiores do mundo.

A nosso ver, há, portanto, muita possibilidade de colaboração entre os técnicos dos dois países nos campos da química e metalurgia do urânio, no enriquecimento isotópico desse, no reprocessamento das cargas, na operação dos reatores, nas salvaguardas, na defesa ambiental, nos usos pacíficos do urânio e no estudo do ciclo do tório. E poder-se-ia imaginar mesmo dentro de alguns anos, um programa comum de pesquisa do reator de fusão nuclear para diminuir custos e apressar resultados.

Mais não falarei sobre energia nuclear, pois o auditório vai ter o privilégio de ouvir do lado brasileiro, a palavra autorizada do Embaixador Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRÁS.

Nível de Empresas Estatais

As estatísticas revelam que existem algumas centenas de empresas estatais no Brasil, algumas pequenas e outras gigantescas, como é o caso da Petrobrás, da Eletrobrás, da Nuclebrás e das Usinas Siderúrgicas, controladas essas pela empresa *holding* Siderbrás. Algumas dessas empresas têm realmente administração gerencial e técnica de muito boa qualidade, utilizando os processos mais modernos e apresentando custos de produção competitivos. Assim, a Petrobrás, como os Yacimientos Petrolíferos Fiscales, poderiam proporcionar à homóloga da outra nação, em certas instâncias da conjuntura, colaborações preciosas, desde a etapa de geologia e prospecção geofísica ou geoquímica, de sondagens em terra ou mar, de prospecção por sensores remo*tos, até os de destilação e transporte de fluidos líquidos e gasosos; de vez em quando, uma* consegue um certo avanço técnico, que deveria ficar à disposição da nação irmã, se o regime de colaboração vier a ser estabelecido.

No campo siderúrgico, sem dúvida, o Brasil pode oferecer colaboração valiosa à indústria argentina, se esta o desejar, e poderia divulgar os processos de economia de energia que já estão sendo aplicados com sucesso; erros que a indústria brasileira cometeu em época de euforia energética poderiam ser relatados aos colegas argentinos para que eles comecem de patamar mais alto para resolver problemas em sua pátria.

Há no Brasil considerável excesso de capacidade de sondagem, capacidade essa que está sendo ofertada no mercado internacional. Se houver na Argentina necessidade desse tipo de serviços para avaliação de reservas minerais, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, do Ministério das Minas, poderia estudar tipos de contratos e acordos de interesse para ambos os lados.

Um campo em que se pensa poder ofertar certa colaboração tecnológica à Argentina seria o da engenharia civil, o do cálculo de concreto, o do controle tecnológico de grandes obras e o da pesquisa de engenharia nas universidades; as grandes usinas hidrelétricas seriam outro campo de colaboração.

O Ministério das Minas do Brasil instituiu no "campus" da Universidade Federal do Rio de Janeiro um Centro de Tecnologia Mineral — CETEM que realiza estudos para empresas privadas nos campos de mineralogia aplicada, metalurgia extrativa e tratamento de minérios que se iniciam por trabalhos de laboratório, ensaios descontínuos de bancada e vão até os ensaios contínuos semi-industriais. Essa instituição tem feito investigações sobre moagens autógenas, separações magnéticas e eletrostáticas, lixiviação, extrações por solventes e eletrólises, refino de ouro, prata e metais preciosos e desde 5 anos vem estudando o beneficiamento de carvões de baixa qualidade.

O seu equipamento é variado e muito rico e a instituição, caso os interesses da Argentina o solicitassem, poderia efetuar estudos sobre minérios argentinos, estudos esses a serem acompanhados por técnicos e especialistas da nação irmã.

Nível de Empresas Privadas

A colaboração tecnológica de empresas privadas vai evidentemente ser limitada em certas instâncias pela possibilidade de competição nos mercados de cada um dos países e no mercado internacional.

Quando não houver tal choque de interesses, o que legitima certas retrações empresariais, poder-se-á estabelecer um fecundo regime de colaboração através de entidades de classe e sociedades técnicas, a exemplo da Associação Brasileira de Metais, até chegar às empresas propriamente ditas. Cada um dos países tem ramos industriais extremamente adiantados e sofisticados e se esse regime de colaboração tecnológica for implantado, chegar-se-á rapidamente ao estágio de alianças industriais ou comerciais e de verdadeiras "joint ventures". É preciso o conhecimento para que dele nasça o respeito verdadeiro e é provável que desses contatos surjam muitas alianças tecnológicas Argentina/Brasil.

É evidente que nos dois lados deveria haver câmaras de cooperação tecnológica para escorvar essas alianças, que certamente contribuiriam para incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países.

Em suma, julga-se que tal colaboração tecnológica será motivo permanente para maior orgulho dos povos da Argentina e do Brasil.

Considerações Finais

Pensa-se ter oferecido à consideração do auditório diversas instâncias em que se poderia instituir uma cooperação tecnológica Brasil/Argentina. Não toquei na cooperação agropecuária, que pode ser extremamente útil para os dois Países, por supor que escapasse ao tema que me foi distribuído, o da tecnologia "sensu-strictu"; espero que este setor seja apreciado pelos Governos Argentino e Brasileiro por ser um de rápido retorno em muitas pesquisas. Muito lucrariam ambos os dois países com o desenvolvimento da agricultura em terras secas e certamente a Argentina teria muito que dar na tecnologia de alimentos. Mas há um campo imenso para colaboração na pesquisa básica em todos os setores da agricultura. Outros vos vão falar desses temas.

Procurou-se, em caráter ainda mui preliminar, apresentar como um técnico brasileiro veria as oportunidades para oferecer e para solicitar colaboração.

Se Câmaras de Cooperação Tecnológica, oficiais e privadas vierem a ser estabelecidas, com a assistência no Brasil de associações de classe e do Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), tais idéias serão retomadas, aperfeiçoadas e conformadas pragmaticamente às conjunturas e interesses das duas Nações. A presente palestra, feita com um toque de sonho e apenas para desbravar o terreno, mostra que é viável e vantajosa para os dois lados, uma estreita colaboração tecnológica Brasil/Argentina.

Fazemos votos para que a semente hoje aqui plantada medre e cresça, transformando-se em pujante árvore, capaz de florescer e produzir frutos ótimos, mercê dos cuidados que certamente lhe proporcionarão os Governos, empresários e elites técnico-científicas dos dois países.

COOPERACION TECNOLOGICA

Carlos Castro Madero

Del título del temário que estamos encarando destaco tres conceptos que son los fundamentales para desarrollar este tema: Ellos son, cooperación; tecnología, y entendimiento. Permitaseme analizarlos en sentido inverso para poder alcanzar una conclusión.

Entendimiento implica el conocimiento que tienen reciprocamente ambos países sobre sus respectivos objetivos nacionales, la identificación de las posibles áreas de conflictos y la voluntad de ambos de buscar las fórmulas adecuadas para resolver dichos conflictos por medio de acuerdos y fórmulas que eviten el enfrentamiento.

Tecnología son los medios o actividades por los cuales el hombre busca cambiar o dominar el medio ambiente que lo rodea y obtener el crecimiento óptimo para su bienestar. La creación y aplicación de nuevas tecnologías ha permitido la evolución acelerada de este último siglo y ha *sido el factor determinante de la división del mundo en países desarrollados, países en* vias de desarrollo y países subdesarrollados con la consecuente división del poder.

Cooperación es la acción de obrar conjuntamente para alcanzar un mismo objetivo. En este caso al referirnos a la cooperación tecnológica, el objetivo se logra a través de un trabajo creativo, inventando nuevos sistemas, equipos, componentes o procesos o inovando los existentes.

El análisis de los conceptos precedentes y el orden en que ha sido realizado, nos indica la trascendencia del tema que enfocamos, la motivación intensa que debe sustentarlo, los resultados concretos e prácticos que debemos obtener y la amplitud de criterio y generosidad para poder desarrollarlo en conjunto. Aqui debemos también expresar que entendemos por largo plazo.

Largo plazo significa: elevarnos por sobre una realidad que muchas veces nos enceguece y nos confunde, proyectar nuestro razonamiento hacia un futuro plagado de interrogantes y establecer objetivos trascendentes que contribuyan a mejorar la calidad de vida de nuestros pueblos.

Es indudable, a partir de estas definiciones, que una cooperación para desarrollar tecnología propia que progresivamente reduzca nuestra dependencia con los países desarrollados, impli-

ca un avance hacia la integración de los dos países y por ende a la atenuación de las posibles causas de fricción o sea hacia el entendimiento entre ambos.

Aclarado el verdadero sentido y alcance del tema de esta exposición, es conveniente enfocarlo desde aquellos ángulos que nos permitan evaluar sus reales magnitudes e implicancias.

Un resultado económico favorable, contribuye al éxito y continuidad de los proyectos conjuntos, en el caso de la cooperación tecnológica entre Brasil y Argentina se puede afirmar que el beneficio existe en forma apreciable y descansa en las ventajas que surgen de:

a) El intercambio de los conocimientos y experiencia, provenientes de la transferencia vertical de tecnología (de países mas desarrollados).

b) La posibilidad de alcanzar en algunos sectores, la necesaria masa crítica que se requiere para generar conocimientos localmente.

c) La complementación que produce la transferencia horizontal de tecnología optimizando recursos humanos y materiales.

d) La factibilidad de que ambos países ocupen el rol de intermediários de tecnología, adaptando tecnologías aptas para países desarrollados a las necesidades y posibilidades de países subdesarrollados.

Desde el punto de vista estratégico la experiencia histórica demuestra que las nuevas formas de dominación se ejercen a través de la dependencia tecnológica, entonces en la medida que la cooperación vaya dando sus frutos, ambos países iran fortaleciendo su capacidad tecnológica y por lo tanto aumentando su grado de independencia del exterior ya sea eliminando la importación de tecnología o mejorando la capacidad de negociación frente al pais exportador para la obtención de ventajas políticas y económicas en la elaboración de los contratos de transferencia de tecnología. Ello va ir creando una interdependencia entre las dos naciones que facilita largamente el entendimiento y aleja las posibilidades de conflicto.

La experiencia demuestra también que una eficaz cooperación tecnologica se basa, como en la mayoria de las actividades creativas, en el factor humano. El intercambio de expertos y becarios es un canal adecuado para el mutuo conocimiento de las respectivas idiosincracias y motivaciones que contribuye a compreenderse mutuamente. Por otra parte, la diversidad de campos y disciplinas que abarcan las actividades de investigación, desarrollo, ingeniería y producción, unido al alto nivel intelectual del personal que las realiza, constituye un importante elemento de opinión que, en forma natural, hace llegar su influencia sobre las decisiones de los gobiernos para facilitar y profundizar la cooperación.

Estos lazos de unión que se van creando, constituidos por personas o grupos de personas, se convierten en los principales agentes para una efectiva integración.

La Argentina esta viviendo una experiencia muy válida en ese sentido en su cooperación en el campo nuclear con Perú. La misma se basa en una verdadera transferencia de conocimientos donde el personal peruano participa en todas las etapas de desarrollo de la tecnología que se va a transferir a su país. Ello lleva a una integración de grupos de argentinos y peruanos movidos por anhelos y propositos comunes, que es precursora de una mayor cooperación en el futuro y que contribuye significativamente, en mi opinión, a profundizar el natural e histórico entendimiento que tienen estos dos países.

Cuando se haya logrado el objetivo final, muchos argentinos y peruanos van a quedar ligados por muy fuertes lazos de amistad, compañerismo y de recuerdos.

Si nos referimos a la tecnología nuclear, podemos apreciar que tanto Brasil como Argentina deben enfrentar presiones y restricciones para poder desarrollar programas autónomos. Una cooperación tecnológica en este campo, producira un poderoso efecto de acercamiento, incrementando el fortalecimiento de politicas comunes, como por ejemplo, la de evitar que las salvaguardias internacionales sean utilizadas para limitar nuestra capacidad de decisión.

Pero debemos reconocer que el exito de la cooperación descansa en el cumplimiento de algunas premisas fundamentales:

1) No debe perseguir ejercer un dominio o imponer una dependencia tecnológica de uno sobre el otro, sino por el contrario, debe apuntar a ir constituyendo progresivamente un bloque *para reducir precisamente esa dependencia tecnológica que ambos países hoy sufren.*

2) Debe ser franca, abierta y equilibrada y no buscar ventajas de tipo comercial. Un desbalance en las ventajas que puede ofrecer esta cooperación para uno de los dos países, llevara indefectiblemente a la terminación de la misma, pues ningun pais por mucho tiempo aceptara ser el perjudicado.

3) Para ser más efectiva debe abarcar aquellas áreas de mayor peso específico, o sea, aquellas que tengan mayor influencia en el desarrollo y progreso tales como las industrias pesadas, energía nuclear, electrónica, etc.

4) Si deseamos promover una cooperación tecnológica intensiva, no debemos limitarla a la asistencia técnica y a la libre disponibilidad y utilización de instalaciones y equipos, sino que debe incluir proyectos y desarrollos de interes para ambos países. De esta forma se podrán *generar patentes y nuevos productos o procesos, los que incrementarán los vínculos, los intereses* comunes y el mutuo benefício.

En síntesis, no sólo creo que la cooperación tecnológica es una sólida base para establecer un entendimiento a largo plazo entre Argentina y Brasil. Sino que este será más profundo y duradero en la medida en que aquélla cumpla mas acabadamente con las premisas que he enunciado precedentemente.

PROGRAMAS CONCRETOS DE COOPERAÇÃO

Paulo Nogueira Batista

1. As reflexões que pretendo fazer são de ordem geral e, portanto, muito menos precisas que as que constam das brilhantes exposições que acabamos de ouvir a respeito do tema "Cooperação na Área Tecnológica". Não está assim nas minhas intenções ser minucioso na enumeração de modalidades possíveis de cooperação tecnológica que existiriam entre Argentina e Brasil, quer a curto quer a médio e longo prazos.

2. Ontem, neste Seminário, estivemos discutindo a propósito de economia, questões que parecem fundamentais para o debate desta manhã sobre tecnologia. Peço permissão para recordar a intervenção do Ministro Mário Henrique Simonsen o qual, com seu brilhantismo habitual, com sua grande capacidade de crítica, nos apontou o que ele considera os três grandes desafios da década: os colocados pelo problema energético, pela inflação e pelas dificuldades financeiras internacionais.

3. Na realidade, esses três desafios nada mais são do que componentes de um desafio ainda maior, que é o desafio nesta década do crescimento econômico para países na posição em que se encontram o Brasil e a Argentina. O desafío de saber se conseguiremos continuar progredindo, realizando nossos objetivos de crescimento econômico, político e social, numa conjuntura internacional sensivelmente adversa, e que provavelmente ainda se deteriorará; uma conjuntura que está longe de apresentar sinais de recomposição, no sentido de um quadro institucional dentro do qual se torne possível planejar com mais facilidade a realização desses nossos objetivos nacionais de desenvolvimento.

4. Caberia aqui uma reflexão sobre o Terceiro Mundo — e se tem falado muito, aliás, neste tipo de reunião e nos cenários internacionais de um modo geral, sobre o problema do Terceiro Mundo — da necessidade de se unirem os países em desenvolvimento para promovermos uma alteração profunda das regras do jogo internacional. Mas, de fato, quando nos detemos e pensamos sobre esses assuntos com vagar, o que nós verificamos é que é difícil conceber a possibilidade, pelo menos no horizonte temporal da nossa existência, de modificações profundas, que venham a atender integralmente aos interesses de todo o chamado mundo subdesenvol-

vido. E sobretudo é difícil imaginar que essas modificações possam ser comandadas pelos países em desenvolvimento, como um conjunto harmonioso e coerente.

5. A reestruturação das relações internacionais é uma questão que está colocada para todos os países e que ocorrerá não necessariamente de forma mais favorável para aqueles ainda em desenvolvimento. O grau de participação e a capacidade de influência nesse processo dos países menos adiantados dependerá da viabilidade de se definirem denominadores comuns de interesses que sejam relevantes e sobre a possibilidade de atuação conjunta, persistente e ordenada. Nações como o Brasil e a Argentina, que possuem expressão histórica, geográfica, econômica e cultural — e até tecnológica — têm condições de tomar iniciativas e de participar ativamente na criação de nova ordem internacional, sem se deixar tolher pela obrigatoriedade de ação conjunta do Terceiro Mundo ou pela generalidade de consensos pouco expressivos para os problemas que diretamente nos afligem.

6. É realmente difícil conceber como o Terceiro Mundo, como expressão de um estágio da má distribuição de riqueza e de poder na esfera internacional, possa vir a acabar. Mesmo no quadro de nova ordem internacional, o mais provável é que o Terceiro Mundo continue infelizmente a existir, resultado natural da inviabilidade de dezenas de países pobres que dificilmente conseguirão libertar-se das enormes carências que caracterizam o respectivo estágio de desenvolvimento.

7. Para alguns países em desenvolvimento existe certamente a viabilidade de progredir — a possibilidade de exercer em concreto o direito a realizar todas as potencialidades nacionais. Esse é, sem dúvida, o caso da Argentina e do Brasil. Assinalo, entretanto, que os fatores determinantes da realização desses objetivos são predominantemente nacionais — em particular a vontade política de desenvolver-se, lastreada no grau de coesão social e de coesão política, na dimensão dos recursos naturais, na própria dimensão da base territorial e demográfica.

8. Não podemos, entretanto, ter a pretensão de conformar a conjuntura internacional a nossos desejos e às nossas aspirações. Mas temos o direito e o dever de estar presentes no processo de reestruturação das relações mundiais para garantir, pelo menos, que não se levantem obstáculos ao nosso progresso.

9. De uma forma ou de outra tudo isso foi muito discutido ontem. Foi mencionado, em alguns casos ficou muito patente, e em outros nem tanto, que o problema que nós enfrentamos — que nós enfrentamos aqui e enfrentaremos no mundo — é o problema de uma subversão em curso da ordem política internacional e de que são características a perda de liderança dos EUA no mundo ocidental, coincidindo com o início da deterioração da própria liderança soviética na sua área de influência.

10. É muito difícil imaginar que esta situação possa vir a se recompor rapidamente. Creio que vamos, como já disse e foi visto aqui, para um mundo de turbulência crescente, e que só ao fim de alguns anos começará a emergir uma nova ordem política, que refletirá melhor a multipolaridade de interesses e de novos centros econômicos e também políticos.

11. Parece óbvio que as premissas da ordem política anterior — e uma delas, creio que a mais importante, era a aceitação da interdependência econômica, e também da interdependência no campo tecnológico — não podem mais ser aceitas sem discussão. Sobretudo, porque essa interdependência significava para nós, países periféricos, uma dependência de fato em relação aos países, digamos, centrais, dominadores e exportadores da tecnologia.

12. A inserção de nossos países na conjuntura da década de 80 tem de partir da afirmação de propósitos nacionais cujas premissas devem ser claramente explicitadas. Sem rejeitar a cooperação internacional, devemos visualizá-la não mais como foi implicitamente concebida no passado, isto é, como uma interdependência crescente, com apoio na divisão política do mundo em termos hegemônicos. Agora e cada vez mais no futuro, a cooperação internacional deve compatibilizar-se com o objetivo de redução de dependências e de vulnerabilidades, particularmente em áreas críticas como a energética e a tecnológica.

13. O que estou querendo dizer é, em síntese, que a definição de nossos projetos nacionais — o argentino e o brasileiro — é que vão, no fundo, constituir o ponto de partida para a

formulação de nossas respectivas posturas face ao mundo e para a avaliação das possibilidades concretas de cooperação entre nossos dois países. Torna-se necessário ainda conscientizarmo-nos sobre o quadro institucional mundial em que estamos inseridos. As oportunidades de cooperação bilateral podem ser mais difíceis de realizar em virtude da recessão econômica nos países desenvolvidos, pelo que nos traz de conseqüências o fechamento de mercados mundiais tanto para o Brasil quanto para a Argentina.

14. A não ser que países como os nossos tenham capacidade realmente de negociar, valorizando ao máximo o seu poder de barganha, os seus recursos naturais e outros fatores, para poder, em negociações que eu imagino serão sobretudo bilaterais, será difícil conseguir acesso àquelas tecnologias que são fundamentais para a promoção dos nossos objetivos de desenvolvimento econômico, tecnológico e social. A crise energética, ao revelar a deterioração de posição dos países industrializados, tornou-os mais avaros em relação àquele fator de capital de que ainda dispõe com maior vantagem — a tecnologia. Esta é hoje a sua grande área de poder e a ela certamente se apegarão, criando entraves à disseminação da informação tecnológica.

15. Porque — eu de novo volto ao tema da tecnologia — o desenvolvimento econômico não pode ser mais medido — e o Embaixador Gibson Barbosa a ele se referiu em palavras veementes na sessão de ontem à tarde — apenas em termos de crescimento do Produto Nacional Bruto, e vamos dizer, para simplificar, em termos da substituição, da criação, em nossos países de uma capacidade industrial que seja o esteio de importações anteriores. Tem que ser muito mais rica, tem que ser uma incorporação tecnológica muito forte para que nós possamos nos situar corretamente num mundo novo, que está aí surgindo, onde a tecnologia será cada vez mais, ou, digamos assim, a palavra de ordem na definição das relações de poder internacional e na própria solução dos problemas econômicos internos.

16. E tecnologia, como ouvimos esta manhã pelo Dr. Mario da Silva Pinto, é uma coisa extremamente complexa. Discute-se transferência de tecnologia, às vezes sem se compreender as diversas etapas que o processo compreende, sem explicitar, embora às vezes haja consciência do problema, de que tipo de tecnologia nós estamos exatamente precisando.

17. Sou daqueles que entendem que países como Argentina e Brasil não têm tempo nem recursos humanos e financeiros para empreender, sozinhos, e mesmo juntos, esforço importante no sentido de criação de soluções tecnológicas próprias ou novas. Nosso dever é procurar incorporar o mais rapidamente possível o que já existe em tecnologia no mundo, dominar essa tecnologia. A partir do domínio, pela sua fixação entre nós, pelo seu exercício efetivo e pela realização, evidentemente, de trabalhos paralelos de investigação, particularmente aqueles relacionados com a qualificação e o desenvolvimento de materiais nacionais — é que conseguiremos, por uma ação retroativa, influir sobre os projetos de instalações, sobre a engenharia de produto e de componentes que mais tenhamos importado antes; e progressivamente, ir introduzindo modificações, de forma a, num determinado momento, estarmos em condições de tentar realmente propor concepções próprias e eventualmente falar até em processos tecnológicos novos.

18. Essa atitude de realismo e humildade a que eu me refiro no tratamento dos problemas tecnológicos parece-me fundamental, porque este problema de incorporação, de criação de tecnologia, é extremamente complexo e, sobretudo, toma mais tempo... E o que nos falta é o tempo para recuperar o que nós já perdemos ao longo destes últimos anos, em que nossos países estiveram inseridos num marco institucional mundial que perpetuava, ou pelo menos induzia, a relações de dependência e sofrearam nossos desenvolvimentos em bases mais sólidas.

19. Em primeiro lugar, é impestivo nunca minimizar o próprio esforço que será necessário fazer para ter acesso à tecnologia importada, e em segundo lugar, um esforço ainda mais sério para dominar e incorporar essa tecnologia.

20. Eu creio que, com essas ressalvas, não é inadequado dizer, até creio que é coerente dizer, que há um potencial de qualquer modo bastante grande, bastante significativo, para a cooperação entre o Brasil e a Argentina nessa área.

21. E o caso inverso, que eu me permito tomar como exemplo especial, e que já foi citado aqui, pelos dois relatores que me antecederam — tanto pelo Dr. Mário da Silva Pinto, quanto

pelo Almirante Castro Madero — eu creio que tem uma significação especial, porque aqui nós estamos diante de um caso em que dois países, Argentina e Brasil, perseguem objetivos nacionais de autonomia nessa área. Os dois países entenderam que não é possível trabalhar de forma séria, importante, nessa área sem ter como mira, sem ter como objetivo final, a solução de independência e autonomia. Não aceitar, em outras palavras, qualquer vulnerabilidade que representaria dependência nesse setor.

22. Pois bem: ainda que assim seja, é possível — e isso graças, em parte, à clarividência do Almirante Castro Madero, e também do prezado Embaixador Oscar Camillión — perceber que, nesse quadro de políticas que visem autonomia, existe um campo considerável para a colaboração entre os dois países, mesmo que se acrescente a essas dificuldades o fato de que nós estamos trabalhando sobre linhas tecnológicas diferentes, sobre tipos de reações diferentes, com todas as conseqüências que isso tem sobre os diversos setores da indústria nuclear dos dois países. E que nós percebemos que o objetivo, que a autonomia que nós pretendemos realizar no mais curto prazo possível, pode ser acelerada pelo trabalho em conjunto em alguns setores, na medida em que a Argentina, num caso, ou o Brasil, no outro, estejam em condições, por circunstâncias momentâneas, ou por motivos de escala, estejam em condições de atender melhor ao seu parceiro; e, portanto, dessa interdependência provisória criar resultados positivos, que só contribuirão para a realização do objetivo final de autonomia.

23. Resistimos assim à tentação da retórica, a que se referiu muito bem, ontem, o Embaixador Gibson Barbosa. Em vez de ficarmos em acordos puramente declaratórios de intenções, muito boas, muito generosas, mas sem nenhuma viabilidade prática, temos acordos que foram cumpridos por ocasião da visita do Presidente Figueiredo a Buenos Aires, e já implementados por ocasião da visita do Presidente Videla ao Brasil; temos acordos que se traduzem em realidade, em áreas muito específicas — como, por exemplo, o fornecimento do serviço de fabricação, pela NUCLEP, para o vaso do reator de Atucha II, e a compra, pelo Brasil, de serviços de fabricação de tubos de *zircaloy* para elementos combustíveis, que serão utilizados nas usinas nucleoelétricas brasileiras. Eis um exemplo, Senhores, muito significativo, porque essa era uma área exatamente onde havia muita desconfiança e competição, muito suspeita. E, na realidade, foi aí ao contrário, que nós provamos que existe um potencial de entendimento e de cooperação.

24. E isso foi possível porque nós superamos um outro obstáculo, um outro grande obstáculo, que veio várias vezes à baila nesta reunião de hoje, e que foi chamado à atenção: o dos rios comuns e dos problemas ligados, digamos, a Itaipu, a famosa usina. E foi porque nós encontramos reservas de entendimento e de boa vontade, que possibilitaram resolver esse problema de Itaipu, mostrando que, na realidade, era ele um falso problema, e que existe a possibilidade de cooperação e não oportunidade para desentendimento; foi que nós conseguimos dar um salto adicional numa área sensível, numa área estratégica, já estamos com segurança, dando passos concretos no sentido da colaboração.

25. Tudo isso, a meu ver, dá uma indicação do potencial que há para o futuro das nossas relações, e nós não devemos ficar demasiadamente preocupados com os problemas que surgiram no passado. Porque, na realidade, como disse também o Almirante Castro Madero, nós vamos, aqui, perseguir nesta nova etapa das relações Brasil-Argentina, o objetivo de aumentar progressivamente as áreas de coincidência. Mas sabemos que é impossível reduzí-las a zero, porque não se trata de almejar automatismo absoluto e total, em todas as questões que são de nosso interesse. Mas sim de trabalhar com espírito aberto e com boa vontade para reduzir áreas de divergência e aumentar as de cooperação.

BASES DE ENTENDIMENTO A LONGO PRAZO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NO CAMPO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA

Osiris Silva

Foi para a EMBRAER, em particular para mim, um prazer muito grande receber o distinto convite que o Senhor Presidente do Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Dr. CARLOS MANUEL MUÑIZ, nos faz para participar deste Encontro.

O segmento industrial ocupado pela Indústria Aeronáutica está profundamente ligado ao desenvolvimento tecnológico. E assim, caracterizado pelo projeto, desenvolvimento e fabricação de aviões, equipamentos de vôo e de apoio no solo, peças, componentes e semi-acabados, é, em razão de suas estreitas conexões com a segurança e defesa nacionais, extremamente dependente em suas decisões do interesse governamental, em particular, das Forças Aéreas. Isto, como regra, ocorre no Brasil e certamente na Argentina.

Deste modo, qualquer programa de colaboração industrial que se visualize depende, como conseqüência, do acordo político nas áreas e nos níveis adequados. Isto posto, e compreendido no seu sentido global, desejo, nestes momentos em que conto com a honrosa atenção dos senhores, expor um pouco sobre a estrutura atual e perspectivas da Indústria Aeronáutica Brasileira, cujo desenvolvimento se acentuou notadamente nos últimos dez anos e, com a permissão dos prezados especialistas argentinos presentes, tentar esquematizar os seus pontos de contato com a sua contraparte argentina.

O Brasil possui hoje um setor produtivo razoavelmente diversificado fabricando treze tipos diferentes de aviões, a uma cadência aproximada de dois aparelhos por dia, o que proporciona um volume de negócios da ordem de US$ 200 milhões por ano, sendo que 50% destes voltados para a exportação. A produção se estende desde os pequenos aviões monomotores de dois lugares ao bimotor turboélice BANDEIRANTE para 18 passageiros, especialmente fabricado para o transporte aéreo regional, isto é, ligações de curtas distâncias entre pequenas comunidades geradoras de reduzido tráfego. Depois de 1973, em conseqüência dos altos custos atingidos pelo petróleo o avião, em face de sua eficiência, consumindo quantidades de combustível equivalentes a de um carro médio — ao mesmo tempo que se desloca muito mais rapidamente, tornou-se uma necessidade essencial para países de economia moderna.

Estas condições permitiram a expansão do mercado e hoje, no mundo, cerca de 20.000 aviões de pequeno porte estão sendo fabricados anualmente representando um volume de vendas de ordem de US$ 2 bilhões, isto sem se considerar os mercados complementares de peças de reposição e de serviços.

Paralelamente a estas necessidades, deve-se agregar o mercado militar capaz de gerar substanciais encomendas constituindo-se, basicamente, em vigoroso promotor do desenvolvimento tecnológico essencial à dinâmica do próprio setor industrial. Vale acentuar que os preços praticados pela indústria aeronáutica de pequeno porte não permite a amortização dos custos de projeto e desenvolvimento, em face da competição hoje presente no mercado internacional. Por esta razão é que nos parece lógico que a produção aeronáutica de países como os nossos, emergentes no setor, devam associar no mesmo empreendimento as linhas civis com as militares. As primeiras beneficiando-se do aporte tecnológico das segundas e estas das escalas econômicas das primeiras.

O Brasil, à custa de um esforço acentuado nos últimos anos, conseguiu vencer as barreiras técnicas (não-desprezíveis) dos países mais desenvolvidos e hoje, aviões brasileiros estão voando em linhas comerciais da aviação regional internacional de 19 países dos cinco continentes. Participa assim o Brasil de uma parcela desse mercado que cresce a taxas significativas (nos Estados Unidos da ordem de 11% ao ano). A etapa próxima será disputar um outro mercado: o da aviação executiva no campo dos turboélices que, com taxas de crescimento igualmente altas, absorve cerca de 400 aviões/ano (ou seja, aproximadamente US$ 500 milhões/ano).

A Argentina, com sua Fábrica Militar de Aviões, em Córdoba, desenvolveu um certo nível tecnológico que só não foi maior e de impacto mais significativo em face das naturais dificuldades criadas para a manutenção de uma produção industrial dentro da administração governamental direta. No entanto, a Força Aérea Argentina, segundo declarações do seu Comandante-em-Chefe, já reconheceu o problema e trabalha no sentido de alterar o Estatuto Social do empreendimento.

Do ponto de vista de mercado interno, quero crer que as necessidades dos dois países, no que se refere a espectro de tipos de aviões, são razoavelmente coincidentes.

No Brasil, precisamos de pequenos aviões de transporte executivo, de aviões especializados (Exemplo: agrícolas, aerofotogramétricos, etc.), de pequenos, médios e grandes aviões de transporte. Na Argentina, o que varia, em nossa opinião, são as quantidades por tipo. Daí surgem algumas primeiras idéias, além daquelas globais colocadas pelos ilustres expositores desta Sessão:

1. A complementação das linhas de produção de diferentes tipos de aviões, escolhidos segundo as melhores vocações locais e implementadas através de Acordos de Cooperação Industrial, *evitando que se produza produtos concorrentes;*

2. A partir das posições brasileiras, já em processo de conquista no mercado internacional, os dois países poderiam estabelecer projetos conjuntos e trocar grandes componentes para suas respectivas linhas de montagem, assegurando a ambos os países o acesso a terceiros mercados;

3. Estabelecimento de assistência mútua na instalação e no desenvolvimento de programas de fabricação de equipamentos, de componentes e de matérias-primas (semi-acabados) capazes de suprir as respectivas linhas de montagem;

4. Desenvolvimento de empresas complementares aptas a inspeção e reparos de equipamentos e de componentes; e

5. Fabricação distribuída entre os dois países de equipamentos de apoio no solo e satélites necessários à operação aeroportuária.

Senhores estas são algumas idéias e certamente outras poderão ser adicionadas.

Absorvemos aqui todas as colocações postas em debate neste encontro, em particular aquelas relativas ao dimensionamento dos respectivos mercados internos e a sua co-relação com as possibilidades dos mercados externos, sejam os dos países desenvolvidos, sejam os do terceiro mundo.

Do nosso lado, em nome da nossa empresa — a EMBRAER, hoje reconhecida como expressiva produtora de aviões de pequeno porte, fora dos Estados Unidos da América, estamos prontos para discutir com nossos amigos argentinos todos os aspectos desejados, nas áreas que conjuntamente possamos viabilizar. Estamos convencidos de que, trabalhando juntos, nossas possibilidades crescem e também cresce o poder de competição nos nossos mercados e no internacional, onde o Brasil, à custa de firmes e contínuos investimentos começa a consolidar suas posições em específicos segmentos de demanda.

COOPERACION TECNOLOGICA

Angel Maspero

Aunque mi condición de invitado observador limita inevitablemente el alcance de mis apreciaciones, no quiero dejar de formular algunas, referidas a los factores que condicionan las posibilidades de cooperación tecnológica entre la Argentina y el Brasil en el campo aeroespacial.

En primer lugar, quiero destacar que nuestro país debe fijarse prioridades básicas en el desarrollo de sus tecnologías, ya que no es posible barrer indiscriminadamente todo el vasto espectro de la generación y la cooperación tecnológica.

La tecnología aeronáutica, por su gran efecto multiplicador y su papel interindustrializador, debe tener un lugar de preeminencia, junto, por ejemplo, a la tecnología nuclear, en un Proyecto Nacional de Ciencia y Técnica, que todavía no existe.

Debe partirse del reconocimiento del interés nacional del sector aeroespacial, poniendo en marcha un mecanismo de asignación de prioridades, capaz de crear un contexto donde sea posible adoptar medidas promocionales efectivas.

La política de promoción industrial en vigencia en nuestro país se basa en el principio de la uniformidad impositiva, arancelaria y crediticia y en el descenso del nivel arancelario global, de manera de no encarecer el precio de los insumos.

El equipo económico acaba de anunciar la razonabilidad de aplicar a las industrias estratégicas, como la aeronáutica, un régimen de mayor estímulo, como puede ser, por ejemplo, la asignación de aportes explícitos.

En segundo lugar, nuestra industria aeronáutica debe acompañar todavía el proceso de transformación de nuestra economía, de un sistema cerrado a un sistema abierto.

El Area Material Córdoba o, para utilizar su denominación primigenia, — la Fábrica Militar de Aviones — debe adoptar su estructura empresaria a las exigencias de los nuevos tiempos.

Si bien ella fué capaz, en el periodo inmediato a la segunda postguerra, de sustituir la importación de productos no disponibles en el mercado mundial, hoy la situación de interdependencia tecnológica y comercial de la comunidad internacional la coloca en posición muy distinta.

La Fuerza Aérea se ha propuesto el objetivo de su conversión empresaria en el mediano plazo, pasando por una primera etapa en la que la F.M.A. se transformará en un Entre Descentralizado. Se espera, así, convertirla en un polo de expansión industrial y tecnológico que incorpore funcionalmente a otros núcleos de actividad terminal y subsidiaria, de manera de otorgarles una proyección más ambiciosa.

La inserción prioritaria y creativa de la tecnología aeroespacial en nuestro Sistema de Ciencia y Técnica; la incorporación de la pequeña y mediana empresa; el estímulo de la demanda interna y una estrategia de penetración del mercado externo, son, en suma, los recaudos previso para poder hablar de posibilidades de cooperación a largo plazo.

Mientras tanto, existen buenas posibilidades para encarar conjuntamente algunos programas de elaboración de insumos básicos, como el duraluminio, componentes en forja no ferrosa y muchas piezas estandarizadas, así como componentes de sistemas hidráulicos, para citar solo algunos proyectos concretos que se encuentran ya en la etapa de consulta preliminar.

Por lo demás, compartimos los conceptos expuextos por el señor Presidente de EMBRAER y creemos que el campo de la aviación liviana general ofrece excelentes perspectivas para la cooperación.

Sin embargo, para que tal cooperación tenga lugar sobre la base de participaciones equilibradas, como es nuestro deseo, debemos esperar que se produzcan en el mediano plazo las medidas de reactivación de nuestro potencial tecnológico-industrial, que crearán el contexto adecuado para el desarrollo de proyectos más específicos que los enunciados.

5. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COMO ÁREA DE COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES

A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA COMO ÁREA DE COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Julian M. Chacel

O exame das possibilidades de cooperação econômica entre Argentina e Brasil no domínio da produção agropecuária coloca, desde logo, a distinção entre criação e diversificação de comércio, posto que a forma mais óbvia de cooperação entre dois países é o intercâmbio de mercadorias. Criação de comércio significa encontrar formas de ampliação do intercâmbio tradicional, em volume e valor, assim como a identificação de novos produtos que alimentem o volume de transações entre os dois países. Diversificação de comércio significa, no caso, alimentar as trocas bilaterais pelo desvio das correntes de comércio, anteriormente estabelecidas com terceiros países. Em qualquer circunstância, os ganhos dos países A e B dependem da obediência ao princípio de um melhor emprego, no plano interno de cada um, dos fatores produtivos que mobilizam suas respectivas dotações de recursos naturais. Este, o marco conceitual em que a exploração de possibilidades deve ser feita.

Não basta, contudo, delimitar o campo conceitual do exercício e acentuar o primado da lei dos custos comparativos sobre a tendência, quase inelutável, dos países de grande dimensão territorial para a busca da auto-suficiência característica de uma economia autárquica. A especulação deve incorporar uma antevisão do futuro nestes decênios que separam o presente do fim do século, décadas que coincidem com uma fase de expansão populacional na qual os dois parceiros, produtores e exportadores de alimentos e matérias-primas de origem agrícola, certamente vão se deparar com um clima neomaltusiano dominando a economia mundial.

A *Federação Internacional de Institutos de Estudos Avançados (IFIAS)* de Estocolmo ao fazer um balanço da situação do planeta[1] assinala que as sombras mais escuras decorrem da *pressão que a população mundial exerce sobre os recursos naturais e sobre a capacidade do* "sistema fechado" Terra produzir alimentos. Relembra, com dados das Nações Unidas, a previsão segundo a qual a população mundial dobrará em pouco mais de trinta anos, tomando-se como base o ritmo atual de 1 milhão de seres a cada quatro dias. Aumento que significa 80 milhões de bocas a mais que, a cada ano, será preciso alimentar.

As taxas de crescimento populacional projetadas para o fim do século sugerem ademais que a expansão mais acelerada ocorrerá dentro da América Latina.

TABELA 1 — Taxas Anuais de Crescimento Populacional

	1975-80	1980-1990	1990-2000
Países Desenvolvidos	0,9	0,8	0,7
Países em Desenvolvimento	2,4	2,3	2,0
América Latina	2,8	2,7	2,5

Fonte: *The Fouth World Food Survey, FAO 1977.*

Como subconjunto dos países em desenvolvimento as taxas previstas para América Latina são significativamente mais altas do que as taxas do conjunto, de vez que nos países em desenvolvimento estão incluídas as economias centralmente planificadas da Ásia onde o controle de natalidade se traduz em taxas de crescimento anual médio bem inferiores a 2%. Por via de conseqüência, o crescimento populacional da América Latina *per se* cria uma demanda que poderia ser atendida pelos países da região, se a integração econômica e a diversificação de comércio dela resultante lhe desse a necessária solvabilidade.

Por seu turno, dentro da mesma ordem de idéias, a FAO estima um déficit global de alimentos para 1985 da ordem de 76 milhões de toneladas anuais e assinala que a taxa de crescimento da produção, tendente a um equilíbrio, deveria ser de 3,6% ao ano, embora uma taxa provável e praticável de 3% nas próximas três ou quatro décadas seja, para muitos, uma taxa de crescimento demasiado otimista.

De um outro ângulo, Lester Brown[2] do World Watch Institute, de Washington, também descreve uma visão neomaltusiana ao referir que "o aumento do número de seres humanos até aqui depende fortemente do produto extraído dos sistemas biológicos básicos da Terra: bancos pesqueiros, florestas, terras de pastagem e terras de cultivo. Esses quatro sistemas fornecem não só todo nosso alimento mas também, excetuando o aporte importante dos minerais e da petroquímica, todas as matérias-primas para a indústria. A não ser no caso das terras de cultivo, os outros três sistemas, essencialmente naturais nem sempre podem ser melhorados pelo gerenciamento humano".

A capacidade de suporte desses três sistemas é em princípio um dado fixo. Uma pastagem natural pode suportar um número limite de cabeças de gado. Uma lotação excessiva destrói a pastagem e a erosão resultante esteriliza o solo. Um banco pesqueiro só pode fornecer uma quantidade limite de proteínas, além da qual sua capacidade regenerativa fica comprometida. Se o corte de árvores para a produção de lenha e madeira excede a taxa de reposição, a floresta termina eventualmente por desaparecer.

A partir do "Estado das artes" que dominou os últimos vinte anos, Brown assinala que a produção mundial *per capita* emergente de cada sistema biológico atingiu o seu máximo para as florestas em 1967, (0,67 m) para a pesca em 1970 (19,5) para a carne bovina em 1976 (11,8) para a carne de ovinos em 1972 (1,9) e para a lã em 1960 (0,86); e, finalmente, para os cereais em 1976 (342)[3].

Se as áreas de interdependência que formam a trama da problemática mundial, interligam, no desenvolvimento econômico, a população com saúde, alimentação, educação e emprego, por seu turno, a produção agropecuária a partir dos ganhos de produtividade trazidas ao cultivo de cereais e grãos pela "modernização" e pela revolução verde, que permitiram uma constante expansão *per capita* até 1976, passou a ter estreita correlação com a oferta de energia. No limiar

(1) *The State of the Planet;* A report prepared by the International Federation of Institutes for Advanced Studies (IFIAS) Stockholm, edited by Alexander King.

(2) Lester R. Brown — *Looking at Resource Trends Through a Population Lens in* Through the 70's edited by Frank Feather — World Future Society, Washington, D.C.

(3) Produtos florestais expressos em metros cúbicos; os demais em quilogramos.

desta década a relação de unívoca passa a biunívoca, na medida em que a crise mundial de oferta de combustíveis líquidos introduz a concepção nova dos produtos agroenergéticos e a hipótese de um conflito na exploração dos sistemas biológicos entre a produção de energia e a produção de alimentos. É ainda Lester Brown quem assinala em recente artigo que "a utilização de safras agroenergéticas como fonte de combustível automotivo abre um novo capítulo na história dos esforços humanos para obter um suprimento adequado de alimentos... o mundo é confrontado com um desvio potencialmente maciço dos recursos agrícolas para a produção de safras não destinadas à alimentação".

É diante desse cenário que prenuncia, a nível mundial, para os anos 1980, uma crise agrícola e alimentar mais severa do que a crise energética com a qual se acha interligada, que a cooperação econômica de dois países tradicionalmente exportadores de produtos agrícolas e de alimentos ganha em importância. Na parte austral do nosso hemisfério acha-se a região do Planeta que na opinião de André Van Dam (baixa pressão populacional, fertilidade do solo, recursos hídricos, etc.) tem maior potencial de desenvolvimento e mais pronta capacidade de resposta aos estímulos que receber: a bacia do Paraná. Argentina e Brasil têm amplas áreas de terra ao longo do rio que delimita, como marco natural, uma extensa fronteira comum.

Em verdade, a busca de possibilidades e oportunidades de cooperação deve concentrar-se mais nas dissemelhanças do que nos pontos de similaridade. A menção á região do Paraná é muito mais indicativa da continuidade e contigüidade geográficas como fator, em numerosas situações, para uma política na qual as complementaridades sejam mobilizadas em proveito dos dois parceiros.

Se a agricultura argentina é predominantemente de cultivos e criações de clima temperado, a brasileira está condicionada pelo clima tropical e subtropical. Esta dissemelhança por si só sugere, desde logo, a hipótese de uma política agrícola concertada que promova, não só a intensificação de comércio entre os dois países pela via da complementaridade, como um aporte ao aumento do comércio de cada um pela penetração competitiva e diversão do comércio frente a terceiros países. Esta, a hipótese de trabalho do exercício.

As condições iniciais

O conjunto de condições iniciais que delimitam o marco dentro do qual as possiblidades de cooperação podem ser exploradas tem de incorporar, antes de mais nada, relações estruturais e dados característicos de uma e de outra economia.

Para uma população estimada em 1980 de, respectivamente, 26 e 116 milhões de habitantes para Argentina e Brasil há, correspondentemente, 274 e 207 milhões de hectares em produção, entre terras de cultivo e pastagens.

Em termos relativos, no período dos últimos cinco anos (1975-1979) a participação do setor primário no Produto Interno Bruto oscilou entr 13 e 15% no caso argentino e entre 11 e 12% no caso brasileiro. O confronto fica algo prejudicado por não ter sido isolada a atividade de mineração da atividade agropecuária. Seja como for, as diferenças entre essas proporções características de uma estrutura econômica, embora significativas não são muito intensas. As relações em si indicam países em desenvolvimento, em fase final de transição para a categoria dos países desenvolvidos. As diferenças de proporções na participação do setor primário são largamente compensadas por uma maior participação do setor terciário (serviços) na composição do produto interno do Brasil (acima de 50%). Muito provavelmente, este maior peso do setor serviços decorre do tipo de desenvolvimento que, no Brasil, induziu o crescimento da intermediação financeira e a expansão da burocracia.

Se, na comparação entre os dois países, as taxas de participação da agropecuária na formação do PIB não apresentam uma variação importante, sem dúvida alguma no período 1975/79 a economia argentina foi muito mais aberta ao resto do mundo. A relação exportações/produto interno de 29,8% para a Argentina baixa para 7,6%, no caso brasileiro. Por outro

lado, no período as exportações de produtos de origem agropecuária representam um valor em torno de 76% das exportações totais no caso argentino e 50% no caso do Brasil. Em função da pesada dependência do exterior que o Brasil revela, em termos de importação de petróleo e das dificuldades climáticas que nos últimos anos do período prejudicaram as disponibilidades de exportações tradicionais de produtos agropecuários, é até certo ponto natural que a economia brasileira esteja comparativamente mais fechada ao exterior. Haja vista que a Argentina tem, nos últimos anos, acumulado, consistentemente, saldos em seu balanço de comércio e denota confortável posição de reservas que lhe permite, até agora, manter a moeda nacional sobrevalorizada em presença de uma política liberal de importações; enquanto o Brasil vem acusando déficits substanciais na balança de comércio, apresenta um nível de reservas que atingiu um limite mínimo de segurança e pratica uma política, em termos gerais, mais restrita quanto às importações.

Num plano mais específico, se a fronteira agrícola do Brasil é mais elástica em dimensão ao confrontar-se a margem de ocupação da região do cerrado e do Centro-Oeste brasileiro, com a possível mobilização das terras do Noroeste Argentino, por outra parte as diferenças de rendimento no caso de certos cultivos comuns aos dois países pende notavelmente em favor da Argentina, embora a diferença seja agravada no período de referência pela adversidade do clima para esses cultivos no Brasil.

TABELA 2 — Produtividade do Solo — kg/ha — Média do Período 1974/79

Produtos	Argentina	Brasil
Milho	2.900	1.495
Trigo	1.600	760
Soja	2.100	1.370

FONTES: Sintesis y Información Econômica. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Comissão de Financiamento da Produção.

Um outro tipo de informação para fixar as condições iniciais pode ser obtida relacionando-se a produção em conteúdo energético da produção agropecuária, em suas principais categorias, com a população. Em primeira aproximação, as diferenças entre os dois países podem indicar internamente a vocação agrícola mais acentuada de cada um e o sentido de especialização e do intercâmbio, mantidos constantes o estado das artes e as políticas agrícolas e fazendo-se abstração das trocas com terceiros países.

TABELA 3 — Valor Energético da Produção Agropecuária por Habitante

	Cereais	Oleaginosas	Hortaliças e Legumes	Cultivos Industriais	Frutas	Carne	Leite	Total
Brasil	0,76	0,38	0,15	0,27	0,09	0,07	0,07	1,78
Argentina	3,05	0,80	0,26	0,26	0,05	0,33	0,12	4,87

Nesse arrolamento do quadro de condições que servem de marco de referência para o exame de como a cooperação argentino-brasileira, no domínio agropecuário, poderia ser implementada, convém deixar claro que o Brasil, por muitos anos, conferiu ao desenvolvimento industrial primazia sobre o desenvolvimento agrícola. A política de desenvolvimento refletiu, no plano interno, a doutrina da CEPAL segundo o qual o caminho para o progresso passava pela substituição de importações de produtos industrializados. A crise de combustíveis líquidos, os saldos negativos da balança de comércio influenciados por compras no exterior de produtos

agrícolas (que não seriam importados em condições normais) e a retomada de uma inflação rampante onde a alta de preço dos alimentos guarda uma relação intuitiva com os índices de preços ao consumidor trouxeram, nestes últimos tempos, substancial modificação na política econômica. Renova-se agora o interesse pelo desenvolvimento agrícola, considerando-se o setor como o de mais alta prioridade. Acrescente-se que o choque produzido pelo petróleo sobre a economia nacional brasileira aponta como solução parcial do suprimento de combustíveis líquidos a energia solar, capturada pela biomassa através da fotossíntese. Nas próximas décadas pelo menos, o Brasil terá de consagrar terras e demais fatores de produção à obtenção de produtos agroenergéticos, até que o progresso tecnológico permita alcançar formas econômicas, limpas e definitivas de energia na dimensão da vida das nações como, por exemplo, o hidrogênio líquido e a eletricidade produzida por células fotovoltaicas.

Desse quadro de condições iniciais aqui esboçado, a restrição mais importante é a situação do balanço de comércio e, por conseqüência, do balanço de pagamentos do Brasil. Tal restrição significa que a cooperação entre os dois países para alimentar o intercâmbio não deve limitar-se a produtos alimentares e sim incluir os produtos agroenergéticos. Ademais, para maior flexibilidade do aumento do fluxo de comércio de produtos agropecuários terá de ser levada em contra a vocação industrial dos dois países e a criação ou diversão das correntes de comércio estabelecidas com terceiros países, para que um relativo equilíbrio das transações bilaterais seja alcançado de modo permanente.

A composição do comércio bilateral

No final da década dos anos 1970, o volume total de comércio de mercadorias dos dois países alcança 46,3 bilhões de dólares. Nesse decênio, em que pese ser a Argentina uma economia atualmente mais aberta, a diferença nas taxas de crescimento econômico e nos projetos de investimento ampliou a razão entre os volumes de comércio dos dois países de 1,5 para 2,5 ou seja para cada dólar transacionado pela Argentina, o Brasil, que transacionava um dólar e cinqüenta centavos, passou a negociar dois dólares e cinqüenta centavos. (Tabela 4)

Nesse período, o volume total de comércio dos dois países expresso em dólares, passa de uma participação de 1,4% do comércio mundial para 1,5%. Em contraste, em termos do comércio mundial, o volume de comércio transacionado entre os dois países decresce de 0,053% para 0,038%. A inferência óbvia é que a manutenção ou pequeno aumento do comércio global de Argentina e Brasil resultou do crescimento das transações com terceiros países e não entre os dois parceiros pela via bilateral.

Estas são algumas das conclusões que o exame mesmo superficial da tabela permite ao observador retirar. Segue-se que mesmo uma volta a coeficientes obtidos no passado tendo como referência o comércio mundial representaria um substancial aumento na corrente de comércio de mercadorias entre os dois países.

A tabela seguinte expressa os valores percentuais do comércio de mercadorias nos dois sentidos. (Tabela 5)

Sem entrar no mérito do valor crítico das exportações e importações para qualquer economia nacional, observe-se que em termos do comércio total, durante os anos 1970, o comércio com o Brasil é em termos relativos, numericamente mais importante para a Argentina do que o comércio com este país para o Brasil. Mais do que isso, enquanto a participação do comércio argentino com o Brasil flutua nos dois sentidos dentro de limites de variação que denotam tendência a uma relação média mais estável, a participação do comércio brasileiro com a Argentina apresenta tendência declinante vista através dessas taxas que, só no final do período, dão mostras de evoluir para um valor maior. (Tabela 6)

Sem embargo dessas conclusões, é importante assinalar também que durante o período de observação dos anos 1970 o balanço de comércio foi superavitário para a Argentina em sete anos sobre dez e que, desde 1976, nota-se um movimento no sentido de saldos comerciais

TABELA 4

BALANÇAS DE COMÉRCIO ARGENTINA E BRASIL
em milhões de dólares

ANOS	Exportações Totais Argentinas	Importações Totais Argentinas	Saldo (1–2)	Volume Comércio (1+2)	Exportações Totais Brasileiras	Importações Totais Brasileiras	Saldo (1–2)	Volume Comércio (1+2)	Exportações Argentinas para o Brasil (1)	Importações Argentinas do Brasil (2)	Saldo (1–2)	Volume Comércio (1+2)
1970	1.773,0	1.694,0	+ 79,0	3.467,0	2.738,9	2.506,9	+ 232,0	5.245,8	138,6	185,9	– 47,3	324,5
1971	1.740,4	1.868,1	– 127,7	3.608,5	2.903,8	3.247,4	– 343,6	6.151,2	106,6	197,0	– 90,4	303,6
1972	1.941,1	1.904,7	+ 36,4	3.845,8	3.991,2	4.232,3	– 241,1	8.223,5	186,7	175,0	+ 11,7	361,7
1973	3.266,0	2.229,5	+ 1.036,5	5.495,5	6.199,2	6.192,2	+ 7,0	12.391,4	309,6	205,2	+ 104,3	514,7
1974	3.930,7	3.639,9	+ 290,8	7.570,6	7.951,0	12.641,3	– 4.690,3	20.592,3	340,6	296,9	+ 43,7	637,5
1975	2.961,3	3.946,5	– 985,2	6.907,8	8,669,9	12.210,3	– 3.540,4	20.880,2	13,5	358,9	– 145,4	572,4
1976	3.916,0	3.032,5	+ 883,5	6.948,5	10.128,3	12.383,0	– 2.254,7	22.511,3	421,9	371,5	+ 50,4	793,4
1977	5.651,8	4.161,5	+ 1.490,3	9.813,3	12.120,2	12.023,4	– 96,8	24.143,6	464,8	372,5	+ 90,3	837,3
1978	6.399,5	3.833,7	+ 2.565,8	10.233,2	12.658,9	13.683,1	– 1.024,2	26.342,0	576,8	340,5	+ 236,3	917,3
1979*	7.204,5	5.844,3	+ 1.360,2	13.048,8	15.244,4	18.083,9	– 2.839,5	33.328,3	763,1	551,6	+ 211,5	1.314,7

*

JAN–NOV.

FONTES: Instituto Nacional de Desarrollo y Census. Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil.

TABELA 5

Relações Percentuais do Comércio Bilateral

ANOS	Participação (%) das exportações argentinas para o Brasil nas importações totais brasileiras	Participação (%) das exportações argentinas para o Brasil nas exportações totais argentinas	Participação (%) das exportações brasileiras para a Argentina nas importações totais argentinas	Participação (%) das exportações brasileiras para a Argentina nas exportações totais brasileiras
1970	5,53	7,81	10,97	6,79
1971	3,28	6,12	10,5	6,78
1972	4,41	9,62	9,2	4,38
1973	5,00	9,47	9,2	3,31
1974	2,69	8,66	8,2	3,73
1975	1,75	7,21	9,1	4,14
1976	3,41	10,77	12,3	3,67
1977	3,86	8,22	9,0	3,07
1978	4,21	9,01	8,9	2,69
1979*	4,22	10,59	9,4	3,62

* JAN–NOV.

TABELA 6

15 Principais Produtos Importados pela Argentina ao Brasil no ano de 1978
Em ordem decrescente de valor

PRODUTO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ fob)
1 – Café em grão	12.527,6	40.778.659
2 – Minério	991.393,5	26.487.977
3 – Bananas	116.580,3	20.948.373
4 – Moto niveladora	4.137,7	17.641.057
5 – Pinho serrado de espessura superior a 5 mm	50.162,6	16.946.149
6 – Hematita	916.226,9	15.334.800
7 – Petróleo bruto	116.626,0	10.866.582
8 – Pasta de cacau refinada	2.094,5	9.126.774
9 – "Gas oil" ou "Diesel-oil"	66.120,2	8.416.582
10 – Ferro gusa	36.949,0	4.779.323
11 – Pasta quím. de madeira[1]	16.214,2	4.660.388
12 – Máquina de escrever elétrica	212,8	4.464.098
13 – Polipropileno glicol líquido	5.415,6	3.833.995
14 – Centro telefônico automático	274.2	3.683.519
15 – Bulbo p/cinemascópio de TV Preto e Branco	2.520,2	3.454.585
TOTAL	2.337.455,3	191.423.265
% Sobre o Total Geral	92,1%	54,8%

FONTE: CACEX

Tomando-se um corte para o ano de 1978 é possível identificar a nível de produto a composição "atual" do comércio entre os dois países.

TABELA 7

15 Principais Produtos Exportados da Argentina para o Brasil no ano de 1978
Em ordem decrescente de valor

PRODUTO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ fob)
1 — Maçãs	184.635,1	76.708.983
2 — Carne de bovino congelada c/osso	41.860,0	34.132.638
3 — Sebo da espécie bovina	51.976,0	27.829.723
4 — Milho em grão	220.819,4	24.321.994
5 — Azeitona em salmora	23.402,8	22.777.305
6 — Peras	53.967,3	21.786.108
7 — Alho	18.344,3	21.163.289
8 — Malte	42.165,0	12.383.840
9 — Chapa de ferro ou aço	43.750,3	11.922.311
10 — Motocompressor p/refrigeração	3.979,7	11.562.210
11 — Couro bovino	1.114,3	9.116.892
12 — Queijo tipo Sbrinz	3.831,2	8.944.618
13 — Caixa de marcha para automóvel	879,8	8.807.482
14 — Trigo	70.052,0	8.617.834
15 — Garrafas e garrafões de vidro	34.986,9	8.279.642
TOTAL	795.764,1	308.354.869
% Sobre Total Geral	65,6%	56,6%

Dos quinze principais produtos exportados, nesse ano, da Argentina para o Brasil, representando 66% do volume físico e 57% do valor, 11 bens são de origem agropecuária. Reversamente, dos quinze produtos mais importantes da exportação brasileira para a Argentina, significando 92% do volume físico e 55% do valor, apenas cinco são de origem agropecuária ou florestal, sendo três com algum conteúdo de processamento industrial. Em termos de valor, a exportação de maçãs argentinas para o Brasil representou quase o dobro das exportações brasileiras de café para a Argentina (76 contra 41 milhões de dólares). Essas diferenças de composição devem servir de matéria *para reflexão, se realmente se deseja aumentar a cooperação* entre os dois países no domínio da produção agrícola e alimentar. Parecem existir vocações econômicas inibidas pela ausência de uma harmonização de políticas e melhor adequação das estruturas internas de produção e consumo para uma expansão de comércio. Ainda que seja o principal produto da pauta, é surpreendente o modesto valor alcançado pelas exportações de café do Brasil. Analogamente as exportações de trigo argentino para o maior importador mundial são absolutamente inexpressivas dentro do período de observação.

Considerada a situação do balanço de comércio dos dois países e suas respectivas pautas de exportação fica claro que o aumento de cooperação na agropecuária via comércio *terá de ser considerado num* contexto mais *global* de trocas envolvendo transações de produtos industrializados produzindo saldos favoráveis para o Brasil.

Harmonização de políticas de produção e comercialização

Antes de tudo, as possibilidades de cooperação econômica entre dois países dependem da existência de uma vontade política. Os ganhos decorrentes de um maior volume de comércio

mento o desenho de políticas que reconheçam as complementaridades e a interdependênci ao afastar a suposta independência autárquica que na Argentina e no Brasil penaliza o cons midor nacional; e uma ação concertada onde a massa crítica de ambos os países, no mercac internacional, permita defender efetivamente o produtor.

A harmonização de políticas requer que, levadas em conta as condições iniciais qu definem o marco geral das economias e do intercâmbio, as propostas se façam a nível de pr duto.

De imediato, como um "case study" a comercialização de soja constitui um problen sobre o qual vale a pena especular. Argentina e Brasil detêm cerca de 20% da produção mundi de soja em grão. Enquanto o Brasil absorve internamente 60% do que produz, a Argentir retém internamente 30% de sua produção. A Argentina exporta principalmente o grão e co some sobretudo óleo e farelo. O Brasil exporta predominantemente o farelo e consome bc parte da produção na forma de óleo.

A capacidade de esmagamento da indústria brasileira está estimada em 18 milhões de A safra brasileira, no entanto, anda hoje em torno de 14,5 milhões de t das quais deduzid 1 milhão de t para sementes e 1,5 milhão de t. exportadas reduzem a demanda de process mento industrial para 12,5 milhões de t.

As safras argentina e brasileira ocorrem na entressafra norte-americana. Esta é come cializada continuamente. De seu lado, Brasil e Argentina fazem um esforço para comercializ suas safras entre maio (junho) e agosto (setembro) de forma a evitar a concorrência no pi da safra dos Estados Unidos que começa a ser colhida em setembro. A soja argentina é m negociada — com deságio — enquanto a soja brasileira é vendida com prêmio. A diferença nã se justifica apenas pelo maior teor de óleo. A importação de soja Argentina pelo Brasil e regime de *"drawback"* permitiria melhorar a sua comercialização e reduzir a ociosidade capacidade instalada na indústria de óleos no Brasil.

A sugestão, contudo, enfrenta obstáculos em matéria de transportes tanto ferroviár como rodoviário e marítimo. No entanto, essas dificuldades que também são válidas para caso do milho e do trigo, não são irremovíveis. A opção pelo transporte marítimo de Rosár ou Buenos Aires até Porto Alegre, por exemplo, poderia resultar numa solução econômica utilizados navios de pequeno porte ou, a título excepcional, em função do valor dos frete navios de terceira bandeira.

O volume surpreendentemente pequeno de trigo importado da Argentina pelo Bra sugere outra linha de harmonização das políticas de produção e comércio, a nível de produt Forma-se no Brasil uma consciência quanto ao subsídio da lavoura do trigo que anda pe ordem do bilhão de dólares anuais para alcançar, numa produção sujeita a flutuações e quebra um rendimento médio de 700 kg por hectare. Numa hipótese limite, se o Brasil aumentas a área com o plantio de milho, a qual com a adubação empregada na lavoura do trigo produzi 3 t ao invés de 700 kg por hectare, teria condições de exportar direta ou indiretamente milh e importar todo o trigo que necessita, ainda que levando em conta uma relação de preç superior em 30% em favor do trigo. Mesmo que para atender a interesses setoriais constituíd não se chegasse a uma mudança tão radical, o "congelamento" da produção brasileira de tri abriria espaço para importações da Argentina. Esse espaço seria tanto maior quanto a cooper ção argentina para a introdução da colza e forrageiras de inverno em substituição ao trig no binômio com a soja, preservasse ou até mesmo aumentasse a renda dos pequenos produtor do sul do Brasil. É claro, entretanto, que as mesmas dificuldades existentes para a importaçã de soja em regime de "drawback" teriam de ser solucionadas. E o Acordo Argentina-URS para fornecimento de cereais agravaria de imediato essas dificuldades, embora a Argentir tenha condições para expandir o cultivo do trigo atendendo ao acordo e, simultaneament fornecer ao Brasil até 2 milhões de t.

Outra faceta da harmonização das políticas agrícolas poderia ser constituída por un ação conjunta quer de governos quer de empresários face à política agrícola comum do Mercac

cultura de outros países e o sentimento da Grã-Bretanha, agora expresso pelo novo chefe do partido trabalhista, Michael Foot, de que a sua adesão ao Mercado Comum encareceu o preço dos alimentos nas Ilhas Britânicas. Essa ação conjunta que poderia ter como instrumento a adesão do Brasil a *Fédération Internationale des Producteurs Agrícoles (FIPA)* seria especialmente importante no tocante às exportações de carne.

Alguns aspectos institucionais da cooperação

Em 12 de agosto do corrente ano foi assinado, em *Montevidéu*, o *tratado que institui a* Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Evolução pragmática do tratado original que institui a Associação de Livre Comércio, o novo tratado consagra, encampa e ratifica as alterações de fato que a experiência vivida introduziu nas relações do grupo como um todo e no grupo sub-regional do Pacto Andino. Prevê, por isso mesmo o novo tratado, a hipótese de acordos tarifários de alcance parcial. Em especial os artigos 8º e 12º referem-se, o primeiro, a acordos agropecuários e, o segundo aos objetivos de tais acordos e a sua cobertura em termos de produtos ou grupo de produtos, temporaneidade das concessões e até mesmo contratos celebrados entre organismos estatais. Abre-se, assim, a possibilidade de desenvolvimento do comércio agropecuário intra-regional abrangendo Argentina e Brasil sem entraves que, de outra forma, adviriam da parte de países ditos de menor desenvolvimento relativo.

Mais além da cooperação através do comércio, a prestação de serviços básicos de apoio ao setor agropecuário, de um e de outro país, certamente se beneficiaria de um intenso entrosamento entre o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) mantido pelo Estado Argentino com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) ambas vinculadas ao Ministério da Agricultura do Brasil. As características fundamentais do INTA assemelham-se as que no Brasil estão repartidas entre EMBRATER e EMBRAPA. É certo que o INTA mantém convênios, acordos e contratos em bases tanto bilaterais como multilaterais. Além de prover assistência técnica ao Brasil, participa do Convênio de Cooperação Técnica para Investigações Agropecuárias nos países integrantes do Cone Sul que têm o aporte financeiro do BID e é gerenciado pelo IICA. Trigo, soja, milho, gado de corte, sistemas de produção e transferência de tecnologias são os projetos desse convênio no qual tomam parte Argentina e Brasil. Seja como for, praticamente não existem acordos bilaterais e embora tenha sido assinado um acordo de pesquisas para conservação e recuperação de solos a verdade é que a EMBRAPA não consegue pôr em marcha seu programa nesse domínio por falta de pessoal.

Vale aqui relembrar que Alexander King em trabalho apresentado na última reunião do Club de Roma no Rio de Janeiro assinalou, para dar uma nota otimista diante dos profetas de catástrofe, que a revolução no conhecimento humano que se processa no último quartel deste século repousa nos semicondutores e na engenharia genética.

Tendo em conta a importância que a biomassa sob forma de óleos vegetais poderia ter para a substituição parcial do óleo nos motores diesel surgem, desde logo, como áreas possíveis de cooperação na pesquisa de variedades de alto rendimento, o girassol e a colza. Aveia, cevada, centeio e sorgo granifero, como culturas de inverno, seriam produtos para os quais variedades adequadas teriam interesse para o Brasil.

A troca de informações e experiências não deve, entretanto, limitar-se ao conduto dos organismos estatais. Se é verdade que a pesquisa de novas variedades é tarefa de governo, porque ao contrário da atividade industrial não há para sementes a proteção da patente, não é menos verdade, por outro lado, que o setor privado está mais apto a tomar decisões de produção e comercialização quando os preços são indicadores válidos do mercado.

Entidades empresariais como a Confederação Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira só teriam benefícios a retirar de um estreitamento de relações com suas congêneres argentinas, a ser mantido em forma sistemática.

Algumas conclusões

A possibilidade de aumento na cooperação Argentino-Brasileira no domínio da produção agrícola e de alimentos é bastante ampla, se se considera o pequeno volume de transações entre os dois países e ausência, até agora, de um claro esforço no sentido de harmonizar políticas de produção e consumo.

Essa cooperação deveria levar em conta um quadro da situação agrícola e alimentar mundial onde a expansão populacional dos países do Terceiro e Quarto Mundos prenuncia séria crise de alimentos e matérias-primas, a materializar-se ainda na presente década. Muito embora a América Latina não seja, no seu conjunto, área sujeita a grande pressão populacional, posto que concentra 8% da população mundial, sua taxa de crescimento demográfico daqui até o fim do século será significativamente mais alta que a média das demais áreas em desenvolvimento. Como nem a Argentina nem o Brasil alcançaram um estágio de desenvolvimento que lhes permita praticar políticas assistenciais, a cooperação na produção agropecuária poderá ser estimulada pelo aproveitamento do potencial das correntes de comércio intra-regional.

Não se pode afirmar que a América Latina tenha sido golpeada, de modo generalizado, pela crise do petróleo. Muito ao contrário, tendo superávit enquanto região, tem colhido efeitos diretos liquidamente positivos da crise, embora tais benefícios concentrem-se em poucos países. Novos eixos de desenvolvimento acelerado na região devem surgir à sombra dos exedentes de petróleo. No grupo de países exportadores de petróleo da região, os fatores de estímulo à integração são diversos, conquanto complementares aos do conjunto de países importadores.

Pelo menos teoricamente há um potencial considerável em termos de transferênciaa de recursos dos países exportadores, via criação de mais comércio entre os dois grupos. O impacto favorável dos excedentes de petróleo nos países exportadores cria demanda adicional de bens e serviços dentre os quais se destacam os alimentos, muitos dos quais poderiam ser supridos por outros integrantes da ALADI[4]. Em suma, para a Argentina e Brasil a criação de comércio para produtos agropecuários pela exportação para terceiros países poderia concentrar seus esforços na própria região.

A nível bilateral, cereais e oleaginosas, café e carnes podem ter um incremento de comércio desde que se dê mais atenção ao princípio dos custos comparativos ou se assumam posições comuns frente a terceiros países ou blocos regionais. Obviamente, a cooperação supõe a abrangência de produtos industrializados, em especial insumos para a produção agropecuária, tendo-se em conta os custos resultantes da dotação de recursos naturais e da escala de produção originalmente ditada pelos respectivos mercados internos.

A fragilidade energética do Brasil em matéria de combustíveis líquidos faz com que a atenção se volte para a pesquisa e produção de plantas oleaginosas. Dos derivados de petróleo, a "fração crítica" é hoje o diesel, fulcro de todo o atual sistema de transporte terrestre de cargas. A engenharia experimental brasileira obteve sucesso na substituição do óleo diesel por óleos vegetais nos motores a injeção. Há possibilidade quase imediata de substituição de 10% do consumo atual de óleo diesel. Mas, fatalmente, surgirá o conflito entre a produção agroenergética e a produção de alimentos sem um esforço importante de pesquisa e desenvolvimento na produção e produtividade das plantas fornecedoras de óleo. Trata-se de um domínio onde a experiência argentina e a conjugação de esforços seria muito apreciada.

De modo subjacente está contida neste exercício, que visa apenas prover um marco de referência para o debate do tema, a idéia de que a cooperação depende de uma vontade política. A soma de ganhos nacionais na conjugação de esforços e convergência de propósitos entre dois países depende, com freqüência, da renúncia a ganhos setoriais domésticos. Desde tal ângulo, a vontade política não é somente decorrência de decisões de governo; ela se forma com

(4) Ver Paulo Rabello de Castro *in* Crise Energética e Integração Latinoamericana, documento de trabalho

o concurso dos empresários e das elites pensantes. A cooperação pressupõe um desarme de espíritos. Nesse sentido a iniciativa do Conselho Argentino para as Relações Internacionais ao promover este encontro, respaldada pelo Banco de La Nacion Argentina e pelo Banco do Brasil, mais além do valor simbólico que inaugura uma nova era nas relações argentino-brasileiras constitui um passo importante no rumo das realizações concretas.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Gervásio Inohue

Rejubilando-me pela honra insigne de participar de conclave de tamanha relevância para o relacionamento entre Brasil e Argentina, de cuja colaboração e de cuja integração econômica dependem também, e também se beneficiam, os demais países irmãos da América do Sul, permito-me, como representante de uma das maiores cooperativas de produção agrícola do Brasil, restringir minhas observações tão-somente à produção agrícola do Brasil, à produção de alimentos "in natura", área que é de nossa vivência.

Este Seminário, que estuda o desenvolvimento das relações e do intercâmbio comercial e cultural entre nossos países, e que reúne personalidades ilustres, afeitas à temática de seus debates, na certa identificará aquelas áreas de interesse recíproco, em torno dos quais acabará por encontrar mecanismos, metodologia, práticas e técnicas, adequados a uma integração, de alto grau, a qual, na verdade, transcende de uma aspiração latente e do sentimento de fraternidade que une nossos povos.

A fronteira geográfica que nos separa dita as condições que nos devem unir. Desdobrando sua superfície sob latitudes temperadas, que caracterizam seus traços culturais e marcam fortemente sua economia, a Argentina tem uma produção agrícola de zona temperada, cujos produtos têm mercado propício no Brasil. Situado ao norte, o clima praticamente tropical do Brasil enseja-lhe o cultivo e a produção de artigos, não produzidos pelo clima argentino, que podem suprir, em condições vantajosas, as necessidades deste país.

O que não se produz aqui, ou que se produz sem adequação econômica em virtude de condições fisiográficas inadequadas, pode ser produzido no Brasil. Reciprocamente, a Argentina pode suprir o Brasil em condições opostas.

Esse intercâmbio, que eu diria natural, favoreceria, ademais, o aclaramento dos horizontes econômicos dos dois países, hoje posicionados em frente de uma conjuntura internacional sombria, plena de dificuldades e de maus presságios, de desafios e de desequilíbrios, de crise e de calamidades, que lhes afetam o comércio exterior, gerando desnivelamentos em sua balança comercial e, com eles, agudas repercussões internas, sociais e econômicas, como no caso de meu país.

Desde 1973, com a crise do petróleo, o Brasil vem acumulando déficits em sua balança comercial, com os quais sua dívida externa vem assumindo níveis que preocupam toda a coletividade brasileira.

Procurando corrigir, na medida do possível, os efeitos nocivos desse desequilíbrio, o Governo cuidou de criar medidas restritivas das importações, instituindo os Depósitos Compulsórios, equivalentes ao valor FOB das importações e restituíveis em um ano pelo seu valor nominal, aumentou alíquotas tributárias, e no caso específico do petróleo, adotou uma política de atualização constante dos preços dos combustíveis, notadamente o da gasolina. Mas a inflação recrudesceu com isso, alimentado também pelo sistema de indexação da economia, criado para contê-la.

Os altos índices de crescimentos que o Brasil vinha alcançando se contiveram. Mas não se conseguiu um arrefecimento maior no crescimento do PIB, aliás indesejável ante os males que uma queda brusca poderia acarretar, talvez ainda piores.

Em fins do ano passado, o Governo instituía um pacote de importantes medidas que visaram promover o crescimento do comércio exterior, atuando sobretudo na esfera cambial de preferência à tributária.

A moeda nacional, o cruzeiro, que sofria desvalorizações gradativas, denominadas minidesvalorizações, conheceu então uma forte e brusca queda de valor. Incentivos fiscais foram eliminados. Até o crédito rural, então fortemente subsidiado, se viu reduzido e onerado.

Cortes importantes se fizeram nas verbas, das empresas estatais, destinadas à importação.

Os limites prefixados para a correção cambial e para a correção monetária que atualiza o poder aquisitivo do cruzeiro tiveram que ser superados.

Em suma, o quadro é hoje preocupante: temos uma grande dívida externa e um índice de inflação que assusta. Mas não é exasperante.

O governo anunciou, há poucos dias, uma sensível mudança em sua política econômica, liberando a correção monetária para todos os segmentos da economia, e está promovendo uma alteração na política salarial.

Por outro lado, vem procurando estimular a organização de Feiras e Exposições com o objetivo de divulgar nossos produtos. A última dessas exposições foi a Brasil Export, recém-finda em São Paulo, na qual diga-se, foi a Argentina o país que mais negócios realizou. Vem também incentivando as exportações através de estímulos creditícios e da simplificação de seus mecanismos burocráticos, pondo em prática, de maneira firme e decidida, uma política de substituição dos combustíveis importados.

O Proálcool, programa nacional de expansão da produção do álcool, é a base dessa política.

De uma forma geral, esta é a posição do Brasil, quanto a sua conjuntura econômica, posição que me faz pensar na importância que o desenvolvimento de relações mais intensas de comércio entre os dois países, Brasil e Argentina, pode ter para ambos, considerando-se que também a Argentina tem seus problemas e suas dificuldades.

O comércio entre nossos países se tem desenvolvido, em sua grande parte, no seio da ALALC, dentro das possibilidades e das limitações que a têm caracterizado.

Mas o mundo tem evoluído. Por toda a parte se observa uma tendência, cada vez mais acentuada, cada vez mais precisa, de integração econômica e política.

O velho conceito de fronteiras, como sendo uma isóbara política contra o qual se esbatem pressões de sentidos, antagônicos, tende a desaparecer para permitir que, ultrapassadas pela dinâmica da economia dos povos, busquem para as nações vizinhas, como um sistema de forças à procura de seu ponto de convergência e de estabilização, a eliminação de obstáculos de qualquer natureza, a colaboração e a integração econômicas.

Seguindo essas tendências, a ALALC cede seu espaço convencional para a Associação Latino-Americana de Integração — ALADI, a qual "com o propósito de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre seus povos" e persuadida de que "a integração econômica regional constitui um dos principais meios para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico e social, de forma a assegurar um melhor nível

de vida para seus povos" vem permitir a "celebração de acordos regionais ou gerais entre países em desenvolvimento, com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente os entraves a seu comércio recíproco".

Dentro de seus princípios de pluralismo, convergência, flexibilidade, diferenciação e multiplicidade, e nos termos do artigo 8º do Tratado que a instituiu, Brasil e Argentina podem, agora, desenvolver relações bilaterais de comércio, complementares de sua economia, diferenciadas em seu objeto segundo as características e as condições regionais de cada país.

A balança comercial entre os dois países, que em 1969, registrava, para o Brasil, um volume de exportações da ordem de US$ 171 milhões para um montante de importações em redor de US$ 134 milhões, subia já, em setembro de 1979, para US$ 464 milhões e US$ 622 milhões respectivamente, com saldo favorável de US$ 158 milhões para a Argentina. O crescimento foi notável mas hoje, quando nossos laços de amizade se estreitam, nossas diferenças de opiniões se minimizam e a compreensão política tende a nivelar objetivos, creio ser possível, sobretudo na área da produção de alimentos, incrementar em alto grau a área de cooperação entre Brasil e Argentina.

Um exemplo, não importa se modesto no quadro do comércio internacional dos dois países, é a posição da Cooperativa Agrícola de Cotia, de que sou Presidente, como exportadora de produtos alimentares. Foi ela a primeira empresa brasileira a exportar alimentos para a Argentina.

Temos fornecido pare este país (embora em volumes nem sempre constantes), frutas tropicais como banana, abacaxi, melão, melancia e morango, hortaliças, como tomate, pimentão, vagem e berinjela, e até ovos, de consumo ou para reprodução.

Em 1978 nossas exportações somaram US$ 2.475.390; em 1979, US$ 2.849.638 e neste ano, até setembro, US$ 3.091.742.

Temos condições, neste setor, de fornecer muito mais, não só nossos produtos específicos, como, e inclusive, de suprir deficiências de safras de certos produtos, carentes no mercado argentino. No inverno argentino, por exemplo, o Brasil tem condições de produzir, no Vale do São Francisco, mediante técnicas de irrigação, todo o tomate de que a Argentina possa necessitar.

Como a Cooperativa é uma sociedade sem finalidade de lucro, constitue uma organização adequada a fornecer alimentos em quantidade e em qualidade ideais, e a preços competitivos.

Consideramos, por exemplo, que ela poderia produzir, graças a sua vivência e sua experiência de mais de meio século na agricultura brasileira, sob encomenda e mediante o fornecimento dos recursos financeiros necessários, qualquer volume de alimentos de que a Argentina careça excluídos o trigo e aqueles que ela, naturalmente, tenha melhores condições de produzir.

As imensas áreas agricultáveis do Brasil, que hoje estamos incorporando a nossas fronteiras agrícolas, nossa moderna tecnologia de produção, nossos sistemas de irrigação e a mecanização agrícola, capacitam-nos a oferecer à Argentina uma complementação da produção de alimentos tal que chegue à integração econômica do setor. O Brasil, na verdade, tem condições de produzir em qualquer época do ano, dadas suas condições geográficas as mais diversas e as mais favoráveis.

Por outro lado, não só quanto ao trigo, de que precisamos cada vez mais, não só quanto à maçã, de que somos grandes importadores, mas também podermos ser compradores de muitos produtos para cuja cultura o clima temperado da Argentina, oferece condições excepcionalmente vantajosas.

Refiro-me em especial, à produção de sementes, como a da batata, que o Brasil importa de países europeus, para os quais carreia apreciáveis quantidades de dólares anualmente.

Se técnicos dos dois países se sentarem à mesa de estudos, como iremos fazer dentro de poucas semanas, nesse campo econômico, certamente haverão de encontrar e de definir gama variada e considerável de produtos alimentares "in natura" que poderão ser intercambiados entre os dois países, com evidentes vantagens para suas balanças de pagamentos, e com preços

mais atraentes em virtude de custos mais reduzidos de produção e de transporte, beneficiando-se, inclusive, de facilidades de crédito existentes no Brasil.

Acredito que, num sistema de troca internacional que permita a poupança de moedas fortes e auxilie o Brasil no equilíbrio de sua balança de pagamentos, não teríamos maiores dificuldades em importar, da Argentina, volumes sempre crescentes de produtos alimentares.

Tais são, Senhores, as observações que me cumpria formular.

Finalizando, agradeço aos organizadores deste magnífico e altamente significativo conclave pela honra de minha participação, e valho-me da oportunidade para saudar os representantes da grande nação argentina, a cujo povo estendo nosso mais fraternal abraço, formulando os mais cordiais votos para que dentro da ALADI, nos tornemos uma comunidade única em seus ideais, em seus objetivos e em suas metas de paz e de prosperidade.

LA PRODUCCION DE ALIMENTOS COMO AREA DE COOPERACION ENTRE ARGENTINA Y BRASIL

Lorenso Raggio
Lucio Reca

1. La Produccion de Alimentos en Argentina

La produccion de cereales y oleaginosas creció en Argentina a una tasa ligéramente superior al 4% anual en la década del setenta, principalmente como consecuencia de la adopción masiva del cultivo de la soja, la incorporación del doble cultivo, (rotación trigo-soja), mejoramientos diversos en los cultivos de maíz y sorgo granífero y reemplazo parcial de las variedades tradicionales de girasol por semillas híbridas. Todo esto acentuó un cuadro de recuperación y despegue en el sector pampeano de la agricultura argentina, que ya se insinuara desde mediados de la década del sesenta.

Este cambio profundo, que ha permitido a la Argentina reencontrar una fértil vertiente de *crecimiento económico, es el resultado de la inversión en tecnología, actividad en la que el* Estado ha participado intensamente en los últimos veinte años y un cambio gradual y sostenido por parte del empresariado argentino, que hoy visualiza al quehacer agropecuario como una actividad que requiere un permanente seguimiento del desenvolvimiento de los mercados de productos y de factores y delas posibilidades de innovación tecnológica destinada a reducir costos y conservar el recurso natural. Esta situación ciertamente es muy distinta de la prevaleciente no hace mucho tiempo, cuando la regulación de los mercados y la falta de posibilidades de cambio tecnológico no estimulaban el desarrolllo y la permanencia en el sector de un número suficiente de empresarios inovadores. Hoy la situación es radicalmente distinta, y si se dan ciertas condiciones mínimas de rentabilidad en el sector simultáneamente con una acción sostenida del Estado en el campo de la investigación y desarrollo de tecnología agropecuaria, la expansión de la producción agrícola pampeana puede alcanzar niveles inospechados. No se trata de discutir magnitudes o de formular proyecciones numéricas de tasas de crecimiento. Los cambios ocurridos en los últimos años y que fueron mencionados más arriba sólo pudieron haber sucedido en presencia de una infraestructura agropecuaria — definida en términos de capital físico y de recursos humanos — apropiada que llevó años reconstruir y desarrollar y que puede seguir sustentando incrementos productivos de la magnitud de los ocurridos en los

últimos diez años. Desde el punto de vista de la producción de carne vacuna — la actividad sectorial individualmente más importante en Argentina — el panorama en el pasado reciente no ha sido tan favorable como el descripto para los cereales y oleaginosas. En conjunto la ganadería ha crecido a una tasa del 2% anual, con una expansión mayor en las regiones no pampeanas. Este comportamiento, aparentemente magro, deja de ser tal si se tiene en cuenta que en el período considerado la agricultura pampeana — 80% del rodeo nacional — se expandió a una tasa que no tiene antecedente histórico y que ambas actividades compiten por el uso del recurso tierra; en segundo lugar excepto en los años. 197173, caracterizados por precios muy altos, larentabilidad de la ganadería ha sido en general baja, como consecuencia de las conocidas alteraciones en el comercio mundial de carnes.

En las demas regiones del país el desempeño de la agricultura en los últimos diez años ha sido modesto: el crecimiento en conjunto fue alrededor del 2,5% anual, sustentado casi exclusivamente por expansiones en las áreas cultivadas. Esta circunstancia señala la inexistencia de cambio tecnológico que se manifieste a través de aumentos en la productividad de la tierra.

2. Las Políticas Nacionales

Las posibilidades productivas en materia alimentaria del Brasil y de la Argentina son ciertas y amplias. La abundancia de recursos naturales renovables, la existencia de agricultores y ganaderos capaces de asimilar nuevas tecnologías y con pleno conocimiento del medio en que actúan, la capacidad industrial de abastecer localmente la demanda de los principales insumos agrícolas, la existencia de sistemas de mercado de los productos, que sólo necesitan perfeccionarse, una organización financiera capaz de prodigar los recursos necesarios en forma oportuna, son todos elementos valiosos en insustituibles de los sistemas modernos de producción del agro. Todos ellos existen en forma cabal en ambas naciones.

Por su parte ambos países han desarrollado con diferencias de grado, segun productos, economías de mercado superando las limitaciones que para sus necesidades de crecimiento representa la producciones agrícolas de mera subsistencia.

Ambas naciones necesitan producir para atender a sus mercados internos y al mismo tiempo generar productos de exportación, como medio adecuado para ganar divisas genuinas, para atender las tan variadas necesidad que necesitan satisfacer los países que consolidan su desarrollo. Mas aun, dicha exportación no se cubre con excedentes del mercado interno, sino que tanto Brasil como Argentina producen para exportar.

Existen empero algunas diferencias derivadas de la distinta situación ecológica y geográfica respecto de algunos productos. Estos constituyen ejemplos de complementaciones productivas recíprocas. En estos campos, la posibilidad de cooperar parece más fácil y natural, pero presenta limitaciones que pueden aceptar se como necesarias y derivan del poder de los Estados de orientar sus políticas nacionales de producción agrícola en el sentido de ampliar las gamas de productos de origen local para atender, por ejemplo, razones estratégicas de abastecimento o generar nuevas actividades agrícola en cada contexto nacional. De lo dicho surge que cualquier esquema de cooperación que busque afinazarse debe intentar hacerlo, principalmente, en aquelas producciones donde de alguna manera exista concurrencia en los mercados externos, aun en aquellos supuestos que sean consecuencia del cumplimiento de políticas nacionales expansivas de producción agrícola.

Es por ello que el respeto mutuo de las respectivas políticas agrícolas nacionales debe constituirse en un principio rector de este tema. Se debe recordar, al respecto, que los hechos económicos colocarán *per-se* ciertos límites a la producción de cada país.

Los argentinos ya hemos comprendido y aprendido que en el mercado internacional de alimentos, nadie produce para abastecer las necesidades de todos y cada uno de los países, sino que la demanda del mercado internacional está formada por las falencias locales de producción. Quien exporta suple, en general, faltantes de alguien que no pudo producirlo.

A veces, sin embargo, excedentes locales de producción doméstica, suplen situaciones de faltantes, afectando a aquellos países que producen para exportar mercaderías de permanente déficit en producciones locales. El creciente desequilibrio en el abastecimiento global de alimentos hace cada vez más necesaria la existencia de países que produzcan para exportar y disminuye el significado de los excedentes que aisladamente generan algunas economías agrícolas.

Por su parte las ventas recíprocas por abastecimiento mutuo de faltantes constituyen el núcleo tradicional del habitual intercambio comercial entre Brasil y la Argentina. En este caso la cooperación entre ambas naciones debe asumir las simples formas de las ventajas recíprocas o la conveniente eliminación de las trabas burocráticas.

Por ello las nuevas área de cooperación bilateral en materia de alimentos de los dos países deben referise, principalmente, a aquellos productos donde existe concurrencia mutua en los mercados internacionales.

Las políticas coordinadas de Brasil y Argentina en el abastecimiento internacional permitirían al extender paulatinamente los volúmenes ofrecidos revertir las tendencias tradicionales de monopolio de exportación de cereales por parte del hemisferio norte. Las posibilidades productivas de los dos mayores países de la región, con áreas de tropicales a templadas, tanto en *superficie agropecuaria como en producción para exportación de alimentos, señalan la importancia* de su coordiación como factor de peso en las negociaciones internacionales.

En particular cabría señalar los siguientes productos por su significativa importancia:

a) *soja:* Brasil y Argentina son el segundo y cuarto productores mundiales y segundo y tercer exportador.
b) *carne vacuna:* ambos países poseen muy extensas regiones de pastizales que deben y pueden ser explotadas como masivos productores de ganadería de cría e inverne.
c) *maíz:* los compradores internacionales pueden confiar en un abastecimiento permanente en volúmnes y calidades si se aunan las capacidades productivas de un exportador estable en volumen cuyos rendimientos unitarios han aumentdo sostenidamente (Argentina) y deun exportador de variable volumen en función de las condiciones climáticas delos sucesivos años agrícolas.
d) *arroz:* situación similar al caso del maíz, al coordinar las posibilidades productivas de Brasil, que crecientemente descansan en el cultivo en secano, con las de Argentina que afirma su produccion con la preeminência de las áreas de regadío.
e) *pesca:* el área de mayor productividad de la plataforma continental se halla integrada por regiones bajo la jurisdiccion de ambos países que asimismo pueden efectuar la coordinación de la conservación del recurso pesquero.

3. LA INVESTIGACIÓN AGROPECUÁRIA

Cuanto hoy se sabe en materia de organización de la investigación agropecuaria apunta a respaldar la necesidad de desarrollar la capacidad autónoma de producción de potencial tecnológico. Este nivel es costoso y complejo. Requiere ingentes recursos humanos y materiales y constituye una inversión con un prolongado período de gestación. Los resultados suelen no ser inmediatos.

Otra característica de la investigación agropecuaria contemporánea es que ésta deberá descansar en una proporción tal vez mayor que antes en los avances de las ciencias básicas que permitan, por ejemplo, un mayor aprovechamiento de la energía solar a través de las plantas, ampliación de las formas asociativas entre microorganimos fijadores de nitrógeno y plantas cultivadas, etc. La lista de posibilidades es muy amplia. La labor de invesitación agroecuaria en el futuro involucrará cada vez más no sólo a los organismo específicos de investigación en los cuales el Estado, por la propia naturaleza dela investigación tiene un rol insustituible — sino tambien a Universidades y centros de investigación. De modo entonces que en este campo la cooperación ha de ser amplia y ha de reconocer diversos niveles.

Visto en una perspectiva más amplia, y aceptando la existencia de economías de escala en la investigación agropecuaria y la urgencia de avanzar en el desarrollo de técnicas y procedimientos que permitan aumentar la productividade de la tierra y de los demás recursos empleados en la producción agropecuaria, objetivo esté compartido por los dos países, este área de cooperacion aparece como altamente prioritaria en la consideración de acciones coordinadas entre Brasil y Argentina.

4. LA CONSERVACIÓN DE LOS RECURSOS NATURALES

La producción de alimentos se basa en el mediano y largo plazo en el éxito de las políticas de conservación y mejoramiento de los recursos naturales renovables. El suelo constituye el principal de estos recursos y su utilizacion, en especial si se busca hacerla con mayor intensidad requiere la aplicación de prácticas o tecnologías conservacionistas. Estas contribuyen al mantenimiento del equilibrio ecológico a nível regional, que puede verse gravemente afectado por procesos de erosión hídrica o eólica y las alteraciones climáticas consecuentes. La complementación de los medios de conservación de estos recursos constituye un eficaz âmbito de acción coordinada de Argentina y Brasil.

5. INSUMOS AGROPECUARIOS

La **maquinaria agrícola** constituye un importante factor para producir alimentos. Para su uso eficaz es preciso que se adapte a las condiciones físicas de prducción de las diversas áreas, así como a las tecnologías aplicables temiendo en cuenta el grato de desarrollo alcanzado y la intensidad de las tareas agrícolas y el marco que forman en cada caso las circunstancias económicas y sociales de producción. En el caso de la Argentina y del Brasil son múltiples las situaciones de coincidencia que tornan oportuna y favorable una cordinación que contemple:

a) investigación y diseño tecnológico;
b) fabricación local de partes para uso conjunto para aprovechar las ventajas de la economía de escala;
c) intercambio de equipos especializados;
d) las demandas del mercado internacional de los países en desarrollo que señalan una preferencia hacia las tecnologías intermedias en comparación con las más sofisticadas de los países industrializados;
e) el respeto por las respectivas políticas industriales.

El consumo mundial de *fertilizantes* nitrogenados y potásicos se duplicó en los últimos diez años, y el de abonos fosfatados creció en un 70%. Pese al encarecimiento ocurrido en los precios de los fertilizantes es difícil pensar que la agricultura vaya a prescindir de su uso. Con seguridad se los empleará con más prudencia, buscando modalides de empleo que permitan aumentar su eficiencia. Puede argumentarse entonces que estos insumos continuará contándose entre los más importantes para lograr aumentos de producción y de productividad en la agricultura. En Brasil el empleo de fertilizantes ha alcanzado enorme importancia, en tanto que en la Argentina la incorporación delos fertilizantes a la agricultura extensiva es un fenómeno muy reciente y en pleno proceso de despegue. Ambos países producen parte de sus requerimientos e importan el resto. Em ambos hay tambien proyectos de instalacion de plantas de fertilizantes en diferentes grados de concreción. Dada la variablidad de la oferta internacional de fertilizantes, las posibilidades que tiene la Argentina de producir fertilizantes nitrogenados a bajo costo por la disponibilidad de gás natural y los proyectos de transformación de rocas fosfatadas en marcha en Brasil, éste área aparece como promisoria en términos de explorar complementariedades que pudieran existir en la producción e intercambio de fertilizantes químicos.

Buenos Aires, noviembre 1980.

6. A COOPERAÇÃO INDUSTRIAL: SUAS DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

ARGENTINA Y BRASIL COMPLEMENTARIOS: IDEAS GENERALES

Osiris Villegas

Las generaciones actuales tienen el privilegio de ser protagonista de una realidad continental que empuja hacia el cambio. Sí a ello agregamos que formamos un todo geopolítico, ensamblado por la herencia histórica y la indudable comunidad de objetivos regionales, presentes y futuros, frente al orbe circundante y a los intereses internacionales que no son coincidentes con los nuestros, podemos acotar que es esta lucha em el ámbito mundial la que más compromete a nuestros países.

Para lograr éxito en este combate desigual, no es suficiente que las relaciones entre nuestros países sean simplemente amistosas en el campo de los principios y de la recíproca cordialidad, es necesario que tengan un contenido práctico.

Cada vez es mayor la influencia que las relaciones económicas tienen en la vinculación de los pueblos y esas conexiones serán tanto más estables como permanentes, cuanto más directamente se nutran en la fuente que les dá vida — el esfuerzo de los hombres de empresa.

Por esta razón resulta útil exponer ideas para analizarlas, y deducir conclusiones positivas, que permitan aunar las inteligencias en procura de una mayor comprensión.

En el curso de los años se ha ido moldeando y afianzando, un entendimiento entre los objetivos comunes argentino-brasileños; pero ese ensamble, no me cabe la menor duda, puede y debe ser perfeccionado como consecuencia del diálogo franco, sincero y sin reservas, entre el sector público y el sector privado, que permita disipar temores y encontrar bases que aseguren la participación que a todos aprovecha.

Los convenios, firmados entre Argentina y Brasil, en distintas oportunidades, sus ajustes y arreglos periódicos, son etapas que marcan en cada época, el decidido deseo de los gobernantes de ambos pueblos, de ampliar los cauces por los que fluiría su cooperación en todos los campos del quehacer nacional.

Esta consolidación de las voluntades por aumentar sus lazos culturales, técnicos, financieros, económicos, no ha tenido ni puede tener entre las dos naciones, otra razón que el convecimiento de que se cumplía una exigencia de beneficios mútuos, signada por una conjunción geopolítica continental.

Argentina y Brasil no pueden vivir de espaldas, sus producciones primarias y manufacturas se complementan en forma normal.

En este sentido, conviene ampliar un poco más la oración para que no quede ninguna duda sobre nuestro enfoque o se interprete nuestro pensamiento, en forma distinta al que pretendemos.

Cuando hablamos de la factibilidad adicional de nuestros recursos primarios e industriales, queremos señalar, por un lado, que las condiciones de clima y ecológicas, nos aseguran la posibilidad de imaginar y programar, una verdadera transmutación natural, de cambiar productos agrícola-ganaderos de zonas templadas que la Argentina rinde en abundancia, con frutos semitropicales brasileños y por el otro, que el progreso tecnológico de ambos países y la capacidad de absorción de sus pueblos, permite concebir el necesario suplemento de efectos terminados, que facilitaría la instalación, en cada uno de ellos, de fábricas dimensionadas para el consumo conjunto y por lo tanto, de una economía de escala rentable.

El intercambio de los cultivos propios de nuestro suelo se viene realizando desde hace tiempo y, con el correr de los años, se ha ido perfeccionando y acentuando. Argentina consume café, cacao, maderas y frutas brasileñas y el Brasil trigo, frutas y aceites argentinos.

Los artículos industriales se van agregando a las listas de producciones que se comercian y, poco a poco, se van convirtiendo en componentes corrientes de las mismas, en las que ya son habituales no solo los efectos intermedios sino los terminados.

La Argentina y Brasil tuvieron que adoptar, según los tiempos, distintas orientaciones en su política de comercio exterior, porque ambos se mantienen dentro de la órbitra del tráfico occidental y por consiguiente deben, por ahora, soportar las restricciones de los países líderes y sufrir sus alternativas, antes que vivir aislados o pretender modificar esa realidad, en un contexto mundial cuyo control escapa a sus posibilidades.

Sus dirigentes tuvieron que adoptar, posiciones acordes con la situación imperante, pero siempre buscaron, mediante acuerdos y mecanismos, encontrar las fórmulas que evitaran, entre nuestros países, una disminución de las transaciones comerciales y, por el contrario, las aumentaran al máximo que su economía admitiera.

El mundo asiste hoy, a un vertiginoso proceso de evolución y cambio, motivado por un progreso científico y tecnológico sin precedentes. América Latina y los países que la conforman, están sufriendo sus consecuencias corriendo el riesgo de quedar cada vez mas rezagados en las próximas citas de la Historia. Por ello, sus gobernantes, están haciendo lo imposible por disminuir las distancias que los separa, en esa puja insensigilizada por avanzar.

Argentina y Brasil, en la actualidad, pensamos, están en un grado de desarrollo superior, al de los restantes componentes de América del Sur.

Esa circunstancia crea obligaciones — que derivan del común acervo — para con nosotros mismos y para con nuestros vecinos.

Si los Estados poderosos marginan el acceso de nuestras exportaciones, tendremos que empeñarnos en realizar una política inversa, con las Repúblicas hermanas para permitirles participar, en mayor medida de las oportunidades que otros les niegan.

Una política semejante, solo se podrá encarar con éxito, en la medida en que nuestro desarrollo capacite nuestras economías para realizarla.

Argentina y Brasil poseen una industria que puede dialogar y llevar adelante entendimientos favorables a su desenvolvimiento solidario.

Hasta ahora, fueron los gobiernos, los que trataron de crear las condiciones indispensables para implementar el comercio mútuo, encauzar las corrientes de trueque, crear distintas posibilidades y afianzar las existentes.

En el presente, esa tutela oficial tendrá que ir siendo reemplazada por el hombre de negocios que tiene que ubicarse, en una nueva mentalidad de mercado ampliado, con beneficios recíprocos.

Esos empresarios y sus organizaciones de clase pueden lograr los instrumentos que hagan viable la eliminación de requisitos y controles y den mayor libertad a las operaciones, para que

el aumento del intercambio y la interdependencia industrial, alcance los niveles que admitan, sin restricciones, las economías de ambos países. Asimismo deben interesarse por incrementar, permanentemente, dichas bases, porqué son ellos los que, en forma activa, deben participar de su ejecución y de la distribución consiguiente de los lucros obtenidos y, no hay duda, son los que mejor sabrán defender sus intereses y velar para que os mismos se respeten.

No es un secreto para ninguno, que las buenas intenciones de las autoridades de uno y otro país, volcadas en acuerdos y compromisos suscriptos, muchas veces no fueron respetados o en la práctica, carecieron de la fuerza para ser aplicados.

Debemos encontrar la forma que evite que los actos administrativos, las presiones de determinados sectores, los cambios en los rumbos políticos, los vaivenes en los mercados internacionales, etc., puedan continuar perturbando o tornando inoperantes, la ejecución de compromisos que ambos pueblos consideran beneficiosos y justos para los intereses en juego.

La actividad económica de ambos países ya ha alcanzado la madurez que les permite decidir por su propia iniciativa. Más aún, creemos que los objetivos políticos de los dos Gobiernos, en manera alguna, pueden temer que ese mayor entrozamiento entre industrias y comercio, pueda ser pernicioso a los fines perseguidos, por el contrario, se van a constituir en el pilar que permita sustentar aspiraciones más amlias y de más vastas proyecciones.

En este pensar, en ese prometedor futuro, se nos ocurre que algo hay que hacer y de inmediato, si no queremos que los resultados de esa solidaridad y de su consiguiente mayor actividad económica, vayan a engrosar las arcas a las que no están destinadas.

Mucho se ha hablado y, en verdad, poco se ha hecho, para que la complementación económica, financiera y productiva argentinas y brasileñas sean una realidad.

A través de las orientaciones y principios sostenidos en la ex-ALALC y de los márgenes de preferencia acordados por las naciones miembros, algunas industrias han podido racionalizar la producción de sus fábricas, en la Argentina y Brasil, especialinzando cada país, lo que está en mejores condiciones de producir y manteniendo el mercado vecino con las exportaciones supletorias.

Si analizamos cuáles son las actividades que han comenzado ese principio de integración, que se inicia con una racionalización de su industria, observamos que las mismas pertence a un tipo de capital, que no puede ser considerado nacional y que responde en sus movimientos a directivas recibidas de sus matrices ubicadas en países ajenos al área.

No estamos en contra de esa forma de integración o racionalización ni tampoco la condenamos, creemos que satisface una necesidad y resulta indispensable en nuestro actual nivel de desenvolvimiento. Pero quisieramos ver también, una programación similar, en las industrias plenamente argentinas y brasileñas, que no dudamos encajarán más, dentro del marco del conjunto de principios que orientan nuestras políticas nacionales de desarrollo y contribuirán no solo al fortalecimiento de las empresas directamente interligadas, sino a la economía cierta de ambos países.

Hasta ahora hemos encontrado muchos puntos coincidentes que podrían encarrilar nuestro comercio respectivo y aumentar los montos de sus transacciones, pero no nos hemos detenido a proyectar las bases que permitan lanzar a nuestros empresarios, a constituir entidades de capital integrado por sociedades argentinas y brasilenãs. A pesar de ello, sin embargo, se viene haciendo, penosamente, por propia iniciativa.

En nuestro entender ese eslabón, que aún no ha sido elaborado, resulta fundamental para lograr una real interdependencia industrial, apoyo sistemático en las realizaciones y verdadero éxito el logro de los objetivos finales.

Sin esa interrelación de capitales, la tan ansiada complementación industrial, corre el riesgo de ser dirigida por intereses ajenos a los netamente nacionales.

Mientras no se concrete esa participación en los lucros de la empresa, no se podrá esperar que los esfuerzos realizados entre fabricantes de artículos similares, para distribuirse líneas de producción o fajas de actuación, sean permanentes, ni se podrá evitar que los acuerdos sean burlados o debilitados y acaben por no respetarse.

En tanto no se logre un ensamble, en cada territorio, de capitales argentinos y brasileños, no podrán esperarse más que resultados efímeros de los compromisos contraídos.

Para llegar a una verdadera complementación, se hacen necesarios muchos resignamientos, sacrificios, limitación de ganancias, etc.

Si en contrapartida de todo ello, no se ofrece nada estable, en que los interesados sean sus propios ejecutores y puedan aspirar a participar de los beneficios, en proporción compesatoria a los esfuerzos realizados, no se podrá esperar ni permanencia ni éxito en los compromisos asumidos.

Los entendimientos entre autoridades, muchas veces han sido negados por los hechos. Es que lo que realmente produce la unidad entre los pueblos, es la trabazón de los intereses económicos privados.

El intercambio cultural, técnico y económico entre nuestros dos países será relamente positivo y auténtico, cuando tenga enclavados jalones, en el ámbito argentino y en el brasileño; y esos jalones se llaman: integración de empresas, de capitales, de tecnologías, totalmente nacionales.

La amplitud de miras y la ausencia de prevenciones mezquinas de que deben estar provistos los espíritus de los artífices que preparen el entrozamiento, que los tiempos reclaman para avanzar en el desarrollo equilibrado y armónico argentino-brasileño, no podrán por sí solos hacer realidad esos deseos, sin el decidido apoyo y la participación efectiva de los hombres de empresa.

En esta nueva etapa que se propugna son éstos — los hombres de empresa — los llamados a desempeñar el más importante papel y el mismo, tal como lo entendemos, encuadra perfectamente dentro del espíritu empresario, acostumbrado a manejar las cosas teniendo como objetivos la integración de capitales, de tecnología y la participación en los lucros.

Es vital que nuestros países alcancen, cuanto antes, soluciones propias y afirmen su personalidad.

En virtud de ello he expuesto aquí, un conjunto de ideas, quizá no muy novedosas pero sin lugar a dudas posibles.

Está pués esbozado un desafío que queda transferido a los hombres de empresa, para estudiarlo, madurarlo y darle la forma que más satisfaga a los recíprocos intereses argentino-brasileños y a la intención de marchar unidos en el progreso futuro.

No podemos, entonces, confundir el objetivo ni creer que nuestra soberanía, que en definitiva depende de nuestro crecimiento independiente y de nuestra grandeza nacional, se juega en cuestiones coyunturales intrascendentes, manejadas con mayor o menor habilidad por funcionarios que son siempre circunstanciales en la vida de los Estados.

La voz del pueblo, es la voz de Dios, asevera el aforismo latino y esa voz de los pueblos nos dice que nuestra soberanía se juega en verdad, en la lucha contra el subdesarrollo.

Nos aclara, además, que si no comenzamos por aceptar, en todos los niveles y en todos los sectores, que nuestros intereses realmente superiores son comunes; si no comprendemos que la ganancia es recíproca si trabajamos juntos; si no somos conscientes de la trascendencia que, dentro del ámbito latinoamericano reviste un franco entendimiento entre nuestros países; si erramos en la consolidación de ese vínculo, seguiremos representando roles residuales en el mundo.

El Brasil y la Argentina modernos y prósperos que deseamos no lo conseguiremos solamente con subsidios o préstamos exteriores por más generosos que sean, ni por la alteración de funciones provenientes de transitorios factores de poder. Se hace imprescindible una conciencia histórica acerca del futuro posible y conveniente, unida a una necesaria dosis de sacrificio solidario. Solo los conseguiremos haciéndolos dia a dia, en un esfuerzo conjunto desde todos los extremos de su territorio y desde todos sus estamentos sociales.

Tenemos pués, que aproximarnos más. Nuestras relaciones no pueden ser solamente turísticas o sentimentales. Debemos consolidar nuestra cultura; realizar la explotación de nuestro potencial económico con criterios nacionales; intensificar nuestro comercio dándoles oportuni-

dades al intercambio progresivo; coincidir en los foros internacionales en la defensa de nuestras materias primas y productos industrializados; forjar una política de unidad, de complementación mútua, movilizar ordenadamente nuestras mejores aptitudes y posibilidades, concurrentes a dichos fines dentro del pleno respeto a cada una de las individualidades nacionales.

Un proceso así, creativo, atrevido, de apertura hacia el futuro, rompiendo atavismos que nos agotan, distribuyendo a un mismo ritmo las cuotas parejas de responsabilidades, esfuerzos y beneficios, en libertad y unión, justicia y bienestar, con singularidad en las relaciones con el mundo y soberanía como mecánica insustituible, para mejorar, enriqueciéndola, a la heredad recibida, es el desafío que, inevitablemente enfrentarán nuestras repúblicas, en el cuarto de siglo que deviene.

Para este desafío, para ser auténticos interpretes de contemporaneidad, debemos comprometernos, argentinos y brasileños, a los más audaces y altivos ejercicios de imaginación y pensamiento y a su consecuente ejecución práctica.

En la unión encuentran los pueblos la fuerza que los impulsa hacia nuevos horizontes preñados de futuro y en la claridad de pensamiento de sus clases dirigentes, rubricada por la acción, está la base en que se sustenta el éxito.

Buenos Aires, 19 noviembre de 1980

Osiris Guillermo Villegas
General de División (R)

PERSPECTIVAS DE CURTO E LONGO PRAZO

Luis Eulálio Vidigal

O desenvolvimento industrial ocorrido em nossos dois países, ao longo deste século, apresenta vários pontos em comum, mas, ao mesmo tempo, diversidades bastante significativas, decorrentes até mesmo de sua distinta formação histórica. A começar pelo fato de que o processo de industrialização argentino precedeu o brasileiro durante toda a primeira metade do século, só perdendo nitidamente a primazia no curso das duas últimas décadas.

Não arriscarei aqui fazer análise, ainda que superficial, da industrialização argentina, pois minha contribuição neste sentido seria, naturalmente, muito pouco significativa. E, mesmo no que se refere ao Brasil, procurarei apenas destacar alguns pontos que julgo pertinentes à nossa discussão. O elemento a meu ver mais importante no caso brasileiro é o fato de que aquele processo se completou, já no final da década de cinqüenta e início da de sessenta, no que diz respeito aos bens de consumo, estendendo-se progressivamente aos bens de produção. Paralelamente, a infra-estrutura básica foi sendo ampliada de tal forma que os principais estrangulamentos puderam ser superados. Hoje, o parque industrial brasileiro pode ser considerado como satisfatoriamente estruturado e razoavelmente dotado da infra-estrutura necessária para o seu bom funcionamento.

Não quer isso dizer, é claro, que já sejamos capazes de produzir tudo o que a indústria e os demais setores da economia nacional necessitam. Isso é algo que não existe nem mesmo no caso dos países mais avançados. Mas é inegável que o nível tecnológico e o desenvolvimento horizontal e vertical de nossa indústria já são suficientes para reproduzir ao mínimo imprescindível a dependência ao exterior. Ao mesmo tempo, a modernização do parque industrial tem acompanhado o que ocorre no resto do mundo, de modo que não se trata apenas de autarquia protecionista, mas de capacidade efetiva de concorrência.

A despeito desse comportamento diverso das duas indústrias no período mais recente, hoje elas enfrentam situação semelhante, ainda que devida a circunstâncias diversas. E, mais uma vez, a Argentina terá sido mais uma vez precursora, agora dos tempos difíceis. A necessidade de adaptação às novas condições da economia internacional, de fato, atingiu primeiro a indústria argentina, que ainda se vê às voltas com dificuldades sérias e generalizadas,

ainda que em grau diferente segundo o ramo. Configuração análoga, no Brasil, tende a produzir efeitos também análogos, mesmo que de escala ou mesmo de natureza distinta, nos próximos meses.

O segundo choque do petróleo, seguramente, conseguirá obter o resultado negativo, que o primeiro não chegou a provocar, sobre as perspectivas imediatas do desempenho da indústria brasileira. Depois do impacto inicial da crise de 1973, a economia brasileira, embora não mais repetisse os índices de crescimento da ordem de 10%, em média, no período 1968/1973, voltou a crescer de modo considerável, inclusive no que se refere à indústria, malgrado algumas desacelerações intermitentes. Agora, contudo, as conseqüências se afiguram muito mais desastrosas, não só pelo aumento dos preços do petróleo, em si, mas pelo fato de que a vulnerabilidade de nosso balanço de pagamentos é muito maior.

Em 1973, a balança comercial do Brasil estava equilibrada, ao passo que hoje, como é do conhecimento de todos, passamos por sérias dificuldades, apesar do grande aumento nas exportações.

Dadas as proporções deste estrangulamento em nossas contas externas, é claro que as perspectivas que se colocam para nossa indústria não são róseas. Apesar de lutarmos vigorosamente, governo e iniciativa privada, contra a saída recessiva para a crise, a verdade é que ela se apresenta como ameaça constante que paira sobre nossas cabeças. E não ignoramos que nosso esforço no sentido de evitá-la terá que ser cada vez maior.

Esse considerável agravamento das dificuldades da indústria nacional, já manifesto na Argentina e latente no Brasil, deve ser visto por nós como um fator adicional no sentido de buscarmos melhor compreensão dos problemas da indústria dos países e das possibilidades e dificuldades existentes para a cooperação entre elas. No que se refere às possibilidades, é preciso destacar, antes de mais nada, as perspectivas positivas da economia de ambos os países, a médio e longo prazo.

A Argentina, graças à sua virtual auto-suficiência em petróleo e a seus elevados níveis de produtividade na agropecuária de mercado interno e de exportação, tem, só aí, uma base sólida de crescimento econômico. Essa garantia mínima é logo ampliada quando levamos em conta o grau de industrialização e urbanização atingidos, a dimensão e o nível sócio-econômico e cultural de sua população e a infra-estrutura já instalada.

Do lado brasileiro, sobre o qual me sinto mais à vontade para falar, o quadro é bem mais complexo mas, nem por isso, menos otimista. De fato, ainda que falte o elemento crítico da auto-suficiência em petróleo, a existência de abundantes recursos naturais ainda não explorados, a quase completa consolidação de sua estrutura industrial e o potencial de seu mercado interno e de sua capacidade de exportação bastariam para garantir suas perspectivas futuras.

Ainda que pudesse parecer paradoxal o contraste entre as visões de curto e de longo prazos, não devemos deixar que uma influencie a outra, distorcendo-a. Com efeito, as dificuldades atuais do Brasil no que se refere ao balanço de pagamentos e à inflação não podem ser subestimadas, principalmente porque não se prendem a situações meramente conjunturais e tendem a multiplicar seus respectivos efeitos negativos. Não preciso me estender quanto aos problemas criados pela inflação para os industriais, na medida em que nossos colegas argentinos tiveram também precedência sobre nós nestes últimos tempos. Ao contrário do que ocorreu aqui, no entanto, não será possível ao governo brasileiro tentar combater a inflação mediante a abertura do mercado interno à produção estrangeira, pois enfrentamos também a questão do desequilíbrio nas contas externas. Isso, contudo, em nada serve de consolo para os industriais brasileiros, já que a necessidade de obter saldos na balança comercial e reduzir o déficit no balanço de pagamentos pressiona no sentido de cortar verticalmente as importações, em particular as de petróleo, equipamentos e matérias-primas, o que só é possível dentro de um quadro de recessão. É bem verdade que aquela mesma necessidade leva à tentativa de aumentar as exportações de produtos industrializados, mas isso muito dificilmente contralançaria o decréscimo na produção destinada ao mercado interno, que absorve, hoje, cerca de 90% do produto industrial brasileiro. Isso sem falar no fato de que vários ramos da indústria têm pouca ou nenhuma

possibilidade de exportação e de que outros, como o de bens de capital e o de construção pesada, são influenciados diretamente pelo seu desempenho. Assim, crises setoriais tendem a estender-se, acentuando a tendência geral à recessão provocada pelos desequilíbrios interno e externo.

Por outro lado, não se pode permitir que esse quadro de dificuldades no curto prazo penetre a perspectiva de prazo mais longo. Mesmo sem recorrer à recessão (e seria melhor dizer, talvez, principalmente se não houver recurso à recessão) existem fortes razões para acreditar na viabilidade da retomada de um crescimento intenso e, mais ainda, auto-sustentado para a economia brasileira nos próximos anos. Com a notória exceção do petróleo, o país dispõe dos recursos naturais em quantidade e diversificação suficiente para sustentar taxas elevadas de crescimento industrial. Seu mercado interno vem se expandindo de modo vigoroso e ainda apresenta grande potencial de ampliação, incluindo novos setores, ainda situados ao nível da miséria absoluta, e melhorando os padrões dos restantes. Sua capacidade de exportar produtos primários e industrializados também vem crescendo mais que satisfatoriamente e igualmente mostra ainda grande margem potencial de expansão, graças à descoberta e exploração de novas jazidas à ampliação da fronteira agrícola e do aumento da produtividade, no primeiro caso, o do aprimoramento das técnicas de produção e comercialização, no segundo. Finalmente, o grau de integração e amadurecimento de sua estrutura industrial já é suficiente para fornecer base sólida de desenvolvimento, ao mesmo tempo que sua infra-estrutura básica, embora tenha acompanhado, nos últimos tempos, o processo de industrialização e urbanização, ainda induz a maciços investimentos no sentido de ampliação e aprimoramento.

Em resumo, portanto, acredito ser plenamente aceitável falar em boas perspectivas para o desenvolvimento de ambas as economias, se não ficarmos presos aos problemas presentes. E parece claro que, superados esses problemas, os dois países poderiam representar, um para o outro, um elemento adicional de incentivo ao crescimento. O volume crescente do comércio entre eles é uma indicação segura neste sentido. E esses vínculos podem aumentar muito mais se soubermos buscar e aproveitar convenientemente todas as oportunidades de complementação existentes.

Quanto às dificuldades, a primeira que se apresenta é exatamente o escasso conhecimento que temos uns dos outros. A despeito dos esforços que vêm sendo feitos nos últimos tempos, o fato é que ainda não dispomos de informação completa e atualizada sobre o desenvolvimento das duas economias. E nem mesmo conseguimos, até agora, superar essa lacuna através de contatos pessoais freqüentes e profícuos. Assim, não vamos muito além da constatação de que a cooperação é muito dificultada pelo paralelismo existente em vários segmentos dos parques industriais dos dois países. A par de notícias esparsas, contudo, não temos idéia precisa sobre a situação real dos vários ramos de ambas as indústrias, de seu grau de modernização, da utilização da capacidade existente, da viabilidade de novos investimentos, e assim por diante. Pelo menos no que se refere ao lado brasileiro, a visão que se tem das condições concretas da indústria argentina e do mercado do país para produtos industriais é extremamente precária e impressionista. Acredito que o mesmo ocorre do lado argentino. E, de modo geral, a preocupação que ainda existe, de um e de outro lado, é muito mais em relação ao aspecto comercial que, por mais importante que seja, não deve obscurecer totalmente o aspecto da cooperação, ou seja, a busca da integração de esforços entre empresas ou grupos de empresas dos dois países para projetos comuns, quer em um dos dois países, quer, no caso mais ambicioso, em ambos ou mesmo em outros países da região.

É claro que este é um terreno praticamente virgem e extremamente complexo e que só poderá dar frutos a médio e longo prazo. Trata-se, no entanto, de criar as condições iniciais para que tal cooperação seja possível. É esse o esforço que temos de fazer, a partir de agora, para localizar os pontos em que a cooperação é possível e vantajosa. A revitalização de iniciativas antigas, como as Câmaras de Comércio Brasil-Argentina ou mais recentes como as comissões empresariais mistas deve ser um primeiro passo para complementar e ampliar os esforços isolados que vêm sendo feitos por empresários individuais.

Por outro lado, repito, precisamos superar a ótica puramente comercial. Neste sentido, é preciso que se amiúdem os contatos entre as entidades representativas dos dois países, até mesmo para que se evitem problemas como os que têm aparecido, nos últimos tempos, em relação à invasão do mercado argentino por industriais brasileiros e a conseqüente reação dos produtores argentinos que se sentem prejudicados por ela. Devemos ter plena consciência da validade do ditado popular brasileiro de que não adianta "desvestir um santo para vestir outro". A tendência da empresa individual será sempre de ganhar mercado, mas é preciso que, principalmente através das entidades, se consiga um entendimento mais amplo e menos egoísta.

De modo mais geral, deve ser estabelecido um contato mais estreito no que se refere à implantação da ALADI. Devemos tentar formular uma linha comum de atuação para que possamos, junto aos nossos governos defender os interesses da indústria dos dois países, inclusive no que diz respeito aos demais membros da associação. Na medida mesmo em que a ALADI exatamente agora começa a dar os primeiros passos, essa colaboração ganha em significado, pois podemos determinar e explorar todas as virtualidades dos novos mecanismos.

Caberia, talvez, perguntar se esse é um momento adequado para discutir a cooperação entre os dois países, muito particularmente entre as duas indústrias. De fato, diante dos problemas que estão sendo enfrentados por ambas, é muito mais fácil pensar em concorrência desenfreada do que em colaboração. Tal perspectiva, contudo, é falsa. Dificilmente conseguiríamos resolver os nossos problemas às custas uns dos outros. Ao contrário, a aproximação e a cooperação estreita entre empresários e entidades dos dois países pode contribuir para que, no mínimo, enriqueçamos nossa experiência com o conhecimento de problemas e situações semelhantes. E, na melhor das hipóteses, o contato mais freqüente e mais profundo pode levar ao encontro de projetos interessantes para ambos os lados.

No passado, essa ausência de um entendimento ao mesmo tempo amplo e concreto se casava perfeitamente com a posição equivocada de que Brasil e Argentina possuíam pouca ou nenhuma possibilidade de associação nos vários terrenos. Hoje, temos que inverter os termos da questão. É preciso que o empresariado dos dois países compreenda a importância do intercâmbio técnico e do entendimento a nível de política econômica, não só tendo em vista a desejada cooperação, mas para o seu próprio desempenho interno, pois tenderá a influenciar, direta ou indiretamente, a participação de ambos no processo interno de tomada de decisões econômicas e no encaminhamento de negociações com os grandes centros da economia mundial. O estreitamento de relações entre os dois países se apresenta como uma possibilidade cada vez mais eminente. E é preciso que isso se dê de forma a que o empresariado argentino e brasileiro vejam seus interesses maiores resguardados. Mais ainda, é o próprio empresariado dos dois países que deve tomar a iniciativa nessa aproximação e integração crescentes, procurando estabelecer uma linha comum de pensamento e atuação.

Ainda nesta semana, tivemos um excelente exemplo daquilo que considero a nova atitude dos empresários dos países, com a celebração de um acordo sobre a produção em comum de ferro esponja, graças a esforços feitos pela Comissão Siderúrgica Brasil-Argentina. É esse tipo de iniciativa concreta que devemos incentivar ao máximo, substituindo o ambiente de desconfiança e de divergências passionais, como nas disputas esportivas. A cooperação industrial, nos vários níveis, desde simples projetos industriais até os entendimentos mais amplos sobre problemas econômicos e mesmo políticos mais gerais, deve ser uma das principais alavancas à nossa disposição para remover diferenças passadas.

Já se disse, certa vez, que para onde se inclinasse o Brasil inclinar-se-ia igualmente a América Latina. Tal declaração, que, aliás, não era correta, causou grandes problemas ao meu país e contribuiu, ainda que indiretamente, para aumentar a carga de desconfiança existente. Certo no entanto, seria dizer, que, se se unirem Brasil e Argentina, de comum acordo com os demais países da América Latina, estaria constituído um novo bloco de nações, individualmente não tão fortes, porém cuja força das suas individuais potencialidades somadas, faria certamente deslocar-se em nosso favor, o atual equilíbrio do poder existente no mundo.

A diplomacia brasileira tem recentemente voltado a sua ação para a lógica do pragmatismo. Eu não sou um diplomata. Eu sou um empresário. Mas nesta condição posso também transpor para o campo da minha ação a mesma atitude pragmática.

Bem sei que entre nós, Brasileiros e Argentinos, tantas coisas nos unem e que tantas outras nos separam. Bem sei que a proximidade que nos aproxima é a mesma que tantas vezes nos afasta. Bem sei que a mesma proximidade que traz o afeto é a que também traz o ciúme.

Porém o pragmatismo empresarial me ensina que nada resiste a associação de: conhecimento, convivência e igual objetivo de lucro. Fechem 10 empresários em um mesmo ambiente, por distintas posições que tenham, e, após três dias, ao soltá-los, terão sido celebrados três acordos.

Acho que o melhor que podemos dar à integração Argentina Brasil é a ação de criar tais condições, é o de fazer que se exercitem estas nossas evidentes capacidades. Obstáculos? Existem... Ninguém pode conscientemente afirmar que sentimentos de rivalidade, concorrência, busca de segurança não sejam os nossos ingredientes do prato do dia a dia, ninguém pode afirmar que tais ingredientes não estejam também presentes nas nossas relações empresariais entre países. O que penso e creio é que a nossa criatividade associada à busca dos ideais clássicos da livre iniciativa, são instrumentos mais poderosos que os obstáculos que naturalmente nos separam. O que estou convencido é de que a nossa ação pode preceder as grandes definições e fazer com que elas sejam de certa forma conseqüências dela.

Vamos dar força a que nossos potenciais se exercitem. Vamos sair das declarações e entrar nas ações.

Proponho claramente, e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo que tenho a honra de presidir igualmente a isto se compromete, a promover, caso tenha tal atitude eco no desejo argentino, encontros periódicos entre empresários argentinos e brasileiros. A fazer com que tais encontros se façam conjuntamente com uma mostra industrial dos dois países, cada vez em um deles, a fim de que associemos ao desejo de lucro, iniciativa e realização com o qual vivemos, a convivência e o conhecimento a fim de que tudo isto juntado nos una e que desta união se faça o caminho pelo qual há de percorrer nosso comum interesse e nossa integração na direção do grande destino que nos espera e que não podemos decepcionar pela timidez dos nossos atos.

INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO

Olavo Monteiro de Carvalho

A crise internacional detonada pelo aumento brutal dos preços de petróleo em 1973, atingiu o Brasil durante sua fase de desenvolvimento e industrialização extremamente rápidos. A economia brasileira foi afetada não só pelo aumento dos preços ou petróleo importado, do qual depende para a maior parte do seu consumo interno, como também pela sua própria taxa de crescimento, que para ser mantida demandava importações cada vez mais elevadas.

Na Argentina, com sua auto-suficiência energética, de um lado, e um crescimento mais moderado do outro, sentiu-se a crise muito menos que no Brasil.

Partindo de sua posição privilegiada nos mercados financeiros internacionais, aumentando sua dívida a taxas aceleradas e usando as reservas acumuladas nos períodos anteriores, o Brasil pôde enfrentar a crise em seus primeiros anos. Porém, à medida que o acúmulo de endividamento externo passou a representar mais um gravame no balanço de pagamentos, as medidas acima tiveram que ser paulatinamente substituídas por outras. Foi preciso começar um programa de adaptação energética e de reestruturação da sua indústria. Esse programa de execução às vezes penosa, e que é posto em prática no momento, obriga o país a reduzir suas taxas de crescimento econômico. Paralelamente, exige-se do setor exportador da economia brasileira, um esforço extraordinário como única saída para o estrangulamento externo que o país enfrenta.

Mais elásticas que as exportações de produtos básicos, foram as exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados que apresentam um maior crescimento. Se o aumento de exportações até 1973 era a escolha de política econômica, a partir deste ano passou a ser a única alternativa neste quadro de conjuntura econômica internacional altamente desfavorável.

Esta conjuntura, propiciou uma vantagem, que foi a aproximação da Argentina e Brasil. Deu-se através do seu comércio e, politicamente, com a resolução de problemas, mormente Itaipu, culminando com a visita recíproca dos 2 presidentes.

Estas visitas presidenciais também indicam que a reaproximação política se dá num ritmo provavelmente nunca antes encontrado na história dos 2 países. O reencontro propiciou que se tivesse o conhecimento de mudanças amplas ocorridas no país vizinho.

Na América Latina, a defesa da tese da industrialização como base de um aumento de produto real e do bem-estar de seus povos data desde o final da II Guerra Mundial. A industrialização na Argentina e no Brasil é hoje uma realidade.

A indústria brasileira apresenta uma eficiência relativamente maior graças à promoção de suas exportações no mercado internacional. As vendas externas foram incentivadas por uma série de medidas governamentais, que desde a retomada do desenvolvimento em 1968, promoveram uma abertura da economia, propiciando através de maiores exportações maior capacidade de importar.

Este modelo brasileiro, porém, trazia no seu bojo alguns problemas sérios. À medida em que o Brasil se industrializou, substituindo importações, estas passaram a ser cada vez menos compreensíveis, com um mínimo de itens supérfluos e uma proporção muito grande de matérias-primas e bens de capital.

Portanto, após a crise do petróleo, o país não poderia se permitir uma nova abertura da economia, que já havia sido feita a partir de 1968. Já a Argentina se encontrava numa situação diferente, pôde realizar esse processo de aumento de importações e exportações em escala considerável nos anos mais recentes.

O processo de reaproximação muito rápido, provocou, naturalmente, algumas surpresas setoriais devido a preços diversos nas duas economias. A falta de integração do período anterior e o comércio reduzido entre Argentina e Brasil fizeram com que as indústrias instaladas fossem em alguns casos semelhantes, sem que explorassem as possibilidades de complementação ou de integração. Desta forma, apesar da criação do comércio abrir amplas possibilidades de expansão de mercados, também trazia à tona muito rapidamente os ajustes necessários, sobretudo nos setores industriais, para um entrosamento das duas economias.

De imediato não ficaram aparentes os benefícios, que certamente surgirão no longo prazo com uma ampliação dos mercados, aproveitamento de economias de escala, desenvolvimento conjunto de tecnologia, etc.

Se a indústria brasileira diante da crise do petróleo, precisou se readaptar e ajustar a nova situação energética, a indústria argentina pressionada pela abertura econômica encontra-se em dificuldades de reaparelhamento e de exposição muito rápida a competição estrangeira, de modo que o momento da integração neste sentido não foi o mais propício. Esta etapa inicial permitiu benefícios maiores à indústria brasileira, já voltada para o exterior e portanto capaz de atender a demanda gerada pela abertura argentina. Já na indústria argentina, voltada para um mercado interno em que subitamente aumenta a competição internacional os efeitos foram inicialmente negativos. A exportação é um processo que não pode ser desencadeado rapidamente e por isto, alguns resultados da abertura econômica argentina podem tardar a aparecer. Mas, num prazo mais longo, sem dúvida, a resposta das exportações se fará sentir. A indústria argentina representa 38% do produto interno bruto da argentina e a brasileira representa 39% do produto brasileiro. Portanto, estão ambos os países em graus de industrialização extremamente semelhantes. O mesmo não se pode dizer da agricultura, pois a agricultura argentina encontra-se num estágio mais avançado tecnologicamente do que sua contraparte brasileira. Isso pode ser verificado pela contribuição de 16% da agricultura argentina para o produto e de 11% da agricultura brasileira. Estes dados devem ser confrontados com os 21% que representam a população rural argentina com mais do que o dobro desta percentagem no Brasil. Portanto, em grandes linhas, pode-se prever para a próxima década um maior desenvolvimento do setor industrial argentino e do setor agrícola brasileiro, no sentido de melhoria da eficiência produtiva.

Diferenças marcantes de desenvolvimento, poderão ser também encontradas dentro do próprio setor industrial. Uma análise mais profunda da estrutura da indústria argentina e brasileira e das conseqüentes possibilidades de complementação e integração é um dos estudos que julgo mais necessários no estágio de integração que estamos iniciando.

No momento, todas estas tendências de prazo mais longo ficam apagadas diante de situações conjunturais, das quais gostaria de destacar o problema cambial. O peso se valorizou

em relação ao cruzeiro em termos reais (isto é, já descontadas as inflações nos dois países) de quase 200% entre 1976 e 1979. O reflexo desta valorização pode ser observado no turismo, *criando e invertendo fluxos de viajantes, cuja inconstância traz desvantagens para a rede hoteleira* e estrutura turística de ambos.

Nos negócios também, flutuações elevadas introduzem um risco maior, impossível de ser calculado e que pode reduzir o volume das transações.

Observamos mais atentamente os fatores relacionados ao comércio porque foi o comércio que se destacou nesse início de integração econômica. Porém, acredito que o comércio seja apenas uma parcela na integração e nos benefícios que poderá trazer aos dois países.

As possibilidades de empreendimentos comuns, de exploração conjunta de 3os mercados, desenvolvimento tecnológico comum e de integração financeira são muito mais amplas do que as de intercâmbio.

As tentativas empresariais que tiveram muito sucesso e que ocorreram até agora foram puramente resultado de esforço pessoal de empresários, não havendo ainda um movimento maior nesse sentido.

Destas experiências pioneiras poderia destacar a da Brastemp, conforme exposição de seu *superintendente em conferência na fundação centro de estudos do comércio exterior, que o* conselho empresarial argentino brasileiro apoiou.

Esta empresa no início da década passada importou lavalouças, secadoras, termostatos e compressores da Argentina. Seguindo a evolução mais dinâmica da indústria no Brasil, foi crescendo o volume das exportações, sem que, contudo, cessassem as importações: estas compras à Argentina segundo o expositor, podem ser consideradas gravosas já que se constituem de componentes que têm sucedâneas nacionais, eventualmente mais baratos devido a situação *cambial vigente.*

A empresa mantém parte de suas importações "como investimento na continuidade dos negócios para o futuro", achando que realmente são fases transitórias que com o tempo se alteram" segundo o expositor.

Para o futuro ainda segundo o conferencista uma relação permanente será estruturada com base em *"joint-ventures"*, o que aliás já vem sendo iniciado na comercialização e serviço dos produtos na Argentina.

Outro tipo de integração vem ocorrendo como no caso da indústria automobilística. O movimento de integração iniciado pela Volkswagen, mas de que já participam outras empresas, teve início com uma exportação brasileira. Porém, à medida em que a indústria argentina for reestruturada, necessariamente o Brasil terá que absorver parte da produção argentina, possivelmente de peças e componentes nos primeiros anos da década. A consciência deste fato pode ser encontrada em análise do presidente da Sindipeças de São Paulo e sucessor do nosso amigo Luiz Eulálio, aqui presente. Considera-se que a frota argentina é bem mais diversificada e menos *numerosa que a brasileira e que quando os custos de produção se reduzirem na Argentina,* inclusive com uma maior especialização, o mercado brasileiro será muito mais interessante para os argentinos do que seu mercado para a nossa indústria.

Esta nova possibilidade de intercâmbio e integração já está sendo estudada, a partir de um grupo de trabalho e estudos, do qual participam os principais sindicatos empresariais do setor (Anfavea, Sindipeças e Abrave) e sua contraparte Argentina, já estando em elaboração um documento básico para a definição de uma política automotriz bilateral.

Condições reais desta cooperação foram recentemente muito bem sintetizadas pelo diretor de marketing corporativo, das indústrias villares, no que tange ao setor de bens de capital.

1º REQUISITO

Que os preços dos bens de capital de ambos os países sejam internacionalmente competi*tivos;*

2º REQUISITO

Que os fabricantes de bens de capital estejam resguardados do risco cambial, não sendo penalizados quando os custos de produção ultrapassarem a variação cambial;

3º REQUISITO

Que os governos de ambos os países pratiquem uma política de efetivo e integral apoio aos fabricantes de bens de capital em todos os níveis, inclusive com criação de linhas de crédito preferenciais, seguros e fretes adequados, e taxas alfandegárias reduzidas; e

4º REQUISITO

Que as empresas brasileiras e argentinas, fabricantes de bens de capital, entrem em cooperação efetiva, quer sob forma de consórcios binacionais, empresas conjuntas ou como subfornecedores — dependendo do caso, em projetos de interesse comum para ambos os países.

Neste estágio é muito importante que haja um contato direto entre os empresários industriais dos dois países, pois dependerá deles o processo de aproximação das duas economias. Muito tem colaborado neste sentido iniciativas como o encontro empresarial realizado quando da visita do presidente Figueiredo a Buenos Aires, e a importante reunião que este conselho realizará em julho no Brasil, ontem anunciada pelo presidente deste conselho, Carlos Muniz, e o presidente do Banco do Brasil.

Participamos e organizamos várias reuniões no âmbito do conselho empresarial argentino brasileiro. O seu resultado tem sido altamente satisfatório e a cada nova reunião despontam possibilidades de comércio e cooperação mútuos.

Argentina e Brasil deverão nesta década de 80 assumir o lugar de grandes nações que lhes cabe, junto aos países industrializados. A integração de suas economias e em particular de suas indústrias será um dos fatores determinante desta evolução.

DIFICULTADES DE LA COOPERACIÓN INDUSTRIAL

Arnaldo T. Musich

No resulta extremadamente difícil individualizar los factores generales que pueden favorecer la cooperación industrial entre dos economías vecinas cuando la economía internacional atraviesa una etapa de razonable estabilidad.

No es ése el caso presente; la economía internacional está sufriendo cambios muy profundos, acaso los más profundos desde la pos guerra, y depués de la crisis petrolera de 1973, aún los países desarrollados más bien que ajustes de tipo convencional, están siendo forzados a encarar cambios estructurales.

Basta aludir a los ensayos de "re-industrialización" que se llevan a cabo en esos países y a la búsqueda de soluciones más estaples a los problemas precipitados por la crisis energética.

Por su lado, la economía argentina y en particular el sector manufacturero están siendo sometidos a un fuerte tratamiento destinado a producir en ellos también cambios estructurales. Resulta, entonces, doblemente difícil identificar cuáles pueden ser las posibilidades de cooperación argentino-brasileña en el sector. Acaso ayude en tal sentido ver qué está ocurriendo entre nosotros, en el lado argentino, y, específicamente en el sector manufacturero.

La cooperación es una actitud de largo plazo, en consecuencia, requiere economías estabilizadas, no sujetas a incertidumbres de subsistencia.

Sobre todo en los dos últimos años el programa económico de las Fuerzas Armadas ha estado apoyándose, esencialmente, en la reforma arancelaria, por un lado, y en el manejo de la tasa de cambio, por otro lado. La reforma arancelaria opera como principal herramienta anti-proteccionista y la política de tasa de cambio opera como principal herramienta deflacionaria.

Una parte de la economía argentina ha sido expuesta a la competencia internacional. La casi totalidad del sector manufacturero está en esa situación, pero lo está en términos de mercado interno. La política cambiaria que se practica en el país obliga a los productores manufactureros locales a compartir el mercado nacional con manufacturas importadas y hacerlo en medida creciente.

Sería un error creer que dichas políticas sólo tienden a que haya industrias eficientes sin la presencia de productos extranjeros semejantes en el mercado interno. Serán eficientes única-

mente las firmas que coexistan en el abastecimiento interno con productores extranjeros de productos semejantes.

En otros términos, las políticas mencionadas excluyen la existencia de mercados cautivos.

Pero, por otra parte, es difícil sostener que las políticas actuales constituyan un incentivo para que la industria argentina pueda compartir mercados extranjeros en competencia con lá producción local de los mismos.

Aunque la tendencia de substituir importaciones a cualquier costo parece reemplazada por la de "importar a cualquier costo", está excluído el propósito no sólo de "exportar a cualquier costo" sino también el hacerlo al costo de incentivos específicos.

La "apertura de la economía" rige únicamente hacia adentro, pero no en el otro sentido; se trata de una apertura a la industria extranjera. Prácticamente no hay nada que induzca a la producción local a "abrirse paso" en los mercados extranjeros, sobre todo nuevas producciones que podrían competir en esos mercados si cesaran los contraincentivos que son muchos y muy pesados. De estos últimos son ejemplos: (a) las divisas producidas por las exportaciones deben ser obligatoriamente repatriadas convertidas en pesos en el mercado local, una de las más grandes y efectivas restricciones a que continúa sometido nuestro sistema financiero; (b) cualquier inversión de riesgo o préstamo para financiar actividades en el exterior requiere autorización administrativa y cambiaria. En otros términos, el movimiento de capitales en su parte más importante, continúa controlado, dependiendo de decisiones potestativas del Estado (Resolucion nº 1773 del ME, 5. XII 1980).

El sector rural no quedó expuesto a la importación, salvo algunas excepciones, pero no goza de todas las libertades que debería tener, comenzando por la repatriación obligatoria de las divisas que producen las exportaciones respectivas, como ha sido dicho.

Tampoco está expuesta a la importación la producción y los servicios en mano del Estado. Existe un insano grado de dualismo: todo lo que se encuentra en las manos del Estado escapa a la apertura.

En contraste con programas económicos anteriores el efecto de esas políticas ha sido muy distinto de un caso a otro y es importante tener en cuenta que dentro de una misma actividad hay firmas que no solo sobreveviven sino que presentan perspectivas promisorias y firmas que ya han desaparecido o que dificilmente podrán evitarlo.

En el sector manufacturero el fenómeno apuntado es más visible que en otros sectores, sobre todo porque es en ese sector adonde el programa apunta directamente.

Muchas empresas que tienen vida por delante son aquéllas que han ganado la parte del mercado que dejaron las que desaparecieron, y también aquéllas que han "desintegrado" su actividad de transformación, es decir, aquéllas que han reducido la actividad industrializante incorporado a su processo productos industrializados en el extranjero, o dicho de otra forma reduciendo su valor agregado local.

Hay firmas que el gobierno mismo considera eficientes y que sin embargo se hallan amenazadas por la liquidación. Son aquéllas cuyos precios se encuentran castigados por estar expuestos a la competencia extranjera y no resisten la carga del costo financiero (en términos reales) en el nivel a que lo lleva el endeudamiento del sector público, explosivo en el presente.

En condiciones análogas se encuentran las empresas que utilizan en alta proporción bienes o servicios suminstrados por el Estado o por las empresas estatales y cuyos precios no están expuestos a la competencia extranjera.

Pero también existe el caso inverso, vale decir, empresas que el gobierno considera contrarias a su patrón de eficiencia y que sobreviven con resultados y perspectivas favorables porque el precio de sus productos está al abrigo de las restricciones indicadas.

Las últimas expresiones que se recogen es que las industrias que deseparecen son aquéllas que han estado substrayendo bienestar a la población y que serán reemplazadas por nuevas industrias, configurando un sector cuyo perfil deberá definirse.

Entre tanto se corre el riesgo de debilitar la industria establecida en tal medida que después de haber demonstrado ser capaz de abrazar un ancho espectro de actividades, aunque con desigual eficacia, termine convirtiendo al sector en un gran exponente de *"delicatessen"*.

En virtud de que la información estadística sobre el producto industrial bruto no ha sido publicada. FIEL[1] ha recurrido a las encuestas que realiza normalmente y elaborado algunas conclusiones acerca de los efectos del programa cambiario y arancelario adoptado el 20 de diciembre de 1978. Una de esas conclusiones es que al final del período de aplicación de dicho programa, es decir al 30 de septiembre de 1980, las pocas empresas industriales que presentan una situación favorable son principalmente proveedores del Estado y firmas que gozan de un tratamiento preferencial, de excepción (automotrices, farmaceuticas).

NOTA: (1) FIEL ha tomado el año 1979 y los tres primeros trimestres de 1980, y ha construido a partir de las respuestas de las empresas sobre su situación general, tendencia de la demanda, nivel de *"stocks"*, rentabilidad y utilización de la capacidad, un índice global del estado de las empresas, a partir del cual se estableció el grado de normalidad o empeoramiento de la actividad productiva de las distintas ramas.

Las conclusiones de FIEL se pueden ser resumidas de la seguinte manera:

a) "Durante los tres primeros trimestres de 1979, de los 26 sectores en que se divide la encuesta de FIEL, 15 en promedio se encontraian en una situación normal o superior a la normal."
b) "A partir del último trimestre de 1979, dicho promedio ha caído sistemáticamente y a septiembre de 1980, sólo 6 sectores mantenían una situación favorable."
c) "Estos sectores, o bien gozan de un tratamiento preferencial por la existencia de regïmenes especiales (Fábricas de Automotores, Productos Químico-Farmacéuticos) o bien, resultan proveedores de inversiones del sector público (Eletrónica y Comunicaciones, Cales y Cementos, etc.)."
d) "En síntesis. si bien es cierto que algunas de las actividades que no tienen problemas pueden ser eficientes, también es cierto que muchas de las que los tienen no son ineficientes."
e) "La política de apertura que es idónea para lograr una mejor asignación de los recursos, no esta logrando su cometido simplemente porque no se han creado las condiciones (vía sector financiero, y vía sector público) para que funcione libre de otras distorsiones."

No se puede negar que el programa económico de las Fuerzas Armadas también ha producido mejoras que benefician al sector, pero, sin embargo, los problemas que le ha creado pueden hacer peligrar una parte muy grande del mismo. Como lo que nos interesa aquí son las dificultades y posibilidades de la cooperación industrial argentino-brasilera, creo que la principal dificultad que existe actualmente es que el programa económico en el quinto año de su aplicación, independientemente de los propósitos generales declarados, se presenta como un programa "desindustrializarte", desprovisto de alientos y propósitos "re-industrializantes".

Cabe destacar que:

— se ha socavado una parte importante de la iniciativa empresaria, iniciativa que requiere mucho tiempo para reconstruirse;
— el sector ha perdido confianza en el futuro; o se lo ha llevado a abrigar fuertes incertidumbres;
— no se han efectuado nuevas inversiones "re-industrializantes", salvo excepciones, y sobre todo no hay perspectivas de que se encaren en el futuro inmediato;
— las empresas internacionales (manufactureras) no exhiben interés en la Argentina.

Expuestas las cosas así se puede concluir que en la esfera industrial las dificultades para la cooperación son fuertes y muchas y sus posibilidades, escasas y no muy próximas.

Desde luego, hay otros campos de actividad, mencionados en este Encuentro, donde las dificultades son menores y las posibilidades más amplias.

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Eduardo Braun Cantillo

Temos ouvido, nestes dias, magistrais exposições que nos têm mostrado o que pode ser nosso futuro se Brasil e Argentina unirmos esforços nos campos político, agropecuário, tecnológico, da alimentação, etc.

Mas essa união não seria sólida se no campo da indústria não houvesse uma efetiva cooperação.

Cooperar é atuar conjuntamente com outros para o mesmo fim.

Ambos os países têm um importante mercado para os produtos industriais e uma sólida infra-estrutura industrial, em muitos casos bastante moderna e eficiente.

Nosso fim deveria ser, de alguma forma, somá-los e assim veríamos, com toda a certeza, que a matemática falharia, pois um mais um não seria dois e sim três.

Para que essa cooperação se torne uma realidade, é condição necessária e indispensável que existam regras de jogo claras e estáveis.

— É necessário que se defina uma *política industrial.* O definir uma política industrial traz como conseqüência lógica manter, em ambos os países uma política cambial e uma política tarifária compatíveis com a industrial.

POLÍTICA CAMBIAL

A Argentina pratica hoje uma política de absurda revalorização do peso que se sobrepõe àquela praticada pelo Brasil, de desvalorizar o cruzeiro, e que, portanto, influi drasticamente na composição de nosso intercâmbio.

Até antes dessa situação — 1979 — as exportações argentinas para o Brasil eram sobretudo industriais e as importações eram predominantemente de matérias-primas.

A modificação da política cambial mudou de tal forma a composição de nosso comércio, que nos transformamos praticamente em exportadores de matéria-prima e importadores de produtos industriais.

Imagino que, enquanto em ambos os países não se adotar como pauta cambial que a desvalorização seja aproximadamente igual à inflação interna menos a externa e se mantiver esse critério de modo estável, não haverá possibilidade de verdadeira cooperação industrial.

POLÍTICA TARIFÁRIA

Não existe uma reciprocidade adequada sobre este tema, nem no espírito nem na letra, e, para corroborar o que acano de dizer, vou apresentar dois casos, um negociado na ALALC* e outro não negociado.

O primeiro é o das motoniveladoras.

Aqui existe reciprocidade na letra, mas não no espírito, pois, a despeito de na Argentina se ter respeitado a tarifa "zero" sem *restrições,* no Brasil existe a proibição de importar as motoniveladoras de fabricação argentina: pela forma como se convoca à licitação nos casos de compras públicas, onde, nos editais, se declara expressamente que as máquinas deverão ser "de fabricação brasileira", ou nos casos do setor privado, pondo entraves ou sobrepreços financeiros de todo tipo, que impossibilitam a importação e fazem da tarifa "zero" uma ficção.

O segundo caso é o dos azulejos.

Na Argentina, a tarifa é de 0% a 40% e é de livre importação.

No Brasil a importação está suspensa e, no caso de ser autorizada, as tarifas vão de 155 a 170%.

Creio que esses dois exemplos são suficientes para demonstrar que não existe nem mesmo a intenção de reciprocidade.

Senhores:

Há excelentes declarações de nossos governos que dariam um marco perfeito para uma sólida colaboração industrial.

Mas trata-se de uma ficção, pois a *verdade* é que esses mesmos governos ditam políticas incompatíveis com esses objetivos e não têm outorgado reciprocidade quanto às medidas adotadas.

Enquanto isso não for corrigido, a cooperação industrial entre o Brasil e a Argentina será um mito, e mito, segundo o dicionário, é fábula, e fábula é uma *ficção* artificiosa que encobre ou dissimula uma *verdade.*

Se estou aqui hoje é porque estou convencido de que temos um interesse comum e comprometo todos os meus esforços no sentido de ajudar a transformar o mito de hoje na realidade de amanhã.

É indispensável tornar compatíveis os dois sistemas econômicos e essa tarefa exigirá enorme esforço tanto oficial quanto privado, para que se consiga um equilíbrio e se superem as discrepâncias que hoje subsistem no terreno ideológico.

7. AS BASES CULTURAIS DE UM ESTREITO RELACIONAMENTO ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL

LAS CULTURAS BRASILEÑA Y ARGENTINA EN EL HORIZONTE FINI-SECULAR

José Guilherme Merquior

Habría que empezar por algo que hace mucha falta en la mayoría de lo que se escribe sobre nuestras culturas latinoamericanas: una concepción *antropológica y actualizada* de lo que viene a ser cultura. Por antropológica quiero decir una idea de cultura socialmente amplia, que no la limite a los confines elitistas e intelectualísticos de su sentido no solo corriente sino, casi sempre, oficial. Y por "actualizada", la necesidad de evitar mitos hasta ayer dominantes en la propia ciencia antropológica, mitos que presentaban a la cultura como una realidad espiritual a la vez demasiado idealizada en su contenido y demasiado monolítica en su distribución social.

Sin embargo, no se trata aqui de enfocar al concepto de cultura por sí mismo, sino se utilizar esas perspectivas teóricas en un rápido análisis de algunos rasgos fundamentales de dos culturas nacionales, la argentina y la brasileña. Ahora bien, quizás el primero de eses rasgos sea su *doble singularidad en el contexto de Latinoamérica.* Ernesto Sábato, en su libro *La Cultura en la Encrucijada Nacional,* subraya que Argentina no es "ni Europa propiamente dicha ni América Latina propiamente dicha" — un juicio que, mutatis mutandis, es una constante en la auto-reflexión de la cultura argentina y, en particular, portenã. Pero no es curioso que la última parte en esa definición negativa se aplique también — y tan bien — a Brasil? Tampoco somos América Latina propiamente dicha, porque al no ser nosotros — pace Gilberto Freyre (*O Brasileiro entre os outros Hispanos*) América Hispánica, tenemos una ubicación muy distinta de otros pueblos del continente.

Desde luego, se dirá — pero todo ello no pasa de una similitud puramente abstracta, ya que ni siquiera nuestras diferencias con respecto a los demás lationoamericanos son comunes. Argentina e veces de siente *poco* latinoamericana; en cambio, Brasil siente que lo es, pero de manera sui generis. Además, cómo esperar afinidades más hondas de dos pasados sociales tan distintos? Argentina ya había caminado muy lejos en el proceso sociopolítico bautizado por los especialistas de "nationbuilding", mientras Brasil seguía siendo, en la feliz expresión de Afonso Arinos de Melo Franco, más bien un "imperio" q ue una "nación". Imperio, claro es, en el sentido sociológico de la palabra.

Resultará superfluo detenerme en los detalles de nuestras diferencias de formación. No cabe duda: nuestro pasado nos separaba (aunque sin necesariamente oponermos); pero qué decir del futuro? En conjunto, creo que nuestra capacidad de *convergencia* (lo que no significa identidad) *cultural* sea al menos tan efectiva cuanto nuestro evidente potencial de complementariedad económica. Quisiera dedicar el restante de mis observaciones a explicarles por qué.

Volvamos un rato a aquélla comunidad en la diferencia que nos singulariza frente a nuestros hermanos hispanoamericanos. No sería demasiado pensar que de toda latinoamérica, nosotros somos los más decididamente "atlantistas" — los que ni siquiera de forma veleidosa ambicionaron o lograron volver las espaldas a Occidente. No fue, por supuesto, un "atlantismo" contrario o indiferente a nuestros vecinos en los Andes, del mismo modo que hoy no nos impide de estrechar nuestros lazos con regiones transatlánticas no-occidentales; pero fue eso sí una manera de señalar, desde muy temprano en nuestra historia, una opción civilizacional: la tácita elección de la sociedad de tipo occidental, individualista y productiva.

En último análisis, ni la esclavitud ni el caudillaje actuaron en contra de esa obscura vocación histórica. Al contrário: como vió Sarmiento al alabar la obra unificatoria de su detestado Rosas, ambas instituciones, en su misma perversidad, servieron de instrumentos en las manos de una imanente providencia, creando el marco político y económico de los espléndidos espacios nacionales, de dos estados-naciones que figurarían entre los más viables y promisorios de nuestro tiempo.

Para Sarmiento, todo era claro: el destino se llamaba ciudad y civilización, progreso y libertad. No ignoro que su visión — la utopía de un admirable self-made man, como, una generación más tarde, el brasileño Ruy Barbosa, alma de nuestro republicanismo liberal — fue y todavía es achacada de miopía sociológica y sueño alienado. Y sin embargo, era precisamente en el plano sociológico que Sarmiento tenía — yo iba a decir "tiene" — razón. Él presintió la sociedad urbanoindustrial de tipo libre — y acaso se dudará que sea esa la aspiración más constante de las masas, al menos una vez asegurada su incorporación a la modernidad por la instrucción? El maestro en Sarmiento añoraba la educación democrática, base del sufragio y de la profesión libremente elegida. Miopía sociológica, o lúcida percepción de la novedad y de la centralidad del proceso de socialización más característico del mundo moderno?

De todas las maneras, el debate sería académico. Pues las masas, repito, son sarmientistas hasta la muerte, que es en este caso el derecho a una vida mejor y sin duda más libre. Ahora bien, este sarmientismo difuso representa la irreversible concreción del tema atlantista en que comulgan Argentina y Brasil, la inequívoca orientación de ambas sociedades hacia los valores del progreso en la libertad. A tal punto que ninguno de los magnos desafíos que nos acucian y non angustian en este comienzo de fin de siglo — el problema del desequilibrio interregional en mi país, la tarea de la reconstrucción institucional en Argentina — se concibe fuera del cauce del desarollo económico y social, la respuesta del estado-nación al sarmientismo de su ciudadanía.

"De ninguna manera", protestarán algunos. "Ud no se le ocurre que el sarmientismo, de no poner en tela de juicio a esas premisas liberales y desarollistas, no hizo más que condenarnos a un profundo error. El parti-pris social occidentalista no es un valor sino una monumental alienación. Donde Ud. ve al liberal, hay que descubrir al burgués. Peor, al burgués de mentalidad colonial, quien renuncia a la autenticidad para reproducir la cultura ajena".

El problema del mimetismo cultural latinoamericano no puede ser descartado sin reflexión. Indudablemente he aquí una de las principales fuentes de lo cursi en nuestras culturas — el rasgo "pop" brasileño de los años sesenta, el "tropicalismo", intentó exorcizar por homeopatía, es decir, através de espetáculos deliberada y agresivamente cursis como si la intensificación de la enfermedad llevara en sí misma un trauma terapéutico.

Hermann Broch creía que el kitsch europeo decimonoveno provenía de un complejo de culpa de la burguesía. Socialmente victoriosa, esa clase hubiera querido completar su triunfo usurpando las formas prestigiosas del gran arte aristocrático. La burguesía tenía hambre de estilo, exuberancia y décor — y por eso cambió su antiguo puritanismo por una nueva voluntad de estetización. Pero muy pronto el viejo ascetismo del primitivo ethos burgués logró su ven-

ganza, sometiendo los ideales erótico-estéticos de la burguesía a una agobiante ambivalencia. El apetito de estilo se volvió religión del "sublime"; el arte noble sólo conseguía crear exuberancia *simulada.* El pathos postizo del sublime y la simulación de la vitalidad son la esencia misma del kitsch segundo Broch, quien pensaba sobretodo en la ópera de efecto y los pomposos "revivals" arquitetónicos de la época vitoriana.

Pero de ser así, el mimetismo del arte de las elites criollas fue a su vez una simulación al cuadrado, un cursi de segundo grado. De ahí las rebeliones periódicas contra Europa, las catarsis nativistas dictadas por el remordimiento frente a la mala conciencia estética de Latinoamérica. Quien se tome la molestia de mirar el efecto hipnótico que ejercen sobre tantos intelectuales de nuestros países los modismos artísticos y ideológicos de Saint-Germain-des-Prés se dará cuenta de la persistencia del problema.

Y sin embargo, parecerá que el defecto principal de lo cursi criollo no estaba, ni está, en su occidentalismo, *sino en su excesivo elitismo.* Su debilidad no radica en su conexión pretendidamente alienada con una cultura que *no* nos es ajena, pero más bien en su falta de raigambre social. Y lo que hoy los voceros del antimperialismo somero achacan a la hegemonía de aparatos ideológicos metropolitanos no pasa, muchas veces, del efecto acumulado de las múltiples frustaciones y limitaciones de nuestras "revoluciones burguesas", es decir, del grado insuficiente de participación social en ciertas actividades características de la cultura superior de las sociedades modernas.

El mito antropológico del funcionalismo solía equivocarse en dos puntos en cuanto a la naturaleza de la cultura: solía fetichizar la *pluralidad* cultural *en el plano internacional,* soslayando a las zonas de continuidad y de contacto; y solía fetichizar también la *unidad* de la cultura *en el plano nacional,* raciocinando como si cada sociedad nacional fuera un bloque cultural homogéneo. Ya sabemos que no es así. La cultura de una sociedad compleja es naturalmente heterogénea, y su vitalidad depende de ciertas costumbres socialmente bien diferenciadas. Por ejemplo, la moderna sociología de la literatura se pregunta en ese momento si el florecer de la gran tradición de la novela crítica entre Balzac y Musil no dependió de cierta disciplina en la conducta lectora, basada en los hábitos de algunas capas sociales (las clases medias) llevando a la instalación de una vigorosa "cultura del libro" hoy en parte amenazada por otros medios de comunicación y asimismo, por el colapso general de las éticas del esfuerzo en las sociedades donde, por primeira vez, hay tendencialmente más consumidores que productores.

Preguntas de ese tipo tendrían que ser planteadas cada vez que se trate de aquilatar procesos culturales en nuestros países, cuya modernización económica tiende a completarse sin que algunos determinantes sociales de las áreas del capitalismo avanzado se hayan hecho presentes *entre nosotros. Como la modernización latinoamericana tiene* en Brasil y Argentina su dinámica de vanguardia, es fácil comprender la importancia de tales interrogantes.

No tendré la necia ilusión de pensar que no sea infinitamente más fácil, e incluso más popular, emitir juicios de valor apocalípticos sobre nuestras culturas, rechazándolas o enalteciéndolas de acuerdo con ciertas fantasías ideológicas. Mencionemos en especial dos tenaces ideas críticas sobre la cultura latinoamericana, cada una con adeptos en nuestros ambos países. La primera idea crítica ve a la cultura de Latinoamérica como una india violada — es la visión del *Laberinto de la Soledad* de Octavio Paz. La segunda la ve como una cultura falsa y pecaminosa, que sólo un matricidio salvador — la ruptura tajante con la matriz europea — puede redimir. Es la catarsis que sugiere Martínez Estrada en su anti-Facundo, o sea, en la *Radiografía de la Pampa;* es, sobretodo, el mensaje de Mallea.

Ninguna de esas imágenes míticas se coaduna con la posición cultural que nos ofrece y promete nuestra veloz modernización atlantista. El símbolo de la Malin che quizás siga en parte adecuado a regiones donde altas culturas precolombianas opusieron a la conquista una densidad civilizacional sin ningún equivalente en Argentina o Brasil. El ideal del matricidio salvador es una soteriología romántica, desmentida por la victoria total y justificadísima del sarmientismo en la conciencia prática de nuestras masas citadinas y progresistas.

La persistencia de tales mitos, con toda su innegable resonancia poética, termina esclavizando la mente latinoamericana a un dilema esterilizante, que me gustaría describir con las leyendas de Anteo y de Ariel – el Ariel de Rodó, no el de Shakespeare. Latinoamérica como india violada o bien como redención "telúrica", antitalásica y antiatlántica, puede ser simbolizada por el mito de Anteo, quien extraía su fuerza del contacto físico de las tellus mater. Pero el reverso de esa latinoamericanidad telúrica es un rechazo de lo moderno, en la sociedad y en el espíritu, que implica un regreso al "arielismo", al postulado esteticista de una superioridad imaginaria de nuestra "espiritualidad" latina sobre lo que Spengler motejaría, con sumo desprecio, de "anglomaterialismo"... El dilema radica en que, o bien tendríamos que renunciar a la alta cultura occidental para ser "auténticos", quiero decir, "telúricos", o bien, como única manera de escapar a esa amputación sacrificial, tendríamos que definir nuestra latinidad contra el mundo moderno – contra el mundo de que los muy latinos colón, Leonardo, Maquiavelo, Galileo, Descartes y Rousseau fueron padres fundadores.

No hace mucho a un periodista brasileño le decía Borges así: los verdaderos europeos somos nosostros, los latinoamericanos. Los europeos son, o franceses, o ingleses, o alemanes, o italianos – sólo nosostros miramos y sentimos a Europa en sí misma, globalmente. En este sentido, los europeos somos nosotros. Leyendo la linda provocación del sabio de la calle Maipú, me acordé de las lecciones de mi primer gran maestro en ciencias sociales, Claude Lévi-Strauss, en su precioso librito *Race et Histoire.* En él muestra Lévi-Strauss como la riqueza de la cultura europea estuvo ligada a una máxima intensidad de contacto *intercultural.* Europa es diversísima, y por ello su combinatoria cultural fue la más rica de todo un período decisivo en la historia humana – los tiempos modernos. Al concepto incientífico de pureza racial, el antropólogo contraponía así el hecho valioso de la impureza cultural.

Borges tiene toda la razón. En un sentido muy profundo, Latinoamérica es una *modulación* del Occidente. No una simple prolongación mecánica, ni mucho menos su negación, en nombre de no sé que "reparación" histórica. Modulación: y tanto más rica cuanto más capaz de aprovecharse de la polifonía que ya es el Occidente del Viejo Mundo.

Me gustaría, con su permiso, indicar un ejemplo de repercusión mundial de esa creatividad modulatoria: la obra misma de Borges. No voy, por supuesto, analisar para sus compatriotas y sin duda lectores el estilo del más grande prosador – y poeta de los mayores – occidental vivo. Quiero simplemente señalar un rasgo más bien sociológico, todavía no teorizado, que yo sepa, por sus inúmeros y distinguidos críticos. La literatura moderna, moderna y no sólo contemporánea, ha sido en general una vasta acusación contra la modernidad social. El mensaje global de las letras modernas es una política de rechazo, dictada por un humanismo en guerra contra el materialismo burgués y el filistinismo de la ideocracia marxista. Pero esa gran recusación, precursora espiritual del Great Refusal de Marcuse, llevó los estilos literarios modernos a la prática de una obstinada *obscuridad.* No por acaso uno de los más finos intérpretes del arte de vanguardia, Theodor Adorno, habló de una "participación en las tinieblas" como rasgo distintivo del estilo radicalmente moderno. Su amigo Walter Benjamin creía que el alegorismo ambíguo y enigmático es la marca de la auténtica escritura moderna; esa busca en el espesor de sus signos obscuros la mística profana con que denuncia la faz ubícua de la alienación del indivíduo en la sociedad deshumana. Ya sean de derecha como Eliot o neomarxistas como Adorno y Benjamin, los adalides de lo moderno insisten en presentar las letras como un rito gnóstico, y por lo tanto, gnómico en su lenguaje.

Ahora bien, Borges, que vino del experimentalismo de vanguardia, hace todo lo contrario. Uno de los blancos más constantes de su ironía es sin duda la idea de la palabra poética como gnosis, vehículo exaltado de redentoras revelaciones. El escepticismo de Borges, para quien toda metafísica es un mero objeto lúdico, se pronunció desde siempre contra las supersticiones modernas. El quiliasmo revolucionario, la paranoia fascista, la beatería psicoanalítica o la magia surrealista le parecen tan sólo distintas formas de un mismo error: el "bajo romanticismo" de la primeira mitad del siglo. Ni siquera la creencia en el lenguaje escapa a su lúcido dudar. El

laberinto, imagen reina del universo borgeano, simboliza muchas cosas a la vez, pero sobretodo la inexistencia de una clave del Ser:

No habrá nunca una puerta. Estás adentro
Y el alcázar abarca el universo
Y no tiene ni anverso ni reverso
Ni externo muro ni secreto centro.

Todo lo cual tiene una consecuencia de enorme significación en el hecho de que Borges sea un escritor ostensivamente alejado del perverso enigmatismo de los estilos modernos. Desde luego, se trata de un narrador sofisticado, complejo e incluso cerebral — pero de ningun modo obscuro en el sentido en que lo es, en el plano verbal un Joyce o, en lo del significado, un Kafka. Ese escritor superliterario, que tiene la pasión de las citas, positivamente no es un autor "alegórico" en el sentido de Benjamim. Y al no serlo, restituye a la alta literatura un alcance social casi perdido en la babel de los idiolectos de vanguardia: su función de comunicabilidad, su valor de expresión culta, pero universalmente accesible. Fontenelle escribió que odiaba la guerra porque ela interrumpía la conversación, y Burckhardt apodó el terrorismo de última furia de los intelectuales. Borges logró evitar que el terrorismo de las sectas estéticas, el despotismo de la imaginación, obstruya la conversación de la humanidad por medio del arte de la palabra literaria.

Bien puede ser que en la lección de Borges se encuentre el gérmen de la superación del concepto de literatura moderna hacia una nueva práctica poética, de "neoclásica" claridad. De todas las maneras, la obra borgeana llegó a ese resultado profundamente original y nada epigónico através de un diálogo desinhibido con las cumbres de la tradición literaria occidental. Su boutade sobre quien es más europeo es un descripición muy perspicaz de su propia labor. Y todo eso, por supuesto, en un autor entrañadamente argentino. Machado de Assis, polemizando indirectamente con el nacionalismo superficial de cierta literatura romántica, formuló, en su mejor página crítica, la exigencia de una "brasilidad interior", no necesariamente temática ni mucho menos "folklórica". La madurez de la literatura moderna en Brasil cumplió la exigencia de Machado: asimiló las formas artísticas de la vanguardia europea sin minetismos serviles, y luego supo rebasar el brasilianismo tópico hacia una problematización universalista de la condición humana, de la cual la poesía de Drummond de Andrade o la narrativa de Guimarães Rosa serían ejemplos culminantes. Ahora bien, Borges es el supremo caso, en las letras de Argentina, de una argentinidad interior. La resonancia universal de su obra prueba que el nacionalismo no es una fuerza necesariamente expluyente y antagónica, sino una energía incluyente y abarcante.

Idéntica distinción se aplica al problema del humanismo en nuestro tiempo y, en particular, nuestras culturas. Referirse al problema del humanismo puede parecer una mera recaída en la concepción convencional de cultura que intenté evitar desde mis primeras consideraciones; pero la realidad es muy otra. Si no tomamos la voz "humanismo" en su sentido ideal y normativo, dejándola en cambio denotar la mentalidad de la llamada intelectualidad humanística, los practicantes de las humanidades por oposición a las ciencias exactas y naturales, encontramos que la problematización del humanismo como ideología nos restituye inmediatamente a la con ciencia de la "declinación" social de la cultura, a su naturaleza prismática, o sea, diversificada según las distintas capas sociales.

Insisto en "capas", en vez de decir clases, porque los intelectuales humanísticos no constituyen una clase, sino a lo mejor una *contraelite*. Hablo, naturalmente, del número considerable de humanistas quienes se consideran en estado de *intelligentsia* — en estado de ruptura total con el cuadro de valores de la sociedad liberal. En este sentido, la cleresía humanística, idealizada desde el romanticismo, pero espetacularmente ensanchada, entre nosotros, en el curso de los últimos dos decenios, gracias a la expansión sin precedentes de la enseñanza superior, forma una verdadera subcultura "antinómica" (apud Daniel Bell), una auténtica contracultura. Su objetivo es claro: en nombre de una visión libertaria, pero curiosamente muy cerca del antiguo anticapitalismo romántico, solapar y contestar a la vez el orden industrial y las libertades clásicas. Se trata efectivamente de una contestación generalizada del industrialismo y

no, como en el caso del marxismo tradicional, de su forma capitalista. No por acaso el enemigo no es más la concreta explotación *social,* sino la genérica alienación *humana.*

Dicha ideología humanística se esfuerza por definir al humanismo en una dirección diametralmente opuesta al nacionalismo universalista de que recién hablamos. Para la contracultura, el humanismo debe actuar *contra* el mundo de la ciencia y del progreso — es humanismo excluyente y no, como en la gran tradición humanística del Renacimiento, de la Reforma y de las Luces, un humanismo de incorporación. Esa beatería libertaria, ese fervor irracionalista, denuncia al cientificismo (como si la ciencia fuese el cientificismo, o la tecnología la tecnocracia); pero calla sistematicamente sobre los impulsos *grafocráticos* que animan su profetismo apocalíptico. Ni Jung ni Heidegger, ni Sartre ni Marcuse, ni Deleuze o Ivan Illich fueron o son intelectuales críticos dispuestos a sostener una argumentación racional, pero profetas profanos de discurso oracular. Ninguno de ellos se dió cuenta de que la proliferación de los sueños grafocráticos es el prólogo habitual de la pesadilla ideocrática — la sociedad totalitaria. Su crítica no es, como lo fué la de los philosophes, un reformismo emancipatorio de índole empírica y liberal — es un arbitrario pereat mundus dirigido contra el espíritu de los tiempos modernos. Lo que presentan como sabiduría es un irracionalismo à outrance. Al contrario de los teólogos escolásticos, quienes trabajaban bajo el signo de un "fides quaerens intellectus", ellos encarnan una especie de "intellectus quaerens fidem". Se hacen cargo del manantial del "bajo romanticismo" de nuestra época. Pero el humanismo es un valor demasiado importante para que podamos confiarlo a los humanistas!.

En las sociedades industriales más avanzadas, la sociología de la cultura empieza a considerar ese humanismo crispado y colérico como um efecto de la *cultura irónica* en que vivimos. Somos los habitantes de una civilización altamente racionalizada con respecto a las culturas tradicionales, pero también llena de huecos, o islas, consagrados a ritos y juegos mágicos y "románticos" que son como otros tantos recuerdos de viejas creencias y cálidas ilusiones antropomórficas. En ese archipiélago del "humano", la impersonalidad de la técnica es condenada sin perdón. Pero he aquí la paradoja: cada vocero del humanismo es un buen usuario, como nosotros, de la misma ciencia y de la tecnología que él agrede o difama. No le pasa por la cabeza dispensar al hospital en un trance de salud, y lo mismo hará con docenas de otras instituciones perfectamente racionalizadas. En otras palabras: la contracultura vive en una situación eminentemente irónica, no porque sus creadores no sean personalmente honestos, pero porque el caracter global de la civilización los hace, eso sí, inconsecuentes y "inauténticos". La ideología humanística es una auténtica contracultura — pero esa contracultura no logra ser auténtica.

Creo que en países como los nuestros a esa ironización de la contracultura tendrían que ser añadidas otras notas sociológicas. El rechazo contracultural tiene entre nosotros un atractivo *más poderoso, porque mientras no haya sido completada la integración de las masas a las* condiciones de bienestar ofrecidas por el sistema industrial, la revuelta de la inteligentsia adquiere un potencial disruptivo mucho más serio. El anatema contra la civilización posee un público virtual en las muchedumbres aun no del todo socializadas en la vida moderna, o hasta mismo en las masas alejadas de la participación política y carentes de una vivencia más larga de su ciudadanía. En el plano intelectual, la única manera de contrarrestar ese catastrofismo social, no por conservadorismo, por deseo de justificar a cualquier status quo indefensable, sino por genuíno amor a la democracia moderna como síntesis real aunque imperfecta de libertades e igualdades, consiste en no pactar con las constantes tentativas de aislar nuestras culturas de la tradición moderna.

Así como la economía moderna nació del progreso de la división del trabajo, así también la cultura moderna, o sea, la vivencia concreta de los valores sociales, coincide con una especialización de las esferas axiológicas y normativas. El pluralismo no es vana palabra cuando se lo predica del campo cultural. Pero eso significa que una cultura adulta reconoce en la práctica la diversidad de las gramáticas del comportamiento según los distintos campos de actuación social: la producción, la política, el arte y el deporte, etc... La voluntad de traslado de las normas de uno a otro campo es siempre un acto de barbarie. Por ejemplo, la utopía tecnocrática se olvida

que la cultura política de una sociedad compleja de tipo liberal exige un consenso no tanto sobre valores substantivos como sobre un principio *nomocrático* — un acuerdo sobre las reglas del juego. De soslayarlo caímos en la proyección despótica de los valores de la esfera productiva — por supuesto muy racionales en su órbita propia — al nivel de una actividad distinta, donde la posible eficacia técnica no puede, por definición, reemplazar al principio contractual de la legitimidad.

En nuestros ambos países, la sociedad da señal de acercarse cada vez más a dicho pluralismo cultural. Filosoficamente, se podría expresarlo subrayando una tendencia general, e indudablemente madura, hacia el sentimiento colectivo de que una sociedad no es el reflejo caótico de la *physis,* sino el universo de un *nomos* plural, un orden heterogéneo de valores y reglas destinado a permitir la realización de múltiples fines individuales y grupales. La cultura liberal democrática que la experiencia histórica dolorosamente nos ensenó a añorar no presupone la ausencia de conflictos sociales. Bien al contrario: considera el conflicto un dato fundamental de la vida en sociedad, radicado en último análisis en la naturaleza misma del siquismo humano. Pero además una cultura *civilizada* (y cuantas veces, hablando de culturas, se nos olvida la *civilización,* la cultura de la especie en cuanto tal!) sabe que la irreductibilidad de la posibilidad del conflicto es precisamente una invitación al respecto de las normas en su pluralidad contextual.

Nuestro viejo individualismo ibérico militó por largo tiempo contra la aceptación duradera de esa perspectiva social. Positivamente, no fuímos en el pasado campeones de nomocracia, sino más bien expertos en una oscilación inmadura entre la sumisión a fuerzas represivas porque externas y rebeliones anárquicas, libertarias pero casi nunca "nomogónicas". Tolstoi, hijo de una cultura todavía más dilacerada entre el despotismo del orden y el refugio anárquico, escribió una vez que un ruso podía sentirse más libre que el inglés, porque el inglés sufría las leyes que él mismo se había impuesto... Esa monstruosa opinión revela mucho, a contrario sensu, sobre lo que fue muestra principal carencia eticopolítica. Pues Tolstoi, claro está, se equivocaba totalmente. El sentimiento de la libertad no es sinónimo del vivir la ausencia de normas, sino la ausencia de normas impuestas desde fuera, o sea, sin que ocurra una identificación racional de la mayoría de la sociedad con el orden normativo al cual se somete. La libertad monocrática es, precisamente, libertad *autónoma.*

El largo imperio de un estado primitivo y patrimonialista, apropiado por capas oligárquicas o tiranías personalistas, alejó nuestras sociedades de la experiencia concreta de esa libertad autónoma, y las hizo buscar el orden fuera del contrato social. Una línea de Sarmiento lo dice todo: "el nombre de Facundo llenaba el vacío de las leyes". Por supuesto, en siglo y medio, tuvimos más de una experiencia normativa y constitucional valedera; sin embargo todavía no logramos fundar una cultura cívica definitiva, que se haga a la vez soporte y motor de nuestra creatividad cultural en otros planes. El penetrante panorama histórico de José Luis Romero, *Las Ciudades y las Ideas,* luego de examinar la sucesión de configuraciones urbanas en Latimoamérica — la ciudad barroca, la ciudad mercantil de fines de la era colonial, la ciudad patricia de la Independencia, la ciudad burguesa de la inmigración y la ciudad masificada del presente — concluye indicando la escisión de esta última entre una "sociedad normalizada" y una "sociedad anómica", compuesta de la masa de marginados que aún no supimos integrar satisfactoriamente a nuestras repúblicas económicas y morales. Pero mientras no lo consigamos, nuestras metrópolis no engendrarán ninguna *civitas.*

Desde el punto de vista de la cultura, el verdadero "vacío de las leyes" no se refiere tanto *al derecho positivo, sino a la carencia de un sentimiento colectivo de la legitimidad. Ni Brasil ni* Argentina admiten hoy vivir en ese vacío terriblemente destructivo. No sólo el caudillaje, sino también nuestro caudillismo mental, hermano-enemigo de nuestra alma elitisticamente anárquica, toca enfín a su agotamiento histórico. En eso reside el mejor síntoma de que nuestras culturas estén penetrando en su fase adulta, cargada de significado universal. Una vez más, pero ahora con la seria promesa de una solución permanente, el verdadero dilema se perfila ante nosotros: civilización o barbarie; norma libremente consentida, o caos y violencia. Y sin

embargo, por la primera vez, no lo enfrentaremos en las condiciones de mútua ignorancia en que vivíamos la mayor parte de nuestro pasado. Si hay una certidumbre en el futuro de las relaciones entre las culturas argentina y brasileña, es esta: ya no necesitaremos más conocernos por intermedio de París.

BASES PARA RELACIONES CULTURALES

Natalio Botana

Quisiera comenzar con un testimonio de carácter personal. Hace dos años concurrí al Centro de Lógica, Epistemología e Historia de la Ciencia de la Universidad de Campinas. Se conmemoraba el bicentenario de la muerte de Jean Jacques Rousseau y, a ese propósito, para dialogar sobre su obra, se congregó un grupo de estudiosos brasileros, argentinos y franceses. No era un coloquio aislado. En 1976 había tenido lugar el "Coloquio David Hume", en 1977 el "Coloquio Kant" y el año pasado el "Coloquio Hobbes".

Campinas es una universidad nueva, en el Estado de San Pablo, edificada en forma de campus, cerca de la vieja ciudad, organizada en torno a departamentos científicos, para promover la investigación y el saber. Una institución joven en procura del sentido de la universidad que, como sabemos, hunde sus raíces en aquella libre asociación de colegios superiores que guió la fundación de Oxford y París, de Bolonia y Lovaina.

Mientras percibía el contorno de los edificios, que a menudo se confunden con el color ocre del terreno, recordé los nombres de otros fundadores de universidades en mi tierra, como Joaquín V. González y Terán, que también vivieron transportados por la misma pasión de abrazar el significado universal de la cultura desde nuestra circunstancia particular. ?Y acaso no era el mismo propósito el que nos unía y congregaba en aquella oportunidad? ?Qué sentido podía tener este regreso en el tiempo, desde una geografía distante, que buscaba comprender una parcela del pensamiento de la ilustración europea?

Por un lado, es cierto, repetíamos un esfuerzo y hasta una disciplina a las que no era ajena la historia de la cultura de cada una de nuestras naciones. Desde los orígenes emprendimos un peregrinaje paralelo. Interrogantes semejantes movieron la reflexión humanista del período colonial; análogo deslumbramiento conmovió a los precursores de la ilustración; una común aquiescencia nos hizo conocer los avatares del romanticismo, el eclecticismo y el positivismo; compartimos, en fín, la misma angustia, las preguntas mas hondas, cuando el siglo XX dió por tierra con las verdades que se creían indestructibles y, a la vez, abrió campo a una asombrosa eclosión de energía científica.

Todo esto parece relativamente comprensible. El historiador atento puede reconstruir la secuencia y los períodos, unir a los protagonistas, instalándolos en un mismo campo de significados, trazar las semejanzas y las diferencias. Repitirá, sin duda, la obra intelectual de reconstruir una unidad histórica a partir de significados que nacieron en mundos independientes. Un intento, si se quiere, para rehacer un territorio común que los protagonistas juzgaron, en una y otra nación, como algo exclusivo e intransferible. Quizá creímos que nos lanzábamos a una aventura intelectual inédita cuando, en rigor, estábamos enhebrando una historia paralela.

El conocimiento de este primer umbral, que nos abra hacia un mismo horizonte cultural, es el resultado, todavía incipiente, de la historia comparada. Pero esta revaloración de nuestro pasado no habría sido posible si, junto con el perfeccionamiento de un método y de las técnicas que lo hacen posible, no se hubiera franqueado otro umbral aún más significativo. Al comienzo el distino de nuestras culturas consistió en formular preguntas al mundo desde el recinto de la singularidad nacional. Luego impulsamos la ingenua pretensión de provocar un temeroso repliegue en nuestra identidad, para singularizarnos con más vigor, rechazando bajo diferentes pretextos el legado universal de la cultura. Ahora, en cambio, interrogamos al mundo, volvemos a sua historia y a su pensamiento, desde un punto de convergencia. Nuestra culturas juntas, en un recinto común, interrogan al mundo. Esa fue la experiencia y la lección de Campinas.

II

No es, por cierto, una lección que surge por azar, como excepción en un mundo rendido ante la inercia de la incomunicación. Todo lo contrario. Si vamo camino a franquear un umbral de convergencia cultural, ello se debe a que las relaciones inter-societales entre ambas naciones, han comenzado a interpelar al clásico vínculo interestatal para exigirle, por lo menos, un oído atento.

Durante el siglo pasado y gran parte del actual las relaciones diplomáticas dominaron la escena. Después se sumaron las relaciones económicas derivadas del intercambio comercial y de un incipiente flujo de inversiones, de transferencia de tecnología y de cooperación. Ahora, por fin, las sociedades se han puesto en movimiento. Las poblaciones se desplazan, el turismo se masifica, las actividades y las professiones se reconocen y comunican.

En este vasto proceso, cuyas consecuencias todavía ignoramos, se inscribe la creación progresiva de un espacio cultural de relaciones espontáneas entre los centros académicos y culturales, científicos y artísticos, del Brasil y de la Argentina.

? Qué entendimiento dar a esta noción que vincula el espacio con la espontaneidad de la creación cultural? Se me ocurren dos analogías. históricas. Más allá de sus diferencias, muchas de ellas cruciales, los renacimientos culturales del siglo XIII, del *"quattrocento"* y del siglo XVIII descubrieron, casi recrearon, un espacio común donde circulaba el saber y la belleza. Había conciencia en los creadores de que sus obras trascendían límites imperativos, divisiones tributarias de la voluntad o de la tradición. Cuando el siglo XIX realizó la proeza de encerrar esa vocación universal en el marco de los Estados Nacionale, segunda analogía, el destino singular de la cultura se impuso sobre su viejo sentido ecuménico. El espacio, se transformó, en buena medida, en frontera excluyente.

Nuestra culturas son hijas directas de esa ligitimidad. Negarla significaría cometer un error semejante al de aquellas teorías imbuídas de una ilusión geométrica tan terca que, al cabo, terminan negando la importancia de la lenta acumulación de la historia. Es a partir, precisamente, de esta dimensión esencial de nuestras culturas que empieza a reconocerse un espacio común donde se comparten no sólo los contenidos del saber, sino también las condiciones políticas y económicas en cuyo marco ese saber se va realizando y manifestando. Acaso es posible anunciar, en esto momento, el inicio de una comunidad académica que, como en otras épocas y latitudes, vislumbra un espacio más amplio en donde instalar su destino, mucha veces incierto?

No me atravería a formular una tajante respuesta al respecto. El resultado de la acción humana es, por lo general, diferente a la intención y al proyecto primigenio que la animaba.

Creo que este espacio cultural de relaciones espontáneas no nació por un designio único, no fue programado ni impulsado por una voluntad centralizada. Se presenta más bien, ante nosotros, como una realidad que, provisoriamente, cristaliza muchas acciones, momentos de encuentro, incorporación optimista del saber en nuestra naciones y descenso en nuestra capacidad creadora, según sean las circunstancias que nos toca vivir.

Esta visión compartida de una realidad constituída por la inteligencia creadora y por las carencias, que también son comunes, infunde en nuestras culturas el sentido de la complejidad y del Pluralismo. En el Prefacio a la edición francesa de *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre, que lleva por título *Maitres et esclaves,* Lucien Febre afirmó con razón que la aparente simplicidad de la superficie histórica del Brasil encubría, en verdad, una de las más ricas y complejas historias culturales.

Del mismo modo podríamos representar este espacio de relaciones culturales como un nuevo encuentro de tradiciones, semejante al que sacudió a nuestras naciones en el siglo pasado, dispuesto a vencer la aparente simplicidad de una superficie poco proclive a admitir el valor de las diferencias y de la complejidad de las cosas.

III

Naturalmente que una empresa semejante reclama condiciones favorables. No hay, sin embargo, que incurrir en el razonamiento utópico que reclama el marco perfecto para encuadrar la plenitud de la libertad. Los renacimientos culturales, que a la postre alumbraron la idea de civilización, no se hicieron en un clima idílico. Nada mejor, pues, que reconocer la realidad que nos circunda para discernir un rumbo por lo menos posible.

Desde hace algún tiempo, en Europa y en América Latina, en el hemisferio norte y en el hemisferio sur, percibimos un cierto tono crepuscular, la conciencia de que se ha cerrado, no sabemos por cuanto tiempo, el período de crecimiento más extraordinario que registra la historia humana. Insinúa, acaso, esta tendencia, que lamentablemente robustece la vocación de los pesimistas, una clausura semejante del progreso científico? No lo creo, como tampoco creo que esta crisis sea capaz de destruir las bases adquiridas de saber y de la cultura.

Lo que síhabrán de modificarse, en los años por venir, son las condiciones econômicas y políticas de la cultura, el modo según el cual la ciencia y el saber son más o menos protegidos y garantizados en su dignidad. En este sentido, los llamados países avanzados de occidente pueden entrar en un período de desencanto y frustación. Nosotros en cambio no, porque si alguna ventaja nos queda, en contraste con la situación europea y norteamericana, es que supimos y pretendemos conservar la dignidad de la cultura sobre los avatares de las crisis económicas y aún de las circunstancias políticas poco propicias.

Esta experiencia debe hacernos reflexionar. No hay cultura fundada en la libertad sin un orden político que reconozaca a ese valor como el principio de legitimidad que inspira a sus instituciones. No me parece que sea otra la condición necesaria para crear y transmitir el conocimiento. Pero esa libertad tiene especiales connotaciones. En sus *Cartas de Inglaterra*, de 1896, Rui Barbosa, escribía que el interés del Brasil está en ser bien gobernado y los buenos gobiernos son moderados y fiscalizados por la discusión.

Tal me parece el sentido principal que deben tener en los próximos años las relaciones culturales entre Brasil y Argentina: un espacio animado, desde una y otra nación, por la libertad moderada. El concepto me parece sugestivo para calificar un estilo de vida, una prudente combinación de valores actitudes y comportamientos a igual distancia de por lo menos tres señales de peligro que conviene tener presentes en nuestra vida cultural.

Estas señalaes indican deslices, recaídas recurrentes de nuestra cultura, en cierto modo prisionera entre fuerzas concurrentes que pretenden disgregarla, muchas veces en un virtual estado de naturaleza, tutelarla desde una concepción estrecha del orden, o bien transformarla en una fuerza hegemónica desde donde conquistar al Estado para luego dominar a la sociedad. He aquí expuestas tres posibilidades de decadencia cultural.

La pretención de disgregar a la cultura, mendiante una lucha facciosa entre discursos excluyentes, es una señal de peligro que toma en cuenta un estilo poco respetuoso de los medios y de las reglas del método. Suplir el sentido crítico de la palabra por una ideología que ya nadie piensa conduce, indefectiblemente, al combate cultural, al uso instrumental de la historia, del saber y del arte para dirimir conflictos presentes. No estamos inmunes a este peligro cuando hemos experimentado, según diversas circunstancias de tiempo y de lugar, un alucinate descenso a un submundo cultural que postulaba la superioridad innata de la voluntad sobre la razón.

El peligro que entraña un conflicto cultural, dominado por el espíritu faccioso, puede conducir a un extremo opuesto: embretar la libertad un un carril burocrático, eregir vallas cada vez más altas de censura y de autocensura, tutelar, en fín, desde un sitio de autoridad, a los contenidos del saber y de la belleza.

No es este un problema de fácil solución en nuestras culturas. Casi diría que tiene que ver directamente con la cultura política, con el modo como los valores sociales se expresan através del Estado y, sobre todo, con el método que nuestras sociedades adoptan para alcanzar niveles crecientes de libertad cultural. Desde este punto de vista me parece muy sugestivo comparar nuestras esperiencias bajo la guía de la siguiente pregunta que dejo provisoriamente abierta: ?Qué lección derivar de los procesos de apertura cultural, abruptos y turbulentos, comparados con otros procesos más atentos al sentido gradual, evolutivo o progresivo de esa apertura?

Por fín, habría que reflexionar largamente acerca de uno de los problemas más agudos del siglo XX, cual es la pretención hegemónica de las ideologías de integración total para dominar la cultura y ponerla al servicio de un monopolio de la verdad y de la virtud. La pretensión hegemónica es la contracara de la regresión facciosa: suele inspirarla pero su ambición es más grande, porque una vez instalada como creencia dominante no admite retornos posibles. Proclama, si cabe, el fín de la historia.

Y no creo que sea esta vana pretensión la que deba animar la creación de nuestro espacio cultural. Hay una historia abierta que todavía está por hacerse, un diálogo entre semejanzas y diferencias que podemos reiniciar siempre.

He comenzado hablando de la cultura como una tarea de la razón, pero creo también que ese esfuerzo por cuidar el legado de la libertad moderada, que nació con nuestra tradición republicana, exige la virtud y la paciencia de un artista. Tratemos, entonces, de guardarla siempre.

A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA

Guilherme de Figueiredo

Até agora, nesta magnífica reunião, ouvimos falar muitíssimo em intercâmbio de bens industriais, tecnológicos, comerciais. Houve mesmo um momento em que acreditei que, por esgotar-se a matéria, só nos sobraria a nós, os culturais, um minuto. Mas isso não acontece, porque eu acredito, falando em meu próprio nome, no do Professor Natalio Botana e no de meu amigo *José Guilherme Merquior e no de meu amigo o escritor Ernesto Sábato, que não está aqui* — devia estar —, e cuja amizade devo a meu amigo Óscar Camillión, que vou oferecer-lhes o que creio deve estar antes do que se falou até agora. Não vai nisto nenhuma crítica, mas simplesmente um problema de lógica e de lingüística.

Há alguns anos, no Zâmbia, fui a uma reunião da UNESCO, uma reunião contra o racismo, o *apartheid* e encontrei um intérprete argentino da ONU, a quem perguntei: "Que é que vai acontecer? " E ele me respondeu com uma ironia simpática: "Vão fazer uso da palavra".

Eu vou fazer uso da palavra porque o primeiro bem deste Encontro, o primeiro bem de nosso intercâmbio, é a palavra. Estamos aqui para comunicar-nos e até agora não se falou de palavras.

Então o intercâmbio cultural será uma conseqüência de outros intercâmbios — tecnológico, industrial ou comercial, ou será um intercâmbio que se faz antes dos outros?

É claro, aqui falamos todos e nos entendemos, mas até onde nos entendem nossos povos no português do Brasil e em espanhol? Até onde nos conhecemos? Temos povos que têm duas raízes de idiomas e culturas diferentes. Devo dizer-lhes, sem pejo, que vocês, argentinos, são mais ricos, muito mais ricos do que nós no plano cultural. A Espanha sempre foi mais rica do que Portugal. A herança espanhola na Argentina e nos outros países hispano-americanos se comprova deste logo pelo fato de vocês e outros povos hispano-americanos terem tido universidades muito antes de nós.

A cultura da Espanha está aqui presente com o Século de Ouro, com toda a riqueza literária, musical, com as universidades, com uma comunicação que vocês têm com os outros povos da América hispânica. A impressão que se tem ao constatar esse fato é que o Brasil e os outros países da América hispânica vivem de costas uns para os outros.

Então, para conseguir que não ocorra isso entre nós, temos que reconhecer que a comunicação que se faz aqui deve ser feita entre povos: a comunicação pela palavra. Mas, que palavras? O segredo está nas escolas. O segredo está em onde buscar as línguas que constituam a nossa língua comum para que as pessoas da rua, a gente do povo, se entendam, para que as duas culturas se interpenetrem, para que nos conheçamos a tal ponto, que isso nos permita fazer negócios.

Mas não se trata apenas de fazer negócios. Nosso negócio é a paz, é a qualidade de vida, é o bem-estar social.

Então, vamos introduzir mais um bem, o primeiro, o da palavra, o que deve estar nas escolas.

Eu pertenço ao Bureau de Educação Ibero-Americana, que tem sede em Madri, do qual a Argentina fez parte por algum tempo, para logo depois, abandoná-lo. Nesse Bureau, propus, com o assentimento do Governo brasileiro, que se estimulasse — a nível de escolas de segundo grau — o conhecimento do castelhano no Brasil e o conhecimento do português do Brasil entre os hispano-americanos. Essa é a primeira medida de ordem prática que deve ser tomada, que em nossas escolas se dêem aulas para ensinar o castelhano, e nas de vocês, o ensino do português do Brasil. Isso é fácil. As duas línguas, a princípio, são difíceis de entender, mas muito fáceis ao final de um ano, ao final de uma colheita, mas que colheita!

Creio que podemos chegar a um ponto em que personagens e autores — Martín Fierro, Facundo, Sarmiento e Guiraldes — sejam moeda corrente para nós e que o poema didático que vocês têm, o Fausto, de Estanislao del Campo, com as ilustrações de Molina Campos, seja o poema didático em que se aprenda a linguagem costumbrista da Argentina, onde se aprenda a obra, onde se aprenda a malícia gaúcha e onde se aprenda a melhor literatura regional.

Proponho-me a ajudar no que for possível para que se faça um encontro entre as editoras brasileiras e argentinas, encontro que pode ser ajudado pelos Ministérios da Educação, para que se faça um grande intercâmbio de livros entre os dois países, de livros para serem lidos em português e em castelhano.

Acho que se deve criar uma gramática e que se devem apresentar livros, textos, para o ensino das duas línguas; que se deve fazer um inventário de obras literárias básicas, que se deve abolir qualquer barreira alfandegária para livros; que os programas de televisão incluam programas para transmissão via satélite para o Brasil ou do Brasil para a Argentina. Não falo desses programas comerciais, dessas novelas onde as pessoas são infelizes enquanto vivem e felizes quando compram. Falo de programas realmente culturais.

Creio que as colunas de jornais deveriam incluir críticas literárias de livros dos dois países; que devemos promover visitas de conferencistas, de professores, de críticos, de artistas. Que se deve fazer um intercâmbio sobretudo de diretores de teatro, não de atores, porque os atores ainda não são entendidos pelas platéias de um e de outro país, mas de diretores como já temos no Brasil. E aqui quero mencionar os nomes de Margariet, Andrés Máspero e Hugo de Ana, e daquele que voltou agora à Argentina, Figueroa, que foram magníficos presentes do Colón ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

E esse conhecimento total e recíproco deve dirigir-se sobretudo às crianças. Claro, depois, à circulação de idéias; depois, à liberdade de opinião. Era o que me explicava, sem o saber, o intérprete argentino: o uso da palavra. Devemos criar cidadãos que tenham, além da alma, inoculada na alma, a alma irmã.

Pessoalmente, por acaso como criança de fronteira, tive, tenho-a e assim me exibo como um exemplo que não é bom, mas é o único que tenho.

Devemos criar uma geração de crianças com as quais ocorra o que ocorreu comigo, que posso mais ou menos fazer-me entender e que, além de minhas coisas verde-amarelas dentro em mim, posso guardar — sem temer minha arteriosclerose — poemas argentinos didáticos e patrióticos, como *El Caballito Criollo,* de Belisario Roldán.

A mim me comprazeria verdadeiramente essa compreensão, essa emoção, esse entendimento entre os jovens da Argentina e do Brasil.

É preciso que tenhamos um patriotismo bilíngüe, um patriotismo de mais de uma pátria. Até ontem não sabia eu como acabaria de fazer uso da palavra. Encontrei uma solução graças a um poeta que está aqui: o diplomata Rubén Vela, meu amigo, que a deu para mim como um símbolo de minhas afirmações, com suas palavras, em um simples poema: "incendiarse en la palabra, crescer en libertad".

ENCERRAMENTO DO ENCONTRO

Palavras pronunciadas pelo Embaixador Carlos Manuel Muñiz ao fazer entrega do diploma de Membro-Correspondente ao Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro (Buenos Aires, 29 de novembro de 1980).

Ao encerrar-se esta noite o Encontro sobre as relações entre Argentina e Brasil na década de 80, cabe-me a honra de receber, como Membro-Correspondente do Conselho ao qual presido, Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, que, em mais um gesto que obriga a nosso reconhecimento, antecipou a data de sua viagem oficial à Argentina para acompanhar-nos nesta ocasião.

Nenhum momento mais propício do que este em que se retomou, pelo empenho e pela decisão do Ministro Saraiva Guerreiro e do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Brigadeiro Carlos Washington Pastor, o verdadeiro caminho do entendimento entre nossos dois países, concretizado em acordos fundamentais para seu desenvolvimento e seu bem-estar.

Como já tive ocasião de expressar, a efetiva e harmônica vinculação entre Brasil e Argentina tem alcances que vão além dos que podem corresponder a uma simples relação bilateral.

Pelo maior desenvolvimento relativo dentro do Continente, por seus incomensuráveis potenciais, por seu avanço técnico e científico, por seu indubitável valor estratégico e de segurança, transcende da área americana para constituir uma força positiva que nenhuma potência mundial está em condições de desprezar.

O sentido histórico de nossa amizade, entendido não como u um simples compromisso com o passado, mas como um impulso que nos projeta em direção ao futuro, deve comprometer-nos a ampliar e fortalecer a cooperação entre ambos os povos, seguros de que assim teremos de defender melhor os respectivos interesses nacionais.

Foi esse o objetivo do Encontro que hoje se encerra e que será finalizado, dentro de breves instantes, pelo Doutor Luis Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, entidade que tem colaborado com o Conselho Argentino para as Relações Internacionais em sua organização e em seu desenvolvimento.

A iniciativa privada, dessa forma, pela primeira vez se uniu a um ato desta natureza, para contribuir dentro de sua esfera para transformar em realidade a feliz gestão levada a cabo pelos Governos.

Formulei estas apreciações, Senhor Ministro, porque entendo, ao fazê-las, estar interpretando o verdadeiro espírito que tem inspirado sua gestão à frente da Chancelaria brasileira para alcançar meios efetivos de cooperação e de entedimento com a Argentina.

Pode-se, assim, qualificar este momento como verdadeiramente excepcional na vida dos dois países. Em poucas ocasiões existem tantas expectativas sobre o campo de nossas possibilidades e tanta confiança sobre a certeza de nossas convicções.

Sua contribuição para isso tem sido decisiva.

Por isso, o Conselho Argentino para as Relações Internacionais, levando em consideração que um de seus propósitos é reconhecer publicamente as ações das mais destacadas personalidades de outros países que busquem consolidar a paz e a compreensão entre os povos, considerou justo reconhecer em Vossa Excelência um amigo sincero da Argentina e um notável Estadista a serviço desses nobres ideais.

LISTA DE PARTICIPANTES

CONSELHO ARGENTINO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Uruguay 1037 1º — 1016 Buenos Aires — República Argentina.
Telefones: 410071/74.

ENCONTRO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL NA DÉCADA DE OITENTA

Organizado pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais, com a cooperação da Fundação Getúlio Vargas e o patrocínio do Banco de la Nación Argentina e do Banco do Brasil. Buenos Aires, 27 a 29 de novembro de 1980.

Participantes do Brasil

Celio Borja, Deputado Federal, ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

Mario Gibson Barboza, Embaixador do Brasil na Itália, ex-Chanceler.

Osvaldo Colin, Presidente do Banco do Brasil.

Manuel Pio Correa, ex-Embaixador do Brasil na Argentina, empresário.

Carlos Henrique Cardim, Decano de Extensão Universitária da Universidade de Brasília.

Julián Chacel, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Horácio Cherkassky, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Celulose e Papel.

Carlos Frederico Duarte da Rocha, Embaixador do Brasil na Argentina.

Carlos de Meira Mattos, General (R), especialista em Geopolítica.

Cleantho de Paiva Leite, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

Francisco de Souza Brasil, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Mario da Silva Pinto, engenheiro, empresário.

Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador do Brasil, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

Guilherme Figueiredo, escritor, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Aldo Franco, empresário, ex-Diretor da CACEX do Banco do Brasil.

Paulo Francini, empresário, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Gervásio Inohue, empresário, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Celso Lafer, professor universitário, Universidade de São Paulo, empresário.

Armando Klabin, empresário.

Marcílio Marques Moreira, professor universitário, empresário.

Olavo Monteiro de Carvalho, empresário, Presidente do Conselho Empresarial Argentino-Brasileiro (seção Brasil).

José Mindlin, empresário, Diretor de Comércio Exterior da FIESP.

Roberto Maluf, empresário.

Walter Moreira Salles, Embaixador, banqueiro, ex-Ministro da Fazenda.

José Guilherme Merquior, diplomata, escritor.

Paulo Nogueira Baptista, Embaixador, Presidente da NUCLEBRÁS.

Ronaldo Sardenberg, diplomata.

Osíris Silva, Presidente da EMBRAER.

Mario Henrique Simonsen, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento.

Luis Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas.

Participantes da Argentina

Mario Amadeo, ex-Chanceler, Embaixador.

Natalio Botana, cientista político, Instituto Torcuato Di Tella.

Eduardo Braun Cantilo, engenheiro, empresário.

Carlos Castro Madero, ex-Chanceler, Presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica.

Nicanor Costa Mendez, ex-Chanceler, Embaixador, Vice-Presidente do CARI.

Juan Carlos Cordini, General (R), ex-Chanceler.

Julio César Carasales, Embaixador, Diretor do Instituto do Serviço Exterior.

Oscar Camillión, Embaixador da Argentina no Brasil.

Mariano de Nevares, General (R), ex-Presidente da Comissão Nacional da Bacia do Prata.

Fernando de la Rua, ex-Senador Nacional.

Carlos Dietl, engenheiro, empresário.

Guido Di Tella, economista, Instituto Torcuato Di Tella.

Máximo Etchecopar, Embaixador.

Carlos María Gelly y Obes, professor, ex-Ministro da Educação.

Ernesto Grether, presidente da Câmara Argentina de Comércio.

Mariano Grondona, professor universitário.

Carlos C. Hebling, empresário, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Miguel Irazustabarrena, empresário.

Máximo Leloir, empresário, Presidente do Conselho Empresarial Argentino-Brasileiro (seção Argentina).

Julio César López Ponte, empresário.

Alcides López Aufranc, General (R), empresário.

Rodolfo Guido Martelli, banqueiro, ex-Secretário da Indústria.

Carlos Manuel Muñiz, ex-Chanceler, Embaixador, Presidente do CARI.

Fernando Milia, Almirante (R), especialista em estudos estratégicos.

Jorge Carlos Mitre, jornalista, historiador.

Arnaldo T. Musich, Embaixador, empresário.

Hipólito J. Paz, ex-Chanceler, Embaixador.

Fernando Petrella, diplomata.

Félix Peña, Secretário-Geral do CARI, ex-Diretor do Instituto para a Integração da América Latina.

Enrique Pelzer, Embaixador.

Juan Carlos Pugliese, ex-Ministro da Economia.

Pedro Real, Embaixador, Presidente do Fundo das Artes.

Lonrenzo Raggio, ex-Secretário da Agricultura.

Eduardo A. Roca, Embaixador, empresário.

Alberto Rodríguez Galan, professor universitário, ex-Ministro da Educação.
Miguel Roig, engenheiro, empresário.
Edmundo Sangenis, empresário.
Héctor Subiza, Embaixador, Diretor do Departamento da América do Sul.
Rafaél Squirru, ex-Diretor do Departamento Cultural da OEA.
Leopoldo Tettamanti, Embaixador, ex-Secretário de Comércio Exterior.
Javier Villanueva, professor universitário, Instituto Torcuato Di Tella.
Osiris Villegas, General (R), Embaixador.
Rubén Vela, diplomata.
Ricardo Zinn, banqueiro.

8. BRASIL-ARGENTINA: RELAÇÕES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

CONFLITO E COOPERAÇÃO

Hélio Jaguaribe (*)

I. Antecedentes Históricos

A tensão colonial

As relações argentino-brasileiras foram sempre muito importantes, ainda que nem sempre tenham figurado no primeiro plano das expressas prioridades dos dois países. Ocupados com seus problemas internos ou voltados para os centros dominantes, como Grã-Bretanha ou Estados Unidos, Argentina e Brasil, durante largos períodos, não dedicaram particular atenção ao seu relacionamento. A importância histórica do mesmo, entretanto, constituiu sempre um fato subjacente, que se podia observar quer pela intensidade do intercâmbio entre os dois países, quer pela tensão latente em suas relações ou pela ocorrência de circunstâncias que subitamente configuravam situações de conflito.

Os motivos determinativos da importância das relações argentino-brasileiras são bastante evidentes, decorrentes de múltiplos fatores histórico-geográficos. A larga fronteira entre os dois países, incluído o Uruguai na faixa demarcatória, se caracteriza, mais do que por sua extensão, pelo fato de ser, desde o século XVII, a zona de encontro e de tensão entre os sistemas português e espanhol.

O Brasil, como é sabido, é uma área de expansiva colonização portuguesa, que tende, desde o século XVI, a extravasar os limites fixados pelo tratado de Tordesilhas. O adentramento dos portugueses, a partir do Nordeste do país, para o Norte amazônico, rumo a Manaus, para o Centro-Oeste, rumo a Cuiabá e para o Sul, rumo ao estuário do Prata, se deparou, nos limites de sua expansão, com uma densa selva desabitada, salvo no Sul, onde se defrontou com os limites do ecúmeno espanhol, cujos movimentos migratórios, a partir do altiplano boliviano e peruano, desciam até o estuário do Prata. Faixa de encontro e de confrontação entre os impérios português e espanho , a fronteira na bacia do Prata dos dois sistemas foi oscilante, até meados do século XIX.

---

*Apresentado no Seminário organizado em 28 de abril de 1981, na Universidade de Brasília, pelo Conselho Brasileiro de Relações Internacionais.

Durante o período colonial, tendeu a se manifestar uma sensível falta de correspondência entre os objetivos centrais dos dois impérios e as condições locais. O império português, mantendo uma consistente política de expansão territorial no Brasil, visava a estendê-lo, no Sul, até a margem oriental do Prata. Concentrada a ocupação lusitana, todavia, no Nordeste e Centro-Leste do país, dispunha de insuficientes recursos para a sustentação de seus propósitos expansionistas no extremo Sul. O império espanhol, quase exclusivamente interessado na extração de metais preciosos do altiplano boliviano e peruano, não dava excessiva importância aos desígnios portugueses referentes à margem oriental do Prata, sempre que mantivesse fora de qualquer risco suas áreas de mineração. Diversamente dos propósitos da coroa, entretanto, os excedentes populacionais da colonização espanhola que se deslocavam para o Sul e encontravam as mais propícias condições agropecuárias no estuário do Prata, por eles já ocupado, ambicionavam expandir-se por ambas as margens, contando, para tal, com suficiente concentração demográfica. Daí a contradição entre as políticas das coroas lusitana e espanhola e as condições locais. De conformidade com seus objetivos expansionistas Portugal ocupa em 1680 a banda oriental do estuário do Prata, fundando a Colônia do Sacramento. A população hispânica da região, entretanto, não se conforma com essa ocupação e a assedia, continuamente, até capturá-la, em 1702. A coroa portuguesa reage à conquista negociando com a espanhola a devolução da Colônia, o que obtém pelo tratado de Utrecht, de 1713. A história da Colônia do Sacramento se caracterizará, assim, por uma seqüência de pressões locais, geradas pela concentração demográfica de populações hispânicas interessadas na ocupação de ambas as margens do estuário, que assediam a Colônia, e a reconfirmação do domínio português, por via diplomática. Essa seqüência de assédios militares e devoluções diplomáticas tem um temporário paradeiro com o tratado de San Ildefonso, de 1777, que cede à Espanha a Colônia do Sacramento[1].

Os portugueses, entretanto, não renunciam ao seu propósito de ocupação da margem oriental do Prata. Com a Independência e as lutas internas entre Buenos Aires e as províncias, que debilitam o poder central da Argentina e, contrariamente, com o fortalecimento do poder central brasileiro, devido à transferência da coroa lusitana para o Rio de Janeiro, formam-se as condições para a exitosa ocupação militar e a anexação, como Província Cisplatina, em 1817, da região que hoje corresponde ao Uruguai. Esse estado de coisas será, uma vez mais, alterado, em 1825, com a rebelião de Lavalleja, com o apoio militar de Buenos Aires. A inconclusiva guerra argentino-brasileira, de 1825-27, termina com uma solução de compromisso, no interesse da Grã-Bretanha e mediante a intermediação desta, através da criação, na faixa contestada, de um estado independente, a República do Uruguai[2].

A tensão argentino-brasileira, sucessora da hispano-portuguesa, não termina, entretanto, com a criação de um estado tampão entre os dois países, em virtude do conflitante propósito, por parte de cada qual, de influir sobre o governo uruguaio. Daí, em grande medida, os conflitos internacionais do período de Rosas, que conduzirão o império brasileiro a esposar no Uruguai o partido colorado, contra os blancos, apoiados por Rosas. A queda de Rosas dá início a um período menos conflitivo entre os dois países, que finalmente se aliam contra o Paraguai de Solano Lopez.

Imagens e realidades

Outro fato importante, no relacionamento argentino-brasileiro, em virtude da alternância de suas posições relativas e das imagens que cada um dos dois países se foi formando de si

---

(1) Cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. III, pgs. 786 e segts., Rio de Janeiro, José Olympio Edit. 1959, 7 vols.
Teixeira Soares, *Diplomacia do Império no Rio da Prata*, Cap. I, Rio de Janeiro, Edit. Brand., 1955; vide também.
Carlos Alberto Floria e Cesar A. Garcia Belsunce, *História de los Argentinos*, pgs. 176 e segts., Buenos Aires, Edit. Kapelusz, 1971, 2 vols.
(2) Cf. Carlos Alberto Floria — Cesar A. Garcia Belsunce, *Historia de los Argentinos*, vol. I, pgs. 481 e segts., *op-cit* e Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. V, pgs. 1549 e segts., op-cit.

mesmo e do outro, no curso da história, foi a circunstância de que seu desenvolvimento não foi sincrônico, até a segunda metade do corrente século[3].

Com efeito, o período colonial, extremamente importante na história brasileira, foi de secundária importância, na da Argentina. A colonização espanhola, na América do Sul, principalmente orientado, como já foi mencionado, para a lavra de metais preciosos, se concentrou no altiplano peruano e boliviano, deixando a Argentina como uma área de desaguamento de excedentes populacionais. No Brasil, ao contrário, passadas as hesitações iniciais da coroa ante a difícil tarefa da colonização direta das imensas novas possessões, os governadores gerais empreenderam uma política sistemática de ocupação territorial. O maior desenvolvimento relativo do Brasil, na época colonial, se acentua com o contraste entre o longo período de tumultos, que marca os primeiros decênios da independência argentina, até a queda de Rosas e a posterior consolidação da supremacia portenha, com Mitre, com a basicamente ordeira transição que se verifica, no Brasil, do principado de D. Pedro, como representante da coroa, ao seu reinado, como primeiro imperador. Essa continuidade ordeira, embora se defrontando com rebeliões locais, persiste no período de transição da regência à decretação da maioridade de D. Pedro II.

O súbito desenvolvimento da Argentina, a partir de 1880 e a básica continuidade desse processo, *até fins da década de 1920*, marca uma reversão da tendência anterior e contrasta, de forma crescentemente favorável para a Argentina, com a relativa estagnação do Brasil, dos últimos anos do Império à última década da República Velha. É ante a crescente importância da Argentina do começo do século que o Barão do Rio Branco, temeroso de uma coligação anti-brasileira dos vizinhos hispânicos, sob liderança platina, engendra uma política de relacionamento especial com os Estados Unidos, concebida, concomitantemente, como contrapeso à excessiva influência britânica sobre o Continente[4]. Aí terá origem, entre outros fatores e por motivos que ultrapassavam as possibilidades de previsão de Rio Branco, um longo processo de dependência para com os Estados Unidos, que só será revisto criticamente na segunda metade deste século.

A assincronia do desenvolvimento da Argentina e do Brasil voltará a se manifestar, desta vez a favor do Brasil, a partir da década de 1930. As novas condições internacionais após a crise de 1929, e, mais ainda, após a segunda guerra mundial, reduzem a Grã-Bretanha a uma posição crescentemente secundária, no concerto das nações e inviabilizam modelo agroexportador que tanta prosperidade proporcionara à economia argentina. Diversamente, o processo de industrialização por substituição de importações — apesar das limitações de que hoje se tem claro entendimento — favoreceu particularmente os países grandes, notadamente o Brasil. Criaram-se, assim, por via espontânea, as condições que permitiriam ao Brasil, depois da segunda guerra mundial, um enorme e acelerado desenvolvimento, com os planos do governo Vargas e o programa de metas do governo Kubitschek.

Contrastando com essa fase de expansão da economia brasileira, a Argentina experimentou um período de relativa estagnação, de 1930 a 1945. Seu subseqüente processo de industrialização, por outro lado, tendo sido iniciado pelo regime peronista, foi afetado, tanto por alguns dos desequilíbrios que caracterizaram o peronismo como, no período subseqüente, pelos desequilíbrios de sinal contrário, decorrentes das idiossincrasias antiperonistas. Somente com Frondizi encontrou a política econômica argentina um razoável ajustamento entre os incentivos industrializantes e uma política financeira equilibrada. Múltiplas circunstâncias, entretanto, ligadas à instabilidade política do país, desde a queda de Peron, bem como, recentemente, às novas condições internacionais a partir de 1973, conspiraram no sentido de privar a Argentina de reencontrar um novo período de acelerado desenvolvimento. O prolongado período de

---

(3) Sobre o desenvolvimento inicial argentino vide Aldo Ferrer, *La Economia Argentina*, capts. I a IV, México, Fondo de Cultura Econômica, 1963; sobre o brasileiro vide Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio, Fundo de Cultura, 1959.

(4) Sobre Rio Branco vide Luiz Viana Filho, *A Vida do Barão do Rio Branco*, Rio, José Olympio Edit., 1959.

relativa estagnação econômica e de agudo impasse político exerceu um efeito extremamente negativo na auto-imagem do país, no curso das últimas décadas.

A não sincronia do desenvolvimento da Argentina e do Brasil, dos tempos coloniais a meados deste século, contribuiu para gerar imagens pouco equilibradas na visão que cada um dos países foi tendo de si mesmo e do outro. Tal circunstância, evidentemente, não favoreceu, até recentemente, um bom entendimento das recíprocas realidades nacionais e de seus verdadeiros interesses mútuos.

Na atualidade, os dois países apresentam condições sensivelmente equilibradas, embora nenhum deles tenha logrado um suficiente equacionamento de sua própria problemática. Esta última questão extravaza completamente o âmbito do presente estudo e comporta, apenas, uma simples referência, para fins de esclarecimento da realidade societal de ambos os países.

Em síntese, se poderia dizer que o Brasil atual assumiu uma consciência bastante consensual de sua condição de sistema continental e das principais implicações econômicas dela decorrentes. Esse consenso abrange, embora de forma ainda imprecisa, o reconhecimento de que se deve dar a mais alta prioridade à superação das limitações energéticas do país, notadamente mediante a utilização das possibilidades de sua biomassa. Há igual consenso, no país, quanto à necessidade de encaminhá-lo, politicamente, para um regime democrático, aberto e pluralista. Permanece indefinida, entretanto, a grave questão social brasileira, com as abissais diferenças que separam os setores médios e altos das grandes massas. Essa indefinição não permitiu, até hoje, que se lograsse, para um projeto de desenvolvimento social, o consenso que se formou para o desenvolvimento econômico do país, tornando, assim, pouco estável, o atual consenso para um projeto democrático.

No caso da Argentina, a situação é ao mesmo tempo mais simples e mais complexa. Mais simples porque o país não se defronta, objetivamente, com os contrastes que afetam a realidade brasileira. A Argentina é um país extremamente bem dotado de recursos naturais, com uma relação extremamente favorável entre suas disponibilidades físicas e seu estoque populacional. Seu parque industrial, a despeito de deficiências no setor de bens de capital e de bens intermediários, apresenta um alto nível de capacidade produtiva e pode facilmente corrigir ou compensar suas principais deficiências. Acrescente-se que o país dispõem de uma população de alto nível de educação e capacitação, não afetada por excessivos desequilíbrios de riqueza e dotada de grande homogeneidade. O que torna complexo o problema argentino é o difícil legado do peronismo, tanto por suas contribuições positivas — que dele fazem uma experiência irreversível — quanto por seus aspectos negativos — que vêm obnibulando a subseqüente política econômica do país e, no plano sócio-político, vêm dificultando a superação do "verticalismo" e a conversão do peronismo, tanto sindical como político, num moderno trabalhismo democrático. Daí o prolongado impasse político da Argentina, com seus efeitos negativos sobre a economia e a auto-imagem do país. Mas daí, também, a possibilidade de uma acelerada recuperação, uma vez que os problemas são de caráter quase exclusivamente político e encontrarão solucionamento relativamente rápido no momento em que se defina uma liderança capaz e esclarecida, com um projeto político realista e abrangente.

II. Conflito e Cooperação

A dimensão conflitiva

O legado histórico do período colonial e da primeira metade do século XIX, para as relações argentino-brasileiras, foi, como acabamos de ver, predominantemente de conflito. A esse período de confrontação direta, em torno da banda oriental do estuário do Prata, segue-se, depois de um período de cooperação na contenção do expansionismo de Solano Lopez, uma fase de competição antagônica pela supremacia na América do Sul.

A pretensão de supremacia constituiu, fundamentalmente, uma decorrência da imagem que cada um dos países se fazia de si mesmo e do outro, no âmbito mais amplo da representa-

ção que tinham do contexto internacional, em geral e do sul-americano, em particular. Com efeito, no período em referência, que vai, *grosso modo,* das últimas décadas do século XIX às primeiras do século XX, os dois países não haviam, ainda, logrado completar sua própria estruturação interna, nem a ocupação de seu próprio território. Ambos eram economias agro-exportadoras orientadas para os países centrais. Nenhum deles mantinha relações econômicas significativas com outros países da região salvo, precisamente, ainda que em modesta escala, seu mútuo intercâmbio fronteiriço[5]. O propósito de predominância na região sul-americana, portanto, nem correspondia a qualquer interesse real de ambos os países, nem era um objetivo factualmente implementável por parte de nações agrícolas e dependentes. Esse propósito era um mito, decorrente de outros mitos.

O mito argentino tinha por núcleo a imagem da nação européia, de população branca, parceira supostamente privilegiada da potência hegemônica mundial, a Grã-Bretanha, que se via a si mesma, numa América do Sul mestiça, como a única interlocutora ocidental da Europa. A essa nação, naturalmente dotada de características superiores, cabia um destino manifesto de hegemonia regional, como uma réplica, na América do Sul, à hegemonia regional que os Estados Unidos estavam realizando na América do Norte.

O mito brasileiro tinha por núcleo a imagem do colosso físico, que gerou o ufanismo. País colossal, com rios colossais, árvores colossais, necessariamente conduzido a um destino colossal. O ufanismo físico continha, ademais, matizes aristocráticos. Única monarquia constitucional, cercada por republiquetas caudilhescas. Com a República, os matizes aristocráticos persistem, de forma reajustada. Não havia mais Imperador — o que sempre foi deplorado pelo sub-consciente popular — mas havia uma República Constitucional, com um Senado de notáveis e à figura aristocrática do senhor de engenho se segue a figura oligárquica do fazendeiro paulista. Acrescente-se, no plano internacional, as supostas relações culturais privilegiadas da elite francófona (e da grei positivista) com a França e as supostas relações especiais da diplomacia brasileira com os Estados Unidos.

A disputa entre a Argentina e o Brasil de uma presumida supremacia na América do Sul foi, sobretudo, retórica, dada a já aludida circunstância de que nenhum dos dois países tinha efetivamente reais interesses em jogo na região e nenhum dispunha de condições objetivas para nela exercer quaquer forma de predomínio. Isto não obstante, a suposião em que se baseavam ambos os países de que deviam demonstrar disposião e capacidade para o exercício de tal predomínio, evitando, concomitantemente, que o adversário incrementasse seu poderio ou sua influência, conduziram, dentro de seus moderados recursos, a uma política de carreira armamentista, sobretudo naval e a uma estratégia de equilíbrio de poder. Em tais condições, ocorreram momentos de efetiva tensão pré-bélica entre os dois países notadamente quando se agudizou o antagonismo entre os chanceleres Zeballos e Rio Branco[6].

Escapou à consciência dos dirigentes argentinos e brasileiros da época a constatação do alto grau de dependência em que se encontravam ambos os países, relativamente aos países centrais, notadamente no tocante à relação hegemônica que a Grã-Bretanha exercia sobre a Argentina, mesmo depois do relativo declínio britânico, após a primeira guerra mundial, bem como no tocante à relação de dependência do Brasil para com os Estados Unidos, bastante antes de estes assumirem a preponderância internacional a que seriam conduzidos depois da segunda guerra mundial.

Data, igualmente, dessa época, a vinculação ideológica que se estabeleceu, no Brasil e na Argentina, entre o nacionalismo conservador e a postura de antagonismo de cada país em relação ao outro, de que foram representantes típicos Zeballos e Rio Branco. Essa tendência ideológica se revelou bastante perduradoura, transferindo-se, mais recentemente, para as posições de extrema direita, como o integralismo brasileiro, o integrismo argentino e a ala direita do

---

(5) Cf. Celso Furtado, *Formação Econômica da América Latina,* Rio, 1969.
(6) Cf. Pedro Calmon, *História do Brasil,* vol. VI, pgs. 2110 e segts., op-cit.

peronismo e chegando a nossos dias através das concepções geopolíticas de meados do século. Estas últimas representadas, na Argentina, por homens como o almirante Isaac Rojas e, de forma mais sofisticada, o general Gugliamelli e o grupo da revista *Estratégia* e, no Brasil, por dirigentes político-militares como os generais Golbery do Couto e Silva e Meira Matos. Nos regimes militares vigentes, no Brasil, de 1964 a princípios de 1979 e, na Argentina, ainda no poder em 1981, as ideologias de extrema direita e de cunho geopolítico contribuíram, evidentemente, para a recente revivescência do antagonismo argentino-brasileiro, particularmente ilustrado pelo caso de Itaipu.

As novas relações

A segunda metade deste século trouxe decisivas modificações para o cenário latino-americano. Creio, em síntese, que haveria que diferenciar dois momentos mais importantes. O primeiro ocorre com a década de 50, introduzindo, a partir da obra da CEPAL, a consciência do subdesenvolvimento latino-americano, das relações de dependência centro-periferia, e da básica comunidade de condições existentes entre os países da região, conducente, por isso, a uma política de solidariedade e de integração regionais. O segundo momento relevante ocorre com a década de 70 e a crise do petróleo, impondo aos países da região um imperativo de abertura ao mercado internacional e de ativa solidariedade com o Terceiro Mundo.

Esse conjunto de eventos produziu, inicialmente, uma consciência latino-americana que jamais existira, como estado de espírito comum a todos os países da região. Figuras particularmente clarividentes, como Bolivar e San Martin, já haviam intuído, nos albores da independência, a existência de uma comunidade de interesses que ultrapassava as *patrias chicas*. Essa visão, entretanto, não era latino-americana e sim exclusivamente hispano-americana. E assim mesmo estava, efetivamente, vinculada ao intento de preservação de uma unidade sub-regional: a Grã-Colombia ou o Vice-Reinado do Prata. A formação de um sentimento de comunidade de destinos para todos os países latino-americanos foi obra da CEPAL, sob a liderança intelectual de Prebisch.

É no âmbito dessa nova consciência latino-americana que a *intelligentsia* jovem da Argentina e do Brasil da década de 50 produz uma revisão crítica da tradição de antagonismo entre os dois países e elabora a teoria da cooperação argentino-brasileira como pedra angular do sistema latino-americano[7]. É a partir dessas influências que as posições não comunistas de esquerda, na América Latina — democrático-socialistas, populistas, nacionalistas de esquerda — incorporam à sua ideologia a idéia da integração e da solidariedade latino-americanas. Tal fato se faz sentir no âmbito do populismo peronista, de compromisso latino-americanista, em contraposição à ala direita do mesmo peronismo, assim como, no caso do Brasil, nas posições latino-americanistas de Vargas, Kubitschek e Goulart.

Por outro lado, os países latino-americanos experimentaram nas décadas subseqüentes à segunda guerra mundial, uma profunda diferenciação estrutural, de forma basicamente correspondente à magnitude de seus recursos[8]. O processo de industrialização por substituição de importações, apesar de seus efeitos restritivos, em termos de autonomia tecnológica e empresarial, favoreceu particularmente os países grandes da região — Argentina, Brasil e México — pouco afetando os pequenos países da América Central. Não menos relevante, notadamente a partir da crise do petróleo, foi a disponibilidade ou não de abundância de óleo nos países da região, ou pelo menos sua capacidade de substituição de óleo por outras fontes energéticas.

---

(7) Do lado brasileiro, esse novo pensamento surge com o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política — IBESP e sua revista *Cadernos do Nosso Tempo* (1953–56); do lado argentino, se articula em torno do pensamento econômico de Aldo Ferrer e do sociológico de Torcuato Di Tella.
(8) Cf. entre outros Tulio Halperin Donghi, *História Contemporânea da América Latina*, pgs. 437 e segts., Madrid, Alianza Editorial, 1970; sobre os aspectos econômicos mais recentes vide José Serra, Coorden., *América Latina — Ensaios de Interpretação Econômica*, Rio, Paz e Terra, 1976.

Graças ao petróleo a Venezuela, que permanecera inicialmente à margem do processo de industrialização, pode montar um grande sistema econômico e, a partir dele, alcançar um nível de alta influência regional e internacional. As grandes proporções, reveladas por recentes descobertas, das reservas petrolíferas do México, lhe asseguraram, adicionalmente ao seu elevado nivel de industrialização, os recursos suplementares de que necessitava para corrigir e compensar seu *deficit* de produção de alimentos. E a prática auto-suficiência petrolífera de que goza a Argentina constitui um fator adicional para a estabilidade econômica do país, proporcionando-lhe condições mais favoráveis para a superação de sua crise política. Mencione-se, ainda, no caso do Brasil, a medida em que seu enorme *deficit* petrolífero, de ordem de 80% da demanda corrente, só não se reveste de características fatais por causa, por um lado, de sua imensa capacidade hidrelétrica e, por outro, de suas possibilidades, a mais longo prazo, de substituição de combustíveis fósseis por álcool e óleos vegetais.

Essas diferenciações estruturais, na América Latina, inviabilizaram as expectativas da década de 50 no tocante a um processo integrativo de caráter global, regulável por um acordo geral entre os países. A comunidade básica de condição e de interesses existente entre os países latino-americanos constitui uma aquisição permanente da consciência da região. A operacionalização desses interesses comuns, entretanto, dadas as diversificações a que se fez referência, não é mais exequível de um modo globalístico. Requer políticas e mecanismos com uma diversificação e flexibilidade que se ajustem às diferenças estruturais ostentadas pelos países da região.

Nesse quadro, a disputa entre a Argentina e o Brasil de pretensa supremacia regional perdeu qualquer sentido, até mesmo no plano retórico. Os países latino-americanos passaram a ter importantes interesses recíprocos, bilateral e multilateralmente, e necessitam de medidas e mecanismos efetivos para atendimento dos mesmos. Todos se confrontam com o problema de reduzir sua taxa de dependência para com os países centrais sem, concomitantemente, reduzir sua capacidade de absorção de capitais e tecnologias provenientes daqueles países. Todos necessitam de aprofundar seu desenvolvimento e de alcançar maior participação no comércio mundial, notadamente de manufaturas. Todos necessitam maximizar as potencialidades de intercâmbio regional, como forma complementar e parcialmente compensatória de seu comércio internacional.

Esse contexto abre para o Brasil e para a Argentina as mais variadas possibilidades de cooperação, bi e multilateral, tanto em termos de projetos conjuntos quanto em termos de uma sadia competição não antagônica. O efeito combinado do peso cada vez maior das novas condições, com a crescente vigência, na Argentina e no Brasil, das idéias orientadas para a cooperação entre os dois países, levaram estas últimas, a despeito das ideologias militares, a superar, finalmente, os velhos preconceitos de antagonismo.

Esta reorientação, em sentido cooperativo, do relacionamento dos dois países, encontra sua expressão formal em dois principais eventos: o acordo de Itaipu e as visitas oficiais do Presidente Figueiredo à Argentina e do Presidente Videla ao Brasil.

O caso de Itaipu é particularmente significativo porquanto o aproveitamento das imensas potencialidades hidrelétricas do rio Paraná, passando pelas fronteiras da Argentina, do Brasil e do Paraguai, comporta, igualmente, alternativas conflitantes ou cooperativas, estas sendo, ademais, independentemente de outras considerações, as que permitem a otimização do potencial energético do rio. Sem embargo deste último aspecto, o encaminhamento que vinha sendo dado à matéria, através de entendimentos bilaterais do Brasil com o Paraguai, para a construção da binacional de Itaipu, fora conduzido à revelia da Argentina e em conflito com os interesses desta. Retaliatoriamente, a Argentina empreendeu, à revelia do Brasil e contra os interesses deste, entendimentos com o Paraguai, para a construção da hidrelétrica de Corpus. Essa situação altamente conflitiva, entretanto, foi, por fim, satisfatoriamente solucionada, de forma cooperativa entre os três países, através do Acordo de Cooperação Técnico-Operativo de Itaipu e Corpus, de 19 de outubro de 1979[9].

---

(9) Vide texto do acordo de Itaipu em *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano XXII, nnos. 85.88, pgs. 101–105.

Marcando, simbolicamente, a nova orientação cooperativa das relações argentino-brasileiras, o Presidente Figueiredo visitou a Argentina, em 14-17 de maio de 1980 e o Presidente Videla retribuiu a visita em 19-23 de agosto do mesmo ano. Em ambas as visitas os dois governos acentuaram o caráter estrutural e permanente das relações de cooperação entre o Brasil e a Argentina, enfatizando a medida em que tal cooperação exprime interesses nacionais que transcendem quaisquer eventuais contingências políticas[10].

A dimensão cooperativa

A coextensão do Brasil com a Argentina ao longo de uma larga fronteira, delimitando, em vez de selvas inóspitas, como nos extremos Oeste e Norte do país, regiões que, desde o século XVII, se foram tornando cada vez mais densamente povoadas e cultivadas, deu margem a um crescente intercâmbio fronteiriço. Esse intercâmbio se converteu num comércio de grandes proporções à medida em que os dois países desenvolveram suas vantagens relativas nas lavouras tropical e temperada. Acrescente-se que a industrialização dos dois países, nas últimas décadas, incrementou extraordinariamente esse comércio, pelo qual ambos se beneficiam de suas especializações manufatureiras e de alternâncias de políticas econômicas que favorecem importações ora de um ora de outro.

O alto grau de complementariedade existente entre países vizinhos, ligados por bons sistemas rodoviários e facilidades de navegação costeira, cujas economias são as duas mais importantes do continente, conduziu, naturalmente, o intercâmbio argentino-brasileiro, a ser o mais importante comércio bilateral da América Latina[11].

O reconhecimento oficial dessa complementariedade, nas últimas décadas, levou dirigentes de ambos os países a intentos de sistematizar seu aproveitamento. Entendimentos entre Vargas e Peron, em princípios da década de 1950 e mais tarde, entre Quadros e Frondizi, buscaram políticas e mecanismos que incentivassem a recíproca cooperação. A intermitente revivescência, instigada pelas ideologias militares, do espírito de antagonismo, a que se fez precedente menção, não permitiu, até recentemente, que se concretizassem tais intentos. A oportunidade para tal, no entanto, parece se consolidar agora, com a nova *entente cordiale* entre os dois países[12].

A dimensão cooperativa, entre a Argentina e o Brasil, não se limita às oportunidades, por si mesmas amplíssimas, de exploração de sua recíproca complementariedade econômica. Ela envolve duas outras dimensões de igual ou maior relevância: a cooperação tecnológica e a cooperação internacional. Ambas abrangem uma gama extremamente larga de possibilidades imediatas e de outras que se abrem para o futuro próximo, como se intentará discutir brevemente, na seguinte seção deste estudo.

III. Perspectivas para o futuro

Cooperação complementar

A exploração da complementariedade econômica existente entre o Brasil e a Argentina constitui a mais antiga e natural forma de cooperação entre os dois países. Como foi menciona-

---

(10) Cf. sobre o assunto a Declaração Conjunta firmada por ambos os presidentes em Buenos Aires, em 17 de maio de 1980. Na ocasião foram assinados importantes acordos de cooperação entre os dois países, destacando-se, entre estes: (1) projeto de interligação dos sistemas elétricos argentino e brasileiro; (2) memorandum de consulta recíproca; (3) tratado de aproveitamento dos recursos hídricos dos trechos limítrofes do rio Uruguai e seu afluente Pepiri-Guaçu; (4) acordo de cooperação para aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear e convênios conexos de implementação.

(11) O intercâmbio argentino-brasileiro em 1980 foi da ordem de US$ 1.800 milhões.

(12) Cf. os acordos mencionados na Nota 10.

do, um intercâmbio fronteiriço, que vem dos primórdios coloniais, se converteu no mais amplo comércio bilateral da América Latina, envolvendo, ademais da troca de produtos das lavouras tropical e temperada, uma crescente pauta de manufaturas e de equipamentos.

Para incrementar as possibilidades desse comércio, bem como de seu intercâmbio com os restantes países da zona, Argentina e Brasil foram subscritores do pacto de Montevidéu. A ALALC(*), entretanto, não rendeu, como é sabido, os benefícios que, em grande parte por uma postura mimética à do tratado de Roma, dela se esperava. Na verdade, as condições prevalescentes na América Latina eram completamente distintas das ocorrentes na Europa. Lá existiam grandes centros produtivos cerceados por restrições aduaneiras, para a mobilização dos quais, removidos tais obstáculos, se dispunha, igualmente, de eficientes sistemas de comercialização. Na América Latina, ao tempo da constituição da ALALC, os produtos exportáveis eram basicamente bens primários orientados para o abastecimento dos países centrais e inexistiam experiência e condições para um ativo comércio intra-zonal.

Para o intercâmbio argentino-brasileiro a ALALC trouxe apenas vantagens marginais[13]. O sistema que se lhe sucedeu (ALADI) não deverá, tampouco, acarretar benefícios muito significativos. O que importa, entretanto, é o fato de que, dentro de um regime aduaneiro mais favorável, Argentina e Brasil estão desenvolvendo novas condições para incrementar significativamente seu comércio. Dentre essas novas condições avultam dois aspectos. Por um lado, o desenvolvimento (ainda que predominantemente sob o controle de transnacionais) de nova e diversificada capacidade produtiva, no setor manufatureiro e de equipamentos, que tem na exportação um objetivo principal ou relevante. Por outro lado, a formação e expansão (por capitais nacionais) de "tradings" com ampla capacidade de comercialização. Aproximam-se, assim, os dois países, das condições que possibilitaram o êxito exportador da Europa, sendo de prever-se um grande aumento de suas exportações, tanto bi como multilateralmente.

Importaria, no âmbito destas considerações sobre a complementariedade argentino-brasileira, fazer referência a dois outros distintos aspectos da questão. O primeiro aspecto diz respeito ao desenvolvimento, no plano econômico, de formas deliberadas e conscientes de competição não antagônica. Uma amadurecida exploração da complementariedade econômica ultrapassa o campo das especializações naturais e conduz a especializações por via competitiva. Tal é, dentro de certos limites, o regime vigorante entre países industrializados. Argentina e Brasil, tanto no plano das regulamentações oficiais quanto no da prática empresarial, enveredaram por esse caminho, como o revela a crescente presença de bens duráveis e equipamentos no intercâmbio dos dois países.

O segundo aspecto que importa ressaltar é de caráter não econômico e diz respeito à crescente cooperação intelectual que se faz sentir, em todas as disciplinas. Essa cooperação intelectual, inserida, via de regra, no âmbito mais amplo de um intercâmbio intra-latino-americano, já assume proporções consideráveis no campo das ciências sociais e biomédicas[14].

Cooperação técnica

As novas relações argentino-brasileiras surgiram, a partir de uma sadia reação de racionalidade, no plano da tecnologia. Consistiram na constatação por ambos os países, ainda que tardiamente, de que seus conflitivos projetos de Itaipu e Corpus podiam, com grande vantagem mútua, serem reciprocamente compatibilizados, mediante a adoção de uma política de cooperação técnica.

(*) Atual ALADI.

(13) Cf. Rômulo Almeida, *"Reflexiones sobre la Integración Latino-americana"* in *Estudios Internacionales*, Ano XII, N. 52 (Octubro-Diciembre) 1980, pgs. 417—459, particularmente pgs. 422 e segts.

(14) Exemplos típicos do caso são a estreita cooperação, no campo das ciências sociais, através do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais — CLACSO e, no setor de relações internacionais, através do Programa RIAL.

As oportunidades de cooperação entre o Brasil e a Argentina, no campo da tecnologia de infra-estrutura, são extremamente amplas. Ademais da apropriada utilização do potencial hidrelétrico do Paraná, comportam inúmeras outras importantes possibilidades, no campo da navegação fluvial, da irrigação, da intercomunicação rodoviária, etc.[15]

A vasta possibilidade de cooperação tecnológica entre os dois países, cobrindo, praticamente, todos os setores da técnica, se revela particularmente importante, ademais de no já referido campo da tecnologia de infra-estrutura, em duas outras áreas, que se poderiam denominar de tecnologia de controle e de tecnologia de ponta.

O que se está aqui denominando de tecnologia de controle diz respeito à complexa problemática envolvida no relacionamento de países periféricos, em avançada fase de industrialização, com as empresas transnacionais. Escaparia às dimensões deste estudo uma discussão mais ampla dessa problemática. Limitemo-nos a assinalar os pontos fundamentais da questão. Estes se concentram em torno do dilema fundamental que a transnacionalização da economia impõe aos países periféricos.

Se, para preservar sua autonomia, os países periféricos se recusam a incorporar as transnacionais — assumindo-se que tenham capacidade para implementar tal opção — ocorre-lhes que se torna crescente sua defasagem tecnológica, relativamente aos países centrais, e que, ademais, se ressentirão, de modo cada vez mais crítico, de falta de capacidade de investimento e de acesso aos mercados internacionais. Se, para evitar tais inconvenientes e se modernizarem, abrem acesso em seu sistema econômico às transnacionais, as vantagens reais que irão auferir — deduzidos os benefícios aparentes e os múltiplos custos decorrentes da atuação de tais empresas — não conduzirão tais países à superação da brecha tecnológica. O modo transnacional de transferência tecnológica implica, sempre, em se manter externo aos anfitriões periféricos os mecanismos e processos de inovação tecnológica. Assim sendo, a transferência que se efetua abrange, apenas, a tecnologia do presente, já comercializada e não inclui nem a tecnologia "in the making", que será a do futuro, nem, principalmente, o "making" da tecnologia, ou seja, o processo de inovação tecnológica, como tal.

Esse dilema, para países de menor desenvolvimento relativo, supera de tal modo suas possibilidades e capacidades que, de certa forma, pode deixar de ser levado em conta, por insolúvel, para o estágio econômico em que se encontram. Para os países periféricos que já alcançaram um importante nível de desenvolvimento econômico e tecnológico e que, ademais, dispõem, por suas dimensões e outras características, de alta taxa de viabilidade nacional — como ocorre no caso do Brasil e da Argentina — os problemas suscitados pela transnacionalização da economia se revestem de particular importância. É que o dilema da transnacionalização, no caso de tais países, pode ser encaminhado para uma linha de solução. Esta não consiste nem na sistemática repulsa às transnacionais, nem na passiva aceitação das mesmas. A solução consiste na adoção de uma complexa política de controles, dentro de condições realistas e apropriadas, mas encaminhada para a crescente desagregação do "package" tecnológico-político-comercial em que assentam tais empresas. Fundamental, nesse processo de desagregação, é o desenvolvimento de uma capacidade tecnológica de controle das tecnologias importadas, que permita ao país anfitrião apropriar-se das técnicas e processos de produção dessas tecnologias e, a partir daí, da própria inovação tecnológica, num dado ramo ou campo[16].

Essa tecnologia de controle requer, usualmente, uma aproximação também multinacional. Em parte, porque os custos (inclusive políticos) tendem a se tornar excessivos, para um país só.

---

(15) Importante avanço nesta direção foi dado por ocasião da visita do Presidente Figueiredo à Argentina, de 14 a 17 de maio de 1980, sendo firmados, entre outros, os acordos de cooperação a que se refere a Nota 10.

(16) Cf. sobre o assunto Osvaldo Sunkel e Luciano Tomassini, "La Crisis del Sistema Transnacional y la Transformacion de las Relaciones Internacionales de los Paises en Desarrollo", in *Estudios Internacionales*, Ano XIII (Abril—Junio 1980) N. 50 pgs. 163 a 207; vide também Francisco R. Sagasti, "Politica de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo" e Jan Kñakal, "Las Empresas Transnacionales en el Desarrollo Contemporaneo de America Latina", ambos in *Estudios Internacionales*, respectivamente Ano XIII, N. 49, pgs. 86—111 e Ano XII, N. 47, pgs. 322—350.

Em parte porque, freqüentemente, o processo tecnológico que se quer controlar se baseia em operações realizadas em mais de um país.

No caso do Brasil e da Argentina uma política de estreita cooperação, no terreno das tecnologias de controle, constitui uma condição praticamente necessária para seu êxito. Às vantagens de binacionalização da pesquisa de controle se soma a decisiva circunstância de que, compartilhando ambos os países o mesmo esforço, evitam que as transnacionais os manipulem um contra o outro, neutralizando seus intentos.

Um segundo aspecto particular a destacar, no campo da cooperação tecnológica do Brasil com a Argentina, diz respeito às tecnologias de ponta, como a nuclear, a informática, a microeletrônica, a de macromoléculas, e outras equivalentes. Aplica-se a este setor, o que foi observado, relativamente à tecnologia de controle, inclusive porque nele é predominante a atuação das transnacionais. Ademais das considerações de custo, de repartição de esforços e de outras considerações da mesma ordem, avultam, no caso, duas importantes circunstâncias. A primeira diz respeito ao fato de que nem o Brasil nem a Argentina dispõem, isoladamente, no momento e no futuro imediato, de suficiente massa crítica de capacidade científico-tecnológica para atacarem com êxito, em escala meramente nacional, os problemas implicados em tais setores. Mesmo agindo em regime de estreita cooperação, ambos os países necessitarão, nessa área, de importantes contribuições externas. Ocorre, apenas, que reunindo esforços, lograrão autonomizar-se em futuro não remoto, o que dificilmente ocorreria no caso de esforços isolados[17].

A segunda circunstância de decisiva importância, em tal área, se prende à superação dos vetos das potências centrais, notadamente no campo nuclear, embora não apenas neste. Como tem sido evidenciado por diversos autores, notadamente Jorge Sabato, a apreensão manifestada pelos Estados Unidos relativamente aos riscos de que o desenvolvimento nuclear brasileiro — o que também se aplica à Argentina — venha a permitir a produção clandestina de bombas atômicas, é destituída tanto de fundamento como de procedência. Ambos os países reiteraram seus propósitos pacíficos e sua aceitação de controles internacionais apropriados. Ademais, os riscos nucleares do mundo, como bem salientou Jorge Sabato, não estão vinculados às eventuais bombas atômicas de quintal que pudessem ser fabricadas no Terceiro Mundo e sim ao crescente potencial de superextermínio, que se acumula nos arsenais das superpotências.

Sem uma estreita cooperação argentino-brasileira nas tecnologias de ponta, notadamente no caso da tecnologia nuclear, os progressos, nesse campo, serão extremamente modestos e sua dependência dificilmente superável. Neste setor, ademais, seriam particularmente grandes os riscos de manipulação pelas grandes potências de um país contra o outro, se suas políticas tecnológicas não estiverem estreitamente articuladas. Acrescente-se que a definitiva superação, no plano militar, das apreensões mútuas que possam subsistir entre o Brasil e a Argentina, seria precisamente alcançada pela estreita colaboração nuclear entre os dois países, cujos sistemas de defesa tenderiam a uma integração, em benefício geral do continente.

Cooperação internacional

Ademais das duas modalidades de cooperação precedentemente discutidas avultam, nas relações argentino-brasileiras, as oportunidades de cooperação internacional, tanto no âmbito latino-americano como no plano mundial.

A crescente diversificação estrutural dos países latino-americanos tem frustrado, como já se observou, a realização dos ideais integrativos da década de 1950, tornando pouco viável o estabelecimento, em termos operacionais, de um sistema regional global. Dificilmente, como o demonstrou a experiência da ALALC, se logrará uma efetiva integração aduaneira e, menos ainda, um regime comum para inversões. Foi para contornar tais dificuldades que se concebeu, com o SELA, um mecanismo flexível e desagregado de cooperação multilateral, na região, que

(17) Cf. Jorge Sabato e Jairam Ramesh, "Programas de Energia Nuclear en el Mundo en Desarrollo" in *Estudios Internacionales,* Ano XIII, N. 49 pgs. 70—85.

pode reunir um número maior ou menor de parceiros e associá-los na consecussão de projetos específicos.

Na realidade da vida econômica regional, observa-se a tendência à formação e expansão de pólos de crescimento, dentro das linhas gerais da teorização de François Perroux. Os países de menor massa de recursos e de menor grau relativo de desenvolvimento logram obter, em sistemas sub-regionais, combinações vantajosas com países de maior capacidade econômica do mesmo subsistema. Isto porque, nas condições gerais de abertura da América Latina à economia internacional, os países de maior desenvolvimento relativo da região, em suas relações com os menores, são forçados a conceder-lhes termos mais favoráveis, para qualquer tipo de negociação, dos que esses países menores obteriam das grandes potências extra-regionais. Essas facilidades sendo maiores no âmbito sub-regional, por causa das implícitas vantagens comparativas, as sub-regiões da América Latina tendem a se constituir em pólos de crescimento econômico.

Delineiam-se, assim, entre outros, um pólo mexicano-centro americano, um venezuelano-caribenho e, num âmbito mais amplo, um pólo do cone sul, agremiando os países ao sul do Peru. É neste que a cooperação argentino-brasileira desempenha, naturalmente, um papel decisivo.

O elevado grau de desenvolvimento tecnológico do Brasil e da Argentina, entretanto, juntamente com as vantagens que lhes acarreta sua localização geográfica, confere aos dois países condições para que sua atuação econômica ultrapasse o marco sub-regional do cone sul. Numa fase em que a cooperação Sul-Sul constitui um dos requisitos fundamentais para o desenvolvimento do Terceiro Mundo a América Latina dispõe, mais do que as demais regiões periféricas, de condições para um crescente grau de autonomização tecnológica. Brasil e Argentina, em projetos conjuntos ou em regime de competição cooperativa entre ambos os países e com o México, podem ter uma crescente participação no processo de desenvolvimento da região.

As oportunidades de cooperação argentino-brasileira não se restringem, entretanto, à região latino-americana. A mesma linha de cooperação Sul-Sul, precedentemente referida, abre em todo o Terceiro Mundo um amplo espaço para a atuação do Brasil e da Argentina, conjuntamente ou em regime de competição cooperativa. Essas oportunidades são particularmente vastas no mundo árabe e na África sub-sahareana. Em tais regiões se está iniciando um processo de industrialização semelhante ao experimentado pela América Latina na década de 1930 e no imediato após-guerra, para participar do qual a tecnologia argentino-brasileira, melhor adaptada às condições dos países periféricos, dispõe de vantagens comparativas, relativamente aos países centrais.

A cooperação internacional do Brasil e da Argentina, ademais de econômica, pode e deve revestir-se de grande significação no plano político. Nele importaria distinguir dois importantes aspectos. O primeiro diz respeito à defesa conjunta dos interesses regionais, nos foros mundiais ou em negociações com as grandes potências. Sem prejuízo da atuação coordenada dos países da região, através de mecanismos próprios, como o SELA, a defesa dos interesses latino-americanos repousa, em grande medida, na capacidade, por parte dos maiores países da região, de atuar de forma conjunta e programada no cenário internacional. A cooperação argentino-brasileira é a pedra angular sobre que assenta qualquer possível ação internacional conjunta dos países maiores da região. E esta dependerá, essencialmente, da articulação quadripartita do Brasil, do México e da Venezuela.

O segundo importante aspecto para uma cooperação política do Brasil com a Argentina, no plano internacional, diz respeito aos interesses gerais do Terceiro Mundo, particularmente no que se refere à proteção dos movimentos e processos emancipatórios da periferia, relativamente à ingerência das superpotências.

As superpotências são conduzidas, por toda a sorte de motivos — freqüentemente equivocados — a considerar os movimentos emancipatórios do Terceiro Mundo em termos do conlito Leste-Oeste e a neles intervir, em detrimento dos objetivos perseguidos pelos países do Terceiro Mundo, para alargar suas respectivas áreas de influência e reduzir as do adversário.

Essas circunstâncias se tornam extremamente patentes no caso dos países do cone sul africano, notadamente as ex-colônias portuguesas. Os movimentos emancipatórios mais autênticos foram, em geral, por motivos de outra índole, obstaculizados pelos Estados Unidos e apoiados pela União Soviética. As relações particulares existentes entre a União Soviética e Cuba criaram a oportunidade para uma intervenção cubana, nos processos emancipatórios da África. E se é verdade que tal intervenção, como no caso típico de Angola, foi decisiva para a consolidação da independência do novo país, não é menos certo que lhe impôs uma hipoteca, para com o sistema soviético, contrária aos interesses nacionais de Angola e que os dirigentes desta teriam prazerosamente evitado, se dispuzessem de opções alternativas.

É nesse plano que se situam imensas oportunidades para a cooperação internacional do Brasil com a Argentina, em benefício geral do Terceiro Mundo e da paz mundial. Se, em lugar do tímido reconhecimento do governo de Angola, o Brasil lhe tivesse dado uma efetiva assistência, apoiado pela Argentina e pelo consenso latino-americano, Agostinho Neto não teria sido obrigado a apelar para as tropas cubanas para se defender das tentativas de desestabilização da independência angolana, apoiadas, na retaguarda, pela África do Sul e pela CIA. Uma oportuna assistência do Brasil, com apoio da Argentina, a Agostinho Neto teria, provavelmente, tornado *desnecessária uma subseqüente intervenção militar, por desencorajar as tentativas de desestabilização* de seu governo. Tal atuação, por outro lado, não seria considerada, pelas superpotências, como favorecedora de nenhum dos dois blocos, constituindo-se, assim, em um fator de estabilidade para a paz mundial.

É evidente que esse tipo de atuação conjunta do Brasil e da Argentina terá de ser encarado com grande realismo e manter-se dentro de limites compatíveis com os recursos dos dois países e suas mais urgentes prioridades de autodesenvolvimento. Mas é igualmente certo que o principal requisito, para uma eficaz atuação política internacional de ambos os países, mais do que a disponibilidade de grandes recursos, depende de um lúcido entendimento da situação mundial e de seus respectivos interesses nesse contexto. Em tal matéria, entretanto, caberia, sem dúvida, uma prudente quota de modéstia, na apreciação do atual grau de maturidade internacional dos dirigentes políticos de ambos os países. Os interesses internacionais dos países, todavia, são algo que se configura no prazo longo e cujo equacionamento pode e deve ser teoricamente formulado, com muita antecipação, mesmo quando as imediatas condições políticas internas se revelem ainda imaturas para as medidas que importaria adotar.

PERSPECTIVAS FUTURAS DE LAS RELACIONES BRASIL-ARGENTINA

Félix Peña (*)

1. El acuerdo tripartito celebrado por la Argentina, el Brasil y el Paraguay en 1979[1] y la dos visitas presidenciales de 1980[2], inauguran una nueva etapa en las relaciones bilaterales entre la Argentina y el Brasil[3]. Por lo demás el nombramiento de Oscar Camilión en la Cancillería argentina[4] y la reunión de trabajo a nivel presidencial prevista para el 26 de mayo

---

(*) Presentado en el Seminario "Relações Brasil–Argentina", desarrollado el 28 de abril de 1981 en Brasília, organizado por el Conselho Brasileiro de Relações Internacionais y la Universidad de Brasília.

(1) Acuerdo de Cooperación Técnico-Operativa de Itaipú y Corpus, firmado entre la Argentina, el Brasil y el Paraguay el 19 de octubre de 1979.

(2) Visita del Presidente Figueiredo a la Argentina, 14 al 17 de mayo de 1980 y del Presidente Videla al Brasil, 19 al 23 de agosto de 1980.

(3) Sobre las relaciones bilaterales ver: CARI, "*Bibliografía seleccionada sobre las relaciones entre la Argentina y el Brasil*", elaborada por la Señora Silvia F. de Amieva Saravia, noviembre de 1980; SOARES DE LIMA María Regina y Gerson MOURA, *"Brasil–Argentina: uma bibliografía comentada"*, CARI, noviembre de 1980; CORREA Manuel Pío, *"Intereses convergentes entre la Argentina y el Brasil"*, relatoría presentada al Encuentro CARI–FGV, Buenos Aires, noviembre de 1980; MUÑIZ Carlos M., *"Los intereses convergentes de la Argentina y el Brasil"*, relatoría presentada al Encuentro CARI–FGV, Buenos Aires, noviembre de 1980; MUÑIZ Carlos M., *"Las relaciones entre la Argentina y Brasil"*, Museo Mitre, Buenos Aires 1979; PETREI Humberto A. y CAVALLO, Domingo F, *"Las relaciones comerciales argentino-brasileñas"*, Estudios, año III, Nº 14, Abril–Junio 1980, Fundación Mediterránea, Córdoba; D'AVILA MAGALHÃES, *"A economia Argentina e seu intercâmbio econômico comercial com o Brasil"*, Fundação Centro de Estudios do Comércio Exterior, Rio de Janeiro, maio de 1980; BALDINELLI Elvio, *"El intercambio argentino brasileño"*, Banco de Boston, Buenos Aires, agosto de 1974; GIBSON BARBOZA Mario, *"Perspectivas de cooperación entre Argentina y Brasil"*, conferencia pronunciada en el CARI, diciembre de 1980; JAGUARIBE Helio, *"Brasil–Argentina: Breve Análise das Relações de Conflito e Cooperação"* Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Rio de Janeiro, 1981.

(4) Como embajador de la Argentina en Brasília durante el período 1976–81, desempeñó un papel fundamental en la negociación del acuerdo tripartito y en el replanteo de las relaciones recíprocas. Ver al respecto la presentación de Carlos CONDE en el Seminario "Relações Brasil–Argentina", organizado por el Conselho Brasileiro de Relações Internacionais y la Universidad de Brasília, Brasília, abril de 1981.

1981, permitirían anticipar un período de gran dinamismo en el diálogo gubernamental, y un estilo informal y directo en la conducción de las relaciones recíprocas.

El éxito del encuentro organizado en noviembre de 1980 por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales y la Fundación Getulio Vargas[5] estaría demonstrando que el cambio de clima operado en las relaciones binacionales ha penetrado a los medios intelectuales y dirigentes de ambos países. La prensa, de un lado y de otro, refleja en sus editoriales y artículos esta nueba situación.

Todo ello se produce en momentos en que el intercambio comercial ha aumentado sustancialmente alcanzando en 1980 a cerca de los dos mil milllones de dólares, o sea un porcentaje muy significativo del comercio intralatinoamericano. Las dificultades producidas por la disparidad de coyunturas económicas y de políticas comerciales durante 1980, no fueron suficientes para alterar el clima de entendimiento entre los países, como parece demostrarlo la forma en que se superó el problema de la sobretasa del 20% aplicada por la Argentina a las importaciones de origen brasileña.

También cabe señalar que la nueva situación bilateral no ha pasado desapercibida en los medios interesados en la política intralatinoamericana, tanto en la propia región como en los países industrializados. Es, en efecto, un nuevo dato a computar en la consideración del tema del desarrollo nuclear en ambos países y en la región. Y lo es en relación a un cuadro político regional sumamente complejo en el que se destacan la crítica sitación de Centroamérica y del Caribe, la redistribución de poder regional operada en parte por la riqueza petrolera de México y de Venezuela y las dificultades que tienen los Estados Unidos para definir su política latinoamericana[6].

2. Para quienes comprendieron años atrás el sentido y la metodología del cambio en la relación bilateral, no es necesario encontrar nuevos argumentos para defender sus méritos[7]. Resultan claras las ventajas y las ilimitadas posibilidades de la relación estrecha entre las dos naciones, en particular si ella es la resultante de proyectos nacionales ambiciosos en los que el aumento de la participación internacional real sea componente central. En cambio, sí resulta necesario ahora (a) plantear con franqueza interrogante acerca de los posibles escollos y puntos de tensión que se pueden presentar en las relaciones recíprocas, a fin de estar en mejores condiciones de superarlos, y (b) buscar con imaginación mecanismos concretos de trabajo que permitan darle contenido a las buenas intenciones.

Una pregunta previa estaría referida sin embargo, a los alcances reales y a la naturaleza del cambio operado en las relaciones bilaterales. En efecto, durante tiempo las relaciones entre la Argentina y el Brasil se han caracterizado por un cierto desencuentro que incluso revistió mayor seriedad en los últimos años[8]. Sin embargo, episodios que el tiempo demostró que eran circunstanciales parecían indicar el surgimiento de una nueva era en tales relaciones. Por ejemplo, y sólo para recordar los de las últimas décadas, cuando se firma el Tratado de Unión Aduanera de 1941 que refleja la concepción que adelantara Federico Pinedo en su plan de 1940 en el sentido de desarrollar con los países vecinos, y en particular con el Brasil, zonas de comercio libre[9]. O cuando se firma el Convenio de Uruguayana en 1961 que refleja la

---

(5) Encuentro sobre "Las relaciones entre la Argentina y el Brasil en la década del 80", organizado por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales y la Fundação Getúlio Vargas, y patrocinado por el Banco de la Nación Argentina y el Banco do Brasil, Buenos Aires, 27 al 29 de noviembre de 1980.

(6) Ver al respecto PEÑA Félix, "El valor de América Latina en un rol internacional de la Argentina", en FLORIA Carlos (compilador) *"Reflexiones sobre la Argentina política"*, Ed. de Belgrano, Bs. Aires, 1981.

(7) En lo que corresponde al autor ver LAFER Celso y Félix PEÑA, *"Argentina y Brasil en el sistema de relaciones internacionales"*, Nueva Visión, Buenos Aires 1973, y en portugués, Duas Cidades, São Paulo, 1973.

(8) Ver JAGUARIBE Helio, op. cit., en nota 3 Ver también el editorial "Un camino abierto", Criterio, (sin fecha), marzo de 1980.

(9) Puede verse en la propuesta de Federico Pinedo, instrumentada luego en el Tratado con el Brasil, un antecedente directo de las propuestas de "zona de libre comercio" que plantea el Ministerio de Economía de

voluntad de entendimiento de ambos goviernos en el plano internacional y en el regional[10]. Pero fueron momentos de corta duración a pesar que quienes los vivieron e impulsaron los percibían también como el inicio de una nueva etapa.

De allí que sea pertinente interrogarnos sobre si estamos frente al inicio de una etapa diferente en las relaciones entre los dos países, revirtiéndo-se así el signo que las caracterizó por muchas décadas o por el contrario, si estamos sólo frente a un nuevo episodio circunstancial o coyuntural que por distintos factores carecería de perdurabilidad. En conversaciones recientes del autor con especialistas de terceros países, se observa claramente la presencia de este interrogante y hasta una cierta tendencia a una respuesta signada por el escepticismo.

Otra forma de plantear las preguntas sería: hay realmente un cambio cualitativo, un salto conceptual, en la forma de encarar las relaciones recíprocas?. Si así lo fuera qué lo explica?, qué fuerzas profundas lo sustenta?, qué grado de sólidez ha alcanzado?, y cuáles podrán ser las situaciones más inmediatas que podrán a prueba la sólidez de tam cambio?. No entendemoes en esta nota buscar una respuesta a los interrogantes. Algunos de ellos sólo podrán obtener respuesta con el tiempo. Ahora sólo intentaremos formular una guía para quien desee encarar el ejercicio más complejo de su respuesta.

3. Sí creemos que se ha producido un cambio en la forma de encarar las relaciones recíprocas. Se trata de un salto conceptual que reconoce su raíz más inmediata en los tiempos del Convenio de Uruguayana y alcanza su madurez en la negociación del acuerdo tripartito.

En que consiste tal salto conceptual?. Por lo menos tres rasgos lo distinguem. Ellos son:

a. la superación de la hipótesis del conflicto permanente como punto de partida de todo razonamiento sobre las relaciones recíprocas[11];
b. la inserción de las relaciones bilaterales en el marco más amplio de las relaciones internacionales y regionales de cada uno de los países y en una visión de largo plazo, encontrando puntos de convergencia en comunes percepciones de dasafíos y posibilidades derivados de una "lectura compartida" de la situación internacional[12];
c. en los problemas bilaterales concretos, la definición primero de los hechos y la aplicación luego de la racionalidad en la búsqueda de las soluciones[13].

4. Aceptada la existencia de un cambio conceptual y si se reconoce que teóricamente el potencial de cooperación y la voluntad de acción conjunta entre los dos países son ilimitados, cuáles pueden ser en la práctica factores limitantes o condicionantes de esta posibilidad teórica? . Un intento de respuesta a esta pregunta por los medios académicos y políticos de ambos países, puede contribuir a la autenticidad y solídez de la relación recíproca. De todas formas el hecho que pueda ser formulada abiertamente indicaría la madurez que habría alcanzado el diálogo bilateral.

---

la Argentina durante el gobierno del presidente Videla, en particular con respecto al Uruguay. También hubo propuestas en tal sentido al Brasil y al Perú.

(10) Ver MUÑIZ Carlos Manuel, *"Las relaciones entre la Argentina y el Brasil"* op. cit. en la nota 3.

(11) Esta idea es formulada por el entonces embajador argentino en Brasília, Oscar Camilión, cuando se le interroga por periodistas acerca del alcance de la visita del presidente Figueiredo a la Argentina, y responde en los siguientes términos: "es ésta una visita política que constituye una etapa de un ciclo de relaciones entre ambos países presidido por el signo de la racionalidad y del anánálisis objetivo de sus respectivos intereses. *Supone acabar con la anacrónica hipótesis del conflicto permanente y reemplazarla por la única lógica en estos tiempos: la cooperación para el bien común, no sólo bilateral sino regional".* Y más adelante agrega: "A mí me parece más importante establecer lo que podría llamarse *un modelo del tratamiento de temas,* actuales y futuros, que firmar hoy uno o diez tratados". (ver LA NACION, Domingo 11 de mayo de 1980, pág. 11).

(12) Este enfoque caracterizó la agenda del encuentro organizado por el CARI y la FGV de noviembre de 1980, y se refleja en las relaciones de Mario GIBSON BARBOZA, Nicanor COSTA MENDEZ, Mario HENRIQUE SIMONSEN y Guido DI TELLA, y en intervenciones como las de Paulo NOGUEIRA BAPTISTA, Oscar CAMILIÓN, Ronaldo SARDENBERG, Leopoldo TETTAMANTI, Paulo TARO, Mardí ioc MARQUE MOREIRA y Celo LAFER, entre otro.

(13) Fue ésta la clave de la solución del problema de las represas. Se refleja en la respuesta antes citada de Oscar Camilión (nota 10) y en su intervención en el Encuentro del CARI y la FGV. Ver también el análisis del caso Itaipú y Corpus, en CONDE Carlos, op. cit. en la nota 4.

Quizás constituya un aporte al intento de respuesta a tal pregunta un ligero repaso de algunos de los factores que en el pasado más reciente (últimas dos décadas) limitaron o condicionaron las posibilidades de un entendimiento binacional.

Ellos han sido:

a. la "memoria común" alimentada por el peso de las desinteligencias y desencuentros del pasado[14];
b. el despegue en falso o prematuro de 1961 con la firma del Convenio de Uruguayana y la vida efímera del denominado "espíritu de Uruguayana" como consecuencia de posteriores acontecimientos políticos de ambos países[15];
c. la asincronía de los ciclos políticos y económicos de ambos países que reconocen muy pocos y limitados "momentos comunes"[16];
d. la marginalidad económica relativa dado el bajo nivel de interacción económica existente entre ambos países, que hacía que en lo esencial uno podía prescindir del otro[17];
e. la incidencia de factores personales[18];
f. las diferencias en las percepciones de la situación internacional, que se han manifestado en visiones y afinidades internacionales competitivas y muchas veces antagónicas, como ocurriera antes en ocasión de la Conferencia de Washington en 1890 y luego en forma más notoria en ocasión de la Segunda Guerra Mundial[19];
g. la competencia por ejercer influencias en América Latina y en particular en los países que forman simultáneamente parte del contexto contiguo de ambos[20]; y
h. la insuficiencia y debilidad de canales societales de comunicación, en particular a nivel dirigente, en el que se observa un predominio de vinculaciones individuales y empresarias aisladas, pero no de canales institucionales[21].

---

(14) La historia de los desencuentros y desinteligencias entre ambos países esta tratada en JAGUARIBE Helio, op. cit. en nota 3. En el Encuentro de Buenos Aires (ver nota 5), Marcílio Marques Moreira planteó "la necessidad de realizar un gran esfuerzo de reconstruir la memoria común, no en sentido retrospectivo pero sí prospectivo, procurando abandonar divergencias ideológicas, resentimientos psicológicos, recriminaciones políticas, para poder construir una base nueva de cooperación práctica y positiva entre los dos países". Considero el intento de Jaguaribe como muy positivo en tal sentido.

(15) Los protagonistas de Uruguayana indicaron un camino acertado pero los hechos demonstraron que no estaban dadas las condiciones internas y externas para imponer una visión del mundo y de la región que sólo años después sería la consecuencia natural de los cambios operados en el cuadro de las relaciones Este—Oeste y Norte—Sur.

(16) El problema no parecería ser tanto la carencia de "momentos comunes" o su corta duración, ni el hecho que a veces la disparidad pueda agrandarse como ocurriera en materia económica entre 1978 y 1981. Reside más bien en la carencia de reglas para el disenso y en lo abrupto de los cambios que por momentos se operan en algunos de los cuadros nacionales, o en el exceso de inestabilidad interna que plantea el problema de la carencia de "interlocutores válidos" para el tratamiento de situaciones conflictivass. Esto fue particularmente notorio en la Argentina de los años 74—75, después de la muerte de Perón. En general cabe reconocer que ha sido la Argentina la que más problemas ha tenido en los últimos quince años, de cambios bruscos y pronunciados, de inestabilidades y su consiguiente ausencia de definiciones y de interlocutores válidos. De allí que también puede considerar-se que la estabilidad lograda en el período 1976—80 contribuyó decisivamente al cambio operado en las relaciones recíprocas, como lo pone de manifesto Carlos Conde en su análisis sobre el caso Itaipú—Corpus (ver op. cit. en nota 4).

(17) Ver dados en los trabajos citados en la nota 3.

(18) Ver en CONDE Carlos (op. cit. nota 4) una referencia a la notoria incidencia que tuvo en el tratamiento del tema de las represas la actitud personal del Canciller Antonio Azeredo da Silveira. Ver en JAGUARIBE Helio, op. cit. en nota 3, otros casos.

(19) En particular sobre la Conferencia de Washington ver MC GANN Thomas, *"Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano,* 1980—1914", EUDEBA, Buenos Aires, 1965. Respecto a la Segunda Guerra Mundial, no es desacertado afirmar que en cierta forma Brasil "ganó la guerra" y que la Argentina "la perdió". Encuentro que las definiciones que entonces efecuaron ambos países tendrían luego un pronunciado impacto en la evolución posterior de sus relaciones con los Estados Unidos.

(20) Ver al respecto JAGUARIBE Helio, op. cit. en nota 3.

(21) En ninguno de los dos países existen centros académicos especializados en el estudio del otro ni cátedras ni expertos. Recién en 1980 surge el Consejo Empresario bi-nacional y se realiza por primera vez un Encuen-

5. En el futuro inmediato la nueva metodología del tratamiento de las relaciones recíprocas podrá limitar el efecto de fatores tales com el a., el b., y el e. Por otro lado, se ha operado ya un aumento y una diversificación significativos de las interacciones económicas recíprocas como para considerar que en adelante lo que ocurra en un país pueda ser indiferente al otro. A ello debe sumarse el mayor dinamismo e interdependencia que se observa en el sistema regional latinoamericano en el cual estan insertos ambos países. A su vez los canales no gubernamentales de comunicación entre los dos países tienden a aumentar y diversificarse, como lo demuestra la creación del Consejo Empresario bi-nacional y también la decisión de continuar en el futuro el Encuentro argentino-brasileiro del CARI y la Fundación Getulio Vargas.

En cambio si pueden tener mayor incidencia como factores limitantes o condicionantes las disparidades que se observem en los ciclos políticos y económicos, y las que deriven de las respectivas percepciones de desafíos y posibilidades originados en el entorno internacional global y en el regional.

Respecto a las disparidades en los ciclos políticos y económicos, parecería acertado trabajar con la hipótesis que ellas subsistirán en el futuro inmediato y que por lo tanto no es realista postular su eliminación como requisito para un entendimiento binacional fructífero. Ello es particularmente cierto en el campo económico, como consecuencia en parte de los efectos diferenciales de la crisis energética mundial, de las dimensiones de los respectivos mercados internos y de los efectos producidos en el economía argentina por la política arancelaria, cambiaria y financiera aplicada en el período 1978-80. en el campo político en cambio se observa una mayor aproximación en torno al objetivo de transformar sistemas autoritarios-militares en sistemas políticos competitivos y democráticos a través de procesos que estarán condicionados y diferenciados en sus ritmos y características por diversos factores que son propios a cada uno de los países. (21 bis) Pero daría la impresión que en la medida que las opciones básicas sean similares las diferencias circunstancias en los respectivos ciclos políticos no constituirán un obstáculo serio al entendimiento binacional.

6. Formularemos ahora algunos interrogante acerca del entorno externo, global y regional, como factor limitante o condicionante de las relaciones entre la Argentina y el Brasil. Tampoco intentaremos aquí lograr respuestas. Es también un aporte a una agenda de debate binacional. Las preguntas más significativas parecerían ser las siguientes: ¿ son los desafíos que plantea la situación mundial y regional, de naturaleza e intensidad tales como para provocar un imperativo de acción conjunta de la Argentina y del Brasil y quizás de otros países latinoamericanos como México y Venezuela?

Son o serán percibidos estos desafíos de una forma similar en los dos países?. Y ¿ cuáles pueden ser los límites de tolerancia a percepciones dispares de los desafíos y posibilidades que ofrecen el cuadro internacional global y el regional? .

Si bien no intentaremos ahora una respuesta a estas preguntas, sí trataremos de identificar algunos de los grandes temas en los que puedan ser más relevantes las coincidencias o las disidencias, conceptuales u operativas, entre los dos países durante la presente década:

a. la naturaleza de los cambios que se estan operando en el sistema internacional global: ¿simple crisis de ajuste al orden internacional emergente de San Francisco y Yalta?; ¿crisis de redistribución de poder global?[22] ¿ crisis energética, o crisis de una civiliza-

---

tro de intelectuales y políticos, empresarios y diplomáticos de primer nivel. El intercambio personal si bien por momentos intenso no ha tenido carácter sistemático ni institucional. Si bien existen empresas con acción simultánea en ambos países no se perciben claros efectos de su presencia binacional más allá del ámbito del comercio o de su vida interna.

Sobre la legitimidad democrática como valor compartido y sobre acuerdos en principios democráticos básicos expusieron en el Encuentro de Buenos Aires, Fernando de la Rúa, Célio Borja y Mardí iocMarques Moreira.

(22) Sobre este tema ver LAFER Celso, "Brasil en el orden internacional: reflexiones sobre la década del 70 y perspectivas para el 80", en *Criterio*, Nº 1836, 22 de mayo de 1980; PEÑA Félix, "El mundo que nos rodea", en *Criterio*, Nº 1855 del 12 de marzo de 1981; SARDENBERG Ronaldo Mota, *"A política externa*

ción, de modos de la vida, de valores?[23]; ?fin de una etapa de la evolución de la humanidad iniciada con la revolución industrial?; o

b. la naturaleza de la confrontación Este-Oeste[24];
c. la naturaleza y los alcances de las relaciones Norte-Sur[25];
d. la naturaleza y los alcances de los puntos de coneción de las dos principales lineas de tensión del sistema internacional, la Este-Oeste y la Norte-Sur: Golfo Pérsico, Centroamérica y el Caribe, Africa y ¿Atlántico Sur?[26]; y
e. la naturaleza y los alcances de los procesos de cambio que se operan en la región latinoamericana[27]. En tal sentido la interpretación y el tratamiento de la crisis de El Salvador y en general de Centroamérica y del Caribe, será en lo inmediato uno de los tests más serios para las relaciones hemisféricas e intralatinoamericanas, por ende para las relaciones entre la Argentina y el Brasil. Las crisis de Cuba, República Dominicana y Nicaragua, demostraron oportunamente cuan significativos pueden ser los efectos de este tipo de situaciones críticas en las relaciones regionales.

Las respuestas importantes no serán las que se formulen en términos teóricos y generales, sino aquellas que surjam en los hechos ante situaciones concretas. En parte dependerán de la actitud que predomine en cada uno de los países en torno a las siguientes definiciones básicas que requerirá la evolución previsible de los acontecimientos durante el resto de la década del 80:

a. el equilibrio del poder militar y la seguridad en el eje Este-Oeste[28];
b. la tendencia al congelamiento del poder mundial y la participación internacional real de los países del Sur[29];
c. los cambios pacíficos o violentos en la región y en otras regiones en desarrollo; la tensión entre racionalidad e irracionalidad en el comportamiento político internacional;

---

do Brasil num mundo em Mudança", Textos de Aula, Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília (sin fecha); MARQUES MOREIRA Marcílio, "Poder Nacional e Cenário Mundial", en *Política Internacional*, Universidade de Brasília, Brasília 1980.

Para una visión de la actual situación internacional y regional en una perspectiva argentina, ver la relatoría de COSTA MENDEZ Nicanor, en el Encuentro del CARI y de FGV mencionado en la nota 5; idem en una perspectiva brasilera, la relatoría de GIBSON BARBOZA Mario. También ver PEREZ LLANA Carlos, "La Argentina y el mundo en la década del 80", en FLORIA Carbos, op. cit. en nota 5.

(23) Este planteo lo hizo en el Encuentro citado en nota 5, Marcílio Marques Moreira.

(24) Para una visión reciente ver KAISER Karl, LORD Winston, DE MONTBRIAL Thierry y WATT David, *"Western Security: What has changed? What should be done?*, Council on Foreign Relations and Royal Institute of International Affairs, 1981.

(25) Para una visión brasilera de algunos de los aspectos esenciales de la relación Norte–Sur, ver la Conferencia del Ministro de Relaciones Exteriores, Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro, en la Escola Superior de Guerra, el 5 de Setiembre de 1980, publicada en Jornal do Brasil, 21 de setiembre de 1980, caderno Especial, p. 5; también ver la citada relatoria de Mario Gibson Barboza en el Encuentro de Buenos Aires.

El tema de las relaciones Norte–Sur, el autor lo trató junto con Celso Lafer, en op. cit. en la nota 7, y también en "Multinational Enterprises and North-South Relations", publicado en ERB Guy (ed). *"Beyond Dependency"*, Overseas Development Council, Washington 1975, y más recientemente en el artículo citado en la nota 22.

(26) Parece claro que algunas de las situaciones críticas más difíciles de encarar en los próximos años se darán cuando se superpongan los dos ejes centrales de confrontación en el actual sistema internacional. Para este tema ver el informe citado en la nota 24, y el comentario efectuado al mismo por COSTA MENDEZ Nicanor, "? Es América Latina parte de Occidente? ", en La Nación, 29 de abril de 1981, 1.9.

(27) Para una visión brasilera reciente ver el discurso del Canciller Saraiva Guerreiro en la reunión del Consejo Andino, celebrada en Santa Cruz de la Sierra en enero de 1980.

(28) Ver el informe citado en la nota 24.

(29) Ver Araujo Castro J.A., "O Congelamento do Poder Mundial", en *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 33, janeiro de 1972, pags. 7–30, ver también ARAUJO CASTRO J.A., "El Continente Americano dentro de la Problemática Mundial", en *Estudios Internacionales*, octubre–diciembre de 1972, pags. 3–39. Sobre el pensamiento de Araújo Castro, ver SARDENBERG Ronaldo Motta, "O Pensamento de Araújo Castro", en *Relações Internacionais*, Nº 5, junho 1980, pags. 53–60. Ver también Lafer–Peña, op. cit. en nota 7.

d. la paz, democracia y desarrollo en la región[30]; y

e. el impacto del petróleo escaso y caro en la estabilidad de la economía mundial.

7. La consistencia del cambio operado en las relaciones recíprocas entre la Argentina y el Brasil, dependerá de la forma en que se vayan respondiendo en los hechos algunos de los interrogantes antes planteados. Pero también dependerá de la habilidad y de la imaginación que se tenga para articular un sistema eficaz de cooperación económica y tecnológica entre ambos países. Quizás donde será necesario poner el acento en lo inmediato es en la definición de mecanismos y métodos de trabajo acorde con las realidades y sus limitaciones, y con los objetivos.

Los interrogantes principales en este campo parecerían ser: ¿ cómo pasar de la "retórica de cooperación" al terreno de los hechos concretos, teniendo en cuenta el supuesto antes planteado de que los ciclos económicos continuarán siendo dispares?; ¿ cómo conciliar el potencial de cooperación en el largo plazo con los requerimientos muchas veces divergentes del corto plazo? . Por ser ésta época de crisis económica internacional e interna a ambos países (por diferentes motivos) esta última pregunta parece muy pertinente, y también podría ser formulada así: ¿ cómo drear condiciones para desarrolar acciones de cooperación conefectos principales en el mediano y largo plazo, cuando los gobiernos y los empresarios estan apremiados por problemas de corto plazo que en poco se beneficiarían contales acciones?

Tampoco plantearemos aquí respuestas a estos interrogantes. Pero sí podemos afirmar que estas preguntas y la distinción entre los requerimientos del corto plazo y los del largo plazo (probablemente contrapuestos) conducen a sugerir tratamientos y mecanismos diferentes para los problemas que se pueden plantear en lo inmediato en las relaciones comerciales recíprocas y aquellos que suponen las acciones de cooperación económica de mayor alcance. Incluso puede presumirse que los operadores y empresarios interesados en unos y otros pueden ser diferentes. En efecgo las acciones de cooperación de mayor alcance y plazo pueden suponer la participación de empresas industriales y de servicios que quizás nunca han estado vinculadas a las relaciones comerciales binacionales[31].

8. Como lo sugiere el título sólo hemos tratado de efectuar algunos apuntes en torno a las perspectivas futuras de las relaciones entre la Artentina y el Brasil. Hemos planteado interrogantes e incluso hemos avanzado algunas ideas que pueden ser útiles en un intento más sistemático de respuesta. Pero las respuestas no derivarán de formulaciones teóricas y generale. Derivarán de la necesidad de definirse frente a hechos concretos. Dependerán de intereses en juego, de valores predominantes, de percepciones. Incluso de lo que podemos denominar como cultura política internacional de las respectivas elites dirigentes.

Para concluir deseo sugerir algunos elementos que pueden componer una fórmula para un buen relacionamiento entre la Argentina y el Brasil:

a. que ambos países planteen con grandeza sus respectivos proyectos nacionales, basados en el crecimiento, la legitimidad democrática y una participación internacional efectiva[32];

b. que se pongan de acuerdo en los grandes principios y en las grandes opciones, sin pretender entenderse en todo ni fijar márgenes estrechos para el disenso;

c que se rechace cualquier tentación a las relaciones exclusivas y excluyentes, y a la formación de eje o alianzas[33];

---

(30) Ver el discurso de Saraiva Guerreiro citado en la nota 27.

(31) Sugerencias concretas en materia de cooperación industrial, tecnológica y agrícola surgieron del Encuentro de Buenos Aires (ver nota 5) y constan en la Relatoria Final del Encuentro. Las Actas del Encuentro serán próximamente publicadas por la Editorial de la Universidad de Brasília.

(32) En el Encuentro de Buenos Aires citado en nota 5, distintos componentes de esta idea fueron planteados por Fernando de la Rúa, Oscar Camilión, Paulo Nogueira Baptista, Celio Borja y Marcílio Marques Moreira.

(33) Sería en el lenguaje de Mario Gibson Barboza en el ya citado Encuentro una "tentación anacrónica" y que no tendría en cuenta las realidades y exigencias de la inserción internacional de los dos países. En cambio

d. que se evite someter la relación binacional a la prueba de tensiones intolerables derivadas de comportamientos erráticos o intentos de marchas forzadas;
e. que se aplique por el contrario, una aproximación casuística y gradual a aquellas áreas de cooperación en que sea más fácil conciliar los requerimientos del corto plazo con los del largo plazo;
f. que se desarrollen mecánicas de trabajo múltiples e informales, obviando las rigideces y limitaciones de los canales burocráticos, y
g. que se intensifiquem las vinculaciones institucionalizadas a nivel societal, ampliando al máximo los vasos comunicantes entre las dos sociedades.

sí parece necessario que ambos países desarrollen con México y Venezuela una mecánica de trabajo informal y directa para el tratamiento de los principales problemas que se plantean en las relaciones regionales. El que asuman sus responsabilidades como "naciones principales" de la región, incluso las que les cabe en el campo de la cooperación económica y técnica, puede ser una condición necessária para la estabilidad y equilibrio en las relaciones intralatinoamericanas, y en la articulación de éstas con las hemisféricas. Existe um cierro prurito, que de los demás países de la región con una especie de "directorio" de naciones principales. Si bien se trata de un tema complejo que requiere de un análisis más detenido entiendo que una mayor fluidez en los contactos y en la consulta entre estos cuatro países puede significar una efectiva contribución al funcionamiento eficaz de los mecanismos formales establecidos en la región como pueden ser entre otros el SELA y la ALALC* y por cierto para la participación latinoamericana en organismos como las Naciones Unidas, la OEA y el BID. (*) Atual ALADI.

LA ARGENTINA Y EL MUNDO EN LA DECADA DEL '80

Carlos E. Pérez Llana (*)

La política exterior en la década de los '80 deberá incluir, además de sus funciones clásicas, aquéllo que se relaciona con la necesaria adaptación de los intereses nacionales frente a las transformaciones estructurales del sistema internacional. La naturaleza de esta adaptación debe ser entendida en su forma activa, esto es que la política exterior tratará de modelar algunos aspectos de las aludidas transformaciones, sobre todo aquéllos que se relacionam más estrechamente a nuestros intereses y que se manifiestan en nuestra área geográfica contigua, el Cono Sur.

Esta función adaptativa permitirá a la Argentina vincularse, más estrechamente, a los movimientos y a los sucesos que condicionan las formas de regulación del sistema internacional. Simultáneamente la política exterior ayudará a "desparroquializar" la opinión pública enriqueciendo, en forma indirecta, la cultura política de la Nación. Bien puede afirmarse que la apelación a las teorías conspirativas de la historia, las cuales deliberadamente exageran el rol de los pertubadores externos, es reveladora del nivel alcanzado por un pueblo en materia de hábitos y de cultura política, en este sentido la "desparroquialización" ayudará a impedir a las reiteradas emergencias de las teorías conspirativas que pretenden explicar el mundo a partir de falsos reduccionismos.

En la medida que los asuntos externos pasen a integrar la agenda cotidiana de los argentinos esto impulsará a los sectores dirigentes a profundizar el conocimiento de la problemática mundial. En tal sentido se observa una extrecha relación entre la paulatina desvinculación internacional del país y la puesta en práctica de políticas económicas autarquistas que, por definición, ignoraron el desarrollo de las tendencias internacionales ora en el marco de lo económico, ora en el marco de lo político. La classe dirigente deberá entonces esforzarse para alcançar el nivel internacional, en este sentido conviene destacar que la tan repetida desactualización de las élites dirigentes encuentra su explicación en el paulatino aislamiento intelectual iniciado en la década del '30.

(*) Presentado en la Reunión de Centros Especializados en Relaciones Internacionales organizada con la colaboración del PNUD y de la OEA en la Universidad de Brasília, 1º al 3 de diciembre de 1980.

La revalorización de los asuntos externos contribuirá también, a la estabilidad de la fórmula política. En efecto, una manera de evitar las rupturas políticas internas puede ser pensada a través de las salvaguardias externas del sistema político. Si la Argentina Lograra, en la década del '80, ser reconocida como un socio internacional indispensable, a través de la red de intereses y de las instituciones en función de los cuales se elaboran las alianzas en un mundo caracterizado por las interdependencias, a ella le estarían reservados y reconocidos un conjunto de obligaciones y de derechos relacionados con la conducta standar de un país actor, esto es que ha dejado de ser un simple objeto internacional que poco cuenta en las decisiones políticas significativas. A través de la aludida interdependencia el país debería respetar ciertos principios y ciertos códigos de conducta y de calidad que hoy están reservados a lo que genéricamente se denominan "democracias industriales".

Algunos ejemplos pueden ilustrarnos respecto de cómo concebimos las salvaguardias externas. Cuando Italia, después de muchas cavilaciones, adhiere al Sistema Monetario europeo se compromete a introducir una gestión ortodoxa — en un ambiente donde la ambigüedad es norma — en el manejo monetario alineando a la lira junto a monedas más fuertes — v.g. el marco — debiendo acompañar el movimiento conjunto de esas monedas dentro de un sistema altamente inestable como lo es el de las paridades flotantes. Ahora bien, qué objetivos perseguían quienes apoyaron el ingreso de Italia al S.M.E? La respuesta hay que buscarla en el difícil equilibrio político italiano. La necesidad de restaurar la economía, introduciendo una mayor eficiencia en el manejo de la política económica como remedio frente al laxismo que se instauró a partir de mediados de la década del '70, registraba una fuerte oposición de los sectores de la izquierda quienes podían bloquear, con buenas posibilidades, la política económica gubernamental provocando, eventualmente, la caída de la mayoría. El ingreso al Sistema Monetario Europeo no sólo hace más fácil la aplicación de una política económica austera, en la medida que quien obliga a la ortodoxia monetaria son los compromisos pactados dentro de una institución que está más allá de la arena política local, sino que también el eventual retiro del acuerdo monetario, derivado de una supuesta derrota guvernamental, implicaría un costo político excesivamente alto para cualquier mayoría gubernamental italiana.

Por último las candidaturas de España, Grecia, Portugal y Turquía — ésta última mucho más alejada en el tiempo — al ingreso a la Comunidad Económica Europea no sólo se explican por el deseo de ingresar a un mercado ampliado o a una institución prestigiosa. Existen, también, motivaciones políticas y económicas que van mas allá de las ventajas circunstanciales derivadas del ingreso. Acaso el acceso de España a la C.E.E. no aleja el peligro de una eventual ruptura de la actual fórmula política en la medida que sólo son admitidos en la Comunidad países con régimen democrático? Qué grupos económicos relevantes podrían acompañar una *aventura neo-franquista en la medida que deberían alejarse del mercado comunitario?* Los mismos razonamientos pueden aplicarse a las candidaturas de Portugal y de Grecia en donde el peligro radicaría en una hipótesis de ruptura derivada del incuestionable peso de las izquierdas en ambos países. Finalmente, para Turquía el ingreso a la C.E.E. (con la cual la ligan importantes acuerdos preferenciales) significa la única posibilidad para que el aparato productivo se adapte a los patrones de racionalidad y eficiencia — en una economía en donde el sector privado vive entre los intersticios que deja la agobiante presencia del Estado — y, sobre todo, el factor que aleje la siempre presente alternativa de la "desestabilización islámica". *

Tendencias internacionales y escenarios para los '80.

Una manera de sucumbir consiste en perder contacto con los acontecimientos externos, de allí la necesidad de reflexionar, en un trabajo de esta naturaleza, acerca de las tendencias

(*) Los recientes acontecimientos político-militares no alejan a Turquía de la C.E.E. Al contrario, todo apunta a recomponer el tejido social a través de una fórmula política apoyada sobre el "centro", marginando a los extremismos religiosos y políticos.

internacionales y de los escenarios poelicialmente conflictivos. No Ignoramos el riesgo de las anticipaciones en la medida que ellas pueden perder sentido en el mismo momento de su presentación, pero creemos necesario un ejercicio de reflexión acerca de algunos desafíos que podrían presentarse conflictualmente. Si el país no quiere sucumbir resulta imprescindible mantener actualizados los marcos de referencia, sólo a partir de un diagnóstico internacional correcto será posible elaborar y ejectuar una política exterior compatible con las exigencias de la década.

El punto de partida de nuestra reflexión alude a la incertidumbre existente de la naturaleza de los cambios y de la durabilidad de la crisis. Acaso lo que hoy caracterizamos como "anormal" no puede ser presentado como "normal" en la medida que el período histórico iniciado en la posguerra, que estuvo signado por el desarrollo y el optimismo, habría constituído una excepción que al desaparecer nos trasladaría a las instancias pre-bélicas? Sea cual fuere el diagnóstico apropiado, lo cierto es que el mundo de posguerra se articuló en base a dos paradigmas a los cuales se les atribuyó virtudes casi mágicas en el orden de la obtención de la prosperidad y de la seguridad: el neokeynesianismo y la disuasión nuclear.

Ambos paradigmas parecem haber perdido vigencia, la estanflación plantea problemas que no pueden resolverse según las terapias keynesianas y el vertiginoso crecimiento del poderío militar soviético plantea dudas acerca de la preservación de la paz por la vía de una disuasión no del todo asegurada.

La pérdida de confianza en ambos paradigmas explica, en parte, la incertidumbre y el pesimismo generalizados en el mundo occidental. Dentro de ese cuadro se advierten algunos síntomas de sana reacción en algunos sectores esclarecidos aunque la reflexión en torno a estos problemas todavía escapa a la opinión pública. Así en el orden de lo económico son minoría quienes entienden a la crisis como simples turbulencias pasajeras que una vez superadas permitirían el regreso al statuquo ex-ante; en el ordem de lo político Occidente parece encaminharse a incrementar sus gastos de defensa y a modernizar sus sistemas militares (misiles MX, Cruise, Pershing II, etc).

Ahora bien, cuáles son los desafíos en función de los cuales se pueden elaborar los eventuales escenarios de conflicto en la década de los '80? Asumiendo los riesgos que toda síntesis implica proponemos la siguiente "agenda de conflictos": a) los problemas del mantenimiento de la paz y de la seguridad internacional; b) los problemas derivados de la crisis energética; c) problemas económicos internacionales y d) el problema de la inestabilidad política y económica del Tercer Mundo.

El problema del mantenimiento de una dosis razonable de seguridad evoca no sólo el expansionismo soviético sino también el laxismo de Occidente que ora apostó a la indivisibilidad de la détente — tema que toca muy de cerca a la concepción de un mundo en equilibrio defendida por H. Kissinger — ora postergó los inevitables gastos de defensa. Dos aspectos merecen una breve mención y se relacionan con los indicios de una reacción occidental en materia de seguridad. En primer lugar a los EE.UU le llevará todavía unos años restaurar el necesario consenso en torno a su política exterior, en segundo lugar la coherencia atlántica parece, por momentos, irrecuperable en la medida que persistan visiones encontradas respecto de la naturaleza del sistema soviético — y de sus designios mundiales — y respecto del proceso de profundo reajuste que se plantea en las economías desarrolladas. Por último parece necesario incluir el espectro del "euroneutralismo" en los escenarios de conflicto como, asimismo, el retorno al espíritu de la "guerra fría" dentro de Occidente.

El desafío energético alimenta la hipótesis de conflicto de una manera singular en la medida que incluye a factores económicos y políticos de un alto poder de desestabilización. Los descubrimientos de petróleo y de gas realizados a partir de los '50 tuvieron la virtud de incrementar el horizonte de reservas pero, simultáneamente, ello provocó una baja artificial de los precios que implicó un subsidio al crecimiento en desmedro de las políticas orientadas al ahorro de energía y a la búsqueda de fuentes alternativas. La unidad de criterios y de políticas que el mundo hubiera necesitado fue sustituída por una lucha inconducente que tuvo por

actores protagónicos a los países desarrollados que aún después del primer shock petrolero (el de 1973-1974 y que cuadruplicó los precios del petróleo) siguieron apostando al petróleo barato hasta que se produjo un nuevo shock esta vez ligado a la inseguridad en el abastecimiento provocada, entre otras cosas, por los sucesos del Irán. En la actualidad la incertidumbre energética — ligada a los precios y a la inseguridad en el abastecimiento — debilita a Occidente ya que este nuevo shock sorprende a las economías desarrolladas en plena convalecencia (en el '73 las economías registraban buenas performances) y en la medida que la crisis energética desequilibra, aún más, las economías de los países en desarrollo no productores de petróleo. En relación con estos últimos países, los más afectados y más pobres, aparecen los factores políticos ya que, seguramente, la URSS tratará de utilizar su diplomacia militar para incrementar su influencia política. Siempre en el orden de lo político, y en relación com el tema energético, no se pueden ignorar las advertencias derivadas de la aparente escasez que enfrentaría la Unión Soviética en materia de petróleo — a mediados de la década del '80 — y que la obligaría a abastecerse en la OPEP. Por último, no pueden soslayarse los riesgos derivados de la ya significativa importancia del "petróleo hostil" (el que producen los países más radicalizados) en la medida que el suministro está fuertemente condicionado por el desarrollo del conflicto árabe-israelí.

El tema de los problemas económicos internacionales está básicamente ligado a los aspectos comerciales y monetarios. Los problemas del comercio internacional lejos estánde ser resueltos a pesar de haber culminado las negociaciones multilaterales en el GATT (Round Tokio). La inquietud generalizada se basa en la persistencia de las presiones proteccionistas que tanto perjudican a los países en desarrollo — sobre todo a los semi industrializados — y que mal ayudan a la recuperación de las economías de los países desarrollados en la medida que a través de las prácticas proteccionistas sólo se logra aplazar problemas que, sin duda, requieren soluciones estructurales. La amenaza proteccionista preocupa, aún más, en la medida que no sólo operan interesses de corto plazo en las economías desarrolladas sino que también esto revela una rigidez estructural — en los países del Norte — en el orden de la formulación de políticas. Dicha rigidez explicaría el esfuerzo consagrado, en forma casi exclusiva, a la formulación de políticas defensivas — como el proteccionismo — y el abandono de la imaginación ofensiva. La persistencia de una política de subsidios industriales indebidos, la política agrícola de la Comunidad Económica Europea, la prórroga de los planes de salvamento de la siderurgia europea y la confianza en las supuestas virtudes de los llamados acuerdos de restricción voluntaria, revelan la existencia de rigideces en naciones que le deben a la imaginación sus logros y bienestar actuales. Por último no puede soslayarse las consecuencias derivadas de la inestabilidad monetaria internacional. Si bien es cierto que parecen haber triunfado las ideas que identifican como falsa la compra de estabilidad política con cargo a la inflación, todavía subsisten crietrios encontrados respecto de cómo elaborar un nuevo sistema de reglas que permita reintroducir un mínimo de previsibilidad en el sistema monetario internacional.

El problema de la inestabilidad política y económica del Tercer Mundo exigiría de un análisis que excede los límites de este trabajo. En el orden de lo económico se destacan las consecuencias de la reciente duplicación del precio del petróleo. La gran mayoria de estos países encuentra cada vez mayores obstáculos para la obtensión de nuevos créditos en la medida que la deuda global de los países en desarrollo ha alcanzado cifras siderales obligando a los banqueros a practicar una mayor cautela en el otorgamiento de préstamos. En el orden de lo político el futuro de muchos regímenes está en juego con todas las implicancias que se podrían derivar de eventuales procesos de desestabilización en países claves — como Arabia Saudita, Egipto, Marruecos —, asimismo subsisten dudas respecto del curso de los acontecimientos en países ricos en minerales, v.g. Zaire, Zimbabwe, Namibia, Chad, etc. Este inestable panorama se complica, aún más, debido a que la Unión Soviética está en condiciones de contribuir a la desestabilización en muchos de estos países en la medida que sus posibilidades de expansión se han incrementado debido a la formidable consolidación de su aparato militar.

Los proyectos convencionales de inserción externa en la Argentina.

La búsqueda de un lugar dentro de la constelación de países desarrollados de Occidente ha sido una constante en el debate acerca de quiénes deberían ser los socios naturales de la Argentina. La idea de una común pertenencia en razón de los vínculos históricos tradiconales — sociales, religiosos, económicos, etc — no resiste el menor análisis apenas se tomen en cuenta las tendencias que están operando, a todo nivel, que en su momento provocaron el alejamiento de nuestros productos del mercado europeo y que siempre operaron con respecto de los Estados Unidos. Afortunadamente el proyecto de inserción decimonónico, concebido como un reingreso individual a la aristocracia de naciones, sólo es portador de nostalgias pero está lejos de reunir los requisitos mínimos de viabilidad. Sin embargo nos parece oportuno destacarlo en la medida que nuestra propuesta de inserción, explicitada más adelante, rescata algunos elementos ligados a este proyecto introduciendo modificaciones en el orden de la instrumentación.

El segundo proyecto alude a la Argentina consagrada a la causa de la integración latinoamericana. Esta idea e el correlato del pensamiento romántico de la integración que tuvo una amplia divulgación — política y académica — en la década del '60 aunque sus raíces se encuentran en los primeros trabajos de la CEPAL (1950). El fracaso de la ALALC y los obstáculos encontrados por el Pacto Andino dió lugar a un intento destinado a "salvar" la unidad a través del llamado Sistema Económico Latinoamericano (SELA) en el cual se cifraron expectativas más bien políticas que económicas. La reciente creación de la ALADI — en reemplazo de la ALALC — constituye, sin duda, un hecho auspicioso en la medida que el divorcio existente entrelo formalylo real sólo podía mantenerse en medio de un organismo innóvil. Resta saber la viabilidad futura de esta nueva empresa ingracionista. Pero dada la naturaleza de esta institución y en función de las tendencias que se registran en la región y de los intereses de la Argentina en ese ámbito, no resultaría práctico que el país agotara su proyecto de inserción en la región. Todo parecería orientarse a la búsqueda de acuerdos preferenciales con algunos países del Cono Sur y, sobre todo, la ampliación de los vínculos y de los mecanismos de cooperación con aquellos países de dimensiones económicas similares a las nuestras. Quedaría entonces descartada la consagración absoluta de la República Argentina a la causa de la integración latinoamericana. La región constituye por deficnición, el primer círculo para nuestra diplomacia pero de ninguna manera ésta debe agotarse dentro de el. Y esto deber ser así no sólo en beneficio de la Argentina sino también para el beneficio de la América.

Finalmente cabe mencionar la idea de una Argentina "envuelta" en el Tercer Mundo, comprometida con los países no-alineados y solidaria con los planteos del "Grupo de los 77". El compromiso con el bloque no-alineado parece a la fecha cuestionado en la medida de la desaparición de las personalidades fundadoras del movimiento y, sobre todo, debido a la militancia desplegada por los países socialistas que giran en la órbita de la Unión Soviética v. g. Cuba, Etiopí etc.

En cuanto a la solidaridad de la Argentina con los planteos del "Grupo de los 77" surgen, también, numerosos interrogantes. En primer lugar señalamos los relacionados con las inocultables diferencias que separan a estos países. Las esperanzas depositadas, por los países en desarrollo, en las políticas de enfrentamiento Sur v.s Norte terminaron en frustraciones que deberían conduizir a una reflexión acerca de la viabilidad del enfrentamiento y de los inconvenientes derivados de los distintos intereses que operan en el Grupo (países sin litoral, países "más afectados por la crisis", países intermedios, etc) Qué han ganado los países en desarrollo que deliberadamente acompañaron a los países de la OPEP en su enfrentamiento con el Norte? La justificación idealista explicó las virtudes de la estrategia en base a la creencia en las posibilidades de irradiación de las ventajas que obtenían los países productores de petróleo, las cuales habrían de promover el desarrollo integral del Grupo. Esta supuesta armonía preestablecida y las concepciones que sobre ella se edificaron, involucraron a todos los países en desarrollo en una estrategia sin sentido en la medida que los países de la OPEP terminaron por establecer,

como era de esperar, un diálogo propio con las economías desarrolladas que desplazó a la propia UNCTAD como principal foro de negociación Norte-Sur.

En ocasión de la UNCTAD V, celebrada en Filipinas en mayo de 1979, se pudo observar el resquebrajamiento del consenso de los países en desarrollo en torno a la estrategia de enfrentamiento que tine a la OPEP como vanguardia. Fueron muchos los países que acompañaron a Costa Rica y a Colombia en el planteo de incluir en la agenda de negociaciones el tema de los precios de petróleo ya que, en última instancia, son los países en desarrollo los más perjudicados por la política de precios que practica la OPEP. Finalmente primó la diplomacia de circunstancias que "salvó" una vez más la "unidad" del "Grupo de los 77". Ahora bien, no ha llegado el momento de reflexionar aceca de las falacias que se ocultan detrás de una "unidad" inexistente y de una estrategia inconducente? La capacidad de ocultamiento que demuestran los países en desarrollo encuentran, tal vez, sus razones en la naturaleza de los actores de estas negociaciones multilaterais. Dicho de otra forma, éstas son conducidas por diplomáticos entrenados en la ideología de los procedimientos de tales negociaciones y que suelen estar muy alejados del manejo de los asuntos económicos. Será sin duda muy difícil zafar la impasse en la medida que se siga apelando a especialistas en foros "blandos" – de carácter multitudinario y proclives a la retórica – en vez de convocar a funcionarios versados en el manejo de la economía real y en las negociaciones más serias y reducidas que se practican en los foros "duros" -- tipo Fondo Monetário Internacional–.

Concluyendo, la Argentina no puede adherir al proyecto de enfrentamiento Norte v.s. Sur en la medida que él conduce a establecer un sistema de equilibrio – supuestamente justo – a través de bloques geográficos relativamente autónomos. Dentro de cada bloque deberían desarrollarse la mayoría de los intercambios – económicos, culturales, etc – y a través del sistema de las Naciones Unidas se realizarían los intercambios interbloques y la administración del equilibrio global del sistema. Todo haría pensar que la perspectiva de un mundo dividido en tres regiones (Norte, Sur y Este) encapsuladas terminaría, irremediablemente, por derrumbarse como resultado de la interacción de tensiones y presiones.

La Argentina: país intermedio?

Hasta cuándo la República Argentina podrá mantener la ambigüedad y continuar adhiriendo a los postulados generales del denominado "Grupo de los 77"? Este interrogante, generalizado en los últimos años, se orienta a cuestionar nuestra pertenencia a ese Grupo a partir de razonamientos válidos, sin embargo no quedan claras las prescripciones que se derivan en el orden de propo ponerle a la Argentina un nuevo mecanismo de inserción. En tal sentido debemos convenir que el retiro – violento o paulatino – del "Grupo de los 77" no debería realizarse sin contar, previamente, con una inserción alternativa. Decididamente en el mundo de las interdependencias la viabilidad de una inserción solitaria debe ser descartada, hasta un país como Albania hoy lucha por vertebrar un mecanismo de inserción que sustituya a la "conexión china".

Ahora bien, en las actuales circunstancias internacionales es factibl una inserción alternativa? Pensamos que la oportunidad existe si nos asuminos como país mediano, eventualmente una potencia intermedia, y perseguimos el reconocimiento de este status por la comunidad internacional. Todo esto dentro de un esquema de cooperación que incluya al resto de los Estados intermedios en la defensa de los interesses específicos de estos países que se encuentran en una difícil situación de ambigüedad entre el mundo desarrollado y el "Grupo de los 77".

Una vez formulada nuestra propuesta de inserción alternativa corresponde definir el perfil de los países intermedios. En general la literatura sobre las relaciones internacionales los ha ignorado, la mayor parte de los trabajos están referidos a las grandes potencias como actores dominantes del sistema internacional. Más recientes es la literatura referida a los países menores en la medida que el proceso de descolonización – y la consecuente proliferación de nuevos Estados – demandó la atención de las cancillerías del Norte. Por otro lado así como la literatura

ignora a los Estados intermedios la comunidad internacional también los olvida en la medida que las reglas de juego del sistema internacional operan al servicio de los países más ricos (la relación Norte-Norte) y de lós más pobres, esto último a través de los mecanismos de asistencia y ayuda concesional que deben su existencia a imperativos de naturaleza moral o de real politik (la mala conciencia del mundo desarrollado y la importancia estratégica de los países del Sur en la confrontación Oeste-Este).

La escasa literatura sobre los Estados intermedios reconoce sus orígenes en los aportes de los teóricos alemanes, canadienses e indúes. Los primeros contribuyeron desde una perspectiva geográfico-política, causando gran conmoción — en 1920 — en la actual Alemania, argumentando en el sentido que los Estados pequeños y medianos de la Confederación Germánica debían unir sus fuerzas para establecer una tercera potencia germánica como freno a la dominación de Austria y Prusia. El aporte alemán, como se observará, reconoce una fuerte inspiración geográfica que ubica a los Estados intermedios en una posición media entre dos potencias. En nuestros días los autores canadienses e indúes se han inclinado en el sentido de poner énfasis en la posición mediadora sin incluir el aspecto de la fuerza media. En el caso de Canadá, país muy activo en cuanto a la mediación y la preservación de la paz, el rol de mediador generalmente lo ha jugado en el sentido de llenar el vacío entre los países más pobres y más ricos. Para la India de Nehru, la mediación se estableció entre las super-potencias al ofrecer sus buenos oficios luego del estallido de la guerra de Corea. Más allá de los motivos del fondo puede afirmarse que la diplomacia de Nehru no tuvo mucho éxito en reducir la tensión entre Oriente y Occidente pero sí obtuvo dividendos al colocar a la India en una posición de lider y vocero de los países no alineados. Concluyendo con la literatura referida a los Estados intermedios, recordamos también las definiciones que colocan el acento en las posiciones equidistantes en términos de civilizaciones y que algunos autores atribuyen a Australia — país errante entre la civilización occidental y oriental — y, finalmente, los autores que han definido a los poderes medios en relación a la capacidad para producir armas nucleares.

Desde nuestra perspectiva la definición de los países intermedios refiere a los Estados que tienen una posición intermedia en una jerarquía basada en el poder, en síntesis países más fuertes que los pequeños aunque más débiles que las grandes potencias. Entre los indicadores del poderío intermedio se destacan los económicos — producto bruto nacional, de niveles de ingreso, productividad, etc — y los políticos — liderazgos regionales, participación en organismos internacionales, organización institucional, etc —.

La reciente aparición de una vasta literatura referida a los "nuevos países industrializados" y la mención a los "países de ingresos medios" — v.g. en los informes del Banco Mundial y de la Organización de Cooperación de Desarrollo Económico (OCDE) — *son auspiciosos en la medida que perfeccionan los instrumentos de análisis. Sin embargo debemos alertar acerca de algunos aspectos relacionados con nuestra propuesta de inserción como país intermedio. Cuando se alude a los "nuevos países industriales" generalmente se refiere a los casos de adopción de políticas de crecimiento económico orientadas hacia el exterior y basadas en la mejor utilización de las ventajas comparativas por parte de algunos países, para la OCDE ellos son: Brasil, Grecia, Hong Kong, Corea del Sur, México, Portugal, Singapur, Taiwan y Yugoslavia. Para el Banco Mundial son más de cincuenta los "países de ingresos medios" en donde, por ejemplo, se incluye a todos los latinoamericanos con la sóla excepción de Haití. De manera que la Argentina figura entre los "países de ingresos medios" pero no aparece entre los "nuevos países industriales". Esto último se explica en razón de haber alcanzado un buen nivel industrial con anterioridad a la mayoria de los países arriba citados y, básicamente, por no haber participado del boon de las exportaciones industriales que estuvo a cargo de los "nuevos países industriales" a partir de la década de los '60.

(*) Integran la OCDE los siguientes países: Alemania Federal, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, España, EE.UU, Finlândia, Francia, Gran Bretaña, Grecia, Irlanda, Islandia, Itália, Japón, Luxemburgo, Noruega, Nueva Zelandia, Países Bajos, Portugal, Suécia, Zuiza y Turquía.

La Argentina debe buscar sus "socios" entre la mayoría de los "nuevos países industrializados" sin desconocer que existen, entre ellos, profundas diferencias en cuanto a población, superficie, recursos y riquezas naturales, de ingreso per cápita, estilos de desarrollo, acompañadas de experiencias políticas disímiles. Existen además otros países, no incluídos en la lista, que eventualmente podrían agregarse, v. g. Venezuela, la India, Pakistán; Egipto y, posiblemente Nigeria. La madurez de la estructura económica argentina y el grado de desarrollo tecnológico sin duda nos acercan más a países como Brasil, y México, que han aplicado una política económica basada en incentivos a las exportaciones, por otro lado nuestras peculiaridades nos alejan de los países con políticas económicas exitosas basadas en el bajo costo de la mano de obra (Taiwan, Hong-Kong, etc). Todos estos países, por encima de las diferencias ya aludidas, encuentran cada vez mayores obstáculos en mantener su participación en el "Grupo de *los 77" en la medida que sus preocupaciones e intereses divergen del criterio mayoritario; a los* países intermedios les interesa un mejor acceso a los mercados de manufacturas, el perfeccionamiento de los mecanismos privados de intermediación financiera y aceptan la posibilidad de introducir correctivos en la actual estrutura económica internacional, frente a esto las demandas de la mayoría persiguen la creación de un mecanismo administrativo de regulación universal del marcado internacional.

Dentro de este grupo de países intermedios es posible distinguir entre éxitos económicos, que incluyen a la mayor parte de los países de la ASEAN (Asociación de Países del Sudeste Asiático), Taiwan, Corea del Sur y Hong-Kong, y países estructuralmente dotados para alcanzar un status de "potencia intermedia". Los criterios de viabilidad nacional juegan aquí un rol preponderante, en la medida de la extensión geográfica y de la dotación de recursos — naturales y humanos — es posible para algunos países, en las actuales condiciones de permisibilidad del sistema internacional, la opción de "potencia intermedia". Distingue a este tipo de potencias el ámbito de influencia y el reconocimiento de dicho status a cargo de las superpotencias y de los países chicos.

El ámbito de influencia de las "potencias intermedias" es de naturaleza regional pero no debe ser confundido con el carácter también regional — en materia de influencia — de algunos países europeos, v. g. Alemania Federal, Francia y Gran Bretaña. Estos si bien no alcanzan el nivel de las dos superpotencias todavía mantienen la expectativa, en torno a alcanzar el status aludido, a través del eventual progreso en el orden de la integración europea. Además, en virtud de los antiguos lazos coloniales y de fortaleza económica, a estos estados se le reconoce cierto grado de intervención en los asuntos globales, reconocimiento que varía según el estado de las relaciones USA-URSS.

El reconocimiento del status de "potencia intermedia" constituye un requisito indispensable en la medida que sólo a partir de esa formalidad quedaría consagrada la posición de estos países dentro de la estratificación internacional. Como en toda sociedad sólo *se es* en la medida que los terceros están dispuestos a reconocernos. La historia de las relaciones internacionales registra pocos antecedentes en el orden del reconocimiento de los poderes medios. En el siglo XIX pese a que Suecia, Portugal y España eran miembros del Comité de los Ocho en el Congreso de Viena, no tuvieron status especial después de 1815. Ya en el siglo XX ni las distinciones en la representación al Congreso para La Paz de 1919 ni la práctica de reelección al Consejo, en los primeros años de la Liga de las Naciones, condujo al reconocimiento de las potencias medias. Finalmente, al momento de organización de las Naciones Unidas, el principio "funcional" invocado por el Canadá, de acuerdo al cual la pertenencia no permanente al Consejo de Seguridad sería decidida de acuerdo a la capacidad para contribuir a la mantención de la paz, no fue aceptado como criterio para garantizar un status especia para las potencias intermedias.

Ahora bien es factible el reconocimiento en las actuales circunstancias internacionales? Nuestra respuesta es afirmativa en lo que hace al doble reconocimiento: el de los países ricos y el de los países pobres. Los países desarrollados no pueden seguir ignorando a estos nuevos aspirantes a roles protagonicos, los intermedios son necesarios para cubrir el vacío existente

entre el Norte desarrollado y el Sur subdesarrollado en la medida que la racionalidad política — indispensable para cualquier aspirante a roles mayores — de los intermedios puede ayudar a superar la impasse del llamado Diálogo Norte-Sur. Además resultaría peligroso rechazar la admisión de nuevos miembros en la medida que obligaría a estos países a cuestionar de manera global a la estructura de poder internacional. Finalmente los países subdesarrollados, la mayoría dentro del "Grupo de los 77", no pueden ignorar el incremento de la brecha que los separa de los intermedios. El mantenimiento de una unidad ficticia resulta cada vez más difícil en la medida que los intereses encontrados no pueden ser ignorados, a pesar de la existencia de un discurso político enfocado a ocultarlos bajo el manto de una supuesta unidad del Sur frente a los países del Norte.

El agrupamiento de países intermedios, que incluye a las potencias intermedias, lo concebimos bajo criterios muy flexibles, así países como Grecia, España y Portugal podrían pertenecer a él y ser, a la vez, miembros de la Comunidad Económica Europea. Igualmente las posibilidades quedarían abiertas para casos muy singulares v. g. Yugoslavia, Turquía — miembro de la OCDE que a veces acompaña las posiciones del "Grupo de los 77" — Australia y Nueva Zelandia — miembros de la OCDE — ambos con intereses comunes, sobre todo en el futuro, a los de la Rep. Argentina.

Nuestro país no puede prolongar por mucho más tiempo una decisión en lo que hace a los mecanismos de inserción internacional. La diplomacia argentina necesita definir quiénes van a ser sus socios dentro del sistema internacional y debe asignar los recursos diplomáticos en función de prioridades claramente definidas. Este último aspecto, la asignación correcta de nuestros recursos, reviste particular importancia en la medida que ellos no son inagotables. Así resulta inadmisible que la Argentina adhiera en los "foros blandos" — como la UNCTAD — a las decisiones del "Grupo de los 77" en materia monetaria cuando participa en los "foros duros" — como el Fondo Monetario Internacional — en donde nuestros intereses se ven mejor representados y cuyas decisiones y procederes son los que el "Grupo de los 77" cuestiona.

La decisión sugerida no constituye un imperativo categórico derivado de un razonamiento voluntarista, la Argentina se encuentra, y se encontrará, cada vez más incómoda dentro de la diplomacía mulilateral y parlamentaria del tipo "Grupo de los 77" y del Movimiento de países no-alineados. Pueden existir razones que justifiquen la permanencia, básicamente relacionadas con la defensa de nuestros interesses en algunas votaciones que tienen lugar dentro del sistema de las Naciones Unidas, pero ellas no deben primar sobre los intereses de largo plazo que tiene el país. Lo que se sí propone es una diplomacia de transición que respetando los intereses de corto plazo y las pertenencias institucionales actuales se vaya orientando hacia otros esquemas externos. No se sugiere, de modo alguno, el súbito retiro, que a veces se postula, de los aludidos agrupamientos, se trata de abrir nuevas opciones desenfatizando otras. La diplomacia multilateral que se opera a través de la expandida red de organismos dependientes o relacionados a la ONU requiere excesivos recursos y exige ser revisada. Tudo hace pensar que a medida que el país concentre sus esfuerzos al servicio de la opción intermedia requerirá una mayor atención diplomática — política y económica — en los "foros duros" (Fondo Monetario Internacional y GATT) para obtener en ellos mayores ventajas y para lo cual será necesario instrumentar una política de concertación con los países intermedios que eventualmente sostendrían posiciones similares a las nuestras.

Curiosamente, sin haber todavía definido la opción de potencia intermedia, el país se encuentra instrumentando una serie de políticas que podrían adquirir un sentido aún más relevante si ellas estuvieran inmersas dentro de un definido proyecto de inserción externa. Mientras que lentamente a la Argentina se irán cerrando los canales de la ayuda concesional — a nível Banco Mundial y Banco Interamericano de Desarrollo —, a la par que se le abren nuevas oportunidades en el mercado internacional de capitales, se ha ido incrementando el rol de país donante en diversos organismos de financiamento internacional. La Argentina pertenece, como miembro no — regional, al Fondo Africano de Desarrollo e ingresó —en 1979 — a la International Development Association (dependencia del Banco Mundial) en calidad de país donante

junto a países que nosotros habíamos incluído como eventuales socios en la opción intermedia (junto con la Argentina ingresaron Brasil, México, Venezuela, España, Yugoslavia, Portugal, Grecia y Corea del Sur). En la misma línea debe agregarse el eventual ingreso al Banco de Desarrollo del Caribe y al Banco Africano de Desarrollo, medidas oportunamente anunciadas y en processo de negociación.

Concluyendo nuestra reflexión en torno a la inserción de la Argentina como país intermedio y retomando el tema de los proyectos alternativos existentes, no se pueden soslayar las ventajas adicionales de nuestra propuesta. En efecto, ella encierra los três grandes círculos en los cuales debe operar nuestra política exterior; América Latina, democracias industrializadas y países en desarrollo. Junto a los intermedios será más fluída nuestra relación con América Latina, en particular Brasil, México y Venezuela y sólo en asociación con esos países podemos avizorar una nueva relación con las democracias desarrolladas que incluya la comprensión de nuestros intereses en los "foros duros", sobre todo en los aspectos comerciales que se negocian en el GATT. La idea de ingresar en un futuro a la OCDE no debe ser excluída, muy por el contrario debería constituir uno de los objetivos de las potencias intermedias para la década de los '80. Las "salvaguardias externas" estarían entonces operando y podrían, sin duda, contribuir a la consolidación de una fórmula política estable en la Argentina.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL-ARGENTINA: UMA BILBIOGRAFIA COMENTADA

Maria Regina Soares de Lima e Gerson Moura (*)

Um exame, ainda que superficial, das bibliografias correntes sobre América Latina revela a existência de áreas temáticas privilegiadas, tais como : análise de estruturas sócio-econômicas e processos políticos internos; estudos voltados para o exame das relações hemisféricas, tanto a relação Estados Unidos — América Latina (tomada esta na sua totalidade), como as relações bilaterais dos Estados Unidos com cada país do continente; e ainda trabalhos sobre a política externa de cada país.

Ocorre porém uma notável ausência de bibliografias disponíveis acerca de relações bilaterais entre países latino-americanos. A própria situação destes países, como atores de menor importância no sistema internacional, se reflete na literatura especializada, cujos marcos teóricos tendem a privilegiar as relações entre os grandes blocos de poder ou, dentro deles, a relação da Potência-líder com seus parceiros menores. Dessa forma, relações intra-regionais raramente são contempladas nas melhores análises e nas produções bibliográficas correntes.

Na medida em que o sistema internacional se torna mais fragmentado com a progressiva diluição do esquema bipolar rígido, os contextos regionais ganham uma dimensão nova, sua importância se acentua e um conhecimento mais minucioso de suas dinâmicas se faz necessário. Nesse sentido, no caso da América Latina, várias situações sub-regionais estão por merecer levantamentos bibliográficos mais extensos, que orientam pesquisas e estudos voltados para análises de processos de conflito e cooperação entre os países da região.

Este trabalho pretende contribuir para um conhecimento mais minucioso da bibliografia sobre as relações entre Argentina e Brasil.

(*) Maria Regina Soares de Lima é professora e pesquisadora do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Gerson Moura é pesquisador do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Agradecemos a colaboração de Zairo Borges Cheibub, pesquisador do IUPERJ, no levantamento e resumo de parcela do material aqui utilizado.

O conjunto das obras que compõem esta bibliografia pode ser dividido em dois grandes grupos: os títulos que lidam com questões *históricas* e os que dizem respeito a questões mais *contemporâneas.* Os títulos históricos compreendem dois itens: aqueles que intentam interpretações abrangentes, no sentido de examinar dois ou três séculos da relação Brasil-Argentina; e os que estão circunscritos à análise de um período de tempo mais restrito, a situações críticas (tais como guerras) ou ainda a um único evento. Quanto aos títulos que tratam de questões contemporâneas, foram divididos em quatro grupos temáticos, a saber: questões correntes de política internacional, análises geopolíticas, recursos da bacia do Prata (Itaipu) e energia nuclear.

O levantamento vinculou-se estritamente as questões pertinentes à *relação Argentina-Brasil.* Não foram objetos de consideração os títulos de política externa de um e outro país, a não ser nos casos em que se referissem diretamente às relações argentino-brasileiras.

Um balanço geral preliminar das obras levantadas mostra que grande parte delas apresenta-se mais como literatura polêmica do que como análise exaustiva das conjunturas examinadas. Uma possível explicação para esse fato talvez seja a circunstância de que parte desta literatura tenha sido produzida por autores que também eram atores políticos envolvidos nas decisões ou acontecimentos que examinaram; ou ainda por autores que, consciente ou inconscientemente, procuravam justificar as decisões, atitudes e ações passadas de seus próprios governos.

Duas outras constatações chamam a atenção no conjunto dos títulos selecionados: 1) A produção brasileira concentra-se nas questões denominadas anteriormente de históricas, dando menor atenção aos problemas contemporâneos. 2) No que diz respeito à discussão de atualidade, a produção argentina é incomparavelmente maior que a brasileira.

Haveria talvez diversas razões interligadas para explicar essas discrepâncias: em primeiro lugar, pode-se pensar que no século XIX a Argentina constituísse um problema prioritário para os formuladores da política externa brasileira e o Brasil constituísse uma questão fundamental para a Argentina, ao passo que no século XX, especialmente após 1945, a questão crucial da política externa brasileira passou a ser a relação com os Estados Unidos. O alinhamento aos Estados Unidos ou o rompimento desse alinhamento na direção de uma política de maior independência e maior amplitude de ação tornou-se o eixo principal das formulações do Itamarati. É natural que as preocupações regionais (inclusive com a Argentina) fossem gradativamente relegadas a um segundo plano. Enquanto no Brasil as formulações oficiais e as análises políticas das elites punham ênfase no papel que aspiravam para o país no cenário mundial, no caso dos autores argentinos, a preocupação com o papel de seu país no continente permaneceu uma constante. A própria posição geográfica dos dois países gerava uma diversidade de interesses no que diz respeito à política regional de cada um. Os problemas do Cone Sul assumiam diferentes pesos nas formulações da Argentina (onde eram cruciais) e do Brasil (onde eram um entre outros).

Segue-se uma breve descrição das principais áreas temáticas, sob as quais agrupamos os títulos levantados, bem como alguns comentários pertinentes a cada área.

1. Interpretações históricas abrangentes

Nesta seção estão agrupados os títulos que procuram elaborar uma visão de conjunto da história das relações Brasil-Argentina. Embora alguns títulos focalizem o período colonial, a maioria concentra-se no século XIX, particularmente na fase posterior às lutas pela independência.

Percebe-se que uma parte da literatura volta-se para interpretações históricas, num sentido mais estrito, enquanto outra parcela está mais preocupada com as questões atuais e vai à história em busca de explicações para o presente. As primeiras circunscrevem-se ao contexto examinado, enquanto as últimas procuram justificativas para situações e problemas contemporâneos. Essa ligação passado-presente apresenta-se mais nitidamente entre os autores argentinos; e aparece em muitas obras que foram agrupadas nas seções seguintes.

2. Questões históricas específicas

Neste tópico, reunimos os títulos que tratam de eventos ou conjunturas particulares na relação entre os dois países. As questões mais debatidas são as seguintes: no século XIX, a guerra da Cisplatina, as campanhas contra Oribe e contra Rosas, a guerra da Tríplice Aliança (guerra do Paraguai) e a questão de Palmas ou Misiones; no século XX, o problema armamentista dos anos 10 e 20, a conjuntura da 2ª guerra mundial e a relação Vargas-Perón nos anos 50.

Trata-se de um modo geral de uma literatura de pouco rigor analítico, de cunho mais descritivo e frequentemente justificadora de políticas ou ações dos respectivos governos no passado. Restringe-se, na maior parte dos casos, à crônica dos fatos e atores privilegiados diretamente envolvidos na ação. Algumas exceções procuram relacionar o comportamento dos atores a determinações e condicionantes políticos, sociais e econômicos mais amplos, assim como ao contexto internacional mais abrangente.

3. Questões contemporâneas

Sob este item agrupam-se quatro temáticas distintas: a) questões de política internacional; b) análises e formulações geopolíticas; c) recursos da Bacia do Prata (Itaipu) e d) energia nuclear.

O primeiro tema reúne análises comparativas da política externa da Argentina e do Brasil, estudos sobre aspectos militares e equilíbrio estratégico na região do Prata e ensaios contendo propostas para um relacionamento futuro dos dois países.

O tema seguinte compreende formulações ou projetos geopolíticos mais amplos, bem como as críticas que lhe têm sido feitas; análises sobre o pensamento geopolítico brasileiro e argentino; e tópicos examinados a partir de uma perspectiva geopolítica, tais como: bacia do Prata, esferas de influência, Atlântico Sul, Antártico, fronteiras e aliança Brasil-Estados Unidos.

O terceiro item engloba os trabalhos dedicados à discussão dos recursos da bacia do Prata, especialmente o projeto de Itaipu. Aborda questões jurídicas e impactos políticos resultantes da implementação do projeto.

Em último lugar, agrupam-se alguns títulos sobre a questão da energia nuclear, voltados para um inventário das capacidades nucleares dos dois países e os possíveis impactos da questão sobre a relação bilateral.

A respeito destas temáticas contemporâneas, observa-se que o primeiro grupo (política internacional) apresenta os trabalhos de maior rigor analítico, capazes portanto, de fornecer melhores elementos para a compreensão da relação Brasil-Argentina.

Os trabalhos de natureza geopolítica são bastante numerosos, merecendo observações mais detalhadas. Aprimeira tem a ver com a origem militar de grande parte dos autores, o que indica o interesse especial que esse grupo dedica às questões de política externa[1]. Considerando que a abordagem geopolítica caiu em desuso em outras partes do mundo, é sugestivo que ela não só tenha uma longa história na América Latina, como seja atualmente a mais significativa em termos de volume de produção.

Comparando-se a atenção que a escola geopolítica de cada país dedica ao estudo do seu vizinho, verifica-se que os autores argentinos conferem grande importância ao Brasil, ao passo que a Argentina está quase ausente das preocupações geopolíticas brasileiras. Os trabalhos brasileiros voltam-se para questões relacionadas ao "desenvolvimento" e à "projeção" do país no plano continental e mundial e tais projeções são formuladas independentemente do comportamento de outros países. As análises de origem argentina, na sua grande maioria, constituem uma resposta às formulações brasileiras, apresentando uma marcada preocupação com o "ex-

(1) Para análise do desenvolvimento dos estudos sobre conflito na Argentina e no Brasil ver Barros, Alexandre de S.C. (jul. 1980). O exame do pensamento geopolítico na América Latina foi feito por Child, John (1979).

pansionismo" e o "subimperialismo" do Brasil. Dessa forma, se a produção geopolítica brasileira é mais "projetiva", a argentina é mais "reativa", incorporando as percepções que tem das aspirações brasileiras na região. Mas, de certa forma, o pensamento geopolítico brasileiro também responde às formulações argentinas, como se pode constatar na ênfase à "tradição pacifista" e à postura "defensiva" atribuída à sua política externa.

Finalmente, as diferenças entre as formulações brasileiras e argentinas estariam a indicar que, a despeito da origem semelhante (militar) da maioria dos autores, o seu pensamento geopolítico reflete condicionantes específicos de cada país, tornando mais problemáticas as possibilidades de alianças políticas entre eles.

Embora ligadas intimamente ao problema geopolítico, as questões de Itaipu e de energia nuclear foram tratadas separadamente, considerando-se sua importância para as relações argentino-brasileiras atuais. Também esses temas constituem preocupações marcadamente argentinas.

Seguem-se os títulos comentados, em ordem alfabética por autor, dentro de cada área temática.

1. INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS ABRANGENTES

ANGEL SCENNA, Miguel. *Argentina-Brasil: Cuatro Siglos de Rivalidad.* Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1975.

História diplomática da rivalidade entre Brasil e Argentina desde Tordesilhas até à morte de Perón. Vê os dois países em divergência no momento atual e adverte que a Argentina deve desenvolver-se como grande potência se não quiser distanciar-se de seu vizinho.

BARRETO, Flamarion. "Formação das Nações Sul-Americanas do Prata", *A Defesa Nacional,* 585, maio 1963.

O autor tenta avaliar a contribuição do Prata à formação nacional da Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai, a partir de uma análise geo-histórica. Para o autor, esse tipo de análise ajuda a entender os antagonismos atuais da Bacia do Prata, que se expressam nas tendências hegemônicas da Argentina e nas questões de limites.

CARELLA, Alfredo J.L. "Aspectos Básicos de la Política Exterior de Uruguay", in Puig et alle, *De la Dependencia a la Liberación,* Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1973.

Adotando uma perspectiva de análise sistêmica, o artigo examina a evolução da política externa do Uruguai a partir de sua inserção na Bacia do Prata, no subsistema regional e no sistema mundial. No período contemporâneo, a política do Uruguai exemplifica o comportamento "pendular" clássico entre Brasil e Argentina e de "dependência privilegiada" a um deles.

CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil,* Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1959.

Manual volumoso de informação básica sobre as relações exteriores do Brasil desde o século XVII. Em relação ao Prata, distingue três fases da política brasileira: a) a colonial, na qual a preocupação dominante era "delimitar o quanto antes os territórios ocupados ou por ocupar"; b) a imperial, na qual a ênfase recaía sobre a independência e prosperidade dos países vizinhos; c) a republicana, de cunho liberal e pacífico, marcada por uma orientação panamericana.

ESPINOSA-MORAGA, Oscar. *Presencia del Brasil 1500-1973* Editorial Nascimento, Santiago, 1974.

Coleção de pequenos ensaios sem rigor acadêmico, escrito por autor chileno, esse livro de tom polêmico e visceralmente antiargentino exalta a amizade chileno-brasileira e as realizaçõs brasileiras no passado e na atualidade.

HECHEN, Santiago. *Proyección Internacional de Brasil* Librería y Editorial Castellvi, Santa Fé, 1964.

Procura entender a política exterior atual do Brasil a partir de sua trajetória histórica, que seria o fator determinante na sua direção atual. Dedica boa parte do livro às relações Brasil-Argentina no séc. XIX, procurando chamar atenção para o sentido de oportunidade, habilidade e consistência da diplomacia brasileira, que foi capaz — segundo o autor — de obter vitórias até mesmo quando suas armas foram derrotadas nos campos de batalha.

HILTON, Stanley E. "The Brazilian-Argentine Relationship: the Brazilian View", Mimeo, 1978.

O autor faz um exame de conjunto da relação Brasil-Argentina nos séculos XIX e XX e afirma que a história dessa relação poderia ser sintetizada como uma história de conflito ou antecipação do conflito. A estratégia da política brasileira na maior parte do século XX teria sido função da percepção das elites governamentais da ameaça representada pela imagem da Argentina como um Estado agressivo e expansionista. O autor procura demonstrar a persistência desta imagem nos anos recentes.

JAURETCHE, Arturo. *Ejército y Política: La Patria Grande y la Patria Chica.* A. Peña Lillo Editor, Buenos Aires, 1958.

Assinala a existência de duas concepções opostas na história política argentina: a "Pátria grande" voltada para a preservação do território e dos interesses nacionais e a "Patria chica", subordinada econômica e politicamente à Europa, em função dos interesses da oligarquia exportadora e livre-cambista. Segundo o autor, o Brasil adotou desde o início uma política de expanção geográfica, consolidando sua fronteira externa e só depois sua "fronteira interna". A Argentina adotou caminho inverso. Argumenta que nos momentos em que na política argentina prevaleceu a orientação da "Patria chica", a política internacional brasileira saiu vitoriosa; a inexistência de uma política nacional continuada facilitou a expansão geográfica do Brasil.

MACHICOTE, Eduardo. *La expansión Brasileña. Notas para un Estudio Geohistórico.* Ed. Ciencia Nueva, Buenos Aires, 1973.

Trata-se de levantamento histórico e análise do "expansionismo brasileiro" desde os tempos coloniais. Examina as forças que estão por trás da política externa brasileira e ataca as idéias de Golbery que seriam um veículo dos objetivos imperialistas da política norte-americana.

MENDONÇA, Renato de. *Fronteira em Marcha: Ensaio de Geopolítica Brasileira*. Livraria São José, Rio, 1936.

Este livro constitui um esforço de abordagem histórica da rivalidade política entre Portugal/Brasil versus Espanha/Argentina na Bacia do Rio da Prata, do séc. XVI ao XX.

MONETA, Carlos Juan. "La Política Exterior del Brasil" in Puig et alli *De la Dependencia a la Liberación*. Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1973.

Trata-se de uma análise da evolução da política externa brasileira, especialmente a partir da 1ª Guerra Mundial. Ao longo do trabalho, o autor destaca alguns eventos relacionados à Argentina, analisando ainda que de forma breve, a geopolítica brasileira na Bacia do Prata.

ONETO Y. VIANA, Carlos. *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata,* Alania Santos, Buenos Aires, 1903.

Estuda as principais questões do séc. XIX, insistindo nos temas da ambição desmedida dos estadistas brasileiros em relação ao Prata, sua política de contínuo avanço territorial e sua diplomacia habilidosa, que fazia reverter na mesa de negociações o resultado adverso das batalhas.

PEREIRA, Baptista. *Pelo Brasil Maior,* coleção Brasiliana vol. 21. Cia Ed. Nacional, S.Paulo, 1934.

Dedicado ao exame das relações Brasil-Prata no século XIX (especialmente as relações com o Paraguai), essa coletânea de ensaios polêmicos afirma a superioridade da "civilização imperial" brasileira sobre a platina, garante a natureza pacifista da política brasileira no Prata e acusa os platinos de devotarem um "ódio racial" ao Brasil, reminiscência do ódio espanhol aos portugueses.

SEGUNDO SILIONI, Rolando. *La Diplomacia Luso-Brasileña en la Cuenca del Plata,* Ed. Rioplatense, B. Aires, 1975.

Argumenta, mediante estudo da política externa portuguesa e depois da brasileira, que o expansionismo na Bacia do Prata faz parte natural da política externa do Brasil. Adverte que a Argentina deve estar consciente deste fato e estar preparada para o desafio.

TEIXEIRA SOARES. *Diplomacia do Império no Rio da Prata* (até 1865). Editora Brand Ltda., Rio de Janeiro, 1955.

Trata-se de um estudo cuidadoso da política luso-brasileira no Prata desde o final do séc. XVII, procurando mostrar o entrelaçamento da evolução política interna dos países da região (especialmente a Argentina) à política externa brasileira.

TULCHIN, Joseph S. "The Argentine-Brazilian Relationship: an Argentina View", *mimeo,* 1978.

Assinala como elementos subjacentes à política externa da Argentina: (1) as disputas entre nacionalistas, federalistas e antiliberais de um lado e internacionalista, unitários e liberais, de outro; (2) concepção de soberania, forjada a partir de ameaças externas sobre o território argentino. Em relação ao Brasil, identifica três escolas de pensamento: a geopolítica, a eurocêntrica tradicional (dominante de 1860 a 1945) e a idealista. Depois de 1945, teria havido uma combinação eclética de elementos de todas as orientações. Conclui que a posição geopolítica poderá ter maior peso, com a continuidade do poder militar na Argentina e o fortalecimento da economia brasileira e sua posição internacional.

VELHINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei: Aspectos Polêmicos da Formação Rio-grandense.* Ed. Globo. Porto Alegre, 1964.

Estuda a formação histórica e cultural do Rio Grande do Sul, acentuando sua identidade luso-brasileira. Um capítulo extenso é dedicado aos contrastes entre o Rio Grande e o Prata, no qual o autor rejeita a noção de que a população gaúcha brasileira seria semelhante à população platina, pelo fato de terem sido geradas em ambiente similar e de mesma ocupação econômica. Para ele, a sociedade gaúcha brasileira se distingue por sua composição étnica e psicológica, orientação histórica e compromissos políticos.

VIANNA, Helio. *História Diplomática do Brasil.* Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1958.

Trata-se de um estudo de moldes tradicionais sobre relações exteriores do Brasil, do período colonial à 2ª Guerra Mundial. No que se refere às relações Brasil-Argentina após a independência, detém-se nas questões relativas ao séc. XIX e assume a defesa da política

imperial, ao mesmo tempo que vê do lado argentino tendências expansionistas e anexionistas.

WILGUS, A. Curtis (ed.) – *Argentina, Brazil and Chele since Independence* – The George Washington University Press, Washington, D.C. 1935.

A originalidade deste livro consiste em antecipar, já na década de 30, os estudos de política comparada tão em voga nos Estados Unidos durante os anos 60. Dois trabalhos iniciais analisam a influência dos antecedentes coloniais e o impacto da herança hispano-americana sobre o sistema político destes três países. Seguem-se três ensaios sobre a história política da Argentina, Brasil e Chile, do período da independência aos anos trinta. Em apêndice, aborda-se a questão do estabelecimento das fronteiras brasileiras, examinando-se, de forma resumida, as disputas de limites entre o Brasil e a Argentina.

2. Questões Históricas Específicas

ANÔNIMO. *A Política do Brasil no Rio da Prata,* Rio de Janeiro, 1850.

Acusa o Império de ter abandonado os interesses brasileiros no Prata, por não tomar iniciativas eficazes contra a política de Rosas na região, além de fazer-lhe concessões perigosas. Pede uma política de intervenção ativa.

ÁVALOS, Ângel F. *El Projecto Brasileño de Conferencia Internacional de Valparaíso.* Bautista Cubas, Córdoba, 1923.

Descreve incidente diplomático entre o Brasil e Argentina, em dezembro de 1922, motivado pelo convite brasileiro à Argentina e Chile para uma reunião especial, prévia à 5ª Conferência Panamericana de Santiago, com vistas ao estabelecimento de uma posição comum sobre a questão de armamentos. Nesse contexto, discute a posição dos governos argentino e brasileiro e acusa o último de procurar apenas consagrar e manter sua superioridade militar.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil.* Coleção Brasiliana v. 49, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1935.

A primeira parte do livro é dedicada à organização do exército brasileiro e o restante às suas campanhas militares. Em relação à Argentina, descreve a guerra da Cisplatina e a guerra contra Rosas. Insiste em que o intervencionismo brasileiro no Prata era defensivo: visava impedir a formação de um poder excessivamente forte em suas fronteiras ou o expansionismo da "barbárie da pampa sobre a cultura do litoral", representada pelo caudilhismo platino.

BESOUCHET, Lidia. *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e a República Argentina.* Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1949.

Examina a atuação do Barão do Rio Branco na questão da disputa sobre o território de Palmas ou Misiones. Procura mostrar que enquanto a política externa argentina se caracterizava por descontinuidade e partidarismo, a política brasileira pautou-se por perfeita continuidade e nacionalismo, mercê da permanência de Rio Branco à testa dos assuntos externos brasileiros por 12 anos. A "marcha para oeste" brasileira, que enseja as disputas de fronteiras, é vista pela autora como um complemento necessário à ocupação da zona litorânea ou tropical. Contém uma completa bibliografia sobre a questão.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance; Rio Branco and Brazilian-American Relations.* Columbia University Press, N. York, 1966.

Este livro examina a mudança do eixo condutor da política externa brasileira, que deixa sua orientação europeísta em favor de uma aproximação aos Estados Unidos, graças principalmente à ação do Barão do Rio Branco. Entre as reações adversas a essa reorientação da política externa brasileira, o autor estuda em maior detalhe a Argentina, procurando mostrar que a aproximação brasileiro-norte-americana era interpretada como uma busca de preeminência na América do Sul.

CADERNOS DO NOSSO TEMPO. "A Denúncia de João Neves", Rio de Janeiro, jan./jun. de 1954.

Discute as acusações de João Neves da Fontoura a propósito das articulações Perón-Vargas em torno do Pacto do ABC. O artigo critica o isolacionismo implícito na posição de J. Neves e advoga a cooperação argentino-brasileira como o primeiro passo para a integração latino-americana.

CADY, John F. *La Intervención Extranjera en el Rio de la Plata, 1823-1850,* Editorial Losada, Buenos Aires, 1943.

Estudo cuidadosamente documentado sobre a intervenção francesa e inglesa no Rio da Prata, com vista à derrubada de Rosas. Neste contexto, discute a posição brasileira na região. Apresenta extensa bibliografia e documentação de fontes primárias argentinas, norte-americanas e inglesas.

CALMON, Pedro. "Visão Global da Batalha do Passo do Rosário", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* 318, jan./mar. 1978.

Contrariando historiadores argentinos, afirma que a batalha de Passo do Rosário (ou Ituzaingó) em 1827 terminou indecisa, tendo os exércitos argentino e brasileiro se retirado após a batalha com suas estruturas intactas.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina,* Coleção Brasiliana v. 246 Cia. Ed. Nacional, 1946.

Resume-se à descrição das batalhas empreendidas entre 1925-28 a propósito da sorte da "província Cisplatina" e da qual resultou a independência do Uruguai. Exalta o valor e a dignidade dos chefes brasileiros e assinala o que considera os defeitos morais dos seus adversários. Para o autor, embora se possa falar, em termos militares, de um empate entre Brasil e Argentina, em termos políticos o Brasil foi derrotado pois "para manter a submissão (do Uruguai) foi que lutamos. Se eles ficaram independentes, venceram".

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o Último Caudilho,* 2 vols., Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1978.

A quarta parte do 2º volume diz respeito às relações Brasil e Argentina e descreve a atuação de Lusardo nos três momentos em que chefiou a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, entre maio de 1945 e outubro de 1953. Destaca a relação estreita que o embaixador mantinha com as principais lideranças argentinas e seu papel de intermediário entre Perón e Vargas. A despeito da parcialidade do biógrafo diante do biografado e do propósito de inocentar Lusardo de qualquer participação escusa no episódio, o capítulo sobre o Pacto do ABC representa uma contribuição significativa para entendimento da política interna e externa do Brasil neste período.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai,* Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

O autor propõe uma interpretação crítica da Guerra do Paraguai. Segundo ele, esta teria sido causada por razões primordialmente econômicas: o desejo do imperialismo inglês impor sua dominação sobre a região do Prata. A grave crise política e econômica por que

passavam Argentina e Brasil levou estes países a defenderem os interesses do capital britânico na região, em troca do apoio da Inglaterra.

FONTOURA, João Neves da. *Depoimentos de um Ex-Ministro,* Organização Simões, Rio de Janeiro, 1957.

Relatos de sua experiência no serviço diplomático do Brasil, do qual chegou a ser Ministro das Relações Exteriores. No que se refere às relações brasileiro-argentinas, constitui fonte útil para o período peronista, em especial para a questão do Pacto do ABC.

FRAGOSO, Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário.* Imprensa militar, Rio de Janeiro, 1922.

Documentário minucioso da guerra da Cisplatina, detendo-se não apenas nos seus aspectos militares, mas também nos seus antecedentes histórico-políticos. Pretende ser um relato técnico desapaixonado da luta.

HANN, John Henry. *Brazil and the Rio de la Plata, 1808-1828.* Ph, D. The University of Texas, 1967.

Considera que a política brasileira não era simples resultado de expansionismo imperialista, mas resposta a circunstâncias variadas; aquela avançava ou recuava segundo objetivos alternativos da política interna.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945),* Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

Diferentemente de interpretações correntes sobre a posição argentina durante a Segunda Guerra Mundial, o autor argumenta que a atitude deste governo foi, até à queda da França em junho de 1940, razoavelmente favorável aos aliados.

Com base em fontes primárias, Hilton descreve minuciosamente as *démarches* do Ministro do Exterior da Argentina, José Maria Cantilo, junto aos Governos dos Estados Unidos e do Brasil. No período que vai do final de 1939 ao início de 1940, Cantilo buscou, sem resultados, o apoio destes dois países à proposta argentina de mudança da política hemisférica de neutralidade, para a de "não beligerância".

IRIARTE, Tomas. *Rivadavia, Monroe y la Guerra Argentino-Brasileña.* Sociedad Impresora Americana, Buenos Aires, 1945.

Trata-se de um livro de memórias de um chefe militar argentino que participou da guerra da Cisplatina, na qualidade de comandante de artilharia. O volume contém ainda um Estudo Preliminar de Enrique de Gandia, sobre a história político-militar da Argentina, exaltando seu exército, cujas vitórias foram no entanto insuficientes para manter o Uruguai como província do seu país.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos,* Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

Embora discuta primordialmente as circunstâncias políticas e situações internas à sociedade sul-rio-grandense que levaram à revolta farroupilha, o autor traça um excelente quadro das relações entre a política do Rio Grande do Sul e a conjuntura argentina e uruguaia entre 1810-1835. Contém extensa bibliografia.

LEMOS, Miguel. *A Questão de Limites entre o Brasil e a República da Argentina* (Igreja e Apostolado Positivista do Brasil). Rio de Janeiro, 1902.

Trata-se de folheto que defende a arbitragem como o único recurso para a solução do conflito argentino-brasileiro na questão de Palmas. Chama a atenção para o fato de que os "direitos" alegados por ambos os Estados violam o direito anterior das sociedades indígenas destituídas daquele território.

LOBO, Helio. *Rio Branco e o Arbitramento com a Argentina.* Col. Brasiliana, vol. 69. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1952.

Trata-se de uma narrativa diplomática a propósito do arbitramento da questão de Palmas ou Misiones, descrevendo com minúcias as atividades de Rio Branco no preparo e apresentação da defesa brasileira junto ao presidente Cleveland dos EUA.

MARTINS, Mario. *Perón. Um Confronto entre Argentina e Brasil.* Ed. Getulio Costa, Rio de Janeiro, 1950.

Escrita em linguagem jornalística, este livro constitui um ataque cerrado ao governo peronista, pelas ênfases autoritárias, ultranacionalistas, militaristas e expansionistas de um regime que estaria identificando — segundo o autor — ao fascismo europeu. Traça inúmeras comparações entre Brasil e Argentina na produção econômica, comércio internacional, educação, saúde e outros planos, procurando demonstrar a inexistência de qualquer superioridade da Argentina sobre o Brasil e dos regimes autoritários sobre os democráticos.

MAUL, Carlos. *A Intriga entre o Brasil e a Argentina,* Benjamin Constant & Miccolis Editores, Rio de Janeiro, 1923.

Defende a tese de que o nacionalismo não tem de ser necessariamente guerreiro e que o fortalecimento militar de Argentina e Brasil é desejável, não constituindo por si motivo de luta entre os dois países.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. "Rivera nas Missões Orientais", *Estudos Ibero-Americanos,* (Dept. História PUC/RS), dez. 1978.

Introdução a um texto de M.A. Pueyrredón, que constitui um testemunho pessoal de incidente ocorrido na guerra da Cisplatina, a saber, a invasão das Missões rio-grandenses por Frutuoso Rivera.

PESSOA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideo sobre alguns textos de história platina.* Laemmert, Rio de Janeiro, 1953.

Embora centrado nas questões uruguaias, esse livro: discute as relações Argentina-Brasil em três períodos, a saber: a guerra da Cisplatina, o Período 1928-52 (guerra contra Oribe e Rosas) e a Guerra do Paraguai. Faz um levantamento bastante extenso de fontes e produz um estudo comparativo de autores brasileiros e platinos, para concluir que o Império brasileiro era firme, justo e desinteressado em sua política no Prata. Nesse sentido seriam injustas as acusações feitas ao Brasil e aos brasileiros de exercerem uma política agressiva na área.

PICCIRILLI, Ricardo. *Argentinos en Rio de Janeiro, 1815-1820.* Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1969.

Com base em documentação diplomática, especialmente britânica, o autor estuda a permanência de emigrados políticos argentinos no Brasil e seu pensamento e ação.

PINTO, Antônio Pereira. *Intervenções do Brasil no Rio da Prata.* Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1871.

Faz uma resenha das intervenções brasileiras no Prata para demonstrar seus propósitos defensivos. Advoga uma política de informação mais aberta sobre os negócios externos do país, para que não medrem opiniões errôneas sobre o assunto na opinião pública nacional.

POMMER, Léon. *Os Conflitos da Bacia do Prata,* Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

Com base em extensa pesquisa de fontes primárias, esse trabalho analisa as relações internacionais dos países do Prata no século XIX. Descreve minuciosamente a prática concreta dos principais personagens, o jogo diplomático e os interesses do imperialismo

inglês na região. Neste contexto, procura resgatar o papel das classes populares, invariavelmente relegadas ao esquecimento na historiografia tradicional.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata,* Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1936.
Memórias de diplomata brasileiro durante o Império, descrevendo as negociações diplomáticas entre o Brasil e os países do Prata, de 1829 a 1843, particularmente o tratado com Rosas de 1843.

RIO BRANCO, Barão do. *Questões de Limites. República Argentina.* Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1945.
Este livro reproduz o texto que o Barão do Rio Branco submeteu ao Presidente Cleveland dos Estados Unidos, que atuou como árbitro na questão do litígio entre Brasil e Argentina a propósito de um território "entre os rios Iguaçu e Uruguai" (Palmas). Faz um histórico detalhado da ocupação do território desde o séc. XVII, alinhando argumentos e documentos em apoio da tese de que o Brasil tem direito ao território litigioso.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil,* Ed. Fulgor, S. Paulo, 1965.
O livro contém um capítulo dedicado à vida e obra do Padre João Pedro Gay, examinando seus escritos — muitos dos quais inéditos — sobre os problemas e conflitos do território de Missões e outros assuntos relativos à questão do Prata.

SANTIAGO SANZ, Luís. *La Cuestión de Misiones.* Ed. Ciências Económicas, Buenos Aires, 1957.
A perspectiva argentina sobre a disputa do território de Palmas (Misiones) é aqui apresentada de forma cuidadosa e bem fundamentada.

SARGENTO ALBUQUERQUE (Pseud. de Elysio de Carvalho). *Em Caminho da Guerra, a cilada argentina contra o Brasil,* Editores S.A. Monitor Mercantil, Rio de Janeiro, 1917.
Coletânea polêmica atribui aos argentinos um ódio implacável ao Brasil desde os tempos de San Martín e alerta contra a preparação militar argentina que, segundo o autor, tem por objetivo a guerra com o Brasil.

SILVA, Hélio. *1942. Guerra no Continente,* Ed. Civ. Bras., Rio de Janeiro, 1972.
Obra descritiva, contém um capítulo sobre as relações políticas entre Brasil-Argentina durante o ano de 1942, tendo como pano de fundo as distintas orientações dos dois países na III Conferência de Chanceleres do Continente. Outros volumes da mesma coleção e do mesmo autor contêm referências ao tema. (V. *1939. Véspera de Guerra* e *1944. O Brasil na guerra).*

SOUZA, José Antônio Soares de. "A Batalha de Monte Caseros ou de Morón", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* 318, Jan./mar. 1978.
Revela um documento inédito, composto por um dos participantes da batalha final das forças coligadas contra Rosas em 1852.

STRAUSS, Norman T. "Brazil after the Paraguayan War: Six Years of Conflect, 1870-6", *Journal of Latin American Studies,* 10, maio de 1978.
O artigo descreve um novo ciclo de rivalidade argentino-brasileira logo após a guerra do Paraguai, devido a diferenças entre os dois países em torno do tratado que o Brasil fizera em separado com o Paraguai logo após a guerra. Este país teria se beneficiado do conflito diplomático argentino-brasileiro, na medida em que ele evitou-lhe maiores perdas territoriais.

TEIXEIRA MENDES. *Pela Paz Sul-americana* (Igreja e Apostolado Positivista do Brasil), Rio de Janeiro, 1908.

Acusa os governos brasileiro e argentino de alimentarem paixões nacionalistas e preconceitos guerreiros em sua rivalidade política. Ataca a corrida armamentista (naval) entre os dois países que, sob o pretexto de defesa da honra nacional, na verdade ameaça a paz existente. Tratar-se-ia de uma política dominada pela metafísica e não por uma avaliação positiva da realidade.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. "A Guerra da Cisplatina (1825-1828)", *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,* LVIII, n°s 74 e 75, 1° e 2° semestres de 1977.

Relato histórico-militar do envolvimento brasileiro nas lutas com a Confederação argentina, que culminaram com a independência do Uruguai.

3. Questões Contemporâneas

3.1. Política Internacional

ASTIZ, Carlos Alberto (ed.) *Latin American International Politics,* University of Notre Dame Press, Notre Dame, 1969.

O livro reúne uma série de trabalhos independentes, que discutem aspectos gerais das relações internacionais da América Latina, bem como temas específicos, relacionados à política externa do México, Brasil e Argentina.

BARROS, Alexandre de S.C. "The Diplomacy of National Security: South American International Relations in a Defrosting World", in *Latin America: the Search for a New International Role,* Ronald G. Hellman e H. Jon Rosenbaum (eds.), Sage Publications, New York, 1975.

O autor sugere a existência de um novo estilo diplomático que estaria determinando a política internacional na região, com baixa participação das grandes potências. Compara os gastos militares latino-americanos entre 1948-1971 e constata que não existe uma corrida armamentista entre Brasil e Argentina, mas uma preocupação em manter a paridade militar. Conclui que, a despeito da competição por liderança no sul do continente, fatores geográficos e estratégicos inibem a possibilidade de guerra entre os dois países, que procurarão manter o equilíbrio militar, tentando resolver suas disputas por meios políticos e diplomáticos.

———"Regional Rivalries and War Probabilities in South America", apresentado à Conferência Anual do "Inter University Seminar on Armed Forces and Society", Chicago, out. 1980.

O autor argumenta que estariam aumentando as probabilidades de conflito armado na América do Sul. Contribuem para tal, mudanças de natureza demográfica, econômica, política e militar, além do desenvolvimento de uma eventual capacidade nuclear em alguns países; somam-se a estes fatores as modificações do contexto internacional, bem como o aumento do número de fornecedores de armamentos para a região. Explora a hipótese de ocorrência de uma competição indireta entre Argentina e Brasil, que se manifestaria nas tentativas de aumentarem suas respectivas esferas de influência na área.

GOBBI, Hugo J. "Argentina, Legalismo, Pragmatismo y Error en su Política Internacional", *Estrategia,*57, mar./abr. 1979

O autor critica a diplomacia argentina atual por sua atitude "perplexa" e "confusa" diante das novas realidades do contexto internacional. Segundo ele, a política externa do país parece oscilar entre uma posição legalista ou pragmática no campo internacional.

GRABENDORFF, Wolf. "Perspectivas y polos de desarrollo en America Latina". *Estudios Internacionales,* 50, abr./jun. 1980.

Embora seja uma discussão de âmbito mais abrangente, dedica alguma atenção ao que considera ser os centros de poder regional: Brasil, México, Argentina e Venezuela. Avalia que as relações brasileiro-argentinas tenham melhorado nos últimos anos, embora ainda permaneçam disputas relativas aos projetos hidroelétricos do rio Paraná como também à extensão do setor energético nuclear em ambos os países.

JAGUARIBE, Helio. "El Brasil y la América Latina". *Estudios Internacionales.* 29, jan./mar. 1975.

Discute as possibilidades de uma política de integração regional do Brasil na América Latina. Parte da constatação de uma certa ambigüidade de sua política externa, que tem orientação integracionista, mas age como potência emergente capaz de consolidar por si o desenvolvimento. Embora admita a "factibilidade" dessa política, o autor defende a primeira possibilidade. A orientação bilateral do Brasil no continente fundamenta-se numa competição fútil com a Argentina por prestígio, influência e poder na América Latina. *Propõe formas de integração argentino-brasileira, que abranjam os campos econômico-*financeiro, militar e científico-tecnológico.

LAFER, Celso e Felix Peña. *Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais.* Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1978.

O primeiro ensaio, de autoria conjunta, analisa as mudanças do sistema internacional contemporâneo, cujas características básicas são a bissegmentação e a importância das relações transnacionais. Nesta etapa, caracterizada pela confrontação industrial e tecnológica, os autores apontam para a valorização do contexto regional latino-americano. Sugerem que Argentina e Brasil consolidem um aliança latino-americana como estratégia de maximização de sua autonomia. Seguem-se dois ensaios, que analisam o modelo de vinculação externa desses dois países e as modificações de sua política externa ao longo do tempo.

MACDOWELL, Joaquim Ignacio. "A política do Brasil no contexto do Tratado da Bacia do Prata. *Revista Brasileira de Estudos Políticos.* 37, Belo Horizonte, set. 1973.

O autor vê o processo político da Bacia do Prata em três fases: as agressões e conflitos bélicos, o equilíbrio de poder (soma zero) e a fase de construção. Discutindo os problemas existentes em termos jurídicos, o autor reconhece dificuldades, mas é otimista quanto às perspectivas de acordo para aproveitamento das riquezas da região pelos países interessados.

PEÑA, Felix. "America Latina, Argentina y Brasil: Es Posible una alianza de imaginación pragmática? " *Mimeo.* Seminário sobre "O Brasil e a Nova Ordem Internacional", Friburgo, dezembro de 1978.

Constatando uma crescente descrença nas organizações de cooperação multilateral na América Latina e o recurso cada vez mais amplo a relações bilaterais, principalmente em áreas contíguas, o autor se propõe a analisar a possibilidade de uma revitalização dos organismos multilaterais.

PÉREZ LLANA, Carlos. "Potencias intermedias o paises mayores? La política exterior de Argentina, Brasil y Méjico", *Estudios Internacionales,* ano VIII, 29, jan./mar. 1975.

Trata-se de uma análise comparada da política exterior desses três países. Assinala alguns elementos históricos na política argentina: adesão à esfera britânica; oposição aos Estados Unidos; isolamento em relação à América Latina, e debilidade da política territorial. No caso do Brasil, o autor aponta determinados antecedentes, responsáveis pelo dina-

mismo de sua política externa contemporânea: a confiança das elites no futuro do país fruto de uma experiência longa de autogoverno; sucesso nos desafios à integridade territorial; e benefícios diplomáticos advindos da aliança com os Estados Unidos.

PINTO, Luis Bastian. "A Política Exterior do Brasil na América Latina". *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, dez. 1959.

Critica, como demasiado teóricos, os princípios jurídicos geralmente apontados como componentes da política exterior do Brasil. O mais constante tem sido a manutenção do *status quo* territorial, o que levou no passado à resistência aos propósitos expansionistas da Argentina. Esta rivalidade tem sido o fator determinante e mais persistente da política brasileira. Na atualidade, o vertiginoso desenvolvimento do Brasil e a intensificação da vida internacional tenderam a diminuir as diferenças entre os dois e a elevar a primeiro plano os interesses comuns de ambos, que têm de ser defendidos perante o resto do mundo.

RATTENBACH, Augusto Benjamin. "Estados Unidos y la Venta de Armas a America Latina". *Estrategia* 28, mai./jun. 1974;

Analisa o comércio de armas na América Latina do ponto de vista de compradores e vendedor(EUA). Afirma a superioridade do Brasil na Bacia do Prata devido ao seu desenvolvimento e ao apoio militar e creditício que recebeu dos Estados Unidos. O surgimento do "subimperialismo brasileiro" rompeu o tradicional equilíbrio político-militar na região.

3.2 Análises geopolíticas

BARROS, Alexandre de S. C. "Conflict Studies in Higher Education: the Case of South America with Emphasis on Argentine and Brazil", apresentado no seminário sobre "Conflict Studies in Higher Education", Danbury Park, Reino Unido, julho de 1980.

Observa que na América do Sul os estudos sobre conflito têm sido feitos primordialmente nos meios militares e diplomáticos. Analisa extensamente os casos do Brasil e Argentina, assinalando diferenças significativas na produção geopolítica dos dois países: a de origem argentina não só é mais volumosa, como apresenta uma participação civil mais intensa do que a brasileira. As razões para tal estão relacionadas às condições geográficas e históricas de ambos os países, aos níveis de profissionalização de suas Forças Armadas e serviços diplomáticos e, particularmente, às percepções das elites em relação ao papel internacional de seu país e ao grau de ameaça representado pelo vizinho.

BOSCOVICH, Nicolás. "um proyecto regional argentino y la natural salida de Bolivia al mar". *Estrategia* 30, set./out. 1974.

Preocupado em contrabalançar a expansão brasileira na Bolívia , este autor propõe uma "saída para o mar" para a Bolívia através do rio Bermejo, sob o patrocínio da Argentina.

______ "Análisis comparativo: Argentina y Brasil en el espacio geoeconómico del "Cono Sur", *Estrategia* 31-32, nov. 1974/fev. 1975.

Este artigo tem a finalidade de evidenciar a expansão brasileira na bacia do rio do Prata.

CAMILIÓN, Oscar H. "As relações entre o Brasil e a Argentina no Mundo Atual". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 12, mar./jun. 1969.

O autor expõe as razões geopolíticas que explicam a rivalidade tradicional, herdada da história colonial e que até hoje obstaculizam a recolocação racional da relação entre os dois países. Faz uma revisão histórica das suas políticas exteriores e traça algumas linhas possíveis de desenvolvimento futuro, desde uma polarização em busca do poder e a definição de "país-chave" na América Latina, até a idéia de coordenação das políticas nacionais.

CAMILIÓN, Oscar H. "Relaciones argentino-brasileñas", *Estrategia* 21, mar./abr. 1973.

Trata-se de um estudo geopolítico das relações Brasil-Argentina. Focaliza sua atenção no que considera o "eixo" Brasil-Estados Unidos e seu possível impacto naquelas relações.

CERESOLE, Norberto. *Geopolítica de iberación*. Editorial Corregidor, Buenos Aires, 1972.

O autor propõe a integração dos países sul-americanos da costa do Pacífico sob liderança argentina para contrabalançar a aliança Brasil-Estados Unidos, que comanda a costa atlântica. Uma Argentina forte dependerá da capacidade de enfrentar a aliança brasileiro-norte-americana.

CHILD, John. "Geopolitical Thinking in Latin America", *Latin American Research Review*, XIV, nº 2, 1979.

Trata-se de uma análise comparada, extremamente sugestiva, do pensamento geopolítico na América Latina, cujo desenvolvimento mais acentuado ocorreu nos últimos trinta anos. O trabalho mostra que a produção geopolítica mais elaborada aparece precisamente na Argentina e no Brasil. Na escola geopolítica brasileira, destacam-se os seguintes temas: relação entre "segurança" e "desenvolvimento"; integração do território nacional; ocupação da Amazônia; segurança do Atlântico Sul; acesso às fontes de energia e recursos naturais; rivalidade com a Argentina na Bacia do Prata; e busca de projeção mundial. A característica principal da escola argentina, segundo o autor, é sua obsessão com uma eventual hegemonia brasileira na Bacia do Prata. Além desse, outros temas significativos são: preocupação com a aliança Estados Unidos-Brasil; liderança natural da Argentina no Cone Sul; poder naval argentino; desenvolvimento da energia nuclear e impacto da instabilidade política argentina sobre seu desenvolvimento nacional e papel internacional. Obra de referência indispensável para o estudo do pensamento geopolítico no continente, apresenta extensa bibliografia comentada dos principais trabalhos brasileiros e argentinos e dos demais países da América do Sul e Central.

CIRIGLIANO, Gustavo F. J. *La Argentina Triangular — Geopolítica y Proyecto Nacional* — Humanitas, Buenos Aires, 1975.

Trata-se de um projeto geopolítico para o país, no qual o autor reivindica para a Argentina, que denomina de "América do Sul em pequena escala", o papel de liderança no Cone Sul. Responsabiliza a Inglaterra e os Estados Unidos pelo insucesso da Argentina em realizar sua aspiração de grandeza. O autor propõe a formação de um triângulo do Cone Sul *sob a hegemonia da Argentina e indepente da influência* dos Estados Unidos. *Os eixos* deste triângulo seriam: a região do rio da Prata; o eixo andino, incluindo o Nordeste da Argentina, Chile e Peru; e o eixo do Sul, compreendendo o estreito de Magalhães, as ilhas Malvinas e o Antártico.

DÍAZ, LOZA, Florentino. "Geopolítica del Brasil", *Estrategia*, 29, maio-junho 1974.

Análise crítica da geopolítica brasileira que se projeta a partir de quatro eixos: Mato Grosso, Amazônia, Rio Grande do Sul e litoral do Atlântico. O autor, adotando uma postura extremamente nacionalista, denuncia as intenções do Brasil de hegemonia na Bacia do Prata e o apoio político e econômico dos Estados Unidos ao subimperialismo brasileiro.

FERNANDEZ CENDOYA, Andrés. "Una nueva Guerra del Pacífico?", *Estrategia* 27, março/abril 1974.

Embora o foco de sua análise seja a tensão no Pacífico, o autor encara a Bolívia como uma engrenagem Brasileira em seu movimento expansionista para oeste. Examina por isso as possibilidades futuras de dois sistemas de alianças: Chile-Brasil e Argentina-Peru.

GUALCO, Jorge Nelson. *Cono Sur: Elección de un Destino*, Fabril Editor, B. Aires, 1972.

Examina o modelo brasileiro de desenvolvimento e conclui que se trata de um exemplar neocapitalista, atado inapelavelmente aos Estados Unidos. Visualiza então a integração do Cone Sul sob liderança argentina, excluindo naturalmente o Brasil.

GUGLIALMELLI, Juan E. "Argentina frente al 'Operativo Misiones' del Brasil", *Estratégia* 19-20, nov. 1972/fev. 1973.

Este artigo constitui um ataque às formulações geopolíticas de Mario Travassos. Para o o autor, faz-se necessário mobilizar a Argentina para enfrentar o expansionismo brasileiro no nordeste argentino.

GUGLIALMELLI, Juan E. "Banzer-Buenos Aires-Brasília", *Estrategia* 25-26, nov./dez. 1973 – jan./fev. 1974.

Descreve a visita do presidente da Bolívia a Buenos Aires, em novembro de 1973. O autor observa que a intransigência das duas partes levou ao fracasso as negociações na Argentina, acabando por transformar-se em um trunfo para o Brasil. Naquele momento, o Governo boliviano requeria também ao brasileiro apoio financeiro e assistência técnica. Sugere então que, como princípio, a política argentina para a Bolívia deve procurar compatibilizar os interesses nacionais dos dois países e não ser apenas uma resposta às estratégias brasileiras.

——— "Argentina-Brasil: Enfrentamiento o Alianza para la Liberación?", *Estrategia* 36, set./out. 1975.

Análise geopolítica da rivalidade Argentina-Brasil, sugerindo três alternativas possíveis para o primeiro: 1) negociar com o Brasil o papel de sócio menor; 2) enfrentar o Brasil e 3) negociar, tendo em vista seus respectivos interesses nacionais complementares. Na opinião do autor, esta última alternativa é a mais conveniente para ambos.

——— "El 'Destino Manifiesto' brasileño en el Atlántico Sur", *Estrategia* 39, mar. abr. 18976.

O artigo consiste de uma análise crítica das formulações geopolíticas de Golbery e, como outros autores argentinos, enxerga uma ameaça séria à Argentina na aliança Brasil-Estados Unidos.

——— "Geopolítica en la Argentina", *Estrategia* 46-47, mai./jun./jul./ago. 1977.

Trata-se do inventário das obras mais representativas do pensamento geopolítico na Argentina de 1916 até o momento presente. Contém uma descrição detalhada das principais instituições no país que vêm se dedicando ao tema nos últimos dez anos.

"Argentina, Geopolítica y Fronteras", *Estrategia*, nº 57, mar./abr. 1979.

O autor analisa, de uma perspectiva geopolítica, a questão das fronteiras da Argentina. Com relação à região Noroeste, observa que a questão de fundo reside no "desafio global" do Brasil, que compreende todo o Cone Sul do hemisfério. Segundo o autor, para se contrapor a este movimento brasileiro, a Argentina deverá exibir um "efetivo e adequado poder nacional", já que sua debilidade conduzirá à subordinação ou ao conflito.

LIMA, S. E. de Oliveira. *O Despertar de um Continente.* Editorial de Brasília, Brasília, 1975.

Análise geopolítica, propondo a ocupação do interior da América do Sul e sua integração a partir de dois eixos de desenvolvimento: o Brasil, no Atlântico e o Peru/Chile no Pacífico. Minimiza a rivalidade Brasil-Argentina e nega que o Brasil esteja buscando hegemonia sobre o subcontinente.

MASTRORILLI, Carlos P. "Una Actualización de la Doctrina Golbery", *Estrategia* 39, mar./abr. 1976.

Este artigo consiste em um ataque às idéias geopolíticas de Carlos Meira Mattos. Repetindo uma tecla batida, considera o Brasil um aliado "subimperialista" dos Estados Unidos.

MASTRORILLI, Carlos. "Brasil y la Antártida, La Tesis de Therezinha de Castro", *Estrategia* 43/44, nov./dez. 1976 e jan./fev. 1977.

O artigo critica as pretensões geopolíticas do Brasil no Antártico. Segundo o autor, o objetivo implícito da posição brasileira nesta questão é abrir uma frente austral que permita ao governo brasileiro desenvolver sucessivas pressões sobre o governo argentino.

METHOL FERRÉ, Alberto. *Geopolítica de la Cuenca del Plata* — Editorial Pena Lilla, Buenos Aires, 1973.

Trata da situação crítica do Uruguai face à pressão do eixo Brasil-Estados Unidos na busca de hegemonia sobre a Bacia do Prata. Segundo o autor, somente com o apoio dos países da costa do Pacífico, a Argentina poderá resistir a esta aliança expansionista.

PIÑEIRO, Armando Alonso. "El equilibrio geopolítico sudamericano", *Estrategia* 30, set./out. 1974.

O artigo examina a influência crescente do Brasil na Bolívia e no Paraguai e conclama a Argentina a assumir a liderança dos países hispano-americanos para fazer frente à aliança Brasil-Estados Unidos.

SANZ, Pablo. *El Espacio Argentino*, Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1976.

O autor analisa a formação e configuração do que é hoje o território argentino, examinando o espaço regional de uma perspectiva geopolítica. Sugere cinco "hipóteses de guerra mais provável" envolvendo Argentina e Brasil, com possíveis e alternadas alianças com os demais países da região. Sustenta a tese de um conflito natural entre Argentina e Brasil, em função do modelo de desenvolvimento econômico adotado por este último.

SCHILLING, Paulo R. *Brasil va a la Guerra* — Schapire Editor, Buenos Aires, 1974.

Escrito em estilo jornalístico e tom polêmico, o livro reporta-se à política latino-americana do Brasil do final dos anos sessenta ao início dos setenta. A partir da definição do Brasil como "aliado preferencial" dos Estados Unidos, o autor denuncia a gestação de um processo expansionista brasileiro que procuraria incorporar, política e economicamente, os países vizinhos. O projeto "subimperial" do país implicaria também na existência de ambições militares com relação ao Uruguai.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*, Col. Brasiliana vol. 50, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1935.

Obra clássica da abordagem geopolítica no Brasil, sugere a existência de dois antagonismos no continente sul-americano: as oposições das duas vertentes continentais, do Atlântico e do Pacífico, e das duas grandes bacias, do Amazonas e do Prata. Assinala a existência de dois Brasis: o Amazônico e o Platino. Sugere então que o país deve desenvolver-se, não apenas ao longo da costa do Atlântico mas, principalmente, ao longo do eixo leste-oeste (Brasil longitudinal) que estabeleceria a ligação entre as duas regiões extremas. Projetando-se na direção destas duas áreas, o país poderia realizar seu "destino continental". Argumenta que através de ligações do Brasil com o "triângulo mágico" boliviano (Cochabamba, Sucre e Santa Cruz), o país poderia contrapor-se ao domínio da Argentina sobre a região.

VILLEGAS, Osiris Guillermo. *Tiempo Geopolítico Argentino*, Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1975.

Proclama a necessidade de um "projeto nacional" que substitua o modelo da geração de 80". Tal projeto, calcado no binômio desenvolvido independente — soberania nacional, implica na integração do território argentino. Em relação à Bacia do Prata, observa que Brasil e Argentina têm problemas comuns e posições antagônicas. Repele a confrontação e recomenda a cooperação entre ambos, o que beneficiaria os países vizinhos de menor desenvolvimento relativo.

VON KIRCK, A. Bianchi. "Atlántico Sur. Méritos y Apetencia", *Estrategia* 34-35, mai./jun/jul./ ago. 1975.

Comenta a assinatura brasileira do Tratado do Antártico. Ressalta a importância estratégica do Atlântico Sul e os esforços da Argentina e África do Sul na manutenção da segurança da região. As pretensões hegemônicas brasileiras não se coadunam com os méritos da integração naval argentino-sul-africana e debilitam a coesão necessária à segurança do Atlântico meridional.

3.3 Recursos da Bacia do Prata — Itaipu

A DEFESA NACIONAL. "As Implicações Geopolíticas de Itaipu". Nº 683, mai. jun. 1979.

Artigo da redação da revista, que procura demonstrar que o projeto Itaipu contribuirá decisivamente para o desenvolvimento econômico da Bacia do Prata, para a integração dos países da região e para o aliviamento das tensões na área.

AMADEO, Mario. "Consulta Prévia: Tese Brasileira", *Digesto Econômico*, 258, nov./dez. 1977.

Discute a questão das discrepâncias entre Brasil e Argentina na questão de Itaipu e defende a tese argentina de *consulta prévia* para a realização de obras "potencialmente suscetíveis de prejudicar outros países da mesma bacia hidrográfica". Em seu socorro, relembra um documento elaborado em 1933 pela Comissão Permanente de Direito Internacional Público no Rio de Janeiro, integrada exclusivamente por brasileiros e apresentado à VII Conferência Panamericana em Montevidéu.

CODA, Alice Sofia. *L'Organization du Bassin de La Plata et l'exploitation des ressources energetique*. These de 3ème cicle, Universite de Toulouse, 1978.

Estuda a Bacia do Prata a partir das condições físicas e materiais da região e do problema da internacionalização dos seus rios. Procura mostrar que o Tratado da Bacia do Prata mostrou-se ineficaz pela ausência de projetos conjuntos de aproveitamento energético; daí, as divergências que têm surgido entre os Estados da região.

FERRER VIEYRA, Enrique. "Cuenca del Plata: su Incidência en la Política Exterior Argentina". *Revista de Estudios Políticos*, Madri, set./out. 1972.

Vê a necessidade de cooperação mais íntima entre Brasil e Argentina em um plano multinacional para o desenvolvimento da bacia do Prata.

GUGLIALMELLI, Juan E. "Cuenca del Plata o Cono Sur?", *Estrategia 28*, mai./jun. 1974.

O artigo examina a VI Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata à luz das questões gerais da relação Brasil-Argentina e chega à conclusão de que os resultados da reunião não foram satisfatórios. A própria noção de Bacia do Prata é posta em questão, já que o desenvolvimento relativo desigual na região tende a favorecer o Brasil. Propõe a ampliação do conceito de Bacia do Prata para o de Cone Sul, que incluiria o Peru e o Chile; e conclama o governo argentino a agir com maior firmeza nas negociações em curso.

______ "Itaipu-Corpus. Operar en el frente principal y no confundirse con los frentes secundarios". *Estrategia* 33, mar./abr. 1975.

Critica a chancelaria argentina que busca apoio em organismos internacionais para a tese jurídica da "consulta prévia", enquanto as obras da represa seguem seu ritmo programado. Propõe a negociação direta com Brasil e Paraguai como a frente principal da ção. Ressalta o aspecto político da hidroelétrica, na medida em que vai consolidar a influência brasileira em Assunção e perturbar o aproveitamento do rio pela Argentina.

HOYOS, Ruben J. de. "Internal Determinants of Supranatural Compacts: Argentine Foreign Policy Toward the La Plata River Basin", apresentado a Reunião Anual do American Political Science Association, *Mimeo*, Washington D. C., 1977.

O trabalho discute a importância e o impacto do projeto hidroelétrico da bacia do Prata sobre o processo de decisões da política exterior argentina. A iniciativa bilateral de Brasil e Paraguai produziu uma reação contestadora argentina e a questão assumiu contornos de prioridade para sua política externa, já que o projeto hidroelétrica envolve uma questão de hegemonia regional. O contencioso proviu uma unidade à política externa argentina em meio à mais completa instabilidade de sua política interna.

LUCHINI, Adalberto P. *Geopolítica del Cono Sur: la Cuenca del Plata,* Juarez Editor, Buenos Aires, 1971.

Discute as possibilidades e importância do desenvolvimento conjunto da bacia do Prata. Os projetos hidroelétricos da região devem ser firmemente conduzidos pelas nações latinoamericanas, sob pena de serem utilizados por outras potências.

MONETA, Carlos Juan. "La Política Exterior del Peronismo 1973-1976", *Foro Internacional,* 20, out./dez. 1979.

Segundo o autor, as tensões geopolíticas argentino-brasileiras expressam-se, nesse período, na Bacia do Prata. Contribuíram para bloquear a intencionalidade cooperativa do Tratado de 1969 as reivindicações brasileiras de geração de enormes quantidades de energia e o temor argentino de que esses projetos modificassem os níveis de desenvolvimento relativo na região e atrapalhassem os projetos argentinos para ela. A estratégia de Perón consistiu em aproximar-se de outros países da região (Bolívia, Uruguai, Paraguai), para obter maiores recursos políticos e poder, então, negociar com o Brasil em bases mais equilibradas.

MORZONE, Luiz Antoni *Soberania Territorial Argentina*. Ediciones Depalma, Buenos Aires, 1978.

Trata-se de um compêndio de direito internacional público voltado em boa medida para os problemas da política exterior argentina. O capítulo sobre o aproveitamento do rio Paraná discute a divergência Brasil-Argentina. A posição do autor oscila entre a defesa intransigente das posições argentinas (que estariam de acordo com o direito internacional) e o apelo para que se encontrem soluções técnicas e políticas de alto nível entre Argentina, Brasil e Paraguai com vistas ao aproveitamento comum dos recursos do rio.

PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu, Prós e Contras*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

Discute a construção da barragem de Itaipu no contexto das relações históricas e atuais que vinculam os países do Prata, especialmente Argentina, Brasil e Paraguai. Acompanha até 1973 todos os lances da controvérsia argentino-brasileira sobre o problema. Atribui os conflitos do passado na região às maquinações de Grandes Potências estrangeiras que buscavam exercer maior controle sobre seus recursos naturais e igualmente exercer dominação política. Apela para a origem comum dos povos do Prata e propõe a soma de esforços para o desenvolvimento multinacional integrado da região. Nesse sentido, o acordo bilateral Brasil-Paraguai deveria ser revisto em favor de um esforço conjunto maior.

RAMALHETE, Clovis. Novos problemas jurídicos do Prata. *Revista Brasileira de Política Internacional* mar./jun. 1967.

O autor analisa os aspectos jurídicos envolvidos no "processo formativo do aproveitamento multinacional dos recursos do Prata". Faz a análise dos documentos e princípios desenvolvidos nas Conferências dos Chanceleres da Bacia do Prata à luz do Direito Internacional.

ROJAS, Isaac F. *Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata*, Ediciones Liberia, Buenos Aires, 1974.

O livro chama a atenção para o perigo que representam os projetos hidroelétricos brasileiros na bacia do Prata em termos de fortalecimento político. Argumenta que o projeto de Itaipu exigiria um consentimento prévio da Argentina, devido ao seu impacto sobre Corpus (projeto argentino-paraguaio), rio abaixo.

ROSA, J. Eliseo Da. "Hydroelectric in the Parana River and the Balance of Power in the La Plata River Basin", *Mimeo,* Indiana State University, Evansville, s.d.

O Trabalho procura demonstrar que o Acordo de Itaipu é prejudicial ao Paraguai, em contraste com os acordos argentino-paraguaios para a construção das represas de Corpus e Yaciretá. A discussão é feita no contexto da importância econômica, estratégica e geopolítica da Bacia do Prata. Contém ainda referências às contradições entre Brasil e Paraguai.

ROSA, José Maria. "Los Convenios entre el Imperio de Brasil y la Confederación Argentina del 7 de Marzo de 1856 y 20 de noviembre de 1857 carecen de validez", *Estrategia*, 46-47, mai./jun./jul.ago. 1977.

O objetivo do autor é denunciar a validade jurídica destes convênios, uma vez que foram assinados num momento em que o território argentino estava dividido em dois: a Confederação, com capital no Paraná e o Estado de Buenos Aires, ambos estados autônomos e soberanos. O artigo foi escrito na ocasião em que Argentina e Brasil discutiam a questão de Itaipu e a chancelaria brasileira havia solicitado ao Governo argentino o reconhecimento dos tratados.

SCHILLING, Paulo et alli. *Una Situación Explosiva: La Cuenca del Plata,* Tierra Nueva, Buenos Aires, 1974.

Os quatro ensaios que compõem o livro examinam os possíveis problemas para a Argentina, decorrentes do Acordo de 1973 entre Brasil e Paraguai para a construção da usina de Itaipu. Visualizam a questão de Itaipu do ângulo da estratégia geopolítica brasileira na Bacia do Prata. Denunciam o acordo como parte da tentativa do Brasil de incorporar as áreas estratégicas limítrofes.

3.4 Energia nuclear

CASTRO MADERO, Carlos. "Argentina. Política Nuclear", *Estrategia* 42, set./out. 1976.

Traça um paralelo entre os programas nucleares da Argentina e do Brasil, procurando alinhar vantagens e desvantagens de suas diferentes orientações técnicas e políticas.

DÍAZ ALBÓNICO, Rodrigo. "El Sistema de Seguridad Interamericana y sus Nuevos Desarrollos a través del Tratado de Tlatelolco", *Estudios Internacionales* 51, jul./set. 1980.

O autor analisa o Tratado de Tlatelolco em termos do sistema de segurança da América Latina, em seus aspectos políticos e jurídicos, constatando uma posição semelhante de Argentina e Brasil relativamente ao Tratado. Ambos afirmam que sua aceitação não impede a explosão de artefatos nucleares com finalidades pacíficas. Segundo o autor, contaria menos para os dois países o receio mútuo do programa nuclear do seu vizinho e mais as necessidades expressas nos seus programas energéticos. O receio maior da nuclearização de Brasil e Argentina estaria sendo vivido pelos Estados Unidos.

GALL, Norman. "Atoms for Brazil, Dangers for All", *Foreign Policy*, 23, 1976.

Examina o acordo Brasil-Alemanha de 1975 em termos da reação dos Estados Unidos, comércio nuclear mundial, geopolítica da exportação de urânio, etc. Aborda também o

plano regional, ressaltando a rivalidade entre Brasil e Argentina. Relata a história dos programas nucleares destes dois países, e sugere a existência de uma espécie de "corrida atômica" entre eles, que teria determinado a assinatura do acordo com a Alemanha.

GUGLIALMELLI, Juan E. "Argentina, Brasil y la bomba atómica", *Estrategia* 30, set./out. 1974.

Compara o avanço argentino ao brasileiro no campo da energia nuclear, alerta para o alcance do programa brasileiro e assinala a conveniência de que ambos os países cheguem a um acordo de informação, consulta e eventual cooperação técnica. Uma condição necessária seria a solução integral das contradições e fricções que ainda existem entre os dois países.

——"Y si Brasil fabrica la Bomba Atómica?" *Estrategia* 34-35, mai/jun., jul./ago. 1975.

Na mesma linha do artigo anterior, analisa o acordo nuclear Brasil-Alemanha e propõe uma negociação global entre Brasil e Argentina para informação, consulta e eventual cooperação técnica no campo nuclear.

LEFEVER, Ernest W. *Nuclear Arms in the Third World.* The Brookings Institution, Washington, D.C., 1979.

Examina a política nuclear da Argentina e do Brasil, no contexto de sua rivalidade regional. Conclui que as decisões dos governos argentino e brasileiro, neste campo, dependem menos do comportamento das grandes potências e mais das percepções de segurança de cada um em relação ao comportamento do outro. Desta forma, no campo nuclear, as orientações de ambos serão determinadas pelas rivalidades históricas e pelas relações de poder entre os dois países.

REDICK, John R. *Military Potential of Latin American Nuclear Energy Programs.* Sage Publications, Beverly Hills, 1972.

Analisa os programas de energia nuclear da Argentina, Brasil e México, em termos de suas capacidades atuais e desenvolvimentos futuros. Conclui que estes programas, a despeito de estarem voltados para o uso civil da energia, apresentam potencialidade militar.

SÁBATO, Jorge A. "El Plan nuclear brasileño y la bomba atómica". *Estudios Internacionales,* 41, jan./mar., 1978.

Procura demonstrar que o desejo brasileiro de manejar o complexo ciclo do combustível e dispor de fontes próprias de urânio enriquecido nada tem de sinistro, mas responde à mais estrita racionalidade técnico-econômica de um eficiente programa nuclear elétrico. Afirma que as negativas à tese de que o programa nuclear brasileiro aprofundaria a rivalidade entre os dois países não são mera figura de retórica, mas têm sólidos fundamentos. O programa tornaria mais fácil resistir à pressão dos países centrais contra os projetos nucleares latino-americanos. Aceita a tese de Jaguaribe de que a chave da independência da América Latina é o entendimento argentino-brasileiro e acrescenta que a chave do entendimento argentino-brasileiro é a cooperação nuclear.

Referências Bibliográficas Adicionais

ALBERDI, Juan Bautista. *El Brasil ante la Democracia de América: las Disensiones de las Repúblicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil.* Buenos Aires, 1946.

BOTELLO GONSÁLVEZ, Raul. *Proceso del Imperialismo del Brasil.* La Compañia Impresora Argentina, 1960.

BURR, Robert N. "The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: an Exploratory Essay". *Hispanic American Historical Review* XXXV, fev. 1955.

CARDOZO, Efraim. *El Imperio del Brasil y el Rio de la Plata*, Buenos Aires, 1961.

COELHO, Moacyr Ribeiro. "Hegemonia Militar da América do Sul", *A Defesa Nacional* 34, set. 1948.

JONES, Diane Louise Carlson. *The Military and Political Development: A Comparative Analysis of Argentina and Brazil*, M. A. The University of Texas at Austin, 1969.

NUÑEZ, Carlos. *Brasíl, Satélite y Gendarme*, Aportes, Buenos Aires, 1969.

ROSENBAUM H. Jon. "Argentine-Brazilian Relation: a Critique Juncture", *World Today*, dez. 1973.

SIGAUT, L. J. *Argentina y Brasil: Prejuicios y Realidad*, Buenos Aires, 1972.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA SOBRE LAS RELACIONES ARGENTINO-BRASILEÑAS

Silvia de Amieva Saravia *

ALONSO PIÑEIRO, Armando — Antecedentes Jurídicos y Diplomáticos de las Relaciones Argentino-brasileñas. Revista de Estrategia Nº 36 pag. 57/64 — Setiembre/Octubre 1975.

El autor parte del principio que los antecedentes históricos son imprescindibles para apreciar correctamente tanto al panorama contemporáneo como a las eventualidades futuras, y que, por lo tanto, las relaciones de ambos países no pueden desvincularse de los antecedentes lusitanos y españoles de los siglos XV al XIX, que revisa en apretada síntesis.

BALDINELLI, Elvio — El Intercambio Argentino-Brasileño — Informe 1973.

Este trabaho dirigido por el Sr. Baldinelli ofrece una descripción de la evolución del intercambio desde 1961 hasta 1972, y de los problemas encontrados por las más importantes empresas de exportación de la Argentina en sus ventas a los países de la ALALC, e incluye propuestas de soluciones tendientes a decuar. los instrumentos del Tratado de Montevideo.

El trabajo incluye un anexo de cuadros y documentos.

BESOUCHET, Lidia — Rio Branco e aa relações entre Brasil e a República Argentina. Folletos — Serie Nº 1 — Tomo 97 Folleto Nº 7.

Presenta un desarrollo histórico de las relaciones entre ambos países en la época del Barón de Rio Branco en el que analiza la guerra del Paraguay, las crisis argentinas, las divergencias y alianzas con el Brasil, el proceso republicano brasileño, lo que completa con un perfil del propio Barón de Rio Branco y su política con la Argentina en su primer período. Luego de analizar el período de Quintino Bocayuva, trata las relaciones entre ambos países cuando Zeballos y Rio Branco estuvieron al frente de su política exterior.

(*) El presente trabajo bibliográfico ha sido hecho con un criterio selectivo, escogiéndose artículos y breves estudios que tocan específicamente el tema de las relaciones entre la Argentina y el Brasil. Preparado para el Consejo Argentino de Relaciones Internacionales.

CAMILION, Oscar — Relaciones Argentino-Brasileñas. Revista Estrategia Nº 21 — pag. 43/48 — Marzo/Abril 1973.

En este artículo el autor sostiene que, además de la influencia general que ejercen las relaciones himisféricas y en especial los EE.UU., las que sostienen la Argentina y el Brasil guardan relación con los diferentes modelos de organización social de la Argentina. Este enfoque hace abstracción tanto de las características actuales de las relaciones internacionales, cuanto de la ubicación que en ese cuadro corresponde a ambos países desde el punto de vista de su interés nacional.

Dentro de esas características que condenan el conflicto nuclear y crean una coexistencia crecientemente cooperativa, el autor considera que existe una posibilidad concreta de que los países puedan acceder a una alternativa de este tipo, con un objetivo de afirmación nacional y desarrollo econômico.

CAMILION, Oscar — La Relación Argentino-Brasileña en el mundo actual. Revista de Temas Militares — Volumen I Nº 2 — Enero/Febrero 1967.

Partiendo de los enfrentamientos geopolíticos coloniales, el autor plantes su convicción de que la influencia de la diferente vinculación posterior con Europa ha sido la causa de que las políticas interamericanas fueran tan distintas y determinaran una actitud diferenciada de los EE.UU. hacia estos países. La Operación Panamericana, la Alianza para el Progresso y el Acuerdo de Uruguayana son, desde su punto de vista, un momentáneo replanteo de esa situación y una base para la cooperación.

Cierra este análisis con una proposición de las distintas alternativas posibles para las posibles relaciones futuras entre ambos países.

CASTRO, Sertorio de — El señor Zeballos y su papel en las relaciones brasileño-argentinas — Revista de Derecho, Historia y Letras — Tomo 55 — pag. 211.

La Revista de Derecho, Historia y Letras ha traducido este artículo escrito por el Dr. Sertorio de Castro en ocasión de la visita del mismo a Buenos Aires con motivo de la Embajada Ruy Barbosa durante la celebración del Centenário de la Independencia Argentina. Este artículo fue publicado en "A Note" de Rio de Janeiro con fecha 11 de agosto de 1916. El Dr. Sertorio de Castro relata sus impresiones sobre la visita, intercalando interesantes observaciones sobre las relaciones existentes en ese momento entre Argentina y Brasil.

EL FUTURO ACUERDO COMERCIAL ARGENTINO-BRASILEÑO — Revista de Ciencias Económicas — Serie II Nº 228 — Información económico-finaciera mundial — pags. 924/44 — Julio 1940.

El 6 de Julio de 1940 se firmó en Rio de Janeiro entre los Ministros de Hacienda de Argentina, Dr. Federico Pinedo y del Brasil, Dr. Arturo de Souza Costa el texto de las recomendaciones en base a las cuales se procedería a firmar un acuerdo comercial entre ambos países. Tambiém se suscribió por parte de ambos funcionarios una declaración sobre el particular.

GUGLIALMELI, Juan — Gral. de Div. (RE) — Argentina-Brasil y el resto de los países del Cono Sur. Revista de Estrategia Nº — pags. 5/25.

En este estudio, acompañado de abundante información estadística, el autor llega a la conclusión de que el intercambio comercial del Cono Sur ha experimentado un incremento hacia el resto de los países subdesarrollados, que no se ha correspondido con un aumento entre los países del área.

En lo relativo a Argentina y Brasil, ellos concentran las dos terceras partes de ese comercio, pero éste representa un escaso porcentaje de su propio intercambio nacional y su composición refleja los cambios ocurridos en sus estructuras de producción que son, a su vez, consecuencia de las políticas económicas aplicadas.

GUGLIALMELI, Juan — Gral. de Div. (RE) — Argentina, Brasil y la Bomba atómica. Revista Estrategia Nº 30 — pags. 1/30 — Setiembre/Octubre 1974.

Tras destacar el campo del uso pacífico de la energía nuclear y analizar los antecedentes del desarrollo atómico en ambos países, el autor pasa revista a los compromisos que cada uno ha contraído en Tlatelolco y en el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares. Ambos países pueden tener recelos, ya que cualquiera de los dos podría fabricar una bomba atómica si le conviniera dar un paso tan trascendente; por ello es que el autor considera que tanto la Argentina como Brasil deben aclarar este aspecto de sus relaciones.

GUGLIALMELI, Juan — Gral. de Div. (RE) — Argentina-Brasil: enfrentamiento o alianza para la liberación. Revista Estrategia Nº 36 — pags. 1/29 — Setiembre/Octubre 1975.

En este detallado y ordenado estudio, el autor analiza la situación argentina en el Cono Sur, en contraposición con los aspectos geopolíticos del sistema de la Cuenca del Plata y su relación con la política tradicional brasilera. Sostiene que el Cono Sur constituye la verdadera entidad geográfica e histórica, en tanto el sistema de la Cuenca del Plata paraliza los esfuerzos nacionales y acentúa las contradicciones regionales.

LAFER, Celso y PEÑA, Félix — Argentina y Brasil en el sistema de relaciones internacionales. Ediciones Nueva Visión — Buenos Aires — 1973.

El tema de este estudio, prologado por Helio Jaguaribe, es la situación de la Argentina y el Brasil en el actual sistema internacional. La coexistencia ha sido históricamente una necesidad y un desafío para los pueblos; los autores plantean la necesidad de una reflexión sistemática de las relaciones entre ambos países y su inserción en el mundo internacional, vista desde una perspectiva latinoamericana. En un sistema mundial, donde la bipolaridad coexiste con la multipolaridad y tiene intereses comunes dentro de la bisegmentación, en la que juegan un rol las transnacionales, debe valorarse el contexto regional alconsiderarse las estrategias de los países que buscan objetivos de desarrollo y autonomía dentro de la actual confrontación industrial y tecnológica.

MAGALHAES, Homero Baptista de — Argentina-Brasil: sentido de sus relaciones económicas — Editorial Losada — 1945.

El autor comienza su libro con una breve exposición de los antecedentes históricos de las relaciobes económicas argentino-brasileñas para luego analizar las condiciones geográficas y las características económicas e históricas que facilitan el desarrollo del intercambio entre ambos países llegando al conclusión de que debido a la complementación de estos factores, las condiciones para el intecambio son altamente favorables. Luego hace un análisis exhaustivo, producto por producto, del intercambio argentino-brasileño. El autor pronostica un futuro promisorio para el Brasil luego de caracterizar su extención territorial, su evolución demográfica, nivel de vida en ascenso, desarrollo de su producción, su moderna técnica y su capacidad de consumo. Asimismo considera que las condiciones físicas, sociales e históricas para un próspero intercambio argentino-brasileño están dadas, pero deben ir acompañadas de la acción oficial y privada, y propone políticas para esta acción. Concluye haciendo un resumen de las medidas que el preconiza para favorecer el intercambio argentino-brasileño.

MUÑIZ, Carlos Manuel — Embajador — Las relaciones entre la Argentina y Brasil. Museo Mitre — Buenos Aires — 1979.

Partiendo de las principales características del hombre brasileño y la influencia de los factores geográficos y climáticos en la formación de su carácter, el autor de esta conferencia ha extraído interesantes conclusiones que, sostiene, deben tomarse en consideración al *analizar las relaciones entre ambos países. La influencia de Gran Bretaña y los Estados* Unidos los mantuvo alejados hasta el momento de Uruguayana, pero luego lo han sido los problemas políticos internos, y donde más se evidencia ese desencuentro es en el aprove-

chamiento del Alto Paraná. El Embajador Muñiz concluye proponiendo que se retomen las orientaciones de la Conferencia de Uruguayana y que el punto de partida sea una clara y definida política común con el Brasil.

PETREI, Humberto A. y CAVALLO, Domingo F. — Las relaciones comerciales argentino-brasileñas — Estudios — Año III Nº 14 — Abril/Junio 1980 — Fundación Mediterránea.

Este actualizado y documentado estudio parte de un análisis cuantificado de las economías de ambos países en lo que hace a desarrollo y comercio.

Tras una enunciación de los incentivos que cada uno de ellos ha establecido para su comercio externo, pasa a comparar sus respectivas situaciones coyunturales y termina extrayendo conclusiones sobre posibilidades de negociación e integración.

RELACIONES ARGENTINO-BRASILEÑAS — Dirección de Estrategia. Revista de Estrategia Nº 5 — pags. 48/57 — Enero/Febrero 1970.

Destacando la importancia de las relaciones con el Brasil, los autores contraponen la similitud de sus procesos económicos con los resultados tan distintos que produjeron sus diferentes actitudes ante Europa y lo EE.UU. Emerger definitivamente del subdesarrollo es el objetivo compartido que abre un amplio margen de cooperación para ambos países, dentro del Cono Sur.

SIGAUT, Lorenzo Juan — Argentina-Brasil, prejuicios y realidad — Buenos Aires — 1972.

En este condensado estudio se bosquejan las bases de un modelo de crecimiento económico para nuestro país.

El autor parte de una comparación con la economía brasileña para así evaluar como había aprovechado cada país sus respectivas posibilidades hasta 1972, y hacia donde podía esperarse los llevaran sus tendencias. Concluye ofreciendo modelos de crecimiento alternativos.

CYRO DE FREITAS VALLE: Homenagem Especial

No momento em que a *Revista Brasileira de Política Internacional* dedica um número especial às relações entre o Brasil e a Argentina, é muito apropriado prestar uma homenagem especial a um dos grandes diplomatas brasileiros que, além de ter sido Embaixador deixou uma larga trajetória na história do Itamaraty como profundo conhecedor dos problemas das relações do Brasil na Bacia do Prata.

Seus amigos Mario Gibson Barboza e Cleantho de Paiva Leite obtiveram do Embaixador Mario Amadeo o texto do artigo que escreveu em Buenos Aires, no dia 8 de novembro de 1969, por ocasião da morte daquele grande homem público.

DOCUMENTOS

CYRO DE FREITAS VALLE

Mário Amadeo

Ha muerto este gran brasileiro, este gran diplomático, este gran señor, este hombre bueno, generoso y leal. Sus amigos lo lloramos porque tanto se había identificado con nosotros que, al dejarnos, se lleva un poco de nuestras propias vidas.

Cyro de Freitas Valle honró la diplomacia de su patria, que tantas personalidades ilustres ha producido. A lo largo de más de cuarenta años de labor activa estuvo en muchos lugares de la tierra y recorrió todos los escalones de la carrera. Forjó amistades perdurables más allá de las fronteras de su país. En Itamaraty fue tan querido por sus pares como respetado y admirado por sus colegas más jóvenes. Era, para ellos, un amigo a la vez que un Maestro.

Como diplomático, el rasgo más destacado de Freitas Valle era la discreción. No se trataba, en su caso, de esa cerrada reserva profesional que consiste, simplesmente, en no decir nada o en responder con sonrisas ambiguas a las perguntas impertinentes. La discreción del Embajador Freitas Valle iba mucho más lejos que eso, y consistía en hacer y decir lo necesario, ni más ni menos que lo necesario. Por eso era célebre la concisión de su lenguaje hablado y escrito. En el foro de las Naciones Unidas — donde tanto abunda la hueca palabreria — los discursos del representante del Brasil se habían vuelto famosos por la brevedad con que expresaba su pensamiento, claro y profundo.

Fue un amigo sincero y convencido de la Argentina, donde sirvió dos veces y donde creó vínculos que duraron hasta su muerte. Cuando actuó en Buenos Aires, las circunstancias internas y las relaciones entre los dos gobiernos eran difíciles. Pero — Freitas Valle empleó, en la defensa de la posición que le había sido confiada, el tino y el tacto necearios para que esa defensa no pareciera altanera ni agresiva. Por eso pudo retirarse rodeado por el afecto de muchos y por el respeto de todos.

Tenía en grado máximo esa calidad, aparentemente tan banal y sin embargo tan rara, que es el "don de gentes". Su innata cortesía era mucho más profunda que la convencional "buena educación" porque derivaba — aparte de su ingénita bondad — de su conocimiento de los hombres y de su experiencia de la vida. Ese don de gentes se manifestaba de manera particular en la señorial naturalidad con que sabía tratar a los más humildes y a los más encumbrados.

Sus virtudes humanas no eran, por cierto, menores que sus dotes de diplomático. Acaso de todos los testimonios que diera Cyro de su nobleza de alma, ninguna superara al de la dignidad de su conducta frente al dolor. Duramente probado desde joven en sus afectos más caros, se sobrepuso a su infortunio y lo sobrellevó con admirable entereza. De la misma manera, cuando al final de su vida fue atacado por una enfermedad penosa y que él intuía fatal, la soportó sin una sola queja. Más todavía que un estoico, fue un alma naturalmente cristiana pues creía en el valor sobrenatural del sufrimiento. Por eso, nunca lo abandonó la confianza en esa providencia que antes de llamarlo a su seno le hizo franquear el duro camino del purgatorio.

Enfrentó sus angustias con esa suave ironía que fue uno de los rasgos más peculiares — y más atrayentes — de su carácter. — Cyro tenía un sentido del humor que no lo abandonó nunca y que lo llevó, inclusive, a bromear con la perspectiva de su fin cercano. Su ironía no era amarga pues su espontánea y fresca bonhomía quitaba todo resabio de hiel a sus dichos burlones. Conoció de cerca los dramas pero nunca quiso dramatizar sus propias vicisitudes.

Este hombre de apariencia exterior rugosa y casi hosca y a quien gustaba hablar con palabra escueta y a veces cortante, era de una ternura sin igual. En las horas tristes de los amigos, lo mismo que en las jubilosas, allí estaba él — el primero — con una palabra o con unos renglones de su letra menuda. Cuando lo llamamos por última vez desde Buenos Aires, tres dias antes de su muerte, estaba ya al borde de la agonía. Pero quiso tomar el teléfono y murmurar — con voz temblorosa y casi ininteligible — algunas palabras de agradecimiento y de saludo.

Por lo mismo que fue un alma superior, Cyro fue un gran amigo. No es fácil anudar amistades profundas en la vejez o en la edad madura. Pero el calor humano que irradiaba el alma de Cyro permitía que con él florecieran, lozanos, esos afectos tardíos. Se hacía parte del amigo, en sus preocupaciones, en sus gustos, en sus proyectos. Los vivía como propios y, en cuanto lo permitía su recato espiritual, también él comunicaba una parte de su rica intimidad.

Hoy, a pocas horas de su tránsito, evocamos con emoción su imagen. Lo vemos en su banca de las Naciones Unidas o en su sillón de inválido, con su figura corpulenta y sus grandes ojos redondos y saltones cuya limpidez casi ingenua apenas matizaba una chispa pasajera de amable malicia. Recordamos su conversación amena y cordial. Grabamos en nuestra memoria los ejemplos y las lecciones que de él recibimos.

Ha muerto Cyro de Freitas Valle. Dios misericordioso le dará, sin duda, el descanso eterno que sus virtudes le han hecho merecer. A nosotros, los que fuimos sus amigos, nos queda el recuerdo de una amistad que nos iluminará y nos fortalecerá en la parte de ese camino que todavía nos queda por recorrer y que el ya ha transitado para siempre.

Buenos Aires, 8 de noviembre de 1969.

CÓDIGO DE TRABALHO PARA HONDURAS: A EFICÁCIA DA NORMA DE PROTEÇÃO AO TRABALHO EM UM CONTEXTO SOCIAL QUE SE PROCURA DESENVOLVER.

Julio Cesar do Prado Leite

1.

Em abril de 1981 fomos contratados pela Organização Internacional do Trabalho para colaborar com o Governo de Honduras na elaboração de um Projeto de reformas do Código de Trabalho em vigor no país.

A tarefa se mostrava valiosa porque o mencionado repositório estava pleno de contradições e seguidamente vinha se mostrando inadequado à regular as relações de trabalho no mencionado contexto.

Depois de procedermos ao meticuloso exame do diploma em questão e ainda atento aos relatórios que nos foram fornecidos pela O.I.T. de peritos seus que estiveram anteriormente debruçados sobre o problema, firmamos a convicção de que não seria aconselhável sob ponto de vista metodológico emendar um diploma com 875 artigos, muitos dos quais dispondo contraditoriamente sob aspecto semântico e sob ângulo conceitual, com a agravante de contraporem-se, em muitos pontos, à prática eficaz sufragada pelos órgãos públicos encarregados da administração do trabalho.

Optamos, em decorrência, por elaborar, sob funda inspiração da experiência legislativa em causa, o Projeto de um novo Código onde as matérias pertinentes tivessem uma disposição linear, evitando preciosismos desnecessários e fazendo com que cada artigo esgotasse a regra que procurava estabelecer. A tarefa foi realizada em 60 (sessenta) dias de dedicação integral e o Anteprojeto com 583 artigos foi entregue ao Governo de Honduras em 30 de junho do ano próximo passado.

Revisto por comissões internas do Ministério do Trabalho e atendidas ponderações e sugestões das entidades de classe encontra-se o diploma sob crivo da Assembléia Nacional.

2.

Pretendemos, nas linhas a seguir, fazer um apanhado da tarefa realizada que, a bem da verdade, só se tornou possível pela experiência que adquirimos na Comissão que o Governo

Geisel instituiu para atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho e à qual dedicamos muito de nossas horas úteis, por três anos à fio, sob a regência extraordinária do Ministro Arnaldo Sussekind.

Antes de procedermos à crítica inicial ao texto que nos competia rever a desfilar as inovações que sugerimos ao Governo de Honduras, vale repassar um pouco os conhecimentos sobre o mencionado país da América Central, sua realidade econômica e o quadro de seus recursos humanos. Uma lei trabalhista que seja editada sem atenção aos mencionados fatores estará condenada à ineficácia. A compatibilidade é necessária no caso, sem esquecer, porém, que a legislação de proteção ao trabalho também se alimenta de normas programáticas com alto teor educativo visando não apenas o presente, mas o futuro; não as condições existentes, mas também aquelas que o progresso inevitavelmente cria.

3.

Honduras está situada no coração da América Central, é o segundo país em extensão territorial da região, e ocupa uma posição estratégica de extrema importância. Seu território é banhado na Costa Norte e Leste pelo Oceano Atlântico e ao Sul pelo Oceano Pacífico.

Com 4 (quatro) milhões de habitantes sua população conta com 91% (noventa e um por cento) de mestiços (triguenhos), 6% (seis por cento) de índios, 2% (dois por cento) de negros e 1% (um por cento) de brancos.

País predominantemente agrícola, Honduras conheceu no período dos últimos quinze anos, intenso desenvolvimento industrial, o que importa dizer, urbano. Sua fisionomia tem mudado de modo acentuado a cada momento. Razões estratégicas, por outro lado, têm contribuído para que os Estados Unidos dediquem especial atenção àquele país que constitui, ao menos nos dias que correm, uma ilha de paz cercada de países em acentuada turbulência política (Nicarágua, El Salvador e Guatemala). A corrida para o progresso em Honduras, visível a olho nu, vale, sem dúvida, como anteparo às cisões traumáticas da ordem constituída que, nas Repúblicas vizinhas, foi contestada pelo confronto entre as massas populares submetidas à rigorosa pobreza e as pequenas elites dominantes com nível de consumo equivalente à classe média alta dos Estados Unidos.

Em Honduras, a divisão entre ricos e pobres é considerável, mas não reveste as características dramáticas de seus vizinhos. Poder-se-ía dizer que seus ricos são menos ricos e os pobres, mesmo que tão pobres, têm acesso à agricultura de subsistência que lhes mantém ocupados e, com as deficiências conhecidas, de algum modo, alimentados.

A principal fonte de divisas do país constitui a exportação de produtos de origem agropecuária e de mineração. Por ordem de importância são esses os itens principais: banana, café, madeira, prata, chumbo, zinco e carne refrigerada. Exporta ainda: milho, feijão, açúcar, fumo e algodão.

O cultivo da banana se processa sob métodos de alta sofisticação técnica, assim como a colheita e conservação do produto. São duas grandes companhias norte-americanas que praticam o cultivo extensivamente e fazem a sua comercialização.

Pelos traços gerais acima vê-se que Honduras tem assentada sua economia no comércio exterior de dependência, como fornecedora de bens primários.

Iniciou-se, porém, a partir de 1960, com velocidade considerável, um processo de substituição de importações, de modo que hoje a sua indústria de transformação, dentro da escala adequada à força da economia, logra rápido progresso ampliando o mercado interno e gerando postos de trabalho que permitem o crescimento ordenado das cidades (Tegucigalpa, São Pedro Sula e Puerto Cortés).

Moderniza-se, também, na agricultura. A transformação, porém, dos tratos culturais vem suscitando problemas porque ocasiona, mais além da dominação dos interesses estrangeiros estabelecidos, acentuada concentração de terras sob mesmo comando e titularidade, sendo certo que a própria reforma agrária pretendida pelo Governo, procurando imprimir formas mais

modernas de cultivo e ocupação, tem contribuído para levar desasossego aos camponeses uma vez que os desaloja da ambiência a que estão tradicionalmente vinculados e que, bem ou mal os têm valido para a subsistência.

A população do país é jovem. Cerca de 50% (cinquenta por cento) dos habitantes são menores de quinze anos. A estrutura se assemelha a uma pirâmide de base larga e de ápice estreito, característica dos países com menor desenvolvimento econômico.

Há grande contingente de analfabetos no país. Cerca de 38% (trinta e oito por cento) da população adulta é, ainda, iletrada. Dado auspicioso a notar é que a mulher vem se escolarizando em ritmo mais rápido que o homem e sua participação no mercado de trabalho vem se ampliando consideravelmente, o que importa no rompimento de uma rotina tradicional. A taxa de mortalidade infantil é alta, declinando porém ao correr do último decênio. Continua sendo mais elevada no meio rural que no urbano exatamente por falta de condições de higiene e assistência médica.

Integram a força econômica ativa de Honduras um pouco mais de um milhão de pessoas o que equivale a, praticamente, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das pessoas em idade de trabalhar. Não significa, é claro, que as demais estejam em desemprego aberto. Há a população escolar e grande número de pessoas em subemprego ou em regime de autonomia, a níveis de subsistência. A população economicamente ativa nos setores da agropecuária diminuiu sua participação relativa, de 70% (setenta por cento) em 1961 à 60% (sessenta por cento) em 1978. Apesar de tudo, o peso relativo da agropecuária continua sendo muito importante e absorve grandes contingentes das pessoas que se incorporam à força de trabalho.

A distribuição da fase econômica ativa por categoria ocupacional mostra o predomínio das formas de produção familiar. Quase metade da força de trabalho corresponde a trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. É claro que a responsabilidade por tão alto índice pode se encontrar no fato de que a população rural ainda se estrutura em base familiar. É importante considerar o dado porque só agora o regime do trabalho assalariado começa a entrar nas relações de produção rural relativamente às pequenas ou médias propriedades. Nas grandes plantações o trabalho assalariado sempre esteve presente sendo certo, no entanto, que até ao fim da década dos 40, com condições muito severas para os trabalhadores.

Porque a realidade é essa, procuramos, como veremos, dispor no Projeto que elaboramos, além das regras gerais, sobre um elenco de dispositivos dedicados especialmente à prestação do trabalho subordinado no campo, procurando afastar, de modo realístico, o servilismo dominante na estrutura, com a preocupação, porém, de não desarticular o sistema de produção nem de desalojar a mão-de-obra que sobre-vive do cultivo de pequenas glebas de terceiros, fazendo crescer desnecessariamente o nível de desocupados nos centros urbanos cujo dinamismo não tem a velocidade de crescimento apta a absorvê-los.

4.

Desde 1959 dispõe a República de Honduras de um Código de Trabalho que, com modificações de pequena monta, continua em vigor.

O Código, que se inscreve como uma das conquistas do Partido Liberal que agora novamente chega ao poder em eleições livres, procurou responder, em verdade, à inquietação que lavrava, no setor trabalhista local, notadamente depois das duas grandes paralisações de trabalho ocorridas nas empresas bananeiras e que verdadeiramente assumiram características de rebelião.

O Estado inclinou-se, então, a ditar regras de proteção ao trabalho não apenas para disciplinar a prestação de serviços, mas para evitar que medrasse sentimento nacionalista radical que se poderia contrapor aos interesses instalados das empresas internacionais.

Não importa a verdadeira razão sociológica do surgimento do diploma. A história está povoada de acontecimentos que resultam benéficos à coletividade mas que, em sua origem, não estavam matizados pela filantropia. O Código de Trabalho de Honduras veio a constituir inega-

velmente marco fundamental para a implantação naquele país centro-americano de regras dispostas metodicamente visando regular as relações de trabalho. Estruturou-se, porém, em base filosófica impregnada de sentido contratualista, inerente ao Direito Civil.

O fenômeno é explicável porque os seus autores não dispunham de vivência trabalhista mas, em sua maioria, eram advogados e juristas, praticantes rotineiros das regras napoleônicas do Direito Cívil (Código de 1906) e do Direito Mercantil.

É claro que os referidos peritos tiveram à sua disposição a legislação comparada, notadamente latino-americana (Colômbia, México e Argentina) de que se vê nítidos reflexos em muitos artigos do Código. Temperaram, porém, os mandamentos em causa por regras de presumido equilíbrio, de tal maneira que, em boa parte, o sentido protecionista foi expungido, procurando-se estabelecer a igualdade das partes diante da situação descrita e disciplinada.

Exemplos da simetria de tratamento que constituem defeitos estruturais do Código são muito nítidos no capítulo que dispõe sobre as obrigações e proibições das partes e em que se procura antever pelos dois ângulos, o patronal e o dos trabalhadores, as situações de conflito, ditando regras de procedimento, algumas de mero efeito moral. O mesmo defeito de concepção está na regulamentação do aviso prévio e da rescisão de contrato de trabalho. Procedimentos, aliás, que se mostram vazios quando se trata da iniciativa do empregado, por ineficácia de sanção. Essa mesma simetria que estamos a criticar autoriza a retenção de salários por trabalhos defeituosos e confere ao "lock-out" a mesma significação trabalhista da greve.

Este último ponto merece, aliás, um pequeno comentário, que torna nítida a distorção anteriormente apontada. O Código de Honduras considera o "lock-out" causa da suspensão do contrato de trabalho. Sabe-se que o movimento coletivo de suspensão de atividades pelos empregadores não reveste caráter trabalhista e sim econômico. Geralmente consubstancia protesto contra disposição governamental. Ora, não podem os trabalhadores responderem por tal expediente, com redução de seus ganhos por motivos inteiramente alheios às suas pessoas.

Por outro lado, e tendo em conta a vinculação dos seus autores com o "statu-quo" em vigor no momento da elaboração do diploma excluiu o Código de Trabalho de Honduras de seu campo de incidência as empresas rurais com menos de 10 (dez) trabalhadores. A exceção, sem qualquer fundamento teórico, deixa sem proteção legal a maior parte dos trabalhadores do país, uma vez que, como já apontado, o contingente preponderante dos que integram a Força Econômica Ativa milita no meio rural. Tirante as grandes plantações (banana, açúcar e café), a estrutura fundiária lastreia-se na pequena propriedade (não necessariamente minifúndio) e na empresa com base predominantemente familiar. A malfadada regra, contida no art. 2º do Código, impede, assim, que as normas de proteção recaiam sobre ponderável número de trabalhadores, forçando o êxodo rural agora que se incrementa o processo de industrialização.

Sob o ponto de vista formal, não dispõe o Código de Trabalho de Honduras de uma verdadeira arquitetura jurídica. Seus dispositivos são assistemáticos e por isso mesmo dificultam demasiadamente aquele que o consulta. Há remissões amiudadas, sendo certo, como já foi acentuado, que não é raro haver colidência entre preceitos contidos em determinado capítulo e outros que surgem dispondo sobre idêntica matéria de modo diverso em capítulo posterior.

Afortunadamente tal circunstância impediu-nos de apresentar à O.I.T. uma lista de emendas a serem propostas ao Governo Hondurenho. O corpo jurídico permaneceria ainda, desconforme. Não houve outro caminho senão armar uma nova estrutura aproveitando, a cada passo, as normas substantivas que a prática tenha confirmado.

5.

Aproveitando a oportunidade, preocupamo-nos em aliviar o texto que sugerimos para substituir o Código em vigor dos casuísmos sensíveis às mudanças e que pudessem ser objeto de textos de menor hierarquia. Assim foi que se suprimiram os aspectos regulamentares da administração do trabalho ficando apenas os grandes contornos da intervenção do Estado no particular, uma vez que é da gênese e da natureza do Direito do Trabalho o intervencionismo do

Poder Público para, mediante disposições de cunho jurídico e imperativo, compensar a desigualdade econômica das partes ao momento do contrato.

Por outro lado, contivemos a invenção, atentos aos naturais limites das contingências econômicas do país em causa. Ao consagrarmos os princípios matriciais do Direito do Trabalho procuramos fazer a possível redução sociológica de modo a adequá-la ao contexto de Honduras de hoje, sem perder de vista, no entanto, Honduras de amanhã.

Há, no Projeto, normas trabalhistas cogentes e outras programáticas. Essas últimas, porém, limitadas pelo horizonte da exigibilidade, para que não se transformem em meramente quiméricas, o que viria prejudicar sensivelmente sua eficácia e prestígio.

Vale referir que para desempenho de nossa tarefa, partimos da convicção de que a lei trabalhista é eficiente ferramenta para ativar o progresso nos países em atraso porque ela se constitui instrumento eficaz para promover a distribuição de renda, vale dizer, para criação e ampliação de um mercado interno indispensável à saída da posição de inércia ou, na expressão de Myrdal, do "círculo vicioso da pobreza".

Sabemos que as disposições trabalhistas, quando dispõem sobre salários garantindo ganhos mínimos segundo a equidade e as necessidades individuais da pessoa humana, quando asseguram a atividade sindical e a prática dos contratos coletivos e quando disciplinam a duração do trabalho, influem sobre o mercado de trabalho e ampliam, à sua vez, os recursos humanos economicamente ativos, o que significa, em outros termos, a abertura do consumo para novos setores de produção.

Algumas inovações foram postas no Anteprojeto: algumas, de efeito teórico, afeiçoadas às convicções pessoais do redator; outras, de cunho prático sugeridas pela realidade do país e outras, ainda, por decorrência do Direito Comparado, influindo, no particular, a legislação e doutrina brasileiros, a legislação mexicana, a legislação de Costa Rica e as Convenções e Recomendações editadas pela Organização Internacional do Trabalho.

6.

6.1. O Projeto de Código estendeu a incidência de suas regras a todos os trabalhadores urbanos e rurais que mediante o pagamento de remuneração presta a outra pessoa, seja ela jurídica ou natural, um serviço pessoal e subordinado. A prestação pessoal e contínua de serviços, até prova em contrário, se presumirá regida por um contrato de trabalho. As disposições do Código somente não se aplicarão aos servidores públicos que se regerão por lei específica. Todavia, com as poucas restrições admitidas na Convenção 87 da O.I.T. assegurou-se a tais trabalhadores os direitos de associação e de greve.

Procurou-se na parte introdutória definir, de modo claro, gizando-lhe as responsabilidades respectivas, as figuras do trabalhador, do empregador, do intermediário e do empreiteiro. Com fulcro no Anteprojeto de reforma da C.L.T. elaborado no Governo Geisel, criou-se também a figura do empregador único, desde que as empresas que o constituam estejam sob a administração ou controle da mesma pessoa natural ou jurídica.

Firmou-se o princípio da territorialidade das normas substantivas do Direito do Trabalho, traçando-se, porém, em atenção às circunstâncias factuais e geográficas, regras para proteção dos trabalhadores hondurenhos quando recrutados para trabalhar fora do país.

6.2. Tendo-se em conta que Honduras é um país que abriga a "bandeira de conveniência", emprestando nacionalidade a navios de armadores independentes foi instituída uma seção especial que dispõe sobre o trabalho marítimo sendo certo que se proibiu a intervenção de intermediários nas gestões para recrutamento de marinheiros. O Ministério do Trabalho passou a ter exclusividade para funcionar como agência de emprego nesse caso específico podendo, todavia, delegar suas atribuições aos Sindicatos de Marítimos que tenham capacidade econômica para responder pelas reclamações que os marinheiros alistados possam apresentar. As regras em causa respondem ao fato de que constantes abusos vinham sendo praticados e seguidos incidentes

tinham lugar, notadamente com os Estados Unidos, em relação a marinheiros que, recrutados no país de origem, eram despedidos no exterior sem garantia de regresso.

6.3. Alguns outros regimes especiais de trabalho tiveram também tratamento à parte. Assim, os trabalhadores em serviços domésticos, aos quais se garantiu o salário mínimo, permitindo-se desconto por alimento e habitação em 50% (cinquenta por cento); o aviso prévio de duração variada segundo o tempo de serviço e vencido o período de prova que oscila de sete dias a um mês. Previu-se também a continuidade do contrato, falecido o empregador desde que continue a prestação de serviços a benefício de seus parentes. Ditou-se ainda em seções próprias, regras especiais para os serviços prestados no domicílio do trabalhador e relativamente aos trabalhadores remunerados por comissões ou participação na venda de bens móveis ou imóveis.

6.4. Os trabalhos desenvolvidos nos transportes aéreos, ferroviários ou rodoviários tiveram regulação especial, prevendo-se em cada caso normas peculiares às atividades, notadamente referentes ao repouso e duração da jornada.

6.5. No tocante aos trabalhadores rurais, aos quais se aplicam as normas gerais previstas no Projeto, foram ditadas normas de disciplina especiais: procurou-se, em aclimatação com a realidade econômica (sem a criação de ônus extravagante para o empregador), operar uma mudança de mentalidade e de procedimentos. Vale referir dois pontos concretos: o Código em vigor permite que o empregador desconte do salário do rurícola os frutos que tenha colhido na lavoura de subsistência que lhe foi acaso permitido realizar pelo dono da terra. Em sentido diametralmente oposto se dispôs que o patrão, na medida do possível e segundo a extensão da propriedade, deverá permitir aos trabalhadores cultivos de subsistência cujo produto em nenhum caso poder-se-á considerar o salário. Determinou-se também que o Governo estimularia o fomento nacional dos cultivos de subsistência como meio adequado para o aumento do nível de vida das populações rurais. Estabeleceu-se, ainda, pioneiramente, que consiste em obrigação patronal subministrar aos camponeses informações técnicas, em nível de compreensão adequado, para que melhorem os métodos de cultivo das áreas de ocupação consentida onde desenvolvem tarefas como assalariados.

7.

Em Honduras os contratos individuais devem ser escritos e neles assinaladas as condições essenciais do pacto como: salário, lugar de prestação de serviço, função definida e duração da jornada.

Na prática observa-se que tais contratos são muitas vezes extraviados quando não são inteiramente dispensados, por negativa do empregador em firmá-los e negligência ou incapacidade do empregado em exigi-los.

Porque a experiência brasileira no particular é um sucesso, consistindo a Carteira Profissional dos mais preciosos instrumentos de proteção ao nosso trabalhador, procuramos introduzi-la no Projeto de Código adaptando o instrumento à realidade local, mas conferindo-lhe a mesma serventia e importância de nosso instrumento de identificação profissional.

Assim é que no artigo 40 do Projeto foi instituída a *Carteira de Trabalho* (Tarjeta de Trabajo), obrigatória para o exercício de qualquer emprego, ainda que temporário, incluídas as ocupações de natureza rural. Expressamente lhes foram conferidos os dois papéis:

a) a de constituir, por suas anotações prova do contrato individual de trabalho e de suas condições, e
b) instrumento de identificação pessoal.

Estabeleceu-se o prazo de um ano para que o Governo Federal implantasse a Carteira em todo o território hondurenho.

8.

No tocante às *relações individuais de trabalho* foram incluídas disposições sobre o *contrato de prova,* isto é, sobre o período experimental que tem como objetivo em relação ao

empregador verificar a atitude do trabalhador para o exercício da ocupação para que foi chamado e por parte do empregado a conveniência das condições que a ele foram oferecidas. O contrato de prova não excederá de sessenta (60) dias e durante sua duração qualquer das partes pode pôr termo ao contrato por sua própria vontade sem incorrer em qualquer responsabilidade.

8.1. No que tange ao contrato de trabalho estabeleceu-se como novidade e por ser da índole do Direito do Trabalho que o fato de se ter como nulo o contrato, em razão do objeto ou da capacidade do agente, não libera o patrão da obrigação de pagar os salários correspondentes aos serviços prestados.

8.2. Estabeleceu o Projeto, *de forma ordenada e sistemática*, as disposições sobre a disciplina da *suspensão do contrato* e de sua *interrupção remunerada*, essa última figura contemplando as licenças por motivo de falecimento do cônjugue, ascendentes ou descendentes, o nascimento de filhos e seu registro e o exercício do sufrágio.

Como imperativo da doutrina internacional sobre a matéria estabeleceu-se que a alteração das condições de trabalho somente se poderá verificar por mútuo consentimento. Para tal efeito se distinguiu, de maneira precisa, as hipóteses de transferência do trabalhador para localidade distinta de que foi contratado para a prestação de serviços.

8.3. Como no direito brasileiro, e com tempero próprio, o Código em vigor contém uma longa lista de causas tidas pelo patrão como justas para despedir o empregado sem indenização ou pré-aviso, assim como aqueles motivos que favorecerão o empregado a rescindir o seu contrato por culpa do empregador.

O Código de Honduras além de tais disposições neste passo seguindo o direito mexicano, contém extensas disposições consignando as obrigações dos empregadores e dos empregados derivadas da relação de emprego. Tais normas não revestem sentido prático e constituem somente enunciados de regras morais cujos efeitos jurídicos já se encontram refletidos nos dispositivos que estabelecem as causas que se tem como justificadoras da rescisão contratual. Vale acentuar que as referidas regras, que correspondem a uma fase histórica já suplantada do surgimento do Direito do Trabalho, tem uma carga conceitual de inaceitável sabor paternalista.

Tendo em vista o exposto, reviu-se com firmeza a lista das causas justas para rescisão e suprimiu-se pura e simplesmente o elenco redundante das normas de comportamento ditadas aos patrões e trabalhadores para observância na relação de emprego.

8.4. Também como fruto de experiência brasileira,tão bem-sucedida no particular e como medida para evitar fraude aos direitos dos trabalhadores quando de sua despedida, estabeleceu-se a assistência do Ministério do Trabalho ou dos sindicatos respectivos ao momento da quitação dos direitos indenizatórios.

9.

O capítulo referente ao *Aviso Prévio* foi inteiramente redesenhado para se mostrar compatível com a índole protecionista do Direito do Trabalho, como fizemos assinalar inicialmente. *O pré-aviso em Honduras tem cinco (5) tempos, a saber:*

a) será de vinte e quatro (24) horas quando o trabalhador tiver servido menos de dois (2) meses;
b) será de uma (1) semana quando tiver trabalhado de dois (2) a seis (6) meses;
c) será de duas (2) semanas quando serviu de seis (6) meses a um (1) ano;
d) será de um (1) mês quando haja servido de um (1) ano a dois (2) anos; e
e) será de dois (2) meses quando prestou serviços por mais de dois (2) anos.

10.

No Projeto, e como produto de uma visão realística da situação, foi dada uma nova conotação filosófica à *proteção legal do contrato de trabalho.* Estabeleceu-se como regra geral e

fundamental que a estabilidade dos contratos individuais é de interesse público. Por ser assim, os empregadores que despedirem sem justa causa e não reconsiderem seu ato ficam sujeitos ao pagamento de indenizações de expressão econômica ao trabalhador segundo o tempo de serviço que tenha no estabelecimento ou na empresa. A diferença de tratamento do assunto em relação à nossa legislação, por exemplo, é sutil porém se apóia na realidade concreta. Parece-nos, com efeito, que é ilusório querer-se em regime de economia de mercado consagrar a estabilidade plena, vale dizer, a impossibilidade de despedir pelo empregador. Todavia é possível penalizar de tal maneira o procedimento patronal que, por sua própria conveniência ou de sua empresa, deixe ele de efetuar a despedida. Temos que levar em conta, em verdade, que muitos conflitos individuais são episódios e que o tempo cobre as diferenças. As indenizações em dinheiro que representam custos adicionais para o empregador, servem a tal propósito. Não nos parece porém real a interdição absoluta da despedida se há incompatibilidade entre as partes.

Tendo em conta a economia de Honduras e o pensamento de que os ônus trabalhistas devem guardar correlação com a vitalidade os setores produtivos estabeleceu-se, em pequena ampliação de mandamento já existente, que em nenhum caso a indenização da despedida urgente poderá exceder de doze (12) meses de salário.

11.

Por questão doutrinária de fundo prático, no entanto, se fez nítida distinção entre as hipóteses de *rescisão do contrato* e as de sua *terminação.* Alijou-se de tal matéria qualquer complexidade. São causas de terminação das relações de trabalho:

a) o mútuo consentimento das partes;
b) a morte do trabalhador;
c) a incapacidade física e mental manifesta do trabalhador;
d) a terminação da obra e vencimento do prazo dos contratos por tempo determinado, e, finalmente,
e) a força maior ou caso fortuito não imputáveis ao empregador.

Se a incapacidade do trabalhador porvier de um risco profissional porá fim ao contrato, mas ensejará ao trabalhador o direito a uma indenização igual à que teria se fosse despedido sem justa causa.

12.

Foi conferido cuidado especial para proteger o trabalhador contra a tendência de admitir-se a *prorrogação da jornada de trabalho.* Este ponto é essencial não somente para proteção da saúde dos trabalhadores, mas também para o crescimento do mercado de trabalho. A permissão facilitada para horas complementares significa, em verdade, que se tiram vagas essenciais para a distribuição da renda e estabilidade social. Conferiu-se aos sindicatos papel relevante na fiscalização da fraude às disposições que consagram a jornada de oito (8) horas e por isso mesmo, salvo casos de força maior, só se admitiu a prorrogação mediante contrato coletivo. As horas noturnas suplementares têm o adicional de 75% (setenta e cinco por cento); nas mistas o adicional será de 50% (cinqüenta por cento) e nas diurnas de 25% (vinte e cinco por cento). Por outro lado conferiu-se à autoridade pública (administração de trabalho) a incumbência de promover campanhas de esclarecimento sobre a matéria tendo-se reforçado, no particular, sua competência para fiscalizar o cumprimento das disposições legais a respeito e o estabelecimento de sanções adequadas.

13.

O Código de Trabalho de Honduras não consagra o *direito ao descanso remunerado e em feriados.* O Projeto que apresentamos dispõe sobre a matéria semelhantemente ao que

dispõe a legislação brasileira a respeito, condicionando-se o novo direito à freqüência e pontualidade do trabalhador na semana anterior. Previu-se lá, como aqui, um estímulo à produtividade, compensatório do custo adicional do benefício.

14.

No capítulo referente às *férias* manteve-se a mesma escala do Código em vigor que aliás tem normas generosas no particular. Assim os prazos de fruição do benefício segundo o tempo de serviço do trabalhador varia de dez (10) dias úteis depois de um (1) ano de prestação de serviços a vinte (20) dias úteis depois de quatro (4) anos de serviços contínuos.

15.

No que toca aos *salários* o Projeto ordenou a matéria e procurou dispor linearmente sobre a questão. Partiu-se de uma definição simples e objetiva: salário é toda soma paga pelo empregador ao trabalhador por seu trabalho. O princípio de isonomia foi tomado como norma básica do campo salarial. Esse princípio que está na introdução do Projeto refere que: a trabalho igual deve corresponder salário igual, sem discriminação alguma, sempre que o serviço, as condições de eficiência e o tempo dedicado à sua execução sejam também iguais ou equivalentes. No tocante à igualdade salarial, exigiu-se, como na lei brasileira, que o tempo de serviço relativamente ao paradigma não seja superior a dois (2) anos da data de admissão.

Medidas objetivas de proteção ao salário foram adotadas: não se permitiu que, a qualquer título, se pudessem efetuar descontos que, no total, excedessem a 30% (trinta por cento) de seu monte. Tal limite terá de ser observado quer nas consignações facultativas quer na fixação de pensões alimentícias por via judicial.

Em rescisão motivada pelo empregado, seu empregador não poderá reter, a qualquer título, quantia de crédito do empregado que exceda a um saálario mensal se a origem da retenção for uma dívida. Neste caso firmou-se o princípio de que as dívidas superiores a um mês de salário terão natureza civil e não trabalhista.

No tocante às tarefas da agroindústria fixou-se o prazo de uma semana para o pagamento dos salários que na cidade não poderá ser maior que a duração de um mês.

16.

Em Honduras as disposições sobre *salário mínimo* estão dispersas por vários textos de diversa natureza. Disciplinou-se a matéria de modo mais claro e previu-se que ele seria fixado por decreto do Poder Executivo e não pela Assembléia Nacional como agora. Levou-se em conta no particular que o primeiro mecanismo é mais célere de manejo. Com efeito desde o anúncio de alteração dos níveis mínimos pela divulgação de que se procedem estudos para tanto até que sejam fixados não se deve abrir espaço de tempo muito grande porque então se corre o risco de os preços se alterarem por antecipação esvaziando os novos valores em termos reais quando finalmente fixados. Determinou-se que o salário deverá ser suficiente para satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família. Definiram-se as necessidades que deverão ser consideradas como normais, a saber: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene pessoal, previdência social e educação do trabalhador e seus dependentes. Os níveis do salário mínimo serão regionais e atenderão às diferentes atividades econômicas. Prevê-se, no entanto, como meta, a unificação do salário mínimo.

17.

Não há o *décimo terceiro salário* em Honduras. Previu-se sua instituição (Agnaldo de Navidad) que corresponderá pelo menos a 50% (cinquenta por cento) do salário devido em

dezembro. Se, por convenção ou liberalidade patronal, a paga vier a ser superior a tal limite se poderá pagar o execesso na época das férias do trabalhador.

18.

No Código de Honduras, como está em nossa C.L.T., trata-se, em um mesmo capítulo, do *trabalho das mulheres* e dos menores procurando-se ditar normas especiais de proteção.

Na realidade reflete o capítulo nítida discriminação contra a mulher dificultando o seu acesso ao mercado de trabalho e trazendo-lhe uma idéia de minoridade incompatível com a realidade contemporânea em que o elemento feminino, em igualdade de situação com o elemento masculino, constitui peça preponderante do desenvolvimento econômico social e cultural das nações.

No Projeto de Código retiramos o caráter paternalista das disposições, sobre o trabalho feminino, expressando de início que as normas de proteção dispostas em capítulo próprio, tem como propósito fundamental a proteção da maternidade que interessa, por definição à espécie humana.

19.

Ditou-se capítulo à parte para reger e proteger o trabalho dos menores cuja maioridade, para efeitos trabalhistas, é alcançada aos 16 (dezesseis) anos. A maior parte da mão-de-obra disponível é muito jovem. A consequência prática da idade limite ser atenuada está em que os maiores de 16 (dezesseis) anos que se deslocam do campo para a cidade podem celebrar e dispor, sem assistência paterna, de seu próprio contrato de trabalho, podendo consequentemente receber diretamente as somas correspondentes ao Aviso Prévio e às indenizações. Dificultou-se, porém, a possibilidade de utilização do trabalho dos menores de 16 (dezesseis) anos, interditando-se o trabalho subordinado dos menores de 14 (quatorze) anos. Na estreita faixa de 14 (quatorze) a 16 (dezesseis) anos a duração do trabalho semanal não poderá exceder 36 (trinta e seis) horas nem prejudicar de forma alguma a escolarização do menor, sendo que as tarefas que lhes sejam determinadas deverão estar de acordo com a respectiva condição física do adolescente. Se se comprova que este está desenvolvendo tarefas que se tenham destinado também a adultos (circunstância que pode ocorrer mais seguidamente na área rural) deverão os menores receber a mesma paga que aqueles.

20.

Tendo em conta circunstâncias geográficas tópicas mantiveram-se os dispositivos de *proteção dos trabalhadores nacionais* já em vigor consagrando-se a proporcionalidade de noventa por cento (90%) em relação aos trabalhadores estrangeiros permitindo-se, no entanto, que o Poder Executivo, atendendo a exigência econômica nacional altere tal percentual, temporária ou definitivamente. Fez-se excluir, como novidade, do cálculo da mencionada percentagem aqueles trabalhadores imigrantes fixados no país há mais de 4 (quatro) anos, assim como os seus filhos em idade de trabalhar e a sua mulher que tenha vindo a ele se reunir.

Não se reconheceu validade aos contratos para prestação de serviços no exterior relativamente aos menores de 18 (dezoito) anos, salvo no caso de artistas ou desportistas.

21.

O Livro II do Projeto contém somente um título: Das Relações Coletivas do Trabalho que, à sua vez, abriga três distintos capítulos: dos Sindicatos, dos Contratos Coletivos de Trabalho e do Direito de Greve.

21.1. As três matérias se encontram interligadas intimamente. Procurou-se dar uma disposição sistemática a cada um dos três capítulos. Assegurou-se a *liberdade sindical* de modo expresso e amplo, tal como se estabelece na Convenção 57 da O.I.T., mas para que não se perca de vista a regra que está contida na própria Convenção fez-se consignar que ao exercerem o direito que lhes foi reconhecido de modo cabal, os empregados e suas organizações respectivas estão obrigados, tal como as demais pessoas ou coletividades organizadas, a respeitar a legalidade. Em outras palavras: os fatos que atentam contra a lei por parte dos dirigentes sindicais ou das entidades globalmente consideradas estão sob controle judicial.

21.2 Em Honduras a *estrutura sindical* apóia-se nos Sindicatos de empresa ou de base. Manteve-se a diretiva. Por outro lado simplificou-se o processo para a aquisição da personalidade *jurídica dos Sindicatos e tornou-se expresso que as autoridades administrativas se absterão de* qualquer intervenção que entorpeça o exercício legal dos direitos sindicais.

21.3. Curiosamente o *direito de greve* é exercido com freqüência em Honduras, geralmente sem incidentes de monta. Para isso contribui a circunstância referida de que o sindicalismo de base é o sindicato de empresa. Então o movimento paredista fica circunscrito ao estabelecimento e, sendo assim, os dispositivos de intermediação e acordo são agilizados e não há dano maior para a economia. São raras as greves de solidariedade aliás interditas pela lei. Mas no jogo das disputas sindicato/empresa a paralisação é uma peça fundamental. O Projeto valeu-se dessa tradição, disciplinando, porém, o processo de intervenção do Estado, mediante interferência da Justiça do Trabalho, para solver os impasses que não possam ser compostos pelo entendimento das partes. Na legislação em vigor há vários mecanismos administrativos que se superpõem com o mesmo objetivo.

No tocante à greve remarcou-se no Projeto que ela é expressão de um conflito coletivo de interesses e como todo fenômeno dessa natureza em uma sociedade estruturada sujeita-se à apreciação em seus fundamentos e causas pelos tribunais competentes. Usando expressão local fizemos ver, no alinhar de disposições sobre a matéria, que a greve não é uma festa mas um recurso precioso dos trabalhadores cujo prestígio não pode ser posto a risco pela leviandade, o *açodamento e a falta de senso crítico.*

O Projeto abriu os caminhos para que a greve se possa processar com licitude. Para tanto estabeleceu-se meios mais rápidos e eficazes para a resolução dos conflitos que geram a suspensão dos trabalhos prevendo, como referido, a atuação das autoridades administrativas decorridos 5 (cinco) dias da deflagração do movimento paredista com o intuito de apresentar a questão à apreciação da Justiça do Trabalho, sem embargo, desde que verificada a fraude, as autoridades locais do Ministério do Trabalho devem se colocar à disposição do Sindicato e dos patrões para intermediar alguma solução negociada, sem comando porém para agir compulsoriamente.

Somente a Justiça do Trabalho poderá declarar a ilegalidade da greve.

Em uma seção própria foi disciplinado o exercício do direito de greve nos serviços públicos e atividades essenciais sendo indispensável que os grevistas escalem companheiros para em regime de plantão assegurarem o funcionamento das atividades que sejam indispensáveis à segurança da comunidade. O direito de greve não se aplicará aos componentes das forças armadas e da polícia e, em caso de guerra, aos trabalhadores de serviços públicos ou das atividades essenciais.

No que toca ao "lock-out" — os "paros" — eliminou-se o sentido que de maneira preconceitual estava acolhido no Código em vigor. Para tanto ressaltou-se que os salários são devidos durante a paralisação que regra geral obedece a movimentos de protesto contra medidas governamentais.

Com efeito, muito raramente o "lock-out" terá origem em problema trabalhista. Suas consequências, sim, essas repercutem na área porque cessa a prestação do trabalho.

21.4. Os contratos coletivos de trabalho que se praticam com alguma intensidade foram incentivados ao tempo que se procurou alijar dos acordos a interferência de terceiros alheios ao litígio. A autoridade pública neste particular somente atua para registrar os acordos ou, quando não se logra o acordo, persistindo o impasse, para intermediar, se solicitada, ou de ofício havendo

paralisação do trabalho. Estabelecido o conflito de interesses a autoridade competente do Ministério do Trabalho remeterá as partes e a questão à Procuradoria Geral do Trabalho, ponto de ligação entre a autoridade administrativa e a autoridade judicial para que tente a mediação a qual não sendo possível levará o litígio para ser objeto de decisão pelo Tribunal do Trabalho. Enquanto não vem a decisão por acordo ou por sentença podem os trabalhadores exercerem o direito de greve.

Os contratos coletivos não podem ter duração inferior a seis (6) meses nem excederem os dois (2) anos. Atentou-se, no particular, que a mudança seguida de regras leva à instabilidade jurídica que não atende nem aos interesses públicos nem aos interesses das partes. Admitiu-se a revisão dos contratos coletivos decorrido um (1) ano de sua vigência, no entanto, tendo em conta o fenômeno inflacionário.

22.

O Projeto reservou todo um título para dispor sobre as normas destinadas a cuidar da higiene e segurança no trabalho. Muitas inovações foram introduzidas, em boa parte inspiradas no capítulo próprio da nossa C.L.T. com a redação que lhe foi conferida originalmente pela Comissão de Atualização presidida por Sussekind. Foram introduzidos os adicionais de insalubridade e periculosidade não cogitados no Código em vigor. Conferiu-se a possibilidade legal de que a autoridade competente do Ministério do Trabalho determine a suspensão de obras ou a interdição do estabelecimento e a proibição de utilizar máquinas ou utensílios que, a juízo técnico representem grave ou iminente risco para o trabalhador.

Como a Previdência Social não cobre os riscos dos acidentes de trabalho nem os das doenças profissionais cabe ao empregador em Honduras arcar com tais ônus segundo tabela de avaliação de incapacidades. Essa matéria foi mantida tal qual preconizando-se, no entanto, que tão cedo a economia local suporte, tais riscos devem ser assegurados pelo sistema geral de previdência.

23.

O Código de Trabalho de Honduras, em grave defeito estrutural, sobrepõe os diferentes órgãos administrativos e judiciais, uns sobre os outros, fazendo com que as decisões amiudamente se atropelem criando graves problemas de competência. Os trabalhadores muitas vezes caem em perplexidade sem saber a quem recorrer para o esclarecimento ou a defesa de seus direitos.

Procurou-se, por isso mesmo, estabelecer os limites exatos entre o campo judicial e administrativo. Primeiramente dispôs o Projeto, de maneira ordenada e de fácil compreensão, os princípios, competências e funções fundamentais da organização burocrática da Secretaria de Estado. Expungiu-se do Projeto as normas puramente regulamentares que, por serem movediças foram deixadas a atos de menor hierarquia. Ficou claro, assim, o campo de atuação do Poder Executivo nas questões referentes à administração do trabalho.

Assim foram definidas as suas atribuições na elaboração da política do trabalho, incluindo a política de emprego e a política salarial, tanto como seu papel na imposição e fiscalização das normas de Direito Público ditadas pela legislação e a edição de normas complementares com o mesmo propósito. Os procedimentos relativamente aos conflitos coletivos foram precisados. Determinou-se também, como ponto fundamental, a unificação dos serviços de conciliação dos dissídios individuais e que deverá permitir a intervenção rápida, informal e ao mesmo tempo especializada nas questões que forem levadas pelas partes ao Ministério do Trabalho.

24.

Em sequência, conferiu-se novo alinhamento à Justiça do Trabalho, de que se cogitava em disposições esparsas e ainda não estabelecido o seu pleno vigor. As regras de processo nos juízos trabalhistas foram ditadas ordenamente de modo a simplificar a estrutura da máquina e o acesso a ela pelos menos favorecidos. Tanto quanto possível, mas sem qualquer apeguio às influências

tradicionais, procurou-se acelerar o processo trabalhista da apresentação do pedido ao seu deslinde em última instância. Com tal arquitetura emprestou-se agilidade muito grande às reclamações. Estabeleceu-se limite razoavelmente elevado para os patamares de competência, constituindo os juízes de trabalho, escolhidos por concurso público com assistência dos órgãos de classe, instância terminativa para a generalidade dos casos individuais. Terá o Juíz grande autonomia na condução de processo e em uma só audiência poderá ditar sua sentença. Todos os conflitos ficam sujeitos à conciliação. Os tribunais de trabalho, com competência regional (3), terão em sua composição representantes classistas e lhes caberá, em instância única e rito sumário, conciliar e julgar os conflitos coletivos. Conhecerão também, em grau de recurso dos processos originários de decisões dos juízes do trabalho quando entrem em conflito com decisões anteriores sobre a mesma matéria de qualquer dos Tribunais do Trabalho.

Só se admitirão três (3) recursos: o de apelação ou ordinário acima descrito, o de reposição, quando o Juíz do Trabalho nega arbitrariamente o seguimento da apelação e o recurso extraordinário, esse dirigido à Suprema Corte que somente será acolhido nos casos de violação dos preceitos constitucionais ou para uniformizar decisões divergentes dos Tribunais do Trabalho sobre uma mesma matéria. Procurou-se, pelo visto, abreviar o curso dos processos de maneira que a Justiça se faça eficaz e não ácida pelo decurso do tempo. A paz social em boa parte depende da capacidade do Estado em resolver prontamente os dissídios de trabalho sejam individuais ou coletivos.

25.

O Código de Honduras, seguindo os passos do Código mexicano, mas exagerando os efeitos do instituto, confere aos regulamentos de trabalho que, organizados pelas empresas se registram no Ministério do Trabalho, importância considerável. O Regulamento de Trabalho constitui, porém, sobrecarga dispensável sobre os canais burocráticos porque tais regulamentos em regra geral são atos repetitivos das normas legais ou dos contratos coletivos.

Como se procurou prestigiar o acordo coletivo propusemos retirar do ordenamento jurídico do país os regulamentos de trabalho admitindo porém os regulamentos internos da empresa cujas disposições protecionistas mais favoráveis que as acordadas ou impostas pela lei passam a se incorporar aos contratos individuais. Remarcou-se, porém, a utilidade primordial dos regulamentos da empresa qual seja dispor sobre regras de ordem técnica e administrativa convenientes a operacionalidade da empresa ou de seus estabelecimentos.

26.

No tocante à prescrição estabeleceu-se o prazo anual dentro do qual se exercerá o direito de reclamar a reparação de qualquer ato contrário as normas de proteção ao trabalho, sejam ditadas por lei ou estabelecidas por contrato individual ou coletivo.

27.

A tarefa que nos confiou a O.I.T., levando-se em conta o que acima foi visto, gratificou-nos extraordinariamente. Deu-nos a rara oportunidade de projetar, segundo os ditames do Direito do Trabalho, um elenco de normas metodicamente dispostas com o objetivo de disciplinar a prestação subordinada de serviços protegendo em tal relação os hiposuficientes não esquecidos, porém, os contingenciamentos da realidade econômica do contexto a que se destinam.

Com efeito estamos convencidos e queira Deus tenhamos conseguido pôr em prática tal verdade que há um substrato nas regras trabalhistas aplicável a todos os graus de desenvolvimento econômico conhecidos pelas coletividades humanas.

A dificuldade consiste em fazer a necessária redução sociológica para aplicação tópica sem desfigurar o princípio original, nem contingenciá-lo ao ponto de perder de vista a evolução da sociedade em questão, correndo, em tal passo, o risco de defasar a norma de proteção que se quer sempre viva, eficaz e, ela mesmo, degrau para novos estágios de desenvolvimento.